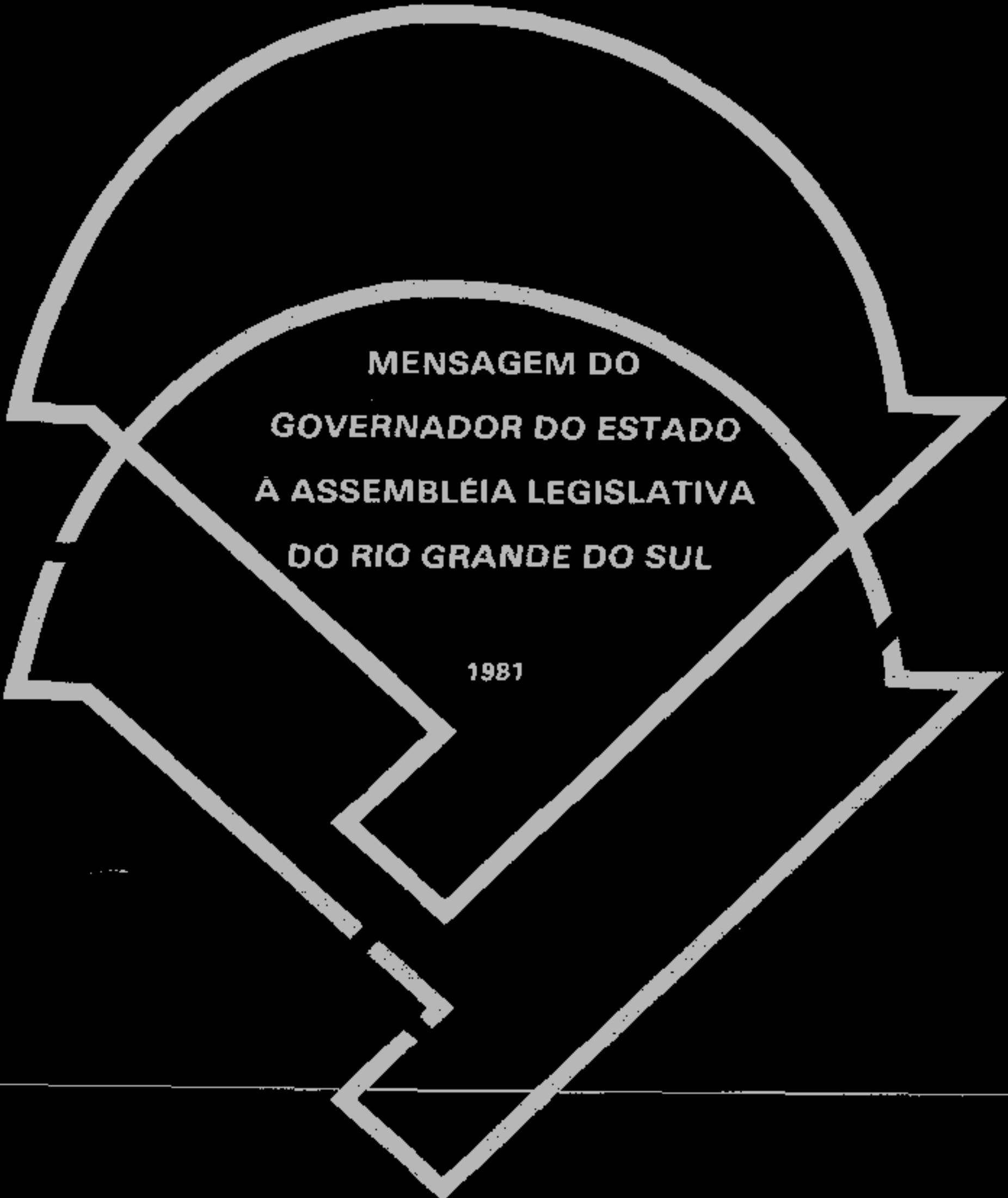


Administração Amaral de Souza Ano II



MENSAGEM DO
GOVERNADOR DO ESTADO
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO RIO GRANDE DO SUL

1981

Construindo hoje o futuro do Rio Grande

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

José Augusto Amaral de Souza

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Octávio Germano

CHEFE DA CASA CIVIL
Augusto Borges Berthier

CHEFE DA CASA MILITAR
Luiz Diógenes Chaves Couto

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
Luiz Alberto Martins Brasil

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
Celestino Goulart

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Mauro Knijnik

**SECRETARIA DO INTERIOR,
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
OBRAS PÚBLICAS**
Alberto Hoffmann

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA
Balthazar de Bem e Canto

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
Ricardo Leonidas Ribas

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO
**Olimpio Cavalcanti de Albuquerque
Tabajara**

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
José Oswaldo Leivas Job

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA
Mondercil Paulo de Moraes

CONSULTOR GERAL DO ESTADO
Mário Bernardino Sesta

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
Roberto Eduardo Xavier

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Antônio Carlos Berta

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
Justiniano Augusto de Araújo Trein

SECRETÁRIO DA SAÚDE
Germano Mostardeiro Bonow

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES
Firmino Girardello

**SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E
COMUNICAÇÕES**
Romeo de Almeida Ramos

SECRETÁRIO DE COORD. E PLANEJAMENTO
Eduardo Emílio Mauréli Müller

SECRETÁRIO DE TURISMO
Luiz Carlos Barbosa Lessa



SUMÁRIO

I – MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL.....	09
II – ECONOMIA GAÚCHA EM 1980	47
– Retorno a Normalidade.....	49
– Ciclo e Tendência	53
– Desequilíbrio e Recessão	57
III – ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	63
– ADMINISTRAÇÃO	65
– Secretaria da Administração	67
– Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG	70
– Superintendência de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul – SUTERGS.....	70
– Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul – PROCERGS	71
– ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	75
– Secretaria da Fazenda	77
– PLANEJAMENTO	85
– Secretaria de Coordenação e Planejamento	87
– Fundação de Economia e Estatística – FEE.....	99
– Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.....	105
– CIÊNCIA E TECNOLOGIA	111
– Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC	111
– AGRICULTURA.....	125
– Secretaria da Agricultura.....	128
– Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.....	149
– Instituto Riograndense do Arroz – IRGA.....	156
– Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA	159
– Instituto Sul-Riograndense de Carnes – ISRC.....	161
– INDÚSTRIA.....	163
– Secretaria da Indústria e Comércio	165
– Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial – CEDIC.....	174
– Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos – CORLAC.....	178
– Açúcar Gaúcho S/A – AGASA	181
– Central Vitivinícola do Sul S/A – VINOSUL	183
– Produtos Gaúchos S/A – PROGASA	185
– Pólo Carboquímico do Rio Grande do Sul – CONCARBO.....	186
– Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul – CONPETRO	191
– Companhia Petroquímica do Sul – COPELUL	193

– Secretaria Executiva do CONPETRO e seus Subprogramas	195
– Pólo Eletro-Eletrônico.	217
– Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria – CECNAI	222
– COMÉRCIO	229
– Secretaria da Indústria e Comércio	231
– Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal – CLAVESUL	234
– Serviços Financeiros	243
– Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL.	245
– Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.	250
– Caixa Econômica Estadual do Estado do Rio Grande do Sul – CEE.	252
– Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.	253
– BANRISUL – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.	255
– BANRISUL Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento.	256
– EDUCAÇÃO.	263
– Secretaria de Educação	263
– Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH	270
– TURISMO.	273
– Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	275
– CULTURA E DESPORTO	283
– Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	285
– Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA	288
– Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB.	289
– Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.	299
– DESPORTO	302
– SAÚDE.	307
– Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.	309
– MEIO AMBIENTE	327
– SANEAMENTO	337
– Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas – SDO	339
– Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN	340
– PREVIDÊNCIA.	343
– Instituto de Previdência do Estado – IPE	345
– TRABALHO.	347
– Secretaria do Trabalho e Ação Social	349
– Fundação Gaúcha do Trabalho – FGT	351
– Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.	365
– Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação – FUNLAR.	371
– Fundação Sul-Riograndense de Assistência – FSA	375
– Programa Desenvolvimento Comunitário.	378
– Programa Atendimento à Família de Baixa Renda	378
– Programa de Atendimento Social Direto	379
– Projeto Casulo.	380
– Programa de Treinamento de Recursos Humanos	381
– Programa de Informação Social.	381
– Projeto Piloto de Assistência a Famílias de Baixa Renda	382
– Programa Pró-Creche.	382
– Companhia Estadual de Habitação – COHAB/RS.	384
– Instituto de Previdência do Estado	385
– SEGURANÇA.	387
– Secretaria da Segurança Pública.	389
– JUSTIÇA	399
– Secretaria da Justiça	401
– Procuradoria Geral do Estado	406

— Procuradoria Geral da Justiça	409
— TRANSPORTE	413
— Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER	415
— Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — CINTEA	419
— Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — DEPRC	420
— Departamento Aeroviário do Estado — DAE	423
— TELECOMUNICAÇÕES	427
— Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT	430
— ENERGIA	437
— Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE	439
— MINERAÇÃO	447
— Companhia Riograndense de Mineração — CRM	449
— DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS	453
— Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas — SDO	455
— Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras — CEDRO	457
— Desenvolvimento Regional e Urbano	457
— Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM	458
— Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano — CEDU	462
— Fundação Metropolitana de Planejamento — METROPLAN	462



Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a mensagem relativa ao exercício de 1980 onde se descortina globalmente a política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, na área de atuação do poder Executivo.

Reafirma-se desta forma um intercâmbio que é eminente e imperativo nos regimes democráticos, proporcionando avaliação entre os Poderes e demonstrando os vínculos, as conexões e, acima de tudo, a existência de um diálogo que é a própria essência do sistema democrático. Tanto em obediência ao disposto no artigo 66, item XIV, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul como pela necessidade de cumprir as atribuições específicas dos poderes que representamos, acredito na especial significação deste encaminhamento, que o repetir através dos anos dimensiona como uma tradição, que nos engrandece e legitima por seu alto espírito, estabelecendo o encontro entre os representantes do Poder Executivo e os legisladores que compõem a honrada e eficiente Assembléia Legislativa deste Estado.

Senhor Presidente, acredito que, mais uma vez as coordenadas históricas e as peculiaridades que informam esta nação nos apresentam opções, perspectivas e desafios que bem demonstram a magnitude do esforço e da determinação do nosso povo e dos que lideram os destinos do País. Julgo que o presente será por tendência facilmente explicável, considerado freqüentemente mais áspero e mais difícil do que as experiências e barreiras do passado. Felizmente as sociedades possuem – quando atuantes e criativas – como

Ao Excelentíssimo Senhor

**DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha
Nesta Capital**

é o caso da brasileira, uma profunda capacidade de renovação e de encontrar novos caminhos para realizar o seu destino.

Este tem sido o espírito que orienta e inspira os nobres Deputados, aos quais renovo os meus protestos de apreço e reconhecimento pela cooperação, que ao longo do ano de 1980, sempre estiveram prontos a emprestar ao Poder Executivo, no desejo de melhor servir à comunidade e ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Inicialmente cumpre salientar que o desempenho econômico do Rio Grande do Sul no ano que passou foi excelente, sendo que o produto interno apresentou um crescimento que após os levantamentos finais deverá se situar na faixa dos 10,5%.

Como reflexo desta performance positiva tivemos um acréscimo superior a 7% na renda "per capita" e a absorção de mão-de-obra que ingressava no mercado de trabalho.

O resultado obtido confirma a tese, combatida por muitos, de que o Rio Grande do Sul não enfrenta uma crise econômica ocasionada por fatores estruturais mas encontrou nos dois últimos anos, dificuldades circunstanciais que foram superadas no momento em que voltou à normalidade climática.

Os estímulos concedidos pelo Governo ao setor agrícola, preços mínimos compensadores e crédito a juros subsidiados, encontraram em nosso Estado, capacidade produtiva já instalada, experiência gerencial exercida, qualificação de recursos humanos e dotação de recursos naturais que permitiram sua assimilação e obtenção de excepcional taxa de crescimento.

A atual política econômica do País coloca entre as suas prioridades o equilíbrio das contas externas via incremento das exportações, a restrição de importações e a redução da dependência de insumos importados.

Esta política poderá nos próximos anos beneficiar o Rio Grande do Sul já que sua economia possui uma grande abertura para o exterior, e um subsolo privilegiado, em reservas carboníferas, fator que fará uma parcela considerável dos investimentos federais sejam aqui colocados.

Não faltou ao Governo Estadual o imprescindível apoio do Poder Central, que, por seus diferentes organismos, deu prosseguir-

mento à política de responder positivamente às postulações que lhe foram levadas, a maioria oriundas da necessidade de expandir os instrumentos financeiros necessários para a consecução de obras ou a ampliação e/ou melhoria de serviços. Inserido num contexto mundial que vive nos dias presentes a mais grave crise econômica, acoplada a transformações céleres que encontram origem em fatores, os mais diversos, como aumento populacional, deselitização do consumo de bens e serviços, retroalimentação das inflações de outros países pelos sucessivos aumentos do petróleo, necessidade de importação de tecnologias, etc., o Brasil escolheu o difícil caminho de levar adiante seus planos desenvolvimentistas simultaneamente com o combate à inflação. Esta corajosa decisão, mais que qualquer outra, provoca, por vezes, distorções momentâneas e estrangulamentos financeiros, que precisam ser corrigidos, e na maioria das vezes o são, através da utilização do poder político com precípua finalidade social – o que vem se constituindo em norma do Governo Federal, que, por isto, tem respondido com solidariedade aos inúmeros reclamos que lhe tem levado o Poder Político Regional.

No setor Administrativo para a execução e suporte dos planos, obras, atendimento burocrático e para a integração técnica e sócio-política da máquina estadual vamos encontrar como atuação de especial relevância a nomeação de professores concursados – 7.618 professores e o Novo Plano de Classificação de Cargos.

Quanto aos assuntos relativos à Administração Financeira as prioridades desta área de importância vital para o Estado estiveram ligadas às medidas que proporcionam a racionalização com o propósito dos dispêndios públicos, principalmente quando o Governo se dispôs a intervir de forma crescente na economia do Estado, de promover o crescimento econômico simultaneamente com o combate à inflação e à redução do déficit orçamentário.

Devo destacar entre a multiplicidade das realizações alcançadas por este setor a redução do déficit da ordem de Cr\$ 8,4 bilhões, alcançando o mesmo a cifra de Cr\$ 6,2 bilhões, em consequência de um diferencial na receita de 28%, percentual este bem superior ao da despesa que atingiu apenas 10%.

Outro aspecto que merece especial relevo no desempenho da Secretaria da Fazenda relaciona-se com o crescimento real do ICM estimado em 0,47% tornando possível conseguir-se uma participação do déficit na despesa total de 8%, a menor verificada nos últimos 7 (sete) anos, demonstrando a preocupação do órgão em

buscar uma eficácia sempre maior na distribuição dos escassos recursos à disposição do Estado.

O trabalho no setor fazendário encontrou níveis especiais de otimização no que se refere ao objetivo de aprimorar o sistema de pagamento de pessoal do Estado e proporcionar aos órgãos responsáveis pela política financeira maiores e melhores elementos para decisões relativas à política de pessoal do Estado.

A implantação do Sistema Estadual de Planejamento vem sendo conduzida com o objetivo de se organizar a planificação dentro de uma concepção sistêmica, buscando-se o desenvolvimento de ações coordenadas e coerentes no sentido de obter uma maior racionalidade para o sistema econômico.

Entre muitas realizações, mais adiante relacionadas, merece especial destaque o Fundo de Investimento Urbano – FUNDURBANO/RS, que foi instituído com o objetivo de financiar ou subsidiar investimentos ou serviços para o desenvolvimento da região metropolitana e obras de infra-estrutura urbana nos municípios do Estado.

No exercício de 1980, o FUNDURBANO/RS operacionalizou auxílios e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul aos municípios gaúchos, utilizando recursos das seguintes fontes. Cota-Parte do Adicional sobre o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IUSCLG/RS). Parte do Fundo de Participação do Estado (FPE) – repasses Federais, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) e Receitas Próprias. Estes Serviços alcançaram um total de 255 entre auxílios e financiamentos concedidos, atingindo a cifra de 253.350 milhões de cruzeiros.

Impõe-se também que se destaque as realizações da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul que foram programadas para atender, no ano de 1980, ao desenvolvimento de um sistema estadual de pesquisa científica e tecnológica, buscando a consolidação dos projetos especiais iniciados em 1979, a formação de recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e ao incentivo às pesquisas institucionais e individuais.

Somente em 1980 a FAPERGS aplicou recursos no valor de Cr\$ 6.658.845,34 em 75 projetos de pesquisa, havendo especial ênfase nas áreas: Ciências da Saúde, Agronomia, Zootécnica e Geociências.

Pode-se perceber na política adotada pelo Poder Executivo o interesse permanente de difundir as ações relacionadas com a produção científica de pesquisadores e instituições de pesquisa científica e tecnológica. Dentro desses objetivos foram agilizadas todas as pesquisas científicas pela implantação, em 1980, de um Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica, permitindo uma racionalização do trabalho de pesquisa científica.

No setor da Ciência e Tecnologia a Fundação de Ciências e Tecnologia - CIENTEC - durante o ano de 1980 atuou constantemente no sentido de ampliar suas funções de laboratório de consultoria oficial do Estado. Neste setor obteve-se, através da elaboração e execução de projetos de pesquisas tecnológicas um melhor conhecimento e um mais completo aproveitamento de carvões minerais, garantindo-se o desenvolvimento dos seguintes projetos.

Projeto CIGÁS - Gaseificação de Carvões Brasileiros, que objetiva o desenvolvimento de tecnologia para a geração de gás de médio poder calorífico, a partir de carvões com altos teores de cinzas, empregando a técnica de leito fluidizado.

Projeto Vapor - Desenvolvimento de gerador de vapor por combustão fluidizado de carvões com elevados teores de cinzas.

Projeto Combustor - Otimização de um processo de geração de calor por Combustão de Carvões Brasileiros em Leito Fluidizado.

Projeto CICOM - Geração de vapor de Energia Térmica - com a execução deste projeto, pretende-se o desenvolvimento da técnica de combustão fluidizada de carvões brasileiros aplicados e equipamentos em escala industrial.

As equipes técnicas para realizarem este último projeto conseguiram desenvolver nos meses iniciais de sua execução um reator piloto com capacidade de 15 kg/h de carvão em regime contínuo, o que bem demonstra o grau de aperfeiçoamento dos técnicos e o alto nível de criatividade.

No Projeto CIVOGÁS obteve-se a geração de gás de baixo poder calorífico, a partir da gaseificação do carvão mineral - gás combustível.

Deve-se também dar destaque ao Projeto CEEGÁS, através do qual se obtém a geração de chamas de sustentação para caldeiras

termoelétricas pelo processo CIVOGÁS. Seus objetivos têm como base os estudos da planta piloto pela qual foi construído o projeto CIVOGÁS e através do mesmo projetar, construir e pôr em marcha uma unidade industrial de gaseificação de carvão bruto na mina de Candiota, com reatores de leito fluidizado, para a geração de gás de baixo poder calorífico, visando substituir o óleo combustível derivado de petróleo (15.000 t/ano), atualmente empregado na geração de chama de sustentação das caldeiras da Central Termoelétrica Presidente Médici – Fase A.

No Programa de Assistência Técnica deve-se destacar o prosseguimento da atividade de Assistência Técnica à Indústria e Entidades Governamentais, através de execução de serviços como análises, ensaios para controle de qualidade, recepções de materiais e outros.

Finalmente deve-se destacar a construção da nova sede da CIENTEC que terá instalações adequadas à realização do seu programa de trabalho, promovendo para isso, sua instalação em um campus, no distrito industrial de Cachoeirinha, que abrangerá todas as suas dependências, o reequipamento das mesmas, bem como o incremento da formação de recursos humanos.

Na agricultura que é uma área de importância vital para a economia do Estado buscou-se a integração lavoura-pecuária, onde se procura levar a pecuária a um maior avanço tecnológico, através de sua integração com o setor lavoureiro, cuja principal característica é o dinamismo. Busca-se através da integração entre dois setores diminuir a taxa de mortalidade, melhorar a taxa de natalidade e obter uma sensível redução na idade de abate do rebanho gaúcho.

De outra parte determinou-se a Promoção de Produtores da Baixa Renda para os quais são de relevo as atividades voltadas à melhoria da produção e produtividade. Em consequência deu-se condições mais favoráveis aos produtores aumentando-lhe o nível de renda e de bem-estar dos agricultores de baixa renda. É indiscutível a importância de tal segmento para a economia do nosso Estado, face às suas características eminentemente minifundiárias. Todas as atividades direcionadas ao alcance de tal objetivo visam a diminuir significativamente os problemas gerados por uma estrutura inadequada de posse e uso da terra.

Na preservação dos recursos naturais renováveis tratou-se de estancar o processo de degradação e, de outra parte, levar a um processo de renovação dos recursos naturais.

Buscando o desenvolvimento da infra-estrutura agrícola foram tomadas uma série de medidas que estão minorando as defasagens e através das quais procura-se atingir a um nível adequado, que oportunize vantagens ao processo produtivo gaúcho.

A Secretaria da Agricultura do Estado teve no ano de 1980, vários episódios que a marcaram como um período de muita luta. A discussão sobre o confisco da soja, a mudança das taxas de juros, a campanha de aumento da produção de feijão na safrinha de 1980 com o simultâneo tabelamento do produto, a fixação dos preços mínimos, a estipulação das V.B.C. abaixo das reais necessidades dos produtores, e importação de milho, a instalação da bolsa de cereais no Rio Grande do Sul, a crise da monocultura, e finalmente o episódio dos agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai, que culminou com a compra de terras pelo Estado para o assentamento dessas famílias, caracterizou este ano como um período agitado pelas mudanças de política a nível federal, que exigiu da Secretaria da Agricultura um posicionamento firme e decidido em favor do produtor.

Deve-se também destacar na área de defesa sanitária a campanha de combate à febre aftosa, quando foram vacinados 29.534.913 cabeças, foram interditadas 10.273 propriedades e combatidos 4.162 focos da doença.

O programa de combate e prevenção à brucelose já abrange 101 municípios, considerados como áreas de vacinação compulsória. Durante 1980 foram testados 50.956 bovinos, além de terem sido vacinados 643.978 terneiras.

Na área de fomento animal, através de feiras e exposições destaca-se a realização da Vª Exposição Internacional de Animais, com a presença de 11 países e vários Estados da Federação. Durante esta promoção, mais de 500 mil pessoas visitaram Esteio, tendo o volume de vendas alcançado a soma de Cr\$ 267 milhões. Todas essas características fizeram com que a Exposição Internacional de Esteio seja considerada como um dos maiores eventos da espécie a nível mundial.

Com relação à Pesquisa foram obtidos resultados importantes com as culturas de soja e trigo. Na soja o lançamento dos diversos ciclos (de ciclo semitardio) e Ivará (de ciclo curto). Na área do cultivo do trigo merece destaque o lançamento das cultivares Tifton e Aceguá. Ainda foram desenvolvidas atividades de apoio à

produção de vacinas e antígenos que atingiu, no corrente ano, 932.700 doses de vacina contra a brucelose bovina e 181.000 doses de tuberculina.

Dois importantes projetos foram desenvolvidos dentro do programa de promoção aos produtores de baixa renda; o da concepção do Fundo de Terras para o Rio Grande do Sul e o de assentamento de colonos oriundos da Reserva Indígena de Nonoai. O primeiro visa a oferecer, através de mecanismo de compra e venda, com financiamento fundiário, uma solução sistemática aos problemas de agricultores sem terra ou com insuficiência de terras ao mesmo tempo em que cria na Secretaria da Agricultura uma área cuja ação deverá ser a de promover o assentamento de agricultores e o desenvolvimento de formas associativas de produção e comercialização.

O segundo é desenvolvido junto à Fazenda Sarandi o assentamento de 93 famílias na Gleba I, ex-Necali e de 80 famílias em outras duas áreas. O projeto de assentamento dessas famílias compreendeu toda a assistência agrônômica, médica e social.

Para atender aos objetivos do Programa de Preservação de Recursos Naturais Renováveis cabe destacar a constituição do ano de 1980 como o "Ano da Conservação do Solo no Estado do Rio Grande do Sul", conforme Decreto nº 29.574.

A realização de Campanhas Promocionais teve por objetivo conscientizar a população para os problemas do uso adequado dos recursos naturais renováveis do Estado, através de diversas atividades, tais como, manejo de Parques Florestais e outras técnicas assemelhadas.

Foi efetuada também a reestruturação de obras e materiais na Estação Experimental da Lagoa dos Quadros como o novo sistema de captação de água. Esses melhoramentos e o aperfeiçoamento de novas técnicas permitiram mais do que duplicar a produção de alevinos em relação a 1979.

Através da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – no período correspondente ao ano agrícola 1979/1980 (julho/79 – junho/80) foram assistidos e orientados pelos extensionistas da EMATER/RS um total de 185.834 produtores.

No que se refere ao trabalho realizado pelos extensionistas com os produtores de milho cabe salientar o expressivo rendimento

alcançado pelos 20.139 produtores assistidos que foi de 2.612 kg/ha, o que representa um incremento de 35% sobre a média geral do Estado (1.699 kg/ha). Merece também que se destaque a produção obtida nas lavouras demonstrativas, onde usando a tecnologia recomendada os produtores atingiram 6.053 kg/ha, em média, o que representa 256% acima da média estadual. Já com a soja o resultado que se alcançou em 49 unidades evidenciaram o rendimento de 2.526 kg/ha, representando um incremento de 75,6% em relação à média do Estado (1.438 kg/ha).

Destaque especial deve ser dado ao trabalho que a EMATER/RS vem efetivando no sentido de desenvolver fontes alternativas de energia. No Estado, 14 biodigestores já foram instalados, 20 se encontram em construção, 6 em fase de projeto e mais de uma centena de produtores está solicitando assistência técnica da EMATER/RS para a instalação.

Das atividades do Instituto Riograndense do Arroz – IRGA – deve-se enfatizar a implantação de programas especiais, buscando elevar a produtividade da lavoura orizícola do Estado.

Um programa de especial destaque com base no serviço de estatística do IRGA efetuou um levantamento dos orizicultores com lavouras de baixa produtividade, aos quais foram feitas visitas especiais intensificando-se o Serviço de Assistência.

Também foi estimulada a produção de semente, visando a colocar à disposição dos produtores um produto de melhor qualidade, que possa servir de matriz para futuras gerações. Como resultado de pesquisas recentes transferíveis aos orizicultores, destaca-se o lançamento do cultivar BR/IRGA-409 e, mais recentemente da cultivar BR/IRGA-410.

Dois outros programas merecem também destaque especial: o Pró-Várzeas, que visa ao aproveitamento da tecnologia desenvolvida em culturas empresariais, para utilização em outras culturas, cuja produção ainda utiliza métodos tradicionais e o Programa de AGROENERGIA, que visa à irrigação de uma grande área de lavoura de arroz com a construção da Barragem Butuí, entre Itaqui e São Borja, cuja construção será realizada pela Cooperativa Imembuí e seus produtores.

Nas atividades da Companhia Estadual de Silos e Armazéns destaca-se o volume de produtos recebidos pela CESA que atingiram a 1.806.314 toneladas. Em relação ao exercício precedente a

rede operacional recebeu 179.581 toneladas a mais, o que equivale a um incremento de 11%. Com referência à armazenagem a frio, a Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul, alcançou um resultado excelente, cuja movimentação física – apurada em toneladas – aumentou 68%.

Finalmente destaca-se na armazenagem de grãos a ampliação da capacidade armazenadora com a construção de um silo elevador com capacidade para 23.000 toneladas no município de Garibaldi, obra que está em fase de acabamento.

Na Secretaria da Indústria e Comércio destacam-se as atividades ligadas ao Proálcool. Como este Estado não possui tradição tanto no cultivo da cana-de-açúcar como no seu beneficiamento, foram dirigidos esforços no intuito de realizar estudos que mobilizem a participação do empresariado gaúcho no Proálcool, envolvendo: zoneamento das matérias-primas para obtenção do álcool – no Rio Grande do Sul e zoneamento de áreas para a implantação de destilarias; levantamento de frotas; cadastramento de empresas fornecedoras de equipamento para destilarias e cultivo de cana-de-açúcar; cadastramento de instituições de pesquisa e tecnologia e de empresas que estejam desenvolvendo pesquisas e experiências no campo energético; levantamento de destilarias e alambiques; estudos de viabilidade técnica e econômica.

Nos Distritos Industriais, tendo em vista a ocupação dos mesmos, cuja implantação é da responsabilidade do Estado, a Secretaria da Indústria e Comércio vem desenvolvendo atividades relativas à análise de cartas-consultas de empresas para enquadramento preliminar nos mesmos; análise de propostas relativas à implantação de distritos e execução de infra-estruturas em áreas das empresas; análise de projetos econômicos com vistas à concessão de incentivos materiais às empresas; acompanhamento da aplicação de incentivos materiais pelas empresas, bem como fiscalização dos incentivos concedidos.

Para completar as obras de infra-estrutura dos distritos de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande, foi elaborado um projeto com as necessidades de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que se comprometeu em financiar cerca de Cr\$ 400 milhões para estes distritos.

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos – CORLAC – realizou no presente exercício atividades que objetivaram garantir a produção de leite “in natura” no Estado, atingindo

novas áreas e reduzindo o déficit existente. Adquiriu 108.467.229 litros de leite "in natura". Desenvolveu também a pecuária leiteira através da assistência técnica ao produtor.

Dentro das suas realizações específicas pode-se enfatizar que a CORLAC apresente a realização de 3.193 visitas a propriedades de produtores financiados; 10.942 visitas a propriedades de produtores não financiados; visitou 10.499 produtores.

Outro aspecto de suas atividades prende-se a realização de 12.205 inseminações em 3.164 propriedades e finalmente financiou a 426 propriedades, no montante de Cr\$ 40.748.855,00, liberados pelo Banco do Brasil.

Outro dos objetivos foi o de manter estoques reguladores e de garantia de suprimento de derivados do leite. Garantiu-se então a produção de 864.814 kg de queijo; 797.383 kg de manteiga; 378.497 kg de creme; 6.933.192 copos de iogurtes; 71.419 kg de requeijão; 90.846 kg de doce de leite.

Garantiu-se nesta empresa o suprimento de leite pasteurizado à população da grande Porto Alegre, principalmente no período da entressafra. Obteve-se 97.016.758 litros de leite pasteurizado e 2.921.107 kg de leite em pó.

A Central Vitivinícola do Sul – VINOSUL S/A – realizou neste período de 1980 atividades de prestação de serviços pela concentração, para os estabelecimentos vinícolas da região, de 10.315.215 litros de suco de uva simples, tendo armazenado nas unidades concentradoras para empresas vinícolas – 2.243.916 litros de suco de uva simples.

A empresa PRODUTOS GAÚCHOS S/A – PROGASA – garantiu no presente exercício o restabelecimento do fornecimento de soja à Companhia Nacional de Alimentação Escolar, perfazendo 370.000 quilos, com um faturamento superior a vinte milhões de cruzeiros. No que diz respeito à comercialização de cebola "in natura", despendeu-se Cr\$ 12.061.829,00 com sua aquisição. Devendo-se ainda acrescentar a comercialização de 1.213 toneladas de cebolas "in natura".

No âmbito de atividades da AGASA – Açúcar Gaúcho S/A – deve-se destacar a implantação da destilaria de álcool hidratado anexo à usina, com capacidade nominal de 20.000 litros/dia. Estima-se alcançar na próxima safra, a produção total de 700.000

litros, e num crescente, atingir 3.000.000 de litros, em 1984. Inaugurada em 06 de outubro de 1980, nela foram investidos cerca de 28,3 milhões de cruzeiros.

No âmbito das atividades agrícolas da AGASA tem especial significação o plantio e tratamento de saqueiras. Estão sendo acrescentadas, neste ano agrícola, por parte dos fornecedores, ao redor de 637 ha de cana às áreas até então cultivadas, além da renovação da lavoura em outros 620 ha, o que representa cerca de 30% da área anteriormente ocupada com cana, isto significando segurança de abastecimento de matéria-prima durante os próximos anos.

Resta ainda pôr em relevo a industrialização de 109.551 toneladas de cana-de-açúcar; 155.228 sacas de 60 kg de açúcar e 2.768 toneladas de melaço.

No que se refere ao Complexo Carboquímico Gaúcho – CONCARBO – o principal objetivo ao implantá-lo foi o de suprir, partindo do carvão, de matérias-primas básicas às indústrias de fertilizantes existentes no Rio Grande do Sul.

A implantação do Complexo Carboquímico, além de reativar a economia carvoeira do Estado, irá gerar o aumento de renda interna, o aumento dos empregos no setor e uma aceleração no crescimento da região como um todo. O cálculo dos investimentos do Complexo Carboquímico prevê um montante de US\$ 450 milhões, dos quais US\$ 90 milhões correspondem à nova mina; US\$ 200 milhões ao gaseificador; US\$ 130 milhões à Unidade de Amônia e US\$ 30 milhões à implantação da infra-estrutura e equipamento urbano.

Só no que tange a empregos gerados diretamente pelo empreendimento 5.000 são estimados para a fase de implantação e 2.500 para a fase de operação. Segundo o cronograma estabelecido, a produção deve iniciar em fins de 1983. O trabalho de mineração já começou e a PETROBRÁS está desapropriando o local de instalação do gaseificador. O projeto de engenharia está concluído e foi aberta a construção das linhas férreas internas entre a mina e o gaseificador.

No que diz respeito ao Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul – CONPETRO – deve-se levar em conta que uma vez concluídos os trabalhos prioritários e já estando em fase de conclusão a maior parte das grandes obras infra-estruturais, resta

apenas obras que, embora de parte pela sua envergadura ou pelo valor do investimento, não estarão mais sob sua direta responsabilidade, mas de outros organismos do Estado, a Secretaria Executiva passará – como de fato vem acontecendo – a cumprir sua função básica de coordenação entre os ditos órgãos como é o caso, entre outros, da Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT; Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE; Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; etc.

Para a formação de Recursos Humanos foram utilizados recursos financeiros no valor de Cr\$ 4.683.378,00. Assinatura de acordo especial irá possibilitar até junho de 1981 o treinamento de 1.423 alunos e merece destaque a preocupação com a preservação e conservação do meio natural através de pesquisas feitas por grupo de trabalho em viagens à Europa e aos Estados Unidos (novembro/dezembro de 1979) representado por técnicos de diversas instituições para observação de indústrias com atividades petroquímicas. A seguir, a relação das principais atividades executadas dentro dos subprogramas do Conpetro, em 1980:

- apresentação, pelo mesmo grupo, de parecer técnico visando à aplicação de moderna tecnologia para tratamento de efluentes líquidos e disposição final do Pólo Petroquímico;

- acompanhamento dos estudos desenvolvidos pelo CNEC sobre a Revisão do Relatório Técnico Preliminar, no que tange às especificações da reavaliação de cargas poluidoras e às normas e legislação de efluentes líquidos.

- elaboração do trabalho “Subsídios para o Dimensionamento da Rede de Coleta de Efluentes Sanitários e Industriais da Área Industrial e de Apoio de Serviços do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul”, em conjunto com o Subprograma de Unidades de Transformação;

- adaptação do Modelo Matemático de Qualidade de Água da bacia do Guaíba para o Computador IBM – 370/15, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, visando à utilização em conjunto com o Departamento de Meio Ambiente daquela Secretaria; paralelamente, elaboração deste Modelo na Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS;

- avaliação de cargas domésticas e industriais da Região

S. C. P. Região
BIBLIOTECA
Reg.º n.º 1091
Data: 25/10/02

Metropolitana de Porto Alegre, juntamente com o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente/RS;

- análise e elaboração de sugestões sobre os tópicos de Proteção Ambiental pertinentes ao trabalho "Sistema de Implantação e Controle do Uso do Solo na Área Industrial do Subprograma de Infra-Estrutura Social".

- elaboração do Relatório "Recomendações Técnicas visando à Definição dos Sistemas de Tratamento e Disposição Final para Resíduos";

- coleta de informações e dados referentes à geração de resíduos sólidos (quantitativos e qualitativos) em indústrias similares às do Pólo Petroquímico, e realização de visitas de caráter técnico a empresas de tratamento e destinação final, na Bahia (Camaçari) e Rio de Janeiro;

- levantamento da situação atual da coleta e disposição de lixo em Montenegro e Triunfo, bem como estimativa de resíduos industriais do Pólo Petroquímico e resíduos domiciliares daqueles dois municípios;

- controle de Efluentes Aéreos;

- acompanhamento do Relatório Técnico-Preliminar.

- tarefa AR - elaborado pelo CNEC e cujo parecer final indicou a necessidade de efetivação de revisão do mesmo, sendo agora analisado.

Através do Projeto Cobertura Vegetal, entre outras, destacam-se as seguintes realizações:

- acompanhamento dos trabalhos de implantação definitiva das cortinas vegetais, efetuado pela empresa Ecossistemas Empreendimentos Agrícolas Silvo Agro-Pastoris S.A. (de julho a novembro foram plantadas 180 mil espécies de árvores nativas e exóticas atendendo às especificações do edital, que prevê um plantio de 350 mil árvores em forma de cortinas circundando toda a área do Pólo, durante 24 meses);

- assessoramento ao levantamento dos matos de Acácia Negra na área, realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado, para

avaliação destes, a fim de elaborar edital de licitação pública para a possível venda de acácias;

– fiscalização e controle do abate de árvores na área do Pólo, liberação e retirada de leivas, enleivamento dos taludes das rodovias e ferrovias e controle do serrado nos matos de acácias.

Através do Projeto Auto-Ecologia e Bioindicadores:

– escolha e dimensionamento da área de cada estação a ser analisada – várias experiências estão sendo realizadas em campo, bem como em laboratório, envolvendo diversos representantes da fauna e flora da área, quanto à aclimatação destes seres vivos, mormente em relação à alimentação, teor de oxigênio dissolvido, flutuação de temperatura, condutividade, Ph e poluentes, visando à seleção de bioindicadores.

Foram realizadas viagens e visitas técnicas para observações em várias indústrias petroquímicas nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, visando à aplicação de moderna tecnologia no Pólo Petroquímico gaúcho, quanto ao tratamento de resíduos sólidos e líquidos. Deve-se considerar que através da Política e Normas para a Implantação de Unidades Industriais no Pólo foi elaborado um conjunto de textos que integram o documento determinante da política para a implantação da área industrial.

Quanto à construção da sede do CONPETRO deve-se considerar que foi feita licitação e que venceu a Firma Madezatti S.A., e que através do Projeto CURA Montenegro estão em desenvolvimento as seguintes atividades; execução de obras em quatro lotes, num total de 27 km; execução de 12 km de esgoto fluvial, pela CONCISA; execução de 1.390 metros de canal no Arroio Montenegro; execução de 30 km de iluminação pública; execução das seguintes obras no setor educacional; construção de três escolas num total de 3.187 m²; construção de um Centro Cultural com 1.686 m² de área construída pela Mosmann S.A., e a construção do Centro Infantil com 1.582 m² de área construída.

No que se refere ao lazer e à recreação, deve-se considerar a construção da Praça "Vila São João" com área de 3.400 m²; construção do Balneário Municipal, com área construída de 460 m² e beneficiamento de uma área de 25 m²; construção da Vila Ruy Barbosa, com área construída de 600 m² e acrescentando, ainda, a construção de uma Estação do Corpo de Bombeiros, com área construída de 1.052 m² e a construção de um Centro de Atendimento, com área construída de 1.619 m².



No Subprograma de Unidades de Transformação do Pólo Petroquímico destacam-se realizações que foram desenvolvidas no decorrer de 1980, todas voltadas para o Apoio Tecnológico, e Financeiro, e para atração de novas indústrias, para a Área Industrial, propriamente dita, entre outras.

No que se refere aos programas buscando atrair novas indústrias, pode-se salientar as amplas facilidades para estabelecimento de indústrias suplementares na região do Pólo. Toda definição da infra-estrutura física tem como objetivo projetar e executar as obras necessárias às áreas do Pólo, seja na fase de implantação das indústrias de segunda geração e de transformação, seja na fase de operação industrial.

As atividades da Secretaria da Indústria e Comércio tiveram como escopo principal o assessoramento ao empresariado gaúcho, quanto à sistemática de comercialização externa e interna, e da divulgação de oportunidades comerciais no País e no Exterior, além de elaboração de informativos sobre a política e cotações de cereais em Chicago, Rotterdam e Londres, bem como a participação da Secretaria na feitura de painéis, mesas-redondas, feiras e exposições na Capital, interior e a nível internacional.

As renegociações de concessões brasileiras na Associação Latino-Americana Interamericana / ALADI – (ex-ALALC) motivaram a criação de uma comissão formada por representantes da Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, Federação das Associações – FAC, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Indústria e Comércio. Estes grupos vêm tendo uma atuação considerada excepcional para o comércio e suas atividades correlatas exercidas no Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto ao Pólo Eletroeletrônico, convém considerar que os escopos principais orientadores de sua implantação residiram na redução das importações, e do comércio com os outros Estados do País, o aproveitamento máximo dos insumos locais, a benéfica geração de empregos, o desenvolvimento de tecnologias sofisticadas e a mais justa distribuição de renda.

Como a realização destacada, salienta-se o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais – GEICOM, e o BADESUL, com o escopo de:

- dar conhecimento detalhado do setor em âmbito nacional;

- estabelecer estratégia para implantação do Pólo no Estado;
- identificar oportunidades industriais.

No exercício de 1980 foram implantadas novas empresas no setor, com atuação direta do BADESUL, merecendo citação especial a MULTIDIGIT S/A e a GEM – Granitos e Eletrônica de Medição Ltda.

Outras empresas (5) em adiantado estágio de negociação, voltadas à produção de equipamentos para telefonia rural e radiocomunicação fixa e móvel; aparelhos para telefonia pública e componentes; de periféricos para informática (memória); dispositivos para sistemas de VHF/UHF; conjuntos mecânicos de muita elevada precisão, destinados a periféricos de informática e outros.

Cumprir fazer referência à realocação das empresas INDELSUL S/A, SACHS S/A e BK – Controles Eletrônicos S/A e à expansão das empresas PARKS – Equipamentos Eletrônicos S/A, EDISA S/A, Irmãos Krolkowski S/A, Eletrometalúrgica RAGEM LTDA., DIGITEL S/A e ELEVADORES SUR S/A.

A Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria – CECNAI, tem a finalidade de promover o redirecionamento, para fornecedores nacionais, das compras externas, em especial de bens de capital, dos órgãos da Administração Indireta do Estado.

As principais ações encaminhadas até o momento, residiram na fixação dos níveis máximos da “Programação Anual de Importação do Estado – Exercício de 1980 e a celebração de contrato com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, para a montagem do projeto denominado “Balcão de Tecnologia RS”.

Assim, a atuação da CECNAI está centrada na Programação das Importações do Estado, seu fim precípua.

Neste sentido foram fixados os níveis das importações diretas e indiretas do Estado para o exercício de 1980, através de Decreto.

O valor total da pauta de importações estabelecida, alcançou os seguintes montantes em dólares americanos: US\$ 23.517.953,98 (dólar a Cr\$ 45,00).

A participação mais expressiva na distribuição destes valores e

cabe aos órgãos vinculados à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, que absorveu 81,23% da pauta.

O Projeto denominado Balcão de Tecnologia tem por objetivo promover o encontro da oferta com a demanda de tecnologia com evidentes resultados práticos para o setor.

Vale uma referência ao Projeto "Hidrômetros" que tem por objetivo instalar no Estado uma fábrica de hidrômetros domiciliares, visando a atender, inicialmente, as necessidades domiciliares da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e do Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, com possibilidades de, em momentos posteriores, penetrar no mercado nacional e latino-americano. Seu faturamento resultará em uma arrecadação de ICM em torno de Cr\$ 45.000.000,00 por ano.

Na área do Cooperativismo destacam-se o recadastramento das cooperativas do Estado, pois com essa medida se proporcionou uma melhor racionalização no atendimento do setor cooperativista.

Quanto ao serviço de classificação dos produtos de origem vegetal tivemos a ação da CLAVESUL – Órgão vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, habilitado legalmente a executar trabalhos de classificação dos produtos de origem vegetal, que são comercializados internamente e daqueles financiados e/ou adquiridos pela Comissão de Financiamento da Produção – CFP. A CLAVESUL – Classificação dos Produtos de Origem Vegetal – desenvolveu em 1980 atividades técnicas tendo em vista à identificação da qualidade da produção e auxiliar do processo de comercialização, tanto para o atendimento da Comissão de Financiamento da Produção – quando financia produtos ou adquire a produção – quanto para o atendimento das necessidades do comércio do Estado ou Interestadual.

No que se relaciona a Secretária da Indústria e Comércio com a Secretaria da Agricultura o Instituto Riograndense de Arroz – o IRGA – tem também a função de assegurar e de regular o abastecimento de arroz nos mercados consumidores. Realiza também prestação de serviços na área do Governo Federal proporcionando a transferência do arroz importado do Paquistão, Argentina e Uruguai para a Comissão de Financiamento da Produção – CFP, conforme determina o Voto Ministerial nº 340/79, totalizando a operação 66.000 toneladas de arroz, que foram distribuídas no mercado nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul), sendo que todas essas operações foram feitas através do IRGA.

No âmbito da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo o Estado do Rio Grande do Sul juntamente com o Rio de Janeiro são os maiores portões de entrada de turistas estrangeiros no território brasileiro.

A demanda turística para o Estado do Rio Grande do Sul está sendo prevista para 1981 em torno de 600 mil visitantes estrangeiros. No ano de 1980 os principais projetos desenvolvidos foram o de Assistência Técnica a Pequena e Média Empresa Hoteleira – APEMEHOT – e o Pró-Estância Sul. O primeiro projeto foi dirigido aos hoteleiros da Serra Gaúcha e desenvolveu-se na cidade de Caxias do Sul. O projeto procurou, principalmente, subsidiar o pequeno e médio hotel, contribuindo para a melhoria do desempenho empresarial, nas áreas de Administração, Recursos Humanos, Contadoria e Marketing.

Com o objetivo de preservar e incrementar o fluxo turístico para as Estâncias Hidrominerais e climáticas (serra e litoral) do Rio Grande do Sul, compatibilizando-o com o objetivo da economia de combustível e com a ampliação do turismo rodoviário coletivo foi lançado o Projeto Pró-Estância Sul. Este projeto trata de excursões turísticas a preços mínimos, que beneficiarão 58 hotéis, sendo previstas 80 excursões com 1.600 passageiros. Nas obras de construção cabe especial destaque a reconstrução do Restaurante da Guarita de Torres.

Na área da Cultura, em 1980, as atividades foram desenvolvidas principalmente no sentido de continuar a implementação dos Pólos Culturais. Em 1980 foram implantados mais 4 Pólos e no decorrer de 1981 o Departamento de Cultura planejou acelerar estas implantações, durante a presente administração. Para tanto objetivou a implantação e implementação dos 33 Pólos em que as regiões culturais foram divididas. A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – OSPA, em 1980, realizou 28 concertos. A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB – teve sua atuação através do Jardim Botânico com uma área verde sendo recuperada numa extensão de aproximadamente 19 hectares com ampliação de áreas ajardinadas. O Museu de Ciências Naturais, que se dedica a pesquisa e ao inventário da flora, fauna e recursos naturais, desenvolveu uma atuação de relevo nos centros científicos do Rio Grande do Sul. O Parque Zoológico cujos serviços se destinam a manutenção no “habitat” natural de coleção de animais “in vivo”, proporcionou atividades culturais, recreativas e turísticas que são inerentes às finalidades desta Fundação.

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore para a

consecução dos seus objetivos desenvolveu e desenvolve atividades de pesquisa e de organização de cursos. Das suas mais destacadas atuações na comunidade pode-se destacar a coordenação da I Festa Junina de Porto Alegre; organização da Semana Estadual do Folclore e participação na organização da Semana Farroupilha. Na área da pesquisa destaca-se a autenticação e reconstituição de Danças Folclóricas Gaúchas; os estudos sobre pouso de Carreiros e Carreiras de Bois.

Na área dos Desportos obteve especial destaque a realização dos XIV Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, levados a efeito nas cidades de Bagé, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul, com a participação de 1850 atletas, representando os 45 municípios inscritos. Finalmente é de especial importância a concessão de auxílios financeiros a 35 Federações Amadorísticas de Desportos.

Na área da Secretaria de Educação, o Sistema Estadual de Ensino Regular atendeu, em 1980, a uma clientela de 1.374.168 alunos de 1º grau. Destes, 719.812 freqüentaram escolas da rede pública estadual; 453.326, escolas municipais; 200.070, escolas particulares e 960 escolas federais.

Em nível de 2º grau o Sistema de Ensino mobilizou-se em função de 229.053 alunos, dos quais 134.274 freqüentaram escolas da rede pública estadual; 83.748 foram atendidos por estabelecimentos de ensino particulares; 3.682, por unidades escolares municipais e 7.349, por escolas federais.

A clientela atendida pelo ensino supletivo atingiu a matrícula total de 26.927 alunos.

Além das metas quantitativas expressivas, emergiu como prioritária a tarefa da Secretaria de Educação de envidar todos os esforços para a melhoria da qualidade do ensino, em termos de currículo e de capacitação de recursos humanos.

Entre as principais realizações da SE sublinham-se a programação e construção de 41 escolas; a realização de obras, com equipamento, em 375 unidades escolares; a ampliação, reforma e recuperação em 64 estabelecimentos, equipamento de 55 consultórios odontológicos; a concessão de apoio financeiro para manutenção de 13 escolas e instituições de direito público e privado, referente ao ensino de 2º grau, para aquisição de equipamento e material permanente. A atividade de manutenção de escolas de 2º grau beneficiou 169.251 alunos, requerendo a aplicação de Cr\$ 921.462.587,00.

Com vistas a melhorar a rede física do ensino municipal foi feita reforma ou recuperação de 210 unidades escolares de 94 municípios e fornecido equipamento a 148 unidades escolares de 109 municípios.

Objetivando agilizar os serviços de Assistência ao Educando a fim de propiciar-lhe melhores condições de aprendizagem, realizaram-se inspeções médicas em 417.777 alunos de 1º grau, foi dado atendimento médico a 125.145 escolares, assistência odontológica na área educativa e preventiva a 170.000 escolares e feito fornecimento de suplementação alimentar balanceada a 407.799 alunos pré-escolar e de 1º grau.

De outro lado, procurou a Secretaria de Educação melhorar a qualidade do ensino profissionalizante através da capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa dos setores econômicos.

Na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, cumpre mencionar trabalho desenvolvido na área empresarial, dando treinamento de 7.682 horas/aula, com 1.142 participantes, num total de 67 cursos. No setor de Pesquisa, ministraram-se 4.204 horas/técnicas para 93 empresas e 556 empresas foram assistidas com consultoria num total de 10.034 horas.

Na área pública foi dado treinamento para 935 participantes por meio de 38 cursos, num total de 2.743 horas/aula. Visando ao preparo de recursos humanos necessários à expansão e melhoria do sistema de ensino do Estado, foi dado treinamento a 1.598 participantes por meio de 52 cursos.

Com relação aos Serviços Bancários e Financeiros, cumpre informar que durante o ano de 1980, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL, aprovou operações de crédito, aval e participação acionária no montante de Cr\$ 8,0 bilhões, valor três vezes superior ao montante de aprovações correspondentes, registrado em 1979.

Além destas operações, o BADESUL firmou um convênio de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Transporte Urbano – EBTU, visando à transferência e liberação de recursos financeiros, bem como o acompanhamento do Segundo Projeto de Transporte Urbano – Projeto EBTU/BIRD/TRENSURB, no montante de Cr\$ 10,2 bilhões.

Somente neste ano, assim, o BADESUL proporcionou um aporte de recursos financeiros ao Rio Grande do Sul no valor de Cr\$ 18,2 bilhões, valor este três vezes maior do que o total de aprovações efetuadas pelo Banco desde o início de suas atividades até 1979, inclusive.

Cabe citar a elaboração de um convênio firmado entre o BADESUL e o Conselho Nacional de Petróleo - CNP, cujo produto final foi o Programa de Substituições de Combustíveis Derivados do Petróleo - SUCOPE, visando à redução de dependência em relação ao petróleo importado.

A economia de óleo combustível gerada pelos projetos e cartas-consultas enquadradas na SUCOPE ascende a 262.004 toneladas/ano, 88% das quais foram ou serão substituídas por 872.000 toneladas/ano de carvão mineral.

No tocante à capitalização empresarial, destaca-se, também, a participação do BADESUL no trabalho de constituição da Companhia Riograndense de Participações - CRP, juntamente com o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE, e a iniciativa privada do Estado, como mais um instrumento de capitalização das pequenas e médias empresas rio-grandenses.

O BADESUL voltou, igualmente, sua ação para a área de infra-estrutura do Estado. Neste ano, receberam apoio financeiro do Banco projetos públicos e privados voltados para a expansão de telecomunicações, energia elétrica, armazenagem, eletrificação e telefonia rural, no montante de Cr\$ 3,0 bilhões de cruzeiros.

Quanto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, através da Agência de Porto Alegre foram contratadas 484 operações, que alcançaram a soma de Cr\$ 19.722.599 mil, superando a meta de contratações para o ano em cerca de 94%.

Deste total, 42 operações estão, cerca de 800 milhões de cruzeiros, voltadas para o setor primário, num total de 271 operações para o setor secundário no valor de 6,5 milhões de cruzeiros e 171 para o setor terciário, atingindo 12,5 milhões de cruzeiros.

Merecem destaque as operações realizadas com o setor terciário que representaram 63% do total. Neste setor aparecem os financiamentos destinados a investimentos em infra-estrutura por parte do Setor Público, tanto de nível estadual como federal, principalmente destinados à geração e distribuição de energia elétrica.

Em 1980 a Caixa Econômica Estadual – CEE buscou alcançar alguns objetivos entre os quais vale evidenciar a sua expansão através da abertura de novas agências. Com este fim foram enviadas Cartas Patentes ao Banco Central do Brasil, solicitando autorização para a abertura de 30 agências, sendo liberadas no período apenas 6.

Tendo por meta alcançar, no final do ano, um montante em depósitos 60% superior ao ano antecedente, estão voltadas para a captação destes recursos 124 filiais. Até o momento foram captados Cr\$ 20.829,72 milhões, significando 105% do que se pretendia alcançar.

Com referência à concessão de empréstimos, o valor concedido ascendeu a Cr\$ 34.335,45 milhões.

Merece uma referência especial o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O Banco obteve, em 1980, um crescimento em seus empréstimos totais da ordem de 71,52%, passando de Cr\$ 29.412.192,00 para Cr\$ 50.220.000,00.

Uma das preocupações do BANRISUL é a de dotar todos os municípios do Estado de, no mínimo, uma representação sua. Neste sentido, foi encaminhado ao Banco Central do Brasil o Plano Quadrienal de Expansão da Rede de Agências, o qual, paulatinamente, vem sendo cumprido, pois durante este ano foram obtidas onze novas Cartas-Patentes, elevando para 242 o número de agências e de 189 os municípios gaúchos com dependências do BANRISUL.

Frize-se que, dando prosseguimento aos financiamentos às empresas gaúchas, o Banco concedeu Cr\$ 44.624.000.000 oriundos de recursos próprios e de terceiros, até 30.11.80.

No âmbito da Saúde pode-se dizer que o Rio Grande do Sul teve um bom desempenho. No ano de 1980 teve prosseguimento a série de profundas modificações no Setor Saúde, que vêm colocando nosso Estado em posição de destaque no contexto nacional. O Rio Grande do Sul teve boa situação de Saúde quando comparada à do país como um todo ou a das regiões em grau de desenvolvimento similar. A mortalidade infantil situa-se em 37,59 por mil nascidos vivos; a expectativa de vida é de 64,1 anos para os homens e 70,4 para as mulheres.

No campo da Saúde o ano de 1980 trouxe transformações conjunturais que além da resposta imediata terão profundos

reflexos a médio e longo prazo. Ficou consagrado o princípio dos cuidados primários de saúde, estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. O PREV-SAÚDE, acordo por fim firmado e pelo Ministro Jair Soares, a SSMA e o INAMPS reúnem seus esforços a fim de implantar no Rio Grande do Sul, em caráter pioneiro, o que se constitui num primeiro esboço de Previdência Saúde. O Convênio INAMPS-SSMA eliminou ociosidades face o número de consultas, proporcionais pelas Unidades Sanitárias aumentou cerca de 15%; e o estabelecimento de programas conjuntos, que veio melhorar a qualidade de atendimento à Saúde no Estado. É pois, com sobradas razões que se considera o balanço da Saúde em 1980 bastante positivo.

Na Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente entre uma gama de inúmeras realizações cabe destacar a restauração dentária em pré-escolares, escolares e gestantes num total de 82.407 restaurações realizadas. Também deve-se destacar as exodontias em pré-escolares, escolares gestantes e outros que somam 395.104 exodontias realizadas. Merece que se enfatize também a implantação de atendimento odontológico em escolares, ou seja, 5 escolas com sistemas implantado, 16.360 restaurações em escolares de 6 a 9 anos e 2.350 tratamentos completos em escolares de 6 a 9 anos.

Buscou-se, dentro de uma programação objetiva, o entrosamento com programas governamentais destinados a erradicar focos de pobreza absoluta, atendendo especialmente certos aspectos como o de pobreza alimentar. Realizou-se dentro desse programa a distribuição mensal de alimentos: feijão, açúcar, fubá, leite em pó para gestantes, nutrizes, lactentes e pré-escolares em 62 unidades sanitárias da SSMA num total de 61.528 beneficiários atendidos, assim discriminados: 7.100 gestantes beneficiadas; 5.745 nutrizes beneficiadas; 4.529 lactentes beneficiadas e 44.154 pré-escolares beneficiados.

Foi feita a distribuição de leite em pó, através de 30 entidades particulares e de 340 unidades sanitárias da SSMA; 216.570 kg de leite distribuídos. Estendeu-se o Programa de Saneamento Comunitário atingindo 124 municípios; 1.771 domicílios beneficiados, 117 escolas municipais trabalhadas e 3.681 alunos beneficiados. De outra parte aumentou-se substancialmente os insumos para os programas de saúde, garantindo-se a produção de: 95.340 ampolas; 896.450 bisnagas; 17.089.300 cápsulas; 61.845.800 comprimidos; 12.082.454 drágeas, sendo esta produção destinada a

medicamentos e, ainda, foram produzidos 4.340.152 frascos (solução, susp. e xaropes), e 2.790.750 frascos-ampolas (injetáveis).

No atendimento de menores de 1 ano por consulta médica, foram efetuadas 190.047 consultas. Deve-se também destacar que até 1º de outubro de 1980 foram realizadas 1.552.830 consultas médicas, atendendo menores de 4 anos, gestantes e outras faixas etárias. No atendimento da população puérpera por consultas médicas foram efetuadas 12.970 consultas. Foram atendidas outras faixas etárias por consultas médicas atingindo ao número de 1.040, sendo 445 consultas realizadas.

Dentro do programa de atendimento à população gaúcha o Setor Saúde objetivou sempre o estímulo à profissionalização intensiva, na área da saúde, e o aperfeiçoamento contínuo do pessoal técnico auxiliar.

Com relação à execução da política ambiental, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente realizou 243 análises de projetos de sistemas de tratamento das indústrias consideradas de mais forte ação poluidora. Foram vistoriadas 140 indústrias e emitido licenciamento para implantação de 125 estabelecimentos.

Realizaram-se, de outro lado, 236 fiscalizações em estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e em 15 estações de tratamento de efluentes industriais.

O Departamento do Meio Ambiente realizou estudos e emitiu pareceres de avaliação do impacto ambiental do Distrito Industrial de Rio Grande, metalurgia do cobre, da implantação dos molhes da Barra do Rio Tramandai e da Barragem Dona Francisca, no rio Jacuí.

Encontram-se em andamento estudos sobre efluentes aéreos, líquidos e resíduos sólidos, gerados na exploração, beneficiamento, transporte e usos de carvão. O mesmo Departamento está realizando levantamento qualitativo e quantitativo dos efluentes inorgânicos, brutos e tratados, das indústrias de 1ª e 2ª geração, em instalação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, assim como acompanhando, analisando e fiscalizando as obras em área do Pólo, tendo elaborado normas para desenvolvimento de suas atividades, no que se refere ao aspecto ambiental.

Em Convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, foram realizadas 9 campanhas para levantamento, em 42

pontos, das concentrações de metais pesados nos rios Jacuí, Sinos, Caí, Gravataí e Guaíba.

Quanto à área de Saneamento, encontram-se em execução os seguintes Convênios:

– Defesa de Porto Alegre contra inundações, no qual foram investidos neste exercício Cr\$ 10.000.000,00 do Estado e Cr\$ 66.480.000,00 de outras fontes;

– Proteção contra as cheias do Rio dos Sinos, no qual investiram-se em 1980 Cr\$ 56.374.000,00 do Estado, Cr\$ 43.480.022,00 do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS e Cr\$ 30.000.000,00 oriundos de financiamento do Governo da República Democrática da Alemanha;

– Dragagem das Lagoas do Litoral Norte, com investimentos de Cr\$ 10.000.000,00 do Estado e Cr\$ 12.361.000,00 de outras fontes.

As metas previstas pela CORSAN e Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, no ano de 1980, foram superadas no caso de abastecimento de água potável. Foram 67.500 economias atendidas contra 65.000 previstas. Com a implantação em dois municípios, cujas sedes municipais ainda não são servidas pela CORSAN, completar-se-á o serviço de água potável nos 232 municípios do Estado. O abastecimento do Distrito Industrial de Rio Grande, que se encontra em fase final, com investimento de 562 milhões de cruzeiros e o tratamento dos efluentes do Pólo Petroquímico, são ações que demonstram a fase de expansão da Companhia no setor.

No Programa de esgotos foram aplicados 73 milhões de cruzeiros na construção de redes coletoras; tanto em implantação como ampliação.

Para suprir, até 1982, com água potável, 85% da população urbana abastecida pela CORSAN, realizaram-se obras de melhoria de sistemas de abastecimento de água em 118 localidades, obras de ampliação da rede para abastecimento de água em 50km, e atendimento de 87.500 novas economias.

No Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS – os benefícios prestados pelo IPE no ano de 1980 referentes a auxílios de natalidade, pecúlio “post-mortem”, pensões e pecúlios facultativos, atingiram um montante de Cr\$

745.006.348,00. Na área de concessão de empréstimos pessoais à associados o valor global do custo de realização deste benefício foi de ordem de Cr\$ 550.231.172,00. A concessão de financiamentos para a aquisição da casa própria, construção, conservação, reforma ou ampliação desse tipo de imóvel, atingiu Cr\$ 2.190.685.621,00. O que demonstra a amplitude e a eficiência desenvolvida neste setor previdenciário do Estado. Para aquisição, construção, reforma e ampliação de moradias aos funcionários públicos o IPE concedeu financiamento para um total de 4.934 unidades habitacionais.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social – STAS – apresenta no ano de 1980 o seguinte desempenho, partindo inicialmente da Fundação Gaúcha do Trabalho – FGT – que visa à formação e treinamento de mão-de-obra. Foram estruturados cursos voltados para as populações de baixa renda da Região Metropolitana e das cidades de porte médio, onde são sentidas as maiores carências de profissionalização. No decorrer de 1980 a FGT executou cursos de capacitação profissional, envolvendo o treinamento. No setor de prevenção de acidentes do trabalho foram apresentados cursos para membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS). Existiu a constante preocupação de melhorar o nível de vida das populações rurais. Nos últimos doze meses através do PRODECOR (Programa de Desenvolvimento de Comunidade e Rurais) a STAS, pela Fundação Gaúcha do Trabalho realizou cursos, palestras, reuniões e encontros no campo da nutrição e saúde, habitação e higiene do lar e educação rural. Desenvolveu ainda com características pioneiras o Sistema de Instrução por Correspondência, tendo levado no decorrer de 1980 informações atualizadas, sendo expedidos certificados de conclusão na área da defesa sanitária animal e vegetal, suinocultura, avicultura, horticultura, fruticultura, gado leiteiro e cultura de milho, trigo, soja e arroz.

O Sistema Nacional de Emprego – SINE – atuou no ano de 1980 em duas áreas relacionadas com o problema da Intermediação de Recursos Humanos e Informação sobre o Mercado de Trabalho. De janeiro a novembro de 1980 atuou em 36 municípios, garantindo a captação de 132.987 vagas no setor do trabalho, inscreveu 116.852 candidatos a emprego e obteve colocação para 52.224 pessoas atingindo o percentual de 43,6% sobre o número de inscritos.

Outra atividade que merece ser enfatizada na ação da Secretaria do Trabalho e Ação Social, relaciona-se com a ação da FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – que adotou três tipos de programas para concretizar seu atendimento: o

preventivo, o terapêutico e o profissionalizante e de produtividade. Atingiu assim bons níveis na agilização e aperfeiçoamento do processo de triagem buscando respostas alternativas. A meta atingida foi a triagem de 2.100 menores; implementou a assistência financeira à família, reduzindo em mais de 35% os internamentos. Foram atendidas 3.948 famílias e 1.258 menores. Intensificou os encaminhamentos de pré-escolares à colocação familiar. Foram encaminhados 1.010 menores. De outra parte foi garantida a orientação e encaminhamento de 4.700 famílias que procuraram o Plantão.

No setor de obras foi feita a restauração e reequipamento de 8 prédios da Rede Própria onde funcionam internatos e centros de formação para o trabalho. Nos Programas de Ação Comunitária foi feita a ampliação da clientela atendida em Centros de Bem-Estar do Menor e em Projetos Assistenciais de Menores. Foram atingidos 105 municípios, nos quais foram mobilizados 192 entidades e atendidos 42.352 menores. A ampliação de convênios e vagas em Entidades Sociais Particulares, em regime de internato, também merece registro. Sendo que essas vagas estão em regime de internato, semi-internato e externato. Em 50 municípios foram feitos 124 contratos com 109 entidades assistenciais para menores, somando 1.640 vagas que possibilitam o atendimento a 14.075 menores.

Foi feita a reestruturação do Instituto Ana Jobim, como no Centro de Atendimento Comunitário, agregando atividades de jardim de infância, educação compensatória e assistência na área da saúde. Foram dessa forma atendidos 350 menores em jardim de infância. Acrescente-se a ampliação do atendimento em lares substitutos, seja em regime de cuidados diurnos ou substitutivo, em caráter temporário ou permanente. Foram atendidas 29 vilas em 8 municípios, com 321 lares substitutos que atingiram 1.466 menores.

Através da Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação – FUNLAR – a Secretaria do Trabalho e Ação Social é responsável e atendeu a implantação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, que propõe a promoção da pessoa através do desenvolvimento comunitário. Da meta global de 52 Centros no Estado, 22 já se encontram em funcionamento atendendo populações carentes da periferia das cidades. Em 1980 a FUNLAR concluiu mais 10 centros, sendo que até o final de 1981 outros 11 terão sido concluídos. Os restantes 9 Centros Sociais Urbanos estavam em fase de licitação até o final de 1980. Cultura, artes, esporte, saúde, previdência e trabalho através das Unidades em operação nos Centros permitiram a 1.112.712 pessoas, numa média

de 4.598 por mês, o acesso a vivências artístico-culturais e esportivas, bem como melhoria do nível de saúde e ampliação de oportunidades profissionais, numa faixa etária bastante ampla, que passa do menor até à velhice.

Nas atividades da Fundação Sul-Riograndense de Assistência – FSA – através de seus programas e projetos, propôs-se a atender parcelas da população carentiada no Estado do Rio Grande do Sul. Neste trabalho é necessário que se destaque a ação técnica da Fundação junto às entidades conveniadas. É através dessa sistemática, que o trabalho é desenvolvido, incentivando o projeto Piloto e o Programa de Atendimento Social Direto. Foram introduzidos nas entidades ligadas por convênio novas formas de programação para famílias carentes. Estimularam-se campanhas de hortas caseiras, cursos profissionalizantes e artesanais. Com relação ao atendimento ao idoso carente, foram introduzidas nas entidades programações recreativas e ocupacionais.

O atendimento à população migrante e não migrante que procura os serviços das duas Cetremis, foi altamente satisfatório. Podendo-se considerar bastante bom, o entrosamento com recursos sócio-assistenciais da comunidade. A CETREMI-Montenegro tem respondido satisfatoriamente às necessidades demandadas pela clientela migrante e não migrante, procurando fornecer-lhe as condições para ingresso no mercado de trabalho junto às empresas do III Pólo Petroquímico. Em convênio a ser firmado com o BNH, a Fundação Sul-Riograndense de Assistência prepara-se para realizar pesquisa em 20 municípios com vistas à implantação do PRÓ-MORAR. Deverão ser levantados dados sócio-econômicos de aproximadamente 8.000 famílias.

No setor de Habitação, dentro do programa de construção de núcleos habitacionais, foram construídas 4.986 casas de moradia. Foram também implantadas as infra-estruturas para 12.192 unidades em 17 núcleos habitacionais. Iniciou-se obras em 11 núcleos para a construção de 3.473 casas. Foram iniciadas obras de equipamento de 9 núcleos habitacionais e também foram urbanizados 781, e dotados de infra-estrutura 466 lotes em 5 municípios. Dentro do Programa “Projetos Integrados” (Compra de Equipamentos) foram feitas obras de infra-estrutura para 19.817 unidades habitacionais que atingiram a 10 municípios. Quanto a Equipamentos Comunitários (em núcleos já concluídos) foram implantados em 5 núcleos 3 prédios comunitários, 2 centros comunitários, 1 creche, 1 posto policial, 1 centro comercial e 1 ambulatório.

Presidido por minha esposa, desenvolveu-se no Estado o Programa Pró-Creche, tendo como objetivo, em sua primeira etapa, construir 25 creches que deverão atender a 1.750 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos – meta que deverá ser ampliada já no ano de 1981.

Já foram assinados contratos para a construção de 20 creches, obras já em andamento desde outubro de 1980, quando se iniciou o programa. E, uma já inaugurada.

O governo procurou agir com prudência – e orgulha-me dizer que o conseguiu – nas vezes em que fenômenos da área social transcederam para o político, assumindo a feição de greves, passeatas ou outras manifestações do gênero. Mais que prudência o governo agiu com compreensão, tolerância e o mais alto espírito público, aproximando partes, dialogando em busca de soluções, indo – enfim – ao encontro, em todas as oportunidades, de fórmulas que assegurassem o atendimento das reivindicações dos segmentos postulantes, sem quebra da lei e da harmonia social.

Na área da Segurança prossegui a atividade governamental de assegurar um clima de tranquilidade e segurança às populações gaúchas. Para tanto, a atual administração da Secretaria da Segurança Pública esforçou-se para aprimorar seus recursos humanos e materiais.

Neste propósito, procurou dotar o Estado de 100 novas Delegacias de Polícia até 1982 através do Projeto Integração Comunidade-Segurança Pública.

Em momento algum o Governo preconizou ou empregou a violência, havendo o sistema público de segurança sido usado sempre a favor e nunca contra o povo. A distensão das reivindicações, fruto natural da abertura política, encontrou o poder público concientizado das suas responsabilidades. E por estar assim concientizado, assim agiu, cumprindo e fazendo cumprir as leis, mas sendo tolerante, paciente e atento. O Governo fez do diálogo permanente e amplo o seu principal instrumento de trabalho em prol da harmonia.

Por outro lado, a Secretaria assinou um projeto com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, para policiamento dos corredores exclusivos para ônibus, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Visa este projeto, a aquisição de 89 veículos e 50 transceptores para a Brigada Militar do Estado e de 36 veículos para a Polícia Civil.

Das 100 previstas até 82, a Secretaria já conta com 15 prédios em construção, nos municípios de Feliz, Ivoti, Nova Palma, Panambi, Portão, Parai, Porto Xavier, Seberi, Três Coroas, São Lourenço, Anta Gorda, Catuípe, Dois Irmãos, Farroupilha e Faxinal do Soturno.

Com o fito de preparar recursos humanos para a Polícia, foi elaborado o Projeto Campus, para a construção de uma nova escola, com amplas instalações e adequadamente equipada, visando a propiciar ao policial gaúcho formação condizente com o trabalho que desempenha.

A necessidade de comunicações na área de segurança resultou no Plano Integrado de Telecomunicações, com o fim de modernizar e ampliar o sistema existente, com a substituição de equipamentos-rádios, considerados já obsoletos, por 69 transceptores portáteis e 70 transceptores em veículo para a Brigada Militar e 79 receptores para a Polícia Civil.

O Sistema Penitenciário mereceu um cuidado muito especial do Governo, tendo em vista a preocupação com a violência. Grande atenção igualmente foi dada no que se refere ao andamento das obras da Penitenciária Federal de Charqueadas, Presídio Regional de Santo Angelo, Presídio Regional de Santa Maria, Presídio Municipal de Santiago e Presídio Municipal de Canguçu.

Além destas obras fez-se a construção da cozinha do Instituto Psiquiátrico Forense, o projeto de ampliação para o Presídio Municipal de Novo Hamburgo e a reforma na cozinha e nas instalações das luminárias internas do pátio do Presídio Central.

Noutro setor da Secretaria, as atividades próprias de registro de comércio vêm sendo modernizadas. A Junta Comercial mudou de sede e estabeleceu-se em prédio próprio do Estado.

Na área da Procuradoria-Geral do Estado, buscando o aperfeiçoamento de suas atividades, procurou o órgão, através da descentralização dos serviços de assistência judiciária, dar uma assistência cada vez mais ampla às classes necessitadas, tanto da Região Metropolitana, como em municípios do interior do Estado. Para tanto, foram instalados escritórios em 36 municípios do interior, além de 11 escritórios na Região Metropolitana.

A Procuradoria Geral da Justiça, por seu turno, buscou a agilização da atuação dos Promotores Públicos da Comarca da Capital e das Comarcas do interior. Instalou, durante o exercício de 1980, 10 novas Promotorias.

Na área da Secretaria dos Transportes realizaram-se diversas obras de infra-estrutura básica no setor rodoviário, bem como a recente conclusão de importantes segmentos, como o trecho Nova Prata-Casca; a RS-155, completando o segmento Três Passos-Ijuí e Bom Princípio-Feliz BR-116; também tiveram início as obras de implantação e melhoramento de ligações de sedes municipais à malha rodoviária principal.

No transporte hidroviário, a navegação interior vem aumentando sua participação de forma expressiva. O Porto de Estrela foi completado como entroncamento rodo-hidro-ferroviário, com a ligação ferroviária no Tronco Principal Sul, em Corvo.

O DAER logrou manter em satisfatórias condições de tráfego 10.561km de rede federal, por delegação do DNER.

Na área de competência da Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CINTEA, prosseguiu o auxílio aos Municípios na melhoria das condições de tráfego na malha vicinal.

Os dois principais programas desenvolvidos foram os seguintes:

Programa de Construção e Melhoria de Estradas Vicinais e

Programa de Obras de Arte Especiais.

O primeiro, equacionado com a execução de obras de construção (implantação de novas rodovias) e melhoria das existentes. Em 1980 foram atingidos 2.614 quilômetros efetivamente consolidados.

O segundo programa visa à construção de pontes de alvenaria, sendo que em 1980 foram concluídos 450 metros, estando em andamento obras na extensão de 382 metros, já britadas, 525 metros e em licitação 827 metros.

Quanto ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC, o ano de 1980 marcou profundas mudanças nas perspectivas do transporte hidroviário do Estado, iniciando uma década que deverá ser marcada pela maior participação desta modalidade de transporte, em resposta às metas prioritárias de economia de combustível e redução dos custos na distribuição de produtos.

Os portos organizados do Estado – Porto Alegre, Rio Grande e

Pelotas – movimentaram, de janeiro a outubro de 1980, 13.833.015 toneladas, contra 11.458.043 toneladas em igual período do ano anterior, o que representa uma taxa de crescimento de 20,7%.

Nota-se, assim, uma tendência crescente nos próximos anos, com o início das operações do Terminal de Trigo/Soja no Superporto de Rio Grande, previsto para fevereiro de 1981.

Com a demanda aumentada de carvão pelas indústrias Centro-Sul, os portos de Porto Alegre e Pelotas estão sendo equipados para funcionar como terminais de carvão, enquanto se finalizam os estudos para o aproveitamento da hidrovia do Jacuí no escoamento do produto, e para a construção do terminal alternativo em Rio Grande.

Importante ainda salientar o sucesso pelo restabelecimento do serviço de barcas Porto Alegre – Guaíba no transporte de passageiros da Região Metropolitana.

Encontram-se em estudos, para posterior funcionamento, diversas outras linhas de transporte hidroviário.

No setor de atividades do Departamento Aeroviário do Estado – DAE, as atividades no decorrer do exercício de 1980 obtiveram a manutenção dos aeroportos e suas instalações.

Os aeroportos beneficiados foram: São Leopoldo, Belém Novo, Garibaldi, Caxias do Sul, Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Iraí, Sarandi, Santo Ângelo, Pelotas, Torres, Capão da Canoa, Alegrete, Cachoeira do Sul, Livramento, Osório, Santa Cruz, São Luiz Gonzaga e Vacaria. Foi ampliado o aeroporto de Canela.

Na área das Telecomunicações, foi implantada a Regionalização dos Serviços.

Desta forma, foram oficializadas as seguintes Regiões Operacionais:

- Região Metropolitana – com sede em Porto Alegre;
- Região Leste – com sede em Novo Hamburgo;
- Região Noroeste – com sede em Santo Ângelo;
- Região Oeste – com sede em Santa Maria;
- Região Sul – com sede em Pelotas;
- Região Noroeste – com sede em Caxias do Sul.

Esta regionalização visou a descentralizar a administração de operação, melhorar o controle dos resultados pela diminuição da área de abrangência, proporcionando maior rapidez e compreensão nas soluções dos problemas.

Em consonância com as metas prioritárias estabelecidas pelo Governo do Estado, a Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, elaborou um programa de Incorporações dos Serviços Telefônicos de 69 sedes de comunidades que ainda estavam sob a concessão das respectivas Prefeituras Municipais, bem como, assinatura do contrato de transferência de serviços de duas cooperativas à CRT, que se efetivou quando da inauguração dos serviços de DDD.

O programa teve como objetivo melhorar os serviços de telecomunicações, imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social destas comunidades.

Atendendo a diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, que visam a adotar a agricultura e a pecuária de infra-estrutura próprias, no sentido de fixar o homem no campo e aumentar a produtividade das áreas cultivadas, a CRT elaborou uma primeira fase, um Plano de Emergência de Telefônica Rural. Tem, este Plano, a finalidade de dotar de Postos de Serviços os distritos, vilas e povoados mais significativos das cidades onde existam números vagos nas centrais, com acesso ao sistema DDD.

Com o Programa número 910, serão instalados 96.000 novos terminais automáticos em centrais de 89 sedes municipais do Estado, sendo que 55.500 terminais serão implantados e 40.500 serão ampliados em centrais já existentes.

O Programa número 11 dá prioridade às maiores cidades do Estado. Através dele serão instalados 95.700 novos terminais automáticos, sendo que 63.000 terminais serão implantados e 32.500 serão ampliações de centrais automáticas já existentes.

Após os programas referidos, o Rio Grande do Sul estará equipado com 365.600 terminais (excluindo Pelotas), o que dará um acréscimo na planta instalada da CRT de 96,56%.

Para que se tenha uma idéia do crescimento da CRT no exercício damos alguns dados gerais:

Capacidade instalada	Em 31/12/79	Em 31/12/80
Centrais	205.798	215.654
Terminais em Serviços	182.625	197.082
Telefones instalados	314.126	356.510

No setor de Energia o consumo de energia elétrica no Rio Grande do Sul em 1980, cresceu a taxa de 15,8%, ultrapassando o crescimento médio de 14 e 15% ao ano. O maior índice ocorreu na área rural, onde o acréscimo do consumo foi de 41%. A Companhia Estadual de Energia Elétrica vem dando curso ao seu programa de projetos e construção de obras de geração própria, além de um enorme elenco de linhas de transmissão, subestações transformadoras, rede de distribuição e de eletricidade rural. Quanto às Obras de Geração destacam-se as realizadas nas Usinas Hidroelétricas de Itaúba e Dona Francisca e a Termoelétrica Presidente Médici.

Na Usina Hidroelétrica de Itaúba constitui-se o quarto aproveitamento do Rio Jacuí. Em 1980 foram realizadas adaptações nas instalações de 3 dos 4 grupos, a fim de permitir sua operação como compensadores reativos no sistema, durante os períodos de baixa carga o que deverá ocorrer a partir de 1981. A Usina Hidroelétrica de Dona Francisca, com duas unidades totalizando a potência instalada de 125MW será o quinto aproveitamento do Rio Jacuí. Sua barragem permitirá regularizar as vazões variáveis procedentes da Usina de Itaúba, que opera em regime de ponta.

Quanto à Usina Presidente Médici está em construção a “Fase B” – segunda etapa. Sendo que esta etapa consiste na ampliação da primeira com mais duas unidades turbo-alternadoras de 160MW de potência cada uma, formando bloco com suas unidades de geração de vapor do tipo “Once Through” e com os respectivos transformadores elevadores. O contrato para fornecimento dos equipamentos principais da Usina Presidente Médici – Fase B encontra-se em andamento conforme cronograma.

Entre as Linhas de Transmissão construídas, merecem destaque LT 230 KV UHE Itaúba-SESI (3º circuito) concluída e UHE Itaúba-Charqueadas (em construção), destinadas ao reforço do abastecimento da região da Grande Porto Alegre, pelas Usinas do Rio Jacuí e a Termoelétrica de Charqueadas, da ELETROSUL. Em construção as LTs de 230KV São Vicente-Alegrete 2 e Alegrete 2, Uruguaiana 2, com conclusão prevista para 1981. Estas obras objetivam principalmente a mais rápida conversão dos levantes diesel-mecânicos das lavouras de arroz desta região, em eletromecânicos com a finalidade de economia de Petróleo. A LT 230 KV SEPA 9-Pelotas 3 encontra-se em regime de construção acelerada para aumento de confiabilidade do abastecimento da Zona Sul, com ênfase nas cidades de Pelotas e de Rio Grande, cujo atendimento depende hoje do ininterrupto funcionamento da

Termoelétrica de Presidente Médici e do único elo de ligação ao Sistema Nordeste (a LT SECI – Camaquã – UTE Presidente Médici).

Não se pode deixar de salientar a importância da extensa relação de linhas de 69 KV concluídas nas regiões Nordeste, Centro e Centro-Oeste, visando à melhoria do abastecimento das operosas e progressistas comunidades desta parte do Estado. A LT Guarita – Santa Rosa com 95km de extensão, prevista para 230KV e atualmente operando em 138, foi construída em 10 meses. A subestação provisória do Pólo Petroquímico foi ampliada com o aditamento de mais um transformador de 5MVA – 69/13, 8KV. Estão em fase de aquisição os equipamentos para a Sede definitiva com potência de 50MA-230KV. Em 1980 foram desativadas as Usinas Diesel de Lavras do Sul, Tavares, Bom Jesus, Santana da Boa Vista que representam uma economia de óleo diesel de 1,5 milhões de litros e de 115 milhões de cruzeiros.

Quanto à Mineração no Estado cumpre fazer referência à Companhia Riograndense de Mineração – CRM, com os seguintes dados de produção:

Produção de carvão até outubro de 1980:

Mina do Leão – 493.000 Bruto t. e 350.000 Beneficiado t.:

Mina de Candiota – 380.000 Bruto t.

A produção da Mina do Leão aumentará cerca de 40% relativamente ao carvão beneficiado em 1979. A mina de Candiota está produzindo aquém de sua capacidade em virtude de estar a demanda da Usina Termoelétrica Presidente Médici reduzida a 60% do consumo nominal. As atividades globais para a implantação da Mina do Leão II se desenvolvem de modo bastante satisfatório no transcurso de 1980. Uma vez que se mantenha o ritmo atual estará sendo cumprido plenamente o que foi planejado. Os estudos sobre a implantação da Mina Iruí, a céu aberto, foram agilizados no corrente ano. A capacidade prevista para esta Mina é de 1,56 milhões de toneladas/ano.

Dentro desse cronograma de trabalho, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM – tem até este ano de 1981 medidas indicadas de carvão conforme segue: em Candiota tem 1.483 milhões de toneladas; em Santa Rita, 326 milhões; em Iruí, 331 milhões de toneladas; em Leão, 545 milhões procurando-se alcan-

çar respectivamente 2.000, 500; 500 e 1.000 milhões de t. Quanto à Volta Grande com reservas de 4,2 milhões de t. de minério de cobre, com teor de 1,2% e 946.000 t. de minério de ouro, com teor de 6 g/t. No Morro Andrade constatou-se 3,5 milhões de t. de minério de cobre com teor de 0,6%.

Continuam também em andamento os estudos para a exploração das minas de ouro no Estado, sendo que a jazida mais importante está localizada no município de Lavras do Sul, prevendo-se uma exploração dimensionada em 20kg / ouro / mês. No projeto, já encaminhado ao Banco de Desenvolvimento para aprovação, há uma estimativa de investimento em torno de Cr\$ 100.000.000,00 e prazo de um ano para sua implantação.

As atividades relacionadas com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, na execução de tarefas de manutenção e de recuperação de prédios públicos, aplicou 150 milhões de cruzeiros. No setor de obras elaborou projetos e estudos cobrindo uma ampla demanda, inclusive de apoio a outros órgãos. No exercício de 1980 assumiu a responsabilidade de fiscalização de 22 Centros Sociais Urbanos em construção pela FUNLAR e de quatro escolas, 18 escolas rurais concluídas e mais 13 em execução. Executou também obras para a Secretaria da Justiça. Obras parciais foram executadas no Prédio do Tribunal de Contas, prédio da Corte de Apelação da 1ª Auditoria da Justiça Militar e na restauração do Teatro São Pedro.

Merece também destaque as obras realizadas no Centro Administrativo do Estado e a elaboração de diversos projetos de levantamentos para órgãos do Estado. Realiza permanentemente a coordenação e fiscalização da implantação do Viaduto da Avenida General Sebastiano, em Canoas, para a empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

No que se refere ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano – CEDU – vem esta Secretaria assumindo através de seu órgão executivo a iniciativa de promover estudos de caráter normativo de uso e parcelamento do solo urbano, e de implementação da política de desenvolvimento urbano, tendo já acompanhado a montagem do Programa Cidade de Porto Médio. Cumpre também destacar a criação do Conselho do Desenvolvimento Integrado do Litoral. Essas atividades tiveram especial influência e penetração na estrutura social e econômica do Estado.

Estas são, Senhor Presidente, as considerações sobre os negócios do Estado que, por ocasião da abertura da sessão anual me

cumpro expor a essa Egrégia Assembléia Legislativa, mandamento constitucional que prazerosamente cumpro, pois é esclarecimento que a sociedade é prestado através dos seus legítimos representantes.

Sociedade aberta exige governo aberto. Ressalta-se, por isto, a preocupação que tem tido o governo de informar, de dizer permanentemente tudo a todos, o que pensa, o que faz, o que pretende, o que programa, admitindo com franqueza seus erros e falhas quando ocorrer e oferecendo-se permanentemente ao escrutínio da opinião pública, no que é auxiliado por uma imprensa ágil, atenta, imparcial e independente, que, se não poupa críticas também não esconde o muito positivo que se tem feito em benefício da população deste Estado.

Foi dada especial ênfase, neste exercício, ao relacionamento com a classe política. Não se pratica democracia sem partidos estruturados, inseridos na realidade social, econômica, administrativa e política. O Governo procurou emprestar, em todas as ocasiões, o maior prestígio à classe política, independentemente de facções, siglas ou partidos. Tanto as lideranças mais expressivas, de atuação nacional, quanto as mais humildes, que atuam no chão distrital da vida partidária, mereceram atenção, foram ouvidas e suas sugestões foram examinadas com o respeito e o acatamento devido aqueles que são porta-vozes do poder superior, que é o Povo.

Colho o ensejo para expressar protestos de elevada estima e distinta consideração.

José Augusto Amaral de Souza
Governador do Estado

**ÉCONOMIA GAÚCHA
EM 1980**

- **RETORNO À NORMALIDADE**
- **CICLO E TENDÊNCIA**
- **DESEQUILÍBRIO E RECESSÃO**

A ECONOMIA GAÚCHA EM 1980

RETORNO A NORMALIDADE

O ano de 1980 marca o retorno do Rio Grande do Sul a sua normalidade econômica, em que as incidências profundas de duas safras sucessivas, frustradas, desaparece, deixando que os resultados de seu trabalho cotidiano figurem com toda plenitude. Retornou o Estado ao desfrute de sua produtividade média, pois os recursos empregados contaram com os retornos costumeiros, de acordo com a experiência dos anos sem quebras catastróficas.

Quando os dados reais existentes forem todos computados, seguramente o Produto Interno Regional ultrapassará a taxa de 10%, o que deve ser considerado excepcional, mesmo tendo presente os ganhos de produtividade agrícola em função da normalização ocorrida. É que, independente da recuperação econômica, o acréscimo da produção foi considerável, refletindo toda uma capacidade de resposta, por parte dos agentes locais aos estímulos existentes.

A produção primária, como um todo, cresceu em 26,5%, quando no ano anterior decrescera em 16%. Os insucessos não impediram um vigoroso esforço produtivo e, em que pese às dificuldades de outra índole, não deixaram de aparecer os benefícios do esforço coletivo. A indústria rio-grandense manteve o ritmo de 6% do ano anterior, pondo a descoberto sua relativa autonomia em relação à agropecuária. Finalmente, os serviços acompanharam o bom desempenho das atividades produtoras de bens. Sua taxa deve ter girado em torno de 7%, andando perto dos demais setores.

Com o crescimento do Produto a 9,5%, a renda "per capita" registrou cerca de 7%, traduzindo um ano de franca reposição do nível aquisitivo anterior e ainda com acréscimo de no mínimo 2%.

Essa expansão do Produto assegurou, também, plena ocupação à força de trabalho adicional, diminuindo, ainda, parte da desocu-

pação porventura existente. É preciso ter presente que a agricultura e os serviços – grandes absorvedores de mão-de-obra – revelaram expansões muito acima do nível de exclusiva recuperação, e que as altas taxas, acima desse nível, só poderiam ser concretizadas com incorporação significativa de força de trabalho. Se há indicadores do setor manufatureiro ter elevado o nível de emprego em cerca de 4%, no conjunto da economia esta taxa pode ter sido bem superior, uma vez que a relação emprego/produto é bem maior.

Todos esse indicadores positivos devem ser vistos e interpretados no quadro da economia gaúcha, onde suas peculiaridades se inscrevem num sistema maior que é a economia brasileira, dentro, por seu turno, da própria economia internacional a que pertence e de que sofre influência.

Essas referências de situação são pertinentes, na medida em que se logra ver e entender o conjunto de forças, que atuam sobre o Estado, e do qual resulta o seu desenvolvimento. Não foram poucos os que não aceitavam que as dificuldades enfrentadas pela economia rio-grandense nos últimos dois anos – 1978 e 1979 – não podiam ser tomadas como uma crise, eis que tinham sua origem, claramente identificada, em causas circunstaciais e de natureza não econômica. Mesmo com conseqüências tão desastrosas, era importante não confundir suas origens, por que as medidas e soluções tinham que manter um mínimo de compromisso e correspondência com as mesmas.

Felizmente houve serenidade para compreender o problema e gestionar soluções, situando-se toda a terapêutica em atendimento de emergência, sobretudo no campo creditício, de modo a que se proporcionasse suficiente capacidade para suportar situações tipicamente transitórias.

Agora, quando a economia volta ao seu normal, ou seja, quando o circunstacial deixa de afetar sensivelmente seu Produto, é conveniente, uma vez mais, compreensão para o seu significado, a fim de que nem os resultados excepcionais arrefeçam o trabalho, nem as linhas básicas preestabelecidas pela atual administração tenham menor atenção na busca dos objetivos propostos.

Quando as dificuldades foram mais acentuadas, parecia equivocada a ênfase que o Governo vinha dando em seu programa de diversificação da economia, elevação de produtividade e maior integração da atividade agropecuária, porque nenhum desses objetivos vinha ao encontro do que parecia ser a causa dos problemas

maiores. Somente pela firme convicção nos objetivos, é que eles não foram alterados e continuavam balizando a orientação governamental. A questão básica é não perder de vista o desenvolvimento estadual, ou seja o crescimento a médio e longo prazos, mesmo tendo que enfrentar fatos episódicos que reclamam grande atenção.

Embora a superação de problemas circunstanciais marque o ano de 1980, há outros não menos importantes que tiveram grande influência e que por isso não podem ficar à sombra dos primeiros. Por não serem circunstanciais, terão suas presenças inevitáveis, significando que é por entre eles que o próprio desenvolvimento vai se desenhar.

.CICLO E TENDÊNCIA

Quando o circunstancial desaparece como elemento incisivo nos resultados, restam o componente cíclico e tendencial a explicar o comportamento do ano. Ambos estiveram presentes em 1980 e por isso merecem atenção especial.

A economia brasileira se debate para, superando seus problemas com a balança de pagamentos com a inflação, não cair em recessão, conforme panorama geral da economia ocidental desenvolvida. Os desequilíbrios mais agudos em boa medida já traduzem sintomas desse quadro, que só não se mostra por inteiro justamente pela firme disposição em evitar sua manifestação. A inflação, independente de suas origens, joga o grande papel de uma sobredemanda que sustenta o nível do Produto e do emprego, cuja indispensabilidade parece evidente, quando se olha os resultados que adviriam de seu combate a qualquer preço.

O uso dos instrumentos para administrar a inflação e o balanço de pagamento, justamente dentro de uma visão de natureza cíclica, afetam as economias regionais de forma diferenciada, de acordo com as características de cada uma.

O Rio Grande do Sul foi beneficiado com a política de grandes safras, uma vez que a abundância de crédito com custos negativos e a decidida manutenção de preços mínimos remuneradores foram decisivos para o nível de produção de grãos, dos maiores de toda a história gaúcha. A economia da carne também foi fortemente beneficiada, sobretudo com a política de preços, estabelecendo sua capacidade produtiva, embora nem sempre, como no caso dos bovinos, com reflexo imediato na oferta. Essa mesma política, contudo, influenciou a indústria rio-grandense de modo desigual.

Os limites fixados para expansão do crédito, a maior rigidez nos controles de preços e a política de reajustes salariais mais frequentes terminaram afetando alguns ramos e particularmente as empresas de menor porte. O redirecionamento setorial na alocação de

recursos inevitavelmente teve que afetar mais a indústria, mas sobretudo alguns ramos, com menor capacidade local de defesa. Tanto a indústria nacional como a estadual tiveram comportamentos satisfatórios, cujas taxas de 7,8% e 6,0% refletem menos suas diferenças estruturais do que características próprias na composição de produtos, dentro de cada ramo. A indústria do papel e papelão, por exemplo, teve no Brasil uma taxa de 9,6%, enquanto no Rio Grande do Sul atingiu 18,0%, em contrapartida, o ramo de material elétrico e de comunicações, que apresenta taxa negativa no Estado, registra 5% no agregado nacional.

Fator importante compondo o quadro cíclico é o mercado, tanto o interno como, e principalmente, externo. O Rio Grande do Sul obteve grandes vantagens em sua abertura para o exterior, porém fica exposto às vicissitudes da situação geral de retração, como é o caso da indústria do calçado. O mercado interno manteve um nível de compra estimulante, ainda que para alguns ramos, como o de máquinas e equipamentos agrícolas, tenha se mostrado negativo.

O que deve ser salientado é que a economia gaúcha conseguiu uma boa "performance", em que pese à crise que se manifesta internacionalmente e à política corretiva de desequilíbrios, no plano interno. Isso traduz o favorecimento de certos instrumentos de política econômica acionados em seu benefício, sem o que seria impossível assinalar suas taxas de crescimento.

Concomitantemente à participação de forças favoráveis ou restritivas, provenientes da situação geral de economia ou da manipulação dos instrumentos de política econômica, o Rio Grande do Sul contou a seu favor, para a obtenção do volume de bens, serviços e remunerações de 1980, com a sua capacidade produtiva já instalada, com as práticas incorporadoras aos seus processos, com a experiência gerencial exercida, com a qualidade de seus recursos humanos e com a dotação de seus recursos naturais. Esse potencial é que respondeu pelos resultados e é ele que responderá por sua tendência nos próximos anos. A intensidade dos estímulos sobre esse potencial provoca resultados quantitativamente determinados, porém somente a sua existência é que assegura os mesmos. As tendências da economia gaúcha giram em torno desse potencial e das mudanças que vier a sofrer no decorrer do tempo.

As questões da conjuntura e do curto prazo tomam realce e assoberbam, porque dizem respeito a geração dos estímulos de crescimento, porém é necessário cuidar da base onde eles vão

recursos inevitavelmente teve que afetar mais a indústria, mas sobretudo alguns ramos, com menor capacidade local de defesa. Tanto a indústria nacional como a estadual tiveram comportamentos satisfatórios, cujas taxas de 7,8% e 6,0% refletem menos suas diferenças estruturais do que características próprias na composição de produtos, dentro de cada ramo. A indústria do papel e papelão, por exemplo, teve no Brasil uma taxa de 9,6%, enquanto no Rio Grande do Sul atingiu 18,0%, em contrapartida, o ramo de material elétrico e de comunicações, que apresenta taxa negativa no Estado, registra 5% no agregado nacional.

Fator importante compondo o quadro cíclico é o mercado, tanto o interno como, e principalmente, externo. O Rio Grande do Sul obteve grandes vantagens em sua abertura para o exterior, porém fica exposto às vicissitudes da situação geral de retração, como é o caso da indústria do calçado. O mercado interno manteve um nível de compra estimulante, ainda que para alguns ramos, como o de máquinas e equipamentos agrícolas, tenha se mostrado negativo.

O que deve ser salientado é que a economia gaúcha conseguiu uma boa "performance", em que pese à crise que se manifesta internacionalmente e à política corretiva de desequilíbrios, no plano interno. Isso traduz o favorecimento de certos instrumentos de política econômica acionados em seu benefício, sem o que seria impossível assinalar suas taxas de crescimento.

Concomitantemente à participação de forças favoráveis ou restritivas, provenientes da situação geral de economia ou da manipulação dos instrumentos de política econômica, o Rio Grande do Sul contou a seu favor, para a obtenção do volume de bens, serviços e remunerações de 1980, com a sua capacidade produtiva já instalada, com as práticas incorporadoras aos seus processos, com a experiência gerencial exercida, com a qualidade de seus recursos humanos e com a dotação de seus recursos naturais. Esse potencial é que respondeu pelos resultados e é ele que responderá por sua tendência nos próximos anos. A intensidade dos estímulos sobre esse potencial provoca resultados quantitativamente determinados, porém somente a sua existência é que assegura os mesmos. As tendências da economia gaúcha giram em torno desse potencial e das mudanças que vier a sofrer no decorrer do tempo.

As questões da conjuntura e do curto prazo tomam realce e assoberbam, porque dizem respeito a geração dos estímulos de crescimento, porém é necessário cuidar da base onde eles vão

incindir, para que se tenham as respostas desejadas. Essa capacidade de assimilação dos estímulos oferecidos e que marca a tendência de uma economia regional é outorgada pelos seus antecedentes e pela herança de realizações passadas.

O ano de 1980 apresenta de forma nítida a convergência de três conjuntos distintos de fatores interagindo entre si. De um lado, houve a restauração de uma produtividade perdida em razão de fatos aleatórios, trazendo consigo um fluxo de produto e de ingressos, reparando perdas, capacidades de pagamento e possibilidades de prosseguimento em boa parte das atividades econômicas. De outro, desfrutou-se de sistema de incentivos estimulantes à produção, em que pese aos aspectos negativos do mercado, graças ao qual a recuperação foi possível e superados os índices anteriores. Não fora a existência desses estímulos, a própria recuperação estaria prejudicada e a economia permaneceria estancada ao nível anterior mais baixo. Finalmente, tanto a recuperação como a expansão se deram sobre a acumulação preexistente e foi somente graças a ela que o Rio Grande do Sul chegou ao final do ano logrando assinalar os estímulos multidirecionais oferecidos à economia brasileira como um todo. A capacidade de assimilação estava dada, e a interação dos demais fatores apenas converteu-a em benefícios tangíveis. Na prática, todos esses fatores se confundem, a ponto de parecerem indistintos. É necessário, porém, vê-los em sua singularidade, porque seu papel relativo no processo é o mesmo.

DESEQUILÍBRIO E RECESSÃO

O Brasil se dispõe a vencer seus desequilíbrios mais agudos e a evitar os malefícios de qualquer recessão. Ao mesmo tempo em que investe contra maior liberalismo em seu orçamento monetário e em seu gasto fiscal, procura acionar dispositivos que aumentem suas exportações, ampliem suas fontes de energia, diminuam sua dependência de insumos importados, dentro de marcos que mantenham o nível de emprego desejado e, ao mesmo tempo, atenuem a concentração de renda.

Os investimentos programados estarão, ao que tudo indica, bastante vinculados aos objetivos prioritários, como forma estrita de garantir um volume mínimo anti-recessivo e de atingir ao máximo de correção dos desequilíbrios. O Rio Grande do Sul tem todas as condições para sair beneficiado dessa política, ainda que alguns segmentos possam ser menos atingidos. Sua abertura crescente para o mercado externo vai ter dificuldades com as economias em retração e desemprego crescente, como é o caso da comunidade européia e dos E.E.U.U., porém vai dispor dos dispositivos de política econômica compensatórios operando a seu favor. Esses dispositivos já tiveram um grande papel em 1980 e continuarão tendo face à sua função para o objetivos prioritários do País. O quadro de fontes alternativas de energia privilegia os recursos de solo e subsolo do Rio Grande do Sul, constituindo-se num vetor dos mais dinâmicos para o desenvolvimento das próximas décadas. Finalmente, os grandes investimentos que tiveram continuidade durante o ano no Pólo Petroquímico preparam as bases para o Rio Grande do Sul se incorporar aos produtores de insumos para um mercado altamente absorvedor e, ao mesmo tempo, oferecer um considerável leque de oportunidades à sua manufatura.

A política econômica, estabelecida, dificilmente se alterará a curto e médio prazos, tendo em vista os parâmetros a que está sujeita. A tônica numa ou noutra variável pode ser mudada, conforme as contingências do momento; porém os rumos já fixados

parecem irremovíveis. O Rio Grande do Sul tem uma função significativa nesses rumos e, na medida em que a cumpra com eficácia, pode sair bastante fortalecido desse período.

A base primária do Estado está credenciada a um bom desempenho, tanto vista como produtora de divisas como encarada como fonte de abastecimento. A soja, dentro da nova conjuntura internacional, não desfrutará de estímulos comparáveis aos do início dos anos 70; porém é provável que conte com ritmos razoáveis, particularmente por diversificações de mercado. A menor disposição de expandir, revelada em 1980, vai depender muito da política de financiamento e de preços a vigorar.

A capacidade de produção de carnes foi reforçada no que toca à bovinocultura e à avicultura. Particularmente esta última vem registrando taxas elevadas de produção, tangida nos últimos anos pela abertura do mercado externo. O Brasil já se encontra entre os grandes produtores de frango do mundo, e o Rio Grande do Sul tem se destacado nessa atividade. A base granífera estadual, sobretudo o milho, se constitui num extraordinário apoio à sua expansão, cuja safra de 1980 mostrou o potencial a que se pode recorrer. A indústria, também relacionada com a agropecuária, ostenta igualmente plenas condições de se enquadrar prioritariamente na política do governo. O ramo coureiro-calçadista, por exemplo, responde por 50% da produção nacional e por 70% das exportações, constituindo-se no quarto item dos manufaturados exportados. Uma adequada política de suprimento de matéria-prima, de financiamento para capital de giro e de comercialização externa, a que se atribuem as dificuldades enfrentadas em 1980, pode assegurar um bom nível de atividade para o setor.

No setor energético, o Estado tem duas linhas de ação igualmente benéficas. Mas, a curto prazo, a substituição de derivados de petróleo envolve efeitos de grande repercussão. O Governo Estadual, através do BADESUL, colocou à disposição dos empresários gaúchos o Programa de Substituição de Combustíveis e Derivados de Petróleo, com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos que utilizam fontes nacionais. A economia prevista é de 276 mil t/ano, o que significa cerca de 42% do consumo de óleo combustível no Estado. Dentro dessa linha, tem-se a instalação de gaseificadores em centrais de porte médio e para pequenas distâncias, abrindo-se novas oportunidades de substituição e de estímulo à indústria local. O Governo está empenhado em instalar, ainda em 1981 uma unidade produtora de gás de médio poder calorífico no Porto do Conde, em São Jerônimo.

A segunda linha de ação é a de maximizar a utilização de seu potencial de solo e subsolo com fins energéticos, pensando em múltiplas direções.

Espera-se que, em 1985, o Rio Grande do Sul tenha uma produção de 20 milhões de toneladas de carvão, o que envolve grandes investimentos em pesquisa e prospecção. Já foram assinados contratos de 3,3 bilhões de cruzeiros para produção de carvão energético, destinado às indústrias cimenteiras.

Como apoio à mais ampla utilização do carvão gaúcho, está sendo incentivado o desenvolvimento da tecnologia de sua combustão e gaseificação, bem como do aproveitamento das cinzas em execução pela CIENTEC ou através de convênios com a Universidade.

Em agroenergia o Rio Grande do Sul dá seus primeiros passos, cuja demonstração decisiva foi dada com a usina de álcool da AGASA. A iniciativa privada seguiu-lhe os passos, e o BRDE vem estudando de forma sistemática novas oportunidades, aproveitando solos gaúchos sem alternativa para produção de alimentos.

Esse é um campo de trabalho ainda em seus primórdios, porém de um alcance inimaginável, podendo provocar um grande impacto na agricultura, em vários ramos da indústria e nas regiões onde os projetos forem instalados. Os primeiros levantamentos a respeito são reveladores de um dinamismo verdadeiramente singular.

Finalmente, dentro das iniciativas voltadas a diversificar a economia do Estado, em sintonia com a política nacional de substituição de insumos, há o Pólo Petroquímico, cujas obras seguem as etapas e os ritmos predeterminados.

O que se pretende colocar em evidência é que o esforço anti-recessivo, combinado com o controle dos desequilíbrios mais agudos da economia brasileira, há de encontrar no Rio Grande do Sul, um aparelho produtivo existente, e em instalação apto a proporcionar um apoio significativo, trazendo como contrapartida uma ampla assimilação de estímulos para seu desenvolvimento.

Um política, como a esboçada, tem que ser posteriormente discriminatória, priorizando setores e atividades que se coadunem diretamente com os objetivos destacados. O Rio Grande do Sul, por seus antecedentes e pela orientação que vem recebendo nos últimos anos, quanto a diversificação de sua economia e aproveitamento de

seu potencial, pode sair contemplado vantajosamente. Pode acontecer com o Estado o mesmo que com um país que recebe uma crise externa com o sinal contrário, na medida em que logra substituir os estímulos em declínio por outros, internos, de vigor semelhante. Quanto mais o Estado avançar com seu segmento energético e com o relacionado com a substituição de importações, mais claras vão ficando essas possibilidades.

CONCLUSÃO

O ano de 1980 foi assinalado por excelente crescimento do Produto, bom nível de emprego e de ingressos.

Numa etapa de retificações imposta pelos fortes desequilíbrios, esses benefícios nem são distribuídos igualmente por todos os setores, nem são assegurados a todos. Essa é uma característica que marca o exercício passado, e as próprias vacilações e vaivéns da política testemunham apenas a tentativa de iludir o inevitável. O período é também de transição, onde a sustentação do Produto se faz com fortes defasagens de uns setores em relação a outros. O Rio Grande do Sul vem aproveitando todas as oportunidades que a conjuntura oferece, tentando ampliar ao máximo sua capacidade de assimilar estímulos de crescimento. Dentro desse propósito é que as iniciativas junto ao BNDE, no sentido de participação de suas várias linhas de financiamento por intermédio do BADESUL e do BRDE, colocam o Estado em segundo lugar entre seus usuários.

Dentro também desse objetivo geral se inscrevem as iniciativas do Fundo de Desenvolvimento Industrial e da Companhia Rio-grandense de Participações, instrumentos pensados essencialmente para modernização da indústria local e para apoio de novos empreendimentos relacionados com a eletrônica, 3ª geração do Pólo e metal-mecânica, para as quais se apresentam oportunidades de real importância.

É preciso forçar ao máximo o nível de investimentos no Estado, e tudo está sendo cuidado para que o Rio Grande ganhe participação na economia brasileira, mesmo que todos tenham que enfrentar menores taxas de crescimento.

ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

ADMINISTRAÇÃO

- **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
- **COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS – CORAG**
- **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL – PROCERGS**

ADMINISTRAÇÃO

A área é composta de diversos setores que servem de suporte administrativo ao Estado.

Os órgãos são articulados entre si e visam ao desenvolvimento e a integração sócio-política e econômica a nível estadual.

Para levar a contendo a administração na esfera estadual, o Estado conta com a Secretaria da Administração, a Companhia Riograndense de Artes Gráficas – CORAG –, a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS – e a Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul – SUTERGS. Além dos órgãos citados da Administração Direta e Indireta, os demais desenvolvem, através dos seus setores, trabalhos que objetivam agilizar e melhor atender aos problemas administrativos que são da competência do Estado.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração, para melhor atender o bem-estar dos servidores públicos, concluiu no final do presente exercício um Projeto de Pesquisa, atingindo inicialmente os servidores que exercem suas atividades no Centro Administrativo. O projeto diagnosticou e traçou o perfil dos seguintes aspectos:

- atendimento a menores de 0 a 6 anos;
- idosos;
- habitação;
- aperfeiçoamento profissional;
- satisfação no trabalho;
- equipamento e serviços externos;
- alimentação;
- transporte;
- lazer;
- preparo da aposentadoria.



A Secretaria da Administração cadastrou, conforme os levantamentos enviados por órgãos da administração direta e indireta, 4.000 imóveis que estão sob a administração, ou uso, a qualquer título, de órgão vinculado ou subordinado a cada Secretaria.

Destacam-se a seguir alguns dos principais objetivos da Secretaria da Administração, com suas respectivas realizações para o ano de 1980.

OBJETIVO:

proceder ao cadastramento dos servidores do Estado.

REALIZAÇÕES:

- conferência e validade dos dados do cadastro - 140.969 servidores;
- cadastramento e/ou recadastramento de servidores (nomeados ou contratados) - 17.322 servidores;
- conferência e validade dos dados das grades de efetividade relativas ao período anterior, no ano de 1978 e parte de 1979 - 148.475;
- atualização e transcrição das grades de vantagens diversas - 85.497 servidores;
- abertura de fichas no trimestre, aguardando a matrícula a ser fornecida pelo Tesouro do Estado - 13.244 servidores.

OBJETIVO:

nomear os concursados e enquadrar os servidores no novo plano de classificação de cargos.

REALIZAÇÕES:

- nomeação de professores concursados - 7.618 professores;
- nomeação de Agentes Administrativos Auxiliares - 479;
- nomeação de servidores estabilizados - 3.484 servidores;
- enquadramento no Plano de Classificação de Cargos - 10.171 enquadramentos.

OBJETIVO:

desenvolver a política de pessoal: efetivação dos funcionários estáveis da administração direta; plano de classificação de cargos e reorganização administrativa das prefeituras do Estado.

REALIZAÇÕES:

- estudo de processos de servidores estáveis;
- listagem dos estáveis;
- planejamento de um fichário por assunto para a legislação;
- planejamento e elaboração de Ficha de Registro Funcional;
- elaboração de tabela de vencimento de extra-numerários e contratados pela CLT;
- levantamento de carga horária dos servidores de Prefeituras Municipais;
- assessoria na área de pessoal – Tramandaí, Pelotas, Itaqui, São Luiz Gonzaga.

OBJETIVO:

selecionar candidatos e proceder os respectivos concursos para os quadros de pessoal do Estado.

REALIZAÇÕES:

- concursos:
 - concluídos, homologados ou em fase de nomeação: Assistente Judiciário, Nutricionista, Técnico em Contabilidade, Assistente Técnico do Registro do Comércio, Oficial Fazendário;
- conclusão da inscrição e avaliação de títulos do Concurso do Magistério;
- andamento dos concursos: Fiscal do ICM, para Estágio Preparatório dos Serviços Psiquiátricos Forenses, Bibliotecário Jurídico;
- abertura de inscrição para o concurso de Oficial Fazendário.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS – CORAG

Cabe à CORAG imprimir o Diário Oficial, constante do caderno do Governo, Diários da Indústria e Comércio e da Justiça. É a impressão que mais representa em termos financeiros. Do total de Cr\$ 193.371.000,00 de receita da empresa, 55% foram utilizados para o Diário Oficial.

Sendo a CORAG órgão de suporte de informação administrativa estadual, destacam-se a seguir os principais feitos em 1980, em função do seu objetivo principal, que é:

OBJETIVO:

editar e imprimir documentos do setor público e privado.

REALIZAÇÕES:

– Diário Oficial, Diário da Indústria e Comércio e Diário da Justiça	1.908.500
– Diário da Assembléia Legislativa	670.000
– Jornais Particulares	3.483.000
– Separatas Deputados	325.000
– Revistas Particulares	277.000
– Livros	70.000
– Impressos em Geral	13.170.000

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SUTERGS

A SUTERGS concluiu em 1980 o Cadastro Geral de Viaturas da Administração Direta e Indireta, que tinha sido iniciado em 1969. Foram cadastradas 4.556 unidades, o que possibilita um maior controle e flexibilidade na administração da frota de veículos do Estado.

Foram recolhidos 69 veículos Opala, de diversos órgãos da Administração Indireta, que estavam sendo usados como viaturas de representação por dirigentes que, por força da legislação, não tinham direito a tal vantagem.

Destaca-se, a seguir, o principal objetivo da SUTERGS, com às realizações em 1980.

OBJETIVO:

coordenar, executar e fiscalizar toda política referente à atvida-

de transporte oficial da administração pública estadual, estabelecida pelo chefe do poder executivo e pelo sistema de transporte oficial do Estado – SISTRAN.

REALIZAÇÕES:

– abastecimento de gasolina (26 órgãos) – litros	791.706
– transporte de pessoal e carga (serviços prestados a outros órgãos) km	168.249
– serviços de mecânica e consertos em geral – atendimentos	761
– cadastro geral de viaturas da administração direta e indireta – veículos	3.238
– aquisição de veículos – pareceres para a SISTRAN	144
– estudo e pareceres sobre alienação de veículos – veículos	345
– implantação de cotas de combustível para 1980 (58 órgãos) – litros	
gasolina	22.617.545
óleo diesel	49.995,728
Fuel-oil	54.419.912

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-PROCERGS**

A PROCERGS, como órgão responsável pela execução dos serviços de Processamento de Dados, durante o ano de 1980, teve desenvolvidas as seguintes realizações relacionadas segundo os objetivos a que atendem.

OBJETIVO:

valorizar o trabalho do profissional da área de processamento de dados, dando prioridade ao recrutamento e manutenção de técnicos formados na empresa ou nas entidades de ensino do Rio Grande do Sul.

REALIZAÇÕES:

- treinamento básico:
612 horas de treinamento para 142 participantes;
- desenvolvimento de pessoal:
3.147 horas de treinamento para 918 participantes;
- aperfeiçoamento profissional:
1.152 horas de treinamento para 92 participantes;

- clientes e usuários:
231 horas de treinamento para 213 participantes.

OBJETIVO:

dar prioridade ao atendimento das necessidades de tratamento de informações existentes nos órgãos da administração estadual do Rio Grande do Sul.

REALIZAÇÕES:

- recursos gerados e aplicados no atendimento de clientes.
- | | |
|-----------------------|--------------|
| TC - 1 | 95.136 horas |
| TC - 2 | 71.041 horas |
| TC - 3 | 32.502 horas |
| Desenho | 7.241 horas |
| Documentação | 12.760 horas |
| Controle de Qualidade | 35.890 horas |
| Digitação | 68.637 horas |
| Acabamento | 19.063 horas |

OBJETIVO:

colocar à disposição dos usuários, soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área de processamento de dados.

REALIZAÇÕES:

- pesquisa e desenvolvimento para o aperfeiçoamento da entrada de dados em COBRA 400;
- criação e viabilização de metodologia para entrada de dados e processamento distribuído em ED-311 e POLY-101 com o B-6.700;
- implantação do USERCODE;
- definição de nova sistemática de contabilidade de recursos de máquina B-6.700;
- definição de metodologia de contabilização e taxação de recursos para o IBM/370;
- desenvolvimento e implantação de novo MCS para a rede de TP;
- viabilização da interligação entre IBM/370 com ED-311, IBM/370 com COBRA 400, IBM/370 com B-6.700;

- desenvolvimento e implantação de Software emulador de terminal inteligente em Minicomputador POLY-101.

OBJETIVO:

trabalhar com uma taxa anual de crescimento real não inferior a 20%.

REALIZAÇÕES:

- faturamento de 1980: Cr\$ 396.544.000,00 (a preços de junho/79).

OBJETIVO:

descentralizar funcional e geograficamente as atividades de operação de sistemas, mantendo centralizado um planejamento e desenvolvimento.

REALIZAÇÕES:

- instalação de 3 Unidades Regionais;
- instalação de 2 Unidades Funcionais junto a clientes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
- SECRETARIA DA FAZENDA



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A expansão que o setor público brasileiro experimentou nos últimos 25 anos e o conseqüente aumento considerável do volume de despesas do Governo impuseram a necessidade de cuidados, cada vez maiores, quanto à distribuição dos limitados recursos públicos, principalmente quando o Governo se dispôs a intervir de forma crescente na economia, no sentido de promover o crescimento econômico simultaneamente com o combate à inflação e a redução do déficit orçamentário, que em 1962, chegara a alcançar 43% do PIB.

Diante disso, evidenciou-se a importância da criação de medidas que proporcionassem a racionalização dos dispêndios públicos, extensivas aos três níveis de governo, e que viessem a substituir o mero caráter de espontaneidade da distribuição até então vigente.

E é dentro dessa linha de ação que a Secretaria da Fazenda, responsável pela Administração Financeira, vem desenvolvendo as atividades relacionadas à obtenção e ao emprego dos recursos financeiros necessários ao atendimento das necessidades públicas.

SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades-meio, voltadas, em sua grande maioria, à manipulação das variáveis que, implícita ou explicitamente, relacionam-se ao binômio receita e despesa, cujo comportamento serviu de base à avaliação do desempenho do órgão.

Em dezembro de 1979, ao ser elaborada a programação financeira para 1980, foi estimado um déficit de Cr\$ 6,5 bilhões em decorrência de uma receita prevista correspondente a Cr\$ 56,0 bilhões e de uma despesa programada de Cr\$ 62,5 bilhões.

Já em abril de 1980, após a definição do aumento do

funcionalismo estadual, bem como o levantamento das prováveis insuficiências quanto à despesa programada, foi detectado um considerável acréscimo ao déficit anteriormente apurado, o qual elevou-se para 14,6 bilhões.

Entretanto, através das estimativas realizadas em novembro, já consideradas as prováveis insuficiências e a previsão da receita até o final do exercício, verificou-se uma redução no déficit da ordem de Cr\$ 8,4 bilhões, alcançando o mesmo a cifra de Cr\$ 6,2 bilhões, em consequência de uma diferencial na receita de 28%, percentual este bem superior ao da despesa que atingiu apenas 10%.

Diante disso, evidencia-se satisfatório o desempenho da Pasta Fazendária durante o exercício de 1980, tendo em vista que, apesar da difícil problemática com que se defrontaram as finanças públicas estaduais, na qual se insere um crescimento real do ICM estimado em 0,47%, foi possível conseguir-se uma participação do déficit na despesa total de 8%, a menor verificada nos últimos 7 (sete) anos, demonstrando a preocupação do Órgão em buscar uma eficiência sempre maior na distribuição dos escassos recursos à disposição do Estado.

Durante o ano de 1980, a Secretaria da Fazenda realizou diversas atividades, visando a alcançar os objetivos programados, que se resumem em:

OBJETIVO:

manter o programa de promoção tributária; racionalizar e disciplinar o gasto público; efetuar estudos sobre matéria financeira e tributária.

REALIZAÇÕES:

- manutenção de Programa de Promoção Tributária através de: publicações em jornais da capital e interior; divulgação em emissoras de rádio e TV; palestras em escolas e associações com distribuição de materiais;
- execução da programação financeira do Estado;
- elaboração da Programação Financeira a ser aplicada em 1981;
- elaboração de trabalhos;

publicado: O ICM por Setores Econômicos em 1979

em elaboração: **Análise das Compras do Estado**
Finanças do Estado – Vol. XXIX
Administração Tributária por Objetivos
Dívida Pública e Investimento Governamental.

OBJETIVO:

proceder à julgamento em 2ª Instância de Recursos Fiscais oriundos da 1ª Instância (Secretaria da Fazenda)

REALIZAÇÕES:

- julgamento de 434 processos.

OBJETIVO:

proceder à execução da Política de Material do Estado.

REALIZAÇÕES:

- execução de convênio, objetivando adquirir material destinado à Secretaria da Saúde, com recursos originários do INAMPS e repassados ao DECAM, para aquela finalidade específica, no valor de Cr\$ 90.897.977,98;
- execução das operações de importação para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, bem como das empresas subsidiárias de Sociedade de Economia Mista, determinada através do Decreto Nº 29.529, de 27.02.80 no valor de Cr\$ 6.328.252,49;
- implantação do sistema, por computação eletrônica de dados, para controle do Fundo de Estoque de Materiais;
- estabelecimento de algumas rotinas administrativas, como consequência de reestruturação dos órgãos pelo Decreto nº 29.752/80;
- sistema de controle dos gêneros de alimentação, preparação do projeto com estudos de determinação de um plano piloto com órgãos da SUSEPE, visando à implantação de um sistema especial para o controle dos gêneros de alimentação.

OBJETIVO:

programar, coordenar e exercer a fiscalização do imposto de circulação de mercadorias (ICM).

REALIZAÇÕES:

- Fiscalização geral
 16.722 verificações fiscais, correspondendo a 13.822 autos

de lançamento lavrados e Cr\$ 2.727.187.000,00 de tributos exigidos;

- fiscalização no trânsito de mercadorias
 - . 18.362 verificações no trânsito de mercadorias, correspondendo a 13.996 autos de lançamento lavrados, 4.366 termos de ocorrência lavrados e Cr\$ 343.164.000,00 de tributos exigidos;
- seleção de 10 municípios para implantação do Projeto CIATA, em 1981;
- implantação do Projeto CIATA em 5 municípios, selecionados em 1979.

OBJETIVO:

agilizar o sistema de arrecadação e incrementar as receitas tributárias estaduais; através do Projeto CIATA (Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo às Municipalidades) proporcionar autonomia econômica e administrativa às municipalidades.

REALIZAÇÕES:

- regionalização de entrada de dados de arrecadação através de terminais de computação eletrônica em 4 Pólos Regionais;
- implantação do DOC – Documento de Crédito no sistema de arrecadação de tributos;
- incremento na notificação aos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, ação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado e pesquisa de bens para garantia de créditos tributários, responsável pela obtenção de Cr\$ 351.810.997,00 até novembro de 1980.
- pesquisa de valores e levantamento de imóveis por logradouro, no interior do Estado, para implantação de novos cadastros de Imposto de Transmissão em 8 municípios;
- redução de tempo para liberação de guias de avaliação de

imóveis, na Capital, relacionadas com o Sistema Financeiro de Habitação, de 5 dias, para 24 horas.

OBJETIVO:

aprimorar o sistema de pagamento de pessoal do Estado e proporcionar aos órgãos responsáveis pela política financeira maiores e melhores elementos para decisões relativas à política de pessoal no Estado.

REALIZAÇÕES:

- complementação do cadastro funcional com a elaboração de 88.000 fichas;
- implantação do pagamento de pessoal em 2 órgãos da Administração Indireta: Fundação de Economia e Estatística - FEE e Fundação Escola Técnica Liberato S.V. da Cunha-FETLSVC.

OBJETIVO:

otimizar o fluxo de caixa e a previsão da receita, da despesa e de outros relatórios, com a adoção de novas técnicas de projeção, visando à redução de tempo, à redução de custo e à maior confiabilidade.

REALIZAÇÕES:

- implantação em processamento de dados, pelo Sistema POLIMAX, do Controle da Receita e da Despesa através dos seguintes relatórios:
 - . Fluxo de Caixa
 - . Previsão e Realização da Receita e da Despesa
 - . Posição Financeira da Administração Indireta
 - . Demonstrativo dos Compromissos do Estado
 - . Acompanhamento das Oscilações dos Valores Mensais das folhas de Pessoal da Administração Direta e Indireta.

OBJETIVO:

proceder ao controle do patrimônio do Estado visando ao tombamento dos bens imóveis existentes, ao incremento da arrecadação (foro anual, laudêmio e autorização de uso).

REALIZAÇÕES:

- tombamento de 324 bens imóveis;
- incremento à arrecadação no valor de Cr\$ 17.000.000,00.

OBJETIVO:

realizar estudos sobre o resultado da gestão financeira e patrimonial do Estado e prestar assessoramento técnico-contábil ao contador e auditor-geral e demais unidades do CAGE.

REALIZAÇÕES:

- elaboração do Ementário da Despesa para 1981 e respectiva legislação;
- elaboração do classificador de gastos para 1981;
- elaboração da proposta para alteração da lei sobre adiantamentos;
- elaboração da proposta para alteração da lei sobre auxílios;
- estudos para elaboração do Ementário da Receita;
- atualização do Plano de Contas do Estado;
- elaboração do manual de Lançamentos Contábeis para 1981.

OBJETIVO:

proceder à centralização de dados contábeis para a alimentação do sistema eletrônico de processamento de dados que fornece o acompanhamento diário e mensal da execução orçamentária financeira da Administração Direta do Estado.

REALIZAÇÕES:

- planejamento e programação de rotina para o controle de rubricas compromissadas;
- implantação do projeto lógico do subsistema ARC (Automação da Relevação Contábil);
- implantação do controle de rubricas compromissadas.

OBJETIVO:

realizar auditoria na Administração Direta, Indireta e Fundações.

REALIZAÇÕES:

- relatório e Parecer da Auditoria das seguintes entidades:
 - . Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (parcial)
 - . Instituto Sul-Riograndense de Carnes
 - . Produtos Gaúchos S. A.
- auditorias em fase de trabalho de campo:
 - . Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
 - . Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
 - . Fundação Metropolitana de Planejamento
 - . Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul
 - . Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
 - . Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
 - . Fundação Estadual Padre Landel de Moura – FEPLAM
- exame das aplicações financeiras das Sociedades de Economia Mista;
- acompanhamento da movimentação de pessoal da Administração Indireta.

OBJETIVO:

proceder à revelação contábil e controle interno da administração direta; ao assessoramento técnico-contábil aos órgãos superiores das secretarias de Estado; à gerência da Dívida Pública.

REALIZAÇÕES:

- aprimoramento do acompanhamento da Dívida Pública através do processamento eletrônico;



- relatórios mensais do endividamento ao Banco Central (Direta e Indireta) e SAREM;
- implementação do processamento de dados ARC – nas Seccionais.

OBJETIVO:

Exercer ação normativa, coordenadora e fiscalizadora do sistema financeiro do Estado.

REALIZAÇÕES:

- planejamento e estudo para nova elevação do capital social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul;
- manutenção de um boletim financeiro, quinzenal, nas instituições da administração indireta, destinado à apuração e controle das disponibilidades de recursos e aplicações financeiras realizadas pelas referidas instituições no Sistema Financeiro do Estado;
- análise das operações de crédito e de financiamento, passivas de interesse das instituições da Administração Indireta junto a Agentes Financeiros.

PLANEJAMENTO

- SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE**
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FAPERGS**

PLANEJAMENTO

A implantação do Sistema Estadual de Planejamento vem sendo conduzida, gradativamente com o objetivo de organizar as atividades de planejamento dentro de uma concepção sistêmica. Partindo deste princípio, várias etapas foram percorridas com base na convicção de que é preciso e cada vez mais necessário partir-se para ações coordenadas e coerentes no sentido de dar maior racionalidade ao sistema econômico.

Baseada em experiências anteriores, e aproveitando as estruturas funcionais já em vigor, a montagem do SEP foi-se adaptando às necessidades ditadas pela atual realidade do Estado e, ao mesmo tempo, foi facultando a criação de novas frentes, na medida em que sua necessidade se fizesse sentir em termos da atuação concebida para o sistema.

A este programa, além da Secretaria de Coordenação e Planejamento, cabeça do Sistema de Planejamento, estão vinculadas as atividades desenvolvidas pela Fundação de Economia e Estatística – FEE e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul-FAPERGS.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, dando continuidade à implantação do SEP, através da operacionalização de seus subsistemas, e perseguindo sempre um aperfeiçoamento gradativo do mesmo, viu durante o ano de 1980, o surgimento de um novo subsistema, qual seja Subsistema Técnico de Programas e Projetos-SUTEP, que tem por objetivo proporcionar, através da compatibilização dos programas que estão sendo desenvolvidos a nível de Setor Público, uma visão de conjunto da ação dos órgãos da Administração Estadual, possibilitando, assim, uma integração maior por parte deste e evitando paralelismo de atividades.

Na sua primeira etapa de implantação, o SUTEP elaborou um roteiro básico para a descrição dos programas setoriais ou subsetoriais pelo qual cada órgão será responsável.

Como orientação para o desenvolvimento deste roteiro e buscando uma apresentação mais ou menos homogênea, por parte dos órgãos públicos, quando da apresentação destes programas, foi elaborado também um Manual de Instruções.

O acompanhamento da Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul vem sendo desenvolvido pelo Subsistema de Acompanhamento da Política do Governo-SAPG através do preenchimento trimestral de seus formulários.

Para o acompanhamento das realizações do Governo, durante o primeiro ano de seu mandato, foi efetuada durante o mês de abril a segunda avaliação da Política do Governo, na qual se reuniram os Titulares das diferentes Secretarias de Estado, acompanhados dos Presidentes de Órgãos Vinculados.

O Subsistema de Necessidades Espaciais-SNE-deu continuidade aos trabalhos dos três setores até agora estudados-Educação, Saúde e Segurança, bem como realizou estudo da distribuição regional dos recursos públicos, programados anualmente e realizados em cada trimestre. Nesse mesmo sentido vem sendo feito o levantamento, por região de programação, das metas físicas alcançadas em cada um dos programas.

Cumprindo mais uma etapa na busca de seu aprimoramento, o Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro de Projetos-SAFFI, durante o ano de 1980, introduziu o acompanhamento a nível de subprojeto por município, visando, com isso, a um maior conhecimento da distribuição regional dos investimentos no Estado.

Foi realizado também durante o mês de setembro o I Encontro do Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro de Projetos, que contou com a participação de vários Estados, além de representantes de diversos organismos estaduais.

Como resposta ao objetivo de interiorizar a sua rede de informações o Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas-SEITE conta, atualmente, com a participação de 185 municípios.

A organização de um Banco de Dados Regionais em alguns municípios também encontra-se em andamento, estando atualmente em fase de estudos.

Dando continuidade às atividades que lhe são inerentes e de posse de informações sobre os diferentes Centros de Treinamento existentes na Administração Estadual o Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos – SARH, partiu para uma nova forma de integração, qual seja, a reunião dos técnicos que operam na área do treinamento em encontros anuais de que é exemplo o II Encontro sobre Treinamento de Servidores Públicos, realizado no mês de agosto.

O Subsistema Estadual de Acompanhamento das atividades de Planejamento – SEAP – caracterizou-se pela execução, de forma racional, de atividades comuns de apoio ao Sistema Estadual de Planejamento – SEP – bem como aos subsistemas componentes do mesmo, atuando através de atividades de programação, de apoio à produção, de apresentação e de divulgação de todo o SEP.

Através da realização de reuniões periódicas, continuaram sendo desenvolvidos os contatos com as agências setoriais, buscando cada vez mais a participação efetiva das mesmas no processo, tendo atuado como fator propulsor desse desenvolvimento a criação das Assessorias de Planejamento em cada Secretaria de Estado.

Paralelamente às atividades desenvolvidas pelos subsistemas houve aquelas endereçadas à modernização administrativa, entendida como um processo dinâmico, contínuo, abrangente e permanente, voltado ao aperfeiçoamento das instituições governamentais, na sua capacidade de processar e utilizar recursos especializados para a execução de programas e projetos, consideradas as relações de estrutura – função – objetivo – custo – processo – produto, necessidades – políticas – prioridades e programas – recursos – resultados – impactos.

A modernização administrativa busca reformular as normas, procedimentos e as rotinas administrativas existentes, visando à sua racionalização, à redução de tempo e de custos operacionais na prestação de serviços ao público usuário dos órgãos governamentais, assegurando a melhoria dos padrões de desempenho destes órgãos.

A SCP, ainda no cumprimento de suas atribuições, desenvol-

veu, a exemplo dos exercícios anteriores, a coordenação e a supervisão das etapas relativas à elaboração do orçamento-programa anual e do orçamento plurianual de investimentos, referentes à Administração Direta e Autarquia Estadual, bem como o acompanhamento da execução orçamentária pela abertura de créditos adicionais, a administração do Fundo de Investimentos Urbanos – FUNDURBANO/RS e a análise dos planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios.

No que tange à elaboração do orçamento-programa cabe destacar a integração planejamento-orçamento, através da qual o orçamento para 1981 encontra-se notadamente enriquecido, com a ampliação das descrições dos projetos e das atividades e, também, dos indicadores setoriais. As atividades e os projetos têm descritos, na totalidade destes, os objetivos gerais a serem alcançados e grande parte dos mesmos, também a sua quantificação física.

De outra parte, os indicadores setoriais refletem as principais realizações dos órgãos da administração direta e indireta nos últimos cinco anos. Estes indicadores em muito contribuem para o princípio da clareza do orçamento que desacompanhado das referidas informações torna o documento orçamentário excessivamente técnico e de difícil inteligibilidade à população em geral.

A dificuldade até agora encontrada na integração plano e orçamento se assenta no fato de os planos apresentarem, em sua maioria, um caráter orientador, e neles serem estabelecidos objetivos e metas muito gerais.

Além disso, as ações do governo nem sempre representam preocupação orçamentária.

Quanto ao acompanhamento da execução orçamentária pela abertura de créditos adicionais há a registrar que estes basicamente se referem à transposições de Despesas Correntes destacando-se entre estas as suplementações das despesas com pessoal, através da Reserva de Contingência.

Com relação ao FUNDO DE INVESTIMENTOS URBANOS – FUNDURBANO/RS merece referência que este foi instituído com o objetivo de financiar ou subsidiar investimentos ou serviços para o desenvolvimento da Região Metropolitana e obras de infra-estrutura urbana nos municípios do Estado.

No exercício de 1980, o FUNDURBANO/RS operacionalizou

auxílios e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aos municípios gaúchos utilizando recursos das seguintes fontes: Cota-Parte do Adicional sobre o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG/RS), Parte do Fundo de Participação do Estado (FPE) – repasses Federais, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) e Receitas próprias.

CONTRATOS	Nº	Valor – Cr\$ 1.000
Auxílios concedidos	106	110.600
Financiamentos	149	142.750
TOTAL	255	253.350

Neste exercício foram processados, ainda, pagamentos de restos a pagar de contratos anteriores, bem como recebimento de prestação de contas e recebimento de mais de 200 obras em atendimento a cláusulas contratuais.

Com referência ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, foram recebidos e analisados os Planos de Aplicação dos 232 municípios e, no decorrer do exercício, feitas as reformulações de 147 planos.

Durante o ano de 1980, as realizações agrupadas segundo os objetivos programados estão assim distribuídas:

OBJETIVO:

implantar o Sistema Estadual de Planejamento.

REALIZAÇÕES:

Subsistema Técnico de Programas e Projetos – SUTEP

- elaboração do manual do SUTEP – a realização deste documento surgiu da necessidade de se manter um esquema mais ou menos homogêneo para a descrição de programas pelos diversos órgãos públicos, que permita à Central de Planejamento conhecer e compatibilizar todos aqueles projetos que estão sendo desenvolvidos na esfera pública, com vistas a uma coordenação efetiva dos mesmos;
- conclusão e publicação do manual de instruções do SUTEP;

- compatibilização das descrições de atividades e projetos que integrarão o Orçamento Anual do Estado, relativo ao exercício de 1981;
- prestação de assessoria à equipe técnica da Secretaria de Segurança Pública, responsável pela elaboração do projeto de construção da Escola de Polícia do Estado;
- escolha das primeiras setoriais de Planejamento que terão seus programas desenvolvidos com a colaboração do SUTEP. Para a seleção destes programas dois aspectos foram levados em consideração: as prioridades estabelecidas através da "Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul" e o interesse demonstrado por algumas Secretarias para a elaboração dos mesmos;

Os programas selecionados são: Transporte Rodoviário, Segurança Pública, Turismo, Telecomunicações, Ensino de 1º Grau, Planejamento Governamental;

- elaboração do Programa Planejamento Governamental; levantamento dos dados existentes;
- participação de reuniões com a finalidade de apresentar o roteiro do SUTEP e discutir a viabilidade de descrever os programas, nas seguintes setoriais: Secretaria dos Transportes - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER, Secretaria da Educação, Secretaria de Turismo, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT).

Subsistema de Acompanhamento da Política de Governo - SAPG

- Coordenação das atividades de elaboração da Mensagem do Governo à Assembléia Legislativa;
- realização de reuniões com as Assessorias de Planejamento dos órgãos da Administração Direta Estadual com a finalidade de aperfeiçoar o preenchimento dos formulários do SAPG;
- organização do calendário da 2ª Avaliação do Plano de Governo para as Secretarias de Estado;

- participação nas reuniões da 2ª Avaliação do Plano de Governo;
- coordenação da elaboração dos relatórios da 2ª Avaliação do Plano de Governo;
- cadastramento das principais realizações do Executivo no ano de 1979, agrupadas segundo objetivos do Plano de Governo;
- elaboração de indicadores físicos de alguns órgãos da Administração Estadual;
- participação no grupo de trabalho da Secretaria da Educação para atualização do diagnóstico referente ao componente Rede Física.

Subsistema de Necessidades Espaciais – SNE

- Estudos na área da Educação através da elaboração de mapas para:
 - . coeficiente de matrícula da população escolarizável – 1977;
 - . coeficiente de matrícula na idade correspondente à série – 1977;
 - . coeficiente de repetência – 1977;
 - . coeficiente de aprovação – 1977/1978;
 - . coeficiente de abandono – 1977/1978.
- Estudos na área de Segurança, através da elaboração de mapas para:
 - . coeficiente de criminalidade 1977/78/79 e
 - . análise do correspondente de coeficiente de criminalidade nas Regiões de Programação, no período de 1977 a 1979.
- Estudos da distribuição de recursos:

Levantamento dos recursos previstos para o ano de 1979 e realizados até o 4º trimestre por programa, segundo as regiões de programação;

- . levantamento dos recursos realizados e das metas físicas alcançadas, por Região de Programação, segundo o programa no ano de 1979 e segundo trimestre de 1980;
- levantamento dos recursos previstos para o ano de 1980 e realizados no 1º, 2º e 3º trimestres, por programa, segundo as regiões de programação.
- Atividades relacionadas à elaboração do Orçamento de 1981:
 - . coordenação dos trabalhos de seleção e mapeamento de recursos físicos e indicadores setoriais para constarem no orçamento de 1981;
 - . participação em estudos do SAFFI visando à reformulação dos relatórios trimestrais – sugestão de modelo para novos relatórios com informações por função e programas segundo as Regiões de Programação.

Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos – SARH

- Elaboração de subsídios sobre ensino regular em municípios de regiões minifundiárias;
- elaboração de formulários para coleta de informações sobre treinamento do servidor público;
- distribuição e recebimento dos formulários preenchidos pelos órgãos da Administração Direta e Indireta;
- edição do Relatório sobre Treinamento na Administração Direta 75/78;
- edição e distribuição do Relatório sobre o I Encontro sobre Treinamento do Servidor Público;
- programação e realização do II Encontro sobre Treinamento do Servidor Público:
 - . 10 reuniões preparatórias com as setoriais
 - . 6 reuniões diversas sobre o assunto
- assistência ao 9º Congresso sobre Treinamento e Desenvolvimento, com elaboração de relatório correspondente;
- elaboração de três artigos para o Boletim do SEP;

- participação em comissão para montagem de projeto sobre Banco de Dados de Pessoal:
 - . 19 reuniões assistidas
 - . Elaboração de Projeto
- colaboração com o SAFFI na montagem do projeto do I Encontro sobre Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos.

Subsistema Estadual de Acompanhamento das Atividades de Planejamento – SEAP

- Acompanhamento das atividades de Programação do SEP e do próprio subsistema:
 - . reunião e compatibilização das 12 programações de cada um dos 7 subsistemas;
 - . reunião e compatibilização das programações dos departamentos da SCP;
- programação, elaboração e revisão dos Boletins bimestrais do SEP;
 - . reunião e compatibilização dos relatórios dos subsistemas para expedição e/ou publicação;
- programação e/ou encaminhamento das seguintes publicações:
 - . manual de instruções para coleta de informações do servidor público;
 - . manual de instruções do SUTEP;
 - . programação das atividades da SCP-1980;
 - . análise de investimentos do Setor Público Estadual, RS;
 - . manual de instruções para coleta de informações do Servidor Público;
 - . relatório da 2ª Avaliação da Política de Governo (restrito);
 - . diagnóstico externo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Formação Profissional (restrito);

- . inspeção pelo SAFFI: um aperfeiçoamento no processo decisório;
 - . formulários para informações sobre a Política de Governo;
 - . formulários para coleta de informação sobre o Treinamento do Servidor Público;
 - . relatórios das atividades dos subsistemas;
 - . programação e elaboração de cronograma das atividades do SEP;
- previsão de temas dos Boletins de Planejamento para 1981;
 - estocagem de artigos para o Boletim;
 - atividades de apoio à produção do SEP:
 - . organização, embalagem e expedição de documentos, boletins, relatórios e publicações do SEP e demais subsistemas;
 - . atualização do cadastro dos representantes setoriais de planejamento, demais órgãos e clientes do Boletim;
 - . acompanhamento das publicações dos subsistemas;
 - . programação, digitação e emissão de trabalhos para: SEAP, SAFFI, DEPOR, SARH, SEITE, FEE, CEPEDI, SNE;
 - atividades de apresentação e representação:
 - . programação de contatos entre os técnicos do SEP e visitantes de outros Estados;
 - . promoção de contatos entre técnicos do SEP e de outros órgãos ou entidades do Estado;
 - . organização de agenda de reuniões do SEP;
 - . divulgação de cursos e seminários;
 - . expedição de relatórios dos subsistemas;
 - . expedição de demonstrativo do SAFFI e SAPG;
 - serviço de documentação:

- . seleção, montagem, duplicação, controle e distribuição de recortes do Diário Oficial a partir de julho do corrente ano;
- . encaminhamento e arquivo de correspondência e de documentos num total de 229, a partir do corrente ano.

Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos – SAFFI

- Levantamento e publicação dos investimentos previstos e realizados e da amortização da dívida do Setor Público Estadual 1975/1979;
- realização do 1º Encontro sobre Acompanhamento-Físico-Financeiro de Projetos da Região Sul;
- estudos para o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos-SAFFI III
- Novos formulários para o cadastro e execução, novo lay-out dos relatórios para 1981;
- assinatura do Convênio de Cooperação Técnica para estudo e implantação de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos entre os Governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal;
- distribuição, recebimento, conferência e processamento de informações dos projetos e subprojetos, referente à execução trimestral – 4º trimestre de 1979, cadastro 1980 e execução trimestral – 1º, 2º e 3º trimestre de 1980.

OBJETIVO:

elaborar as propostas de orçamento anual, plurianual e analítico.

REALIZAÇÕES:

- edição do orçamento Anual;
- edição do orçamento Plurianual;
- edição do orçamento analítico.

OBJETIVO:

acompanhar a execução orçamentária para abertura de créditos adicionais.

REALIZAÇÕES:

- Elaboração de 37 leis e 150 decretos;
- elaboração de 220 informações justificativas para a elaboração de leis e decretos.

OBJETIVO:

prestar assessoramento técnico aos municípios, orientando-os na elaboração de planos de fundos federais.

REALIZAÇÕES:

- Contatos e Instruções (reuniões) em número de 464.

OBJETIVO:

executar e controlar a aplicação do FUNDURBANO/RS tanto no que diz respeito a financiamentos como a auxílios.

REALIZAÇÕES:

- Elaboração de 150 contratos de financiamentos (análise financeira);
- acompanhamento de 2.400 financiamentos (cálculo, juros e correção monetária);
- elaboração de 110 contratos de auxílios;
- acompanhamento de 1.280 auxílios.

OBJETIVO:

implantar o sistema de organização administrativa.

REALIZAÇÕES:

- Análise e estudo de Regimentos Internos;
- levantamentos e análise de dados para reorganização dos protocolos das Secretarias e Central de Correspondência;

OBJETIVO:

colaborar na organização estrutural e de sistemas de atividades no setor público estadual.

REALIZAÇÕES:

- Sistema Estadual de Proteção Ambiental;
- Sistema de Pesquisa Científica e Tecnológica;

- elaboração de 4 pareceres em planos de classificação de cargos de funcionários.

OBJETIVO:

proceder ao controle de recursos humanos na administração direta e indireta.

REALIZAÇÕES:

- estudos de recursos humanos dos órgãos da Administração Pública

OBJETIVO:

realizar pesquisas

REALIZAÇÕES:

- estudo dos fatores responsáveis pela interrupção de vacinação básica de crianças até um ano;
- demanda de serviços médicos e de medicina popular no Rio Grande do Sul (aplicação de questionário).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Na sua trajetória de realizações, a FEE prosseguiu em seu esforço de colocar à disposição da coletividade rio-grandense, em particular dos responsáveis pela condução dos destinos do Estado, programas, estudos e pesquisas de natureza sócio-econômica, bem como informações técnicas e estatísticas. Com vistas à consecução desses objetivos não foram poupados esforços, buscando-se, sempre, um aprimoramento qualitativo e um alargamento da abrangência dos trabalhos.

Esses esforços materializaram-se nas sessenta e cinco publicações que a FEE lançou em 1980, não se computando nesse total os trabalhos de sua equipe técnica que têm sido veiculados através de órgãos da imprensa gaúcha. Entre as realizações, cabe mencionar, em primeiro lugar, a conclusão de mais dois tomos da série “25 Anos de Economia Gaúcha”, série esta que deu creditibilidade nacional à Fundação e que se constitui hoje fonte obrigatória de consulta para todos os estudiosos da realidade estadual.

Não menos importante é a continuidade dos “Indicadores Econômicos – RS”, contendo análises conjunturais, reconhecida-

mente de alta qualidade, sobre a economia estadual. O reconhecimento granjeado pelos "Indicadores" encontra expressão, por exemplo, no interesse com que outras instituições científicas, mesmo de âmbito nacional, aguardam essa publicação periódica.

A ampla aceitação junto ao meio técnico especializado também se fez sentir por ocasião do lançamento dos "Ensaio FEE", uma revista que foi criada para canalizar o debate científico, atinente à área sócio-econômica, que se desenvolve no Rio Grande do Sul, e que não apenas vai servir para a veiculação de idéias, conclusões, argumentos e investigações dos integrantes do quadro da própria Fundação, mas que também estará aberta às contribuições de cientistas sociais que atuam em outras instituições.

Um documento igualmente aguardado com grande expectativa, ao final de cada ano, é o "Desempenho da Economia do RS". Esse estudo é encarado por técnicos e pela imprensa especializada como uma das frentes de trabalho mais bem sucedidas no esforço de se aquilatar, no encerramento de cada exercício e com a necessária objetividade, tanto o desempenho geral da economia gaúcha, inserida no contexto nacional, como a de seus diferentes setores produtivos.

Por sua vez, o estudo sobre a "Evolução dos Setores Sociais no RS", que se encontra em andamento e que se constituirá no volume sete da série "25 Anos de Economia Gaúcha", permitirá retomar em breve o acompanhamento conjuntural desses setores através de um elenco de indicadores sociais, elaborados com base no conhecimento histórico adquirido.

Outro estudo que se encontra em fase final de elaboração refere-se à "Política de Preços Mínimos". Este estudo poderá se constituir em importante ponto de apoio para as reivindicações do Governo Estadual junto a órgãos federais, no sentido de se estabelecerem diretrizes de política agrícola mais adequadas as particularidades do Rio Grande do Sul no contexto nacional.

Também merece destaque a construção, no âmbito da FEE, de um modelo macroeconômico perspectivo para a economia gaúcha, o que permitirá que em 1981 se iniciem estudos visando à elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo para o Rio Grande do Sul. Foi com vistas ao desenvolvimento regional, aliás, que a FEE divulgou ao longo de 1980 mais alguns documentos referentes ao programa específico para o Litoral Norte.

De outro lado, estudos em relação a fontes e usos de energia no Rio Grande do Sul já permitiram a elaboração de um balanço

energético do Estado e um levantamento geral de todas as tecnologias conhecidas no mundo para promover a utilização mais eficiente e eficaz do carvão gaúcho. Preocupações quanto a fontes alternativas de energia também determinaram que a Fundação se voltasse a uma série de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para a produção energética com base nas potencialidades do Estado.

Cabe destacar, outrossim, como produto de um trabalho mais amplo que se desenvolve com vistas à utilização de recursos hídricos, a publicação do "Plano Diretor de Irrigação do Rio Grande do Sul". Este plano propõe-se basicamente a estabelecer, através de diretrizes gerais, a política norteadora de uma ação conjugada das diferentes entidades públicas e privadas que se relacionam com a irrigação e, de forma mais ampla, com a utilização de recursos hídricos.

No decorrer do ano de 1980, além de se dedicar aos trabalhos de sua exclusiva responsabilidade, a FEE voltou-se com decidida ênfase a uma maior integração não apenas com órgãos e instituições das esferas federal, estadual e municipal, como também com organismos privados. Essa integração, que possibilita a união de esforços, ao mesmo tempo em que evita a duplicidade de tarefas, revelou-se altamente profícua e promissora, a julgar pelos resultados já alcançados. Como fruto do trabalho conjunto, vários estudos foram publicados ao longo do ano e outros estão sendo desenvolvidos.

Além de buscar a integração de esforços com outros organismos, públicos e privados, a FEE vem sendo solicitada a proporcionar assessoria técnica a instituições congêneres de outras unidades da Federação. Está em andamento um trabalho nesse sentido junto ao Governo do Distrito Federal, e estão sendo ultimados os entendimentos para efetivação de convênios semelhantes com órgãos dos Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte.

No que se refere às atividades que se revestem de caráter permanente, como a armazenagem, o processamento e o fornecimento de dados, o atendimento de outras solicitações feitas pelo público, por organismos da Administração Estadual e por empresas privadas, a operação da biblioteca, etc., redobrados esforços foram despendidos no intuito de elevar cada vez mais a qualidade dos serviços prestados.

Afora as atividades acima mencionadas, cabe lembrar que a FEE vem se constituindo em órgão aglutinador de vários programas

governamentais, entre os quais cabe destacar o CONPETRO, o CONCARBO, o Equilíbrio Ecológico e, mais recentemente, o Conselho de Desenvolvimento do Litoral.

Agregadas segundo seus objetivos as realizações da Fundação de Economia e Estatística – FEE, estão abaixo discriminadas:

OBJETIVO:

estruturar e operar o sistema de contas regionais, elaborar indicadores econômicos e sociais e realizar estudos e pesquisas de caráter estrutural, sobre a realidade sócio-econômica.

REALIZAÇÕES:

- 25 Anos de Economia Gaúcha – Vol. 5. Tomo 3 – “Comércio de Mercadorias no Rio Grande do Sul;
- 25 Anos de Economia Gaúcha – Vol. 6 – Tomo 1 – “O Papel do Setor Público”;
- 25 Anos de Economia Gaúcha – Vol. 6 – Tomo 2 – “Avaliação do Setor Público Empresarial”;
- publicação dos Ensaio FEE nº 1, contendo 5 artigos e 2 resenhas;
- elaboração, em fase final, dos Ensaio FEE nº 2;
- Política de Preços Mínimos, trabalho em fase final de elaboração;
- 25 Anos de Economia Gaúcha – Vol. 7 – “Evolução dos Setores Sociais no RS”;
- área de Economia Internacional;
- área de Política Econômica;
- área de Economia Brasileira;
- área de Economia Brasileira;
- área de Economia Gaúcha;
- indicadores econômicos RS;
- sondagem conjuntural da Indústria de Transformação;
- desempenho da Economia do Rio Grande do Sul;

- cálculo do valor agregado da Economia Gaúcha;
- balança comercial do Rio Grande do Sul;
- estudo de deflatores para o RS;
- elaboração de artigos mensais sobre a conjuntura gaúcha e/ou nacional – convênio Correio do Povo;
- sondagem conjuntural da Indústria do Calçado;
- revista do SEITE – Publicação trimestral de divulgação de trabalhos técnicos e de atividades desenvolvidas pelo Sistema;
- seminário de Informação Econômica para jornalistas – SIEJ;
- Crônicas FEE.

OBJETIVO:

coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos.

REALIZAÇÕES:

- Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense;
- Termômetro de Vendas;
- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul; 1978/79;
- Resenha Estatística do Rio Grande do Sul; 1980;
- Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803 – 1950;
- Comércio por Vias Internas – 1973/75;
- Indicadores da Conjuntura;
- Termômetro de Vendas Nacional;
- Arquivos Municipais de Informações Estatísticas;
- Sistema de Informações para o Planejamento – SIP;

- levantamento de dados financeiros do setor público do Estado;
- informações estatísticas sócio-econômicas do RS;
- informações estatísticas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Mapoteca - arquivo de mapas do Rio Grande do Sul;
- interiorização do SEITE em 185 municípios;
- evolução da estatística - uma contribuição para o conhecimento histórico.

OBJETIVO:

colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução e controle da programação de projetos dos governos federal, estadual e municipal.

REALIZAÇÕES:

- projeto mercado de trabalho - RS;
- programa de florestamento no Litoral Norte do RS;
- programa de infra-estrutura do Litoral Norte do Estado;
- programa de laticínios;
- estímulos a projetos produtivos existentes no Litoral Norte do RS;
- integração agropecuária do Litoral Norte do RS;
- produção de biogás e tratamento da poluição em frigoríficos no RS;
- preços de produtos e recursos agropecuários no RS;
- programa de pesca para o Litoral Norte do Estado;
- fontes alternativas de energia;
- sensoriamento remoto;
- desenvolvimento industrial gaúcho: perspectivas;

- alternativas e estímulos;
- plano de utilização de recursos hídricos;
- índice de preços da mão-de-obra em montagens industriais no RS;
- cadastro de imóveis do Rio Grande do Sul;
- pesquisa de equipamentos urbanos das sedes dos municípios do RS;
- plano nacional de desenvolvimento de mão-de-obra – PLANFOR;
- demografia;
- panorama financeiro das empresas;
- análise dos investimentos do setor público estadual – 1975/1979;
- perspectivas de desenvolvimento do RS no longo prazo – esquema macroeconômico para um plano perspectivo;
- fontes e usos de energia no Rio Grande do Sul;
- estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira de álcool de madeira;
- inspeção do SAFFI: um aperfeiçoamento no processo decisório;
- assessoramento do governo do Distrito Federal.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FAPERGS

As atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS – foram programadas para 1980 objetivando o desenvolvimento de um sistema estadual de pesquisa científica e tecnológica, a consolidação dos projetos especiais iniciados em 1979, a formação de recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e o incentivo a pesquisas institucionais e individuais.



Procurou, também, a Fundação aprimorar seus mecanismos de acompanhamento da pesquisa, visando à sua qualidade, e dos recursos humanos, procurando a excelência da formação pretendida em sua programação.

Executando a política sócio-econômica do Governo Estadual, a FAPERGS aplicou recursos no desenvolvimento de projetos especiais. Estes projetos visaram à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses que, por sua complexidade, necessitavam de uma ação conjunta e multidisciplinar.

Em 1980 a FAPERGS aplicou recursos no valor de Cr\$ 6.658.845,34 em 75 projetos de pesquisa, sendo as áreas com maior número de projetos, respectivamente: Ciências da Saúde, Agronomia, Zootecnia e Geociências, somando um total de Cr\$ 3.967.015,20.

Estes projetos possibilitaram avanços consideráveis na tecnologia agrícola do Estado e no melhor conhecimento das técnicas de combate a pragas que causam vultuosos prejuízos à agropecuária. Possibilitaram também avanços na área de saúde, dos recursos minerais e na formação de recursos humanos. Atuou também a FAPERGS no reforço de área de pesquisa científica básica e indispensável ao desenvolvimento tecnológico, que se deseja para o Estado.

O avanço tecnológico a que se propõe o Estado, seja na área industrial, seja na área de agropecuária, depende, fundamentalmente, de pessoal científico altamente especializado nos campos de desenvolvimento, propostos na política governamental.

O sistema testado e aperfeiçoado pela Fundação na distribuição de bolsas de aperfeiçoamento, pós-graduação, pesquisa e estágios revelou promissores resultados na capacitação de pessoal técnico e científico das Instituições de Pesquisa no Estado.

Por meio da política científica traçada nos Seminários, promovidos pela FAPERGS, onde especialistas das instituições de pesquisa do Estado e fora deste analisam a contribuição da pesquisa já realizada, propõem prioridades face a novas situações que se delineiam e os problemas que se propõem para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, são identificados os setores prioritários para ação da pesquisa e dos pesquisadores. Estes seminários, cujos resultados são publicados e divulgados aos setores que podem contribuir na aplicação de suas recomendações, foram os seguintes em 1980:

- Carboquímica e Petroquímica, realizado por ocasião do Congresso Brasileiro de Química, conjuntamente com a Associação Brasileira de Química;
- Administração de Pesquisa Científica e Tecnológica, realizado com o patrocínio da FINEP/PROTAP;
- preparação da publicação dos resultados do seminário sobre Indústria de Alimentos e Bebidas, realizado com o CEPAL/Pelotas e a FDRH.

A difusão da produção científica realizada no Estado, a potencialidade científica de pesquisadores e instituições de pesquisas científicas e tecnológica pelo conhecimento de seus recursos humanos e materiais, visando a um rápido recrutamento, ao se deparar o Estado com problemas que demandem pesquisa, a análise de projetos e o acompanhamento e avaliação da aplicação de recursos para a ciência e a tecnologia, atividades que a força de lei são atribuições da FAPERGS, foram agilizadas pela implantação em 1980 de um Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica (SEICT).

Em 1980 foram coletados os dados para publicação do cadastro de instituições de pesquisas, pesquisadores e trabalhos publicados na área das Ciências Exatas e Tecnologia.

Foram microfilmados 8.340 páginas de trabalhos publicados e 12.525 folhas de Curriculum Vitae de pesquisadores cadastrados no Rio Grande do sul.

Foram publicados dois boletins informativos.

Objetivando a aplicação de recursos externos às fontes do Tesouro Estadual no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, foram realizados diversos convênios e contratos.

Durante o ano de 1980 as realizações agrupadas segundo os objetivos que atendem, estão assim distribuídas:

OBJETIVO:

colaborar para o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas prioritárias do Estado.

REALIZAÇÕES:

- desenvolvimento de projetos nas áreas de: Administração,

Agronomia, Alimentos, Antropologia, Biologia, Ciências de Saúde, Comunicação, Ecologia, Economia, Educação, Engenharia Civil, Engenharia Metalúrgica e dos Materiais, Física, Geociências, Medicina Veterinária, Química, Zoologia, Zootecnia.

OBJETIVO:

colaborar para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

REALIZAÇÕES:

– desenvolvimento dos seguintes projetos especiais:

- . opções para uma melhor utilização dos solos das encostas basálticas;
- . fruteiras tropicais e subtropicais;
- . enfarto agudo do miocárdio experimental: desenvolvimento de modelos para a investigação e intervenções terapêuticas;
- . implantação do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR);
- . estudo sobre a “tristeza dos citros”;
- . pesquisa sobre o carrapato e seu combate;
- . centro de estudos em metagênese: apoio à criação de uma rede estadual;
- . bio-ecologia de Ostracoda e Copepoda;
- . bio-ecologia e sistemática de populações da costa sul-brasileira.

OBJETIVO:

fomentar a atividade de pesquisa sem visar à titulação acadêmica; formar técnicos com elevada qualificação; fixar pessoal qualificado a projetos de pesquisa com dedicação exclusiva; aperfeiçoar técnicos.

REALIZAÇÕES:

– concessão de:

- . bolsas de aperfeiçoamento;
- . bolsas de mestrado e doutorado;
- . bolsas de pesquisa;
- . bolsas de estágio.

OBJETIVO:

realizar seminários de avaliação de planejamento em pesquisa.

REALIZAÇÕES:

- publicação das conferências e recomendações dos grupos de trabalho;
- preparação da publicação sobre o seminário "Indústria de Alimentos e Bebidas";
- preparação do cadastro sobre metagênese ambiental;
- realização do seminário "Petroquímica e Carboquímica";
- realização do seminário "Administração de Pesquisa Científica e Tecnológica" em conjunto com a FINEP.

OBJETIVO:

montar um sistema estadual de informação científica e tecnológica, cadastrar as instituições de pesquisa do Estado, pesquisadores e publicações.

REALIZAÇÕES:

- implantação do sistema, estando concluídas as seguintes etapas:
 - . microfilmagem de curriculum vitae de pesquisadores;
 - . microfilmagem de trabalhos de pesquisadores;
 - . cadastramento em ciências exatas e tecnologia.

OBJETIVO:

implantar o sistema estadual de pesquisa científica e tecnológica.

REALIZAÇÕES:

- em tramitação, aguardando assinatura do Decreto.

OBJETIVO:

captar a contribuição de empresas públicas no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

REALIZAÇÃO:

- realização de convênios e contratos:
 - . Companhia Riograndense de Adubos – CRA;
 - . Secretaria de Agricultura;
 - . De Teo e Cia. Ltda.;
 - . Vinhos Finos Santa Rosa S.A.;
 - . ICI do Brasil – Companhia de Indústrias Químicas do Brasil;
 - . PFIZER;
 - . Mário Tannhauser;
 - . Food and Agriculture Organization – FAO;
 - . Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica – IBICT/CNPq;
 - . Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CIENTEC

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, durante o ano de 1980, atuou sempre no sentido de melhorar suas funções de laboratório de consultoria oficial do Estado, e como órgão promotor de medidas que favoreçam a expansão e o desenvolvimento tecnológico.

As ações da CIENTEC se traduzem na realização de sete grandes programas, subdivididos em projetos e atividades com objetivos específicos. São eles:

PROGRAMA I-ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS.

Na busca de um melhor conhecimento e aproveitamento de carvões minerais, tendo em vista a necessidade de desenvolver tecnologia industrial para utilização adequada e eficiente de carvões brasileiros, como fontes de energia, como redutor siderúrgico e como fontes de matérias-primas de grande importância industrial, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

Projeto CIGÁS – Gaseificação de Carvões Brasileiros.

OBJETIVO:

desenvolver tecnologia para a geração de gás de médio poder calorífico, a partir de carvões com altos teores de cinzas, empregando a técnica do leito fluidizado. Os agentes gaseificantes serão oxigênio e vapor d'água com temperatura de gaseificação de até 1.100° C e pressões de até 20 atm.

REALIZAÇÃO:

- a primeira etapa do seu desenvolvimento tem como escopo o projeto, construção, montagem e operação de uma planta de bancada para gaseificar 10-20 kg/h de carvão, bem como a realização dos projetos conceitual e básico de uma planta piloto.



Projeto VAPOR – Desenvolvimento de gerador de vapor por Combustão Fluidizada de Carvões com elevados Teores de Cinzas.

OBJETIVO:

otimizar o processo de geração de vapor, por combustão fluidizada de carvões brasileiros, no protótipo construído pelo Projeto CICOM.

A compatibilização com as escalas de caldeiras comerciais propiciará condições favoráveis para a difusão de uma tecnologia acessível à totalidade dos fabricantes nacionais de caldeiras, tendo em vista a substituição de caldeiras convencionais a óleo combustível, proporcionando uma alternativa tecnológica mais avançada para a queima do carvão.

Os experimentos realizados em escala-piloto, assim como os testes iniciais de operação, realizados com gerador de vapor (caldeira) construído pela CIENTEC, revelaram que a tecnologia alternativa em desenvolvimento – combustão fluidizada procede à queima de combustíveis de baixo a altos teores de inertes, com extrema eficiência, suportando muito bem as variações de qualidade do combustível. É por isso um instrumento eficaz para a substituição de caldeiras convencionais, com a vantagem adicional de poder operar com combustíveis diversos, tais como resíduos agrícolas, industriais ou urbanos.

REALIZAÇÃO:

- o projeto foi encaminhado à Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB, para fins de obtenção de financiamento.

Projeto COMBUSTOR – Otimização de um processo de geração de calor por Combustão de Carvões Brasileiros em Leito Fluidizado.

OBJETIVO:

buscar o desenvolvimento de projetos de fornalhas por combustão fluidizada de carvões, em diferentes escalas de capacidade, tanto por aquecimento direto quanto indireto, visando ao atendimento dos setores industriais, onde seria utilizável esta tecnologia alternativa.

REALIZAÇÃO:

- o projeto foi encaminhado à Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB, para obtenção de financiamento.

Projeto CICOM – Geração de Vapor e Energia Térmica

OBJETIVO:

desenvolver a técnica de combustão fluidizada de carvões brasileiros, aplicada a equipamentos em escala industrial.

Estes equipamentos são: um gerador de vapor (caldeira) com capacidade de produção de 1. T/H de vapor a 10 Kgf cm² de pressão e um gerador de gases quentes (fornalha) com capacidade de geração de 3,5 G cal/h.

O primeiro processando de 100 a 250 kg/h de carvão e o segundo de 300 a 850 kg/h de carvão. A fornalha foi concebida visando ao acoplamento futuro a secadores de grãos ou de cerâmica, sendo suficiente, nesta escala, para a secagem de 25 T/h de cereais.

REALIZAÇÃO:

– a equipe técnica empregada, neste projeto, desenvolveu nos meses iniciais de sua execução, um reator piloto com capacidade de queima de 15 kg/h de carvão em regime contínuo. Esta planta de bancada permitiu o desenvolvimento da técnica de combustão em leito fluidizado, a qual está sendo aplicada nos dois equipamentos protótipos citados. Iniciado em julho de 1978, este projeto foi encerrado em agosto de 1980, com a realização de todos os testes pré-operacionais previstos na caldeira (a partir de março/80) e na fornalha (a partir de julho/80).

A tecnologia desenvolvida, está, atualmente, sendo repassada para MERNAK S/A – Indústria Brasileira de Máquinas de Cachoeira do Sul, através de um contrato de consultoria para a elaboração de projetos de construção, montagem, testes e pré-operação, que visa à adaptação, para combustão em leito fluidizado, de três caldeiras de fabricação da mencionada firma, sendo uma 4.000/4.400 kg/h de vapor, outra de 7.000/7.700 kg/h e a última de 10.000/11.000 kg/h de vapor.

Projeto CIVOGÁS - Processo para Geração de Gás de Baixo Poder Calorífico, a partir da gaseificação de carvão mineral – gás combustível.

OBJETIVO:

desenvolver um processo para a geração de gás combustível de baixo poder calorífico, a partir da gaseificação de carvão mineral com elevado teor de inertes, utilizando como agentes gaseificantes, uma mistura de ar e vapor d'água, em reator de leito fluidizado, a pressão atmosférica e temperatura entre 850°C e 1.000°C.

REALIZAÇÃO:

- foi desenvolvida e operada uma planta de bancada com capacidade para processar de 5 a 10 kg/h de carvão, na busca de dados de gaseificação. As condições de operação foram pré-estabelecidas através de estudos da cinética de gaseificação e das condições de fluidização de carvão nacional. Esta tecnologia está sendo repassada para a Companhia Estadual de Energia Elétrica, através da execução, pela CIENTEC, do projeto CEEGÁS. Iniciado em julho de 1978, o projeto CIVOOGÁS foi encerrado em setembro de 1980.

Projeto CEEGÁS- Geração de chamas de sustentação para Caldeiras Termoelétricas pelo processo CIVOOGÁS.

OBJETIVO:

com base em estudos da planta piloto construída com a tecnologia desenvolvida através do projeto CIVOOGÁS, pretende-se projetar, construir e pôr em marcha uma unidade industrial de gaseificação de carvão bruto na Mina de Candiota com reatores de leito fluidizado, para a geração de gás de baixo poder calorífico, visando a substituir o óleo combustível derivado do petróleo (15.000 t/ano) atualmente empregado na geração da chama de sustentação das caldeiras da Central Termoelétrica Presidente Médici - fase A.

REALIZAÇÃO:

- iniciado em agosto de 80, nos primeiros meses de atividade foram executados testes e ensaios na planta de bancada, visando a otimizar o processo CIVOOGÁS; foram elaborados, ainda, os projetos conceitual e básico da unidade industrial.

Execução da atividade CIC II - Centro de Informações sobre carvão.

OBJETIVO:

implantar o centro de informações sobre o carvão, dando continuidade às etapas desenvolvidas, anteriormente, e ampliando os serviços de disseminação da informação.

REALIZAÇÃO:

- destacam-se a Reformulação e Atualização do cadastro dos

usuários de informações e publicações do CIC; edição de 3 números do periódico "Carvão, Informação e Pesquisa", totalizando 1.200 referências bibliográficas, 5 artigos técnicos e 2 normas técnicas para análises em carvão; edição do "Manual das Características dos Carvões do Rio Grande do Sul"; organização de uma Central de Dados quantitativos sobre o carvão; elaboração do projeto "Central de Situação do Centro de Informação sobre o Carvão", preparação de 2 números das próximas edições do periódico "Carvão, Informação e Pesquisa" e atendimento pessoal a centenas de usuários.

PROGRAMA II-ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE AGROINDÚSTRIA.

Projeto SOJA II—Desenvolvimento de Produtos derivados de soja e pesquisa de mercado.

Projeto DEFENSIVOS V – Controle Sistemático de Resíduos de Defensivos Agrícolas em Trigo e em Soja.

OBJETIVO:

fornecer subsídios para a adequação da política inerente ao uso e comercialização de defensivos agrícolas, visto que estes compostos químicos, quando usados inadequadamente, afetam profundamente o equilíbrio ecológico, o meio ambiente e a sanidade das colheitas.

REALIZAÇÃO:

- foram analisadas amostras de duas colheitas de soja e uma de trigo, advindas das lavouras de todo o Estado, juntamente com o acompanhamento fitossanitário elaborado pelos agrônomos das cooperativas co-participantes do projeto de pesquisa.

Projeto AMIDO III – Obtenção de Alimentos Vegetais Pré-Cozidos por extrusão.

OBJETIVO:

estudar as condições de extrusão, em equipamento genuinamente nacional de diversos produtos agrícolas (grãos, cereais,

leguminosas e oleoginosas), buscando aumentar consideravelmente a vida útil dos insumos.

REALIZAÇÃO:

- a carta consulta já foi enquadrada pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Projeto DEFENSIVO II – Resíduos de Defensivos Agrícolas em arroz.

OBJETIVO:

desenvolver e adequar métodos de análises cromatográficas para a determinação dos resíduos de defensivos agrícolas em arroz, em amostras que contenham um tratamento fitossanitário, oriundos dos experimentos de campo da estação experimental do IRGA, localizada em Cachoeirinha e transmitir às entidades das áreas de pesquisa; produzir, comercializar e fiscalizar o conhecimento do comportamento de defensivos em relação ao nível de resíduos.

REALIZAÇÃO:

- em fase de estudo, que deverá prolongar-se por 12 meses.

Elaboração do Projeto BIODIGESTOR– Digestores para obtenção de BIOGÁS.

OBJETIVO:

através de estudos a serem realizados em biodigestores localizados em regiões, com microclimas diferentes, pretende-se otimizar o processo de obtenção de biogás, com a finalidade de gerar energia para atender as necessidades domésticas, iluminação, aquecimento ambiental, movimentação de motores e geradores.

REALIZAÇÃO:

- testes iniciais, com esta finalidade, já estão sendo executados na CIENTEC.

Projeto AMIDO II – Obtenção de amido pré-gelatinizado de sorgo.

OBJETIVO:

com o desenvolvimento deste objetivo seria viabilizada a implantação de pequenas indústrias, pois este processo poderá substituir, com vantagens, os centrífugos, convencionalmente utilizados nos processos de extração de amido. Esta técnica poderá ser utilizada na obtenção de amido de milho.

REALIZAÇÃO:

- a Carta Consulta já foi enquadrada pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em pesquisa, que deverá ser executada em 18 meses.

PROGRAMA III-IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Elaboração do Projeto ALCON – Argila Expandida.

OBJETIVO:

desenvolver pesquisas sobre métodos de obtenção de agregados leves a partir dos rejeitos do beneficiamento do carvão nacional, desde a determinação das propriedades de expansão da matéria-prima, resíduos dos lavradores de carvão, até a obtenção em escala piloto, de agregados leves.

REALIZAÇÃO:

- carta consulta, com este objetivo, foi apresentada ao Banco Nacional de Habitação – BNH.

Elaboração do Projeto CICAL – Sílica, Calcários, Materiais de Construção à base de cinza e cal (1ª etapa).

OBJETIVO:

desenvolver um processo de obtenção de materiais de construção do tipo tijolos, blocos e painéis, utilizando-se como matéria-prima principal, as cinzas de carvão, em mistura com aglomerantes inorgânicos, tais como cal, cimento e gesso.

Nesta primeira etapa do projeto, que tem um prazo de duração de 18 meses, pretende-se efetuar o levantamento de parâmetros

em escala de bancada e piloto, e realizar um estudo de viabilidade técnica e econômica de fabricação destes materiais.

REALIZAÇÃO:

- esta etapa do projeto de pesquisa foi encaminhada ao Banco Nacional de Habitação – BNH, para fins de obtenção de financiamento.

Elaboração do Projeto AGLOTEC – Aglomerados Hidráulicos.

OBJETIVO:

estudar a aplicabilidade dos resíduos do uso tecnológico do carvão nacional; em composição com calcário dolomítico, abundante do Estado, na obtenção de novos tipos de aglomerantes que possam substituir, em muitas aplicações, o cimento portland, que exige, para sua fabricação, o calcário calcítico.

REALIZAÇÃO:

- estudo em andamento.

PROGRAMA IV – APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO:

formar recursos humanos, visando à execução de projetos futuros. Esta atividade é de fundamental importância para as instituições de pesquisa, pois proporciona uma qualificação técnica indispensável para o quadro pessoal permanente, na elaboração e execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

REALIZAÇÃO:

- neste ano formaram-se 14 técnicos a nível de mestrado, no país e no exterior, realizaram-se 9 cursos de menor duração, cobertos com recursos próprios, oriundos de receita gerada pelo Programa de Assistência às Indústrias.

PROGRAMA V-ASSISTÊNCIA TÉCNICA

OBJETIVO:

prosseguir na atividade de Assistência Técnica à Indústria e Entidades Governamentais, através da execução de serviços diversos, tais como: análises, ensaios, controle de qualidade, recepção de materiais, etc.

REALIZAÇÕES:

resumo das atividades de Assistência às Indústrias

- Determinações (análises e ensaios)	56.285
- Ensaio e Trabalhos especiais	9.705
- Recepção de Materiais (unidades recebidas)	649.235
- Pareceres	64
- Relatórios	590
- Certificados	5.492
- Cartas explicativas	37
- Total de laudos	6.183

PROGRAMA VI – ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO NA ÁREA ELETROMECCÂNICA E METALÚRGICA.

Elaboração do Projeto TRANSGRANO – Determinação das causas de diminuição da qualidade de lotes de grãos agrícolas, durante transporte ORIGEM-DESTINO FINAL e identificação das medidas corretivas mais adequadas.

OBJETIVO:

analisar o armazenamento intermediário, métodos e procedimentos de carga e descarga de caminhões, navios, vagões; carga e descarga de silos, procurando a adequação das unidades armazenadoras e dos equipamentos de movimentação e transporte.

REALIZAÇÃO:

– o projeto de pesquisa foi aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

MERNACK – Adaptação para leito fluidizado, de três caldeiras com capacidade de 4.000/4.400 kg/h de vapor; 7.000/7.700 kg/h de vapor e 10.000/11.000 kg/h de vapor.

PROGRAMA VII – DOTAR A CIENTEC DE INFRA-ESTRUTURA QUE LHE PERMITA EXPANDIR E AGILIZAR AS SUAS ATIVIDADES, SEJAM ELAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO OU DE ASSISTÊNCIA À INDÚSTRIA.

Construção da nova sede da CIENTEC.

OBJETIVO:

dotar a CIENTEC de instalações adequadas à realização de seu programa de trabalho, promovendo, para isso, sua instalação em um campus, no distrito industrial de Cachoeirinha, que abrange rá todas suas dependências, o reequipamento das mesmas, bem como o incremento de formação de recursos humanos.

REALIZAÇÕES:

– realização de obras físicas:

- . 3 prédios para plantas-piloto, em estrutura metálica, com área coberta total de 620 m² e área construída total de 890 m², atualmente abrigando os equipamentos dos projetos CICOM e CIVOGÁS;
- . dois escritórios do tipo pré-fabricados, em madeira, com um total de 206 m² de área construída;
- . dois prédios de alvenaria, com área total construída de 103 m², um abrigando atualmente os equipamentos de instrumentação e controle da unidade protótipo CIVOGÁS, e outro, a caldeira e os compressores da mesma unidade;
- . uma central de gás para a unidade protótipo CIVOGÁS;
- . dois pavilhões do tipo semi-industrial, em estrutura de concreto e cobertura metálica, com área total construída de 2.400 m², destinados a plantas-piloto;
- . serviço de terraplenagem geral equivale a 110.000 m³ de movimentação de terra, incluindo a abertura de um anel viário com 1,7 km de extensão;
- . 23% do total previsto de 1.700 m de cerca de tela;
- . uma rede provisória de alimentação d'água, com 730 m de extensão;
- . uma subestação de 500 kva, uma rede de alta tensão com 600 m de extensão e cerca de 250 m de rede em baixa tensão. De outra parte, até o mês de fevereiro de 1981, com recursos já assegurados e comprometidos, estarão integralmente executados 1.800 m de rede de esgoto cloacal e pluvial;

- assinatura de contratos:

- . Contrato nº 05/79, de 01-03-79, com o Escritório Eliseu Victor Mascarello, para a execução dos projetos das instalações prediais dos projetos CICOM e CIVOOGÁS;
- . Contrato nº 16/79, de 20-06-79, com DALTRE Terraplenagem Ltda., para execução de serviços de terraplenagem da área hoje ocupada pelos prédios dos projetos CICOM e CIVOOGÁS;
- . Contrato nº 31/79, de 26-09-79, com a SULFER – Empresa Construtora Ltda., para a execução dos prédios de alvenaria para os projetos CICOM e CIVOOGÁS;
- . Contrato nº 34/79, de 04-10-79, com a Companhia Nacional de Estrutura Metálica – CNEM, para a execução de pavilhões industriais metálicos;
- . Contrato nº 33/79, de 09-10-79, com Comércio de Construções Madepinho Ltda., para a construção de edificações de madeiras;
- . Contrato nº 35/79, de 15-10-79, com GEYER – Estaqueamentos Ltda., para a execução de estruturas de fundação;
- . Contrato nº 40/79, de 22-11-79, com a TERMOTEC – Comércio e Representação Ltda., para a execução de redes elétricas de luz e força;
- . Contrato nº 22/78, de 02-10-78, com a VOGG S/A – Indústria Metalúrgica, para a execução de um pavilhão metálico para o projeto CIVOOGÁS;
- . Contrato nº 44/79, de 31-10-79, com o Escritório Eliseu Victor Mascarello – Arquitetos, para a elaboração dos projetos finais de engenharia do CAMPUS;
- . Contrato nº 08/80, de 31-03-80, com a empresa CONTERRA – Construções e Terraplenagem Ltda., para execução dos serviços iniciais de terraplenagem da obra;
- . Contrato nº 11/80, de 26-05-80, com a SULFER – Empresa Construtora Ltda., para a construção dos dois primeiros pavilhões para instalação de plantas-piloto;



- . Contrato nº 26/80, de 16-10-80, com a TELBAQ S/A – Indústria e Comércio;
- . Termo Aditivo ao Contrato nº 08/80, para a execução de serviços complementares de terraplenagem;
- . Termo Aditivo ao Contrato nº 11/80, para a execução de obras de esgotamento pluvial e cloacal da área onde foram assentados os dois prédios para plantas-piloto (02-12-80);
- . Contrato nº 37/80, de 12-12-80, com a TERMOTEC – Comércio e Representações Ltda., para a execução de rede subterrânea de baixa tensão de alimentação dos prédios para plantas-piloto.

Até o final do exercício foram atingidos 89% dos objetivos contratados.

AGRICULTURA

- SECRETARIA DA AGRICULTURA**
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL -EMATER**
- INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ - IRGA**
- COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÊNS -CESA**
- INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES - ISRC**

AGRICULTURA

Para atingir suas metas no Setor Agrícola, o Governo Gaúcho vem atuando no sentido de superar os problemas de natureza econômico-social, com ênfase nos objetivos que se seguem.

INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA, onde se procura levar a pecuária a um maior avanço tecnológico, através de sua integração com o setor lavoureiro, cuja principal característica é o dinamismo. Busca-se através da integração entre estes dois setores diminuir a taxa da mortalidade, melhorar a taxa de natalidade e obter uma sensível redução na idade de abate do rebanho gaúcho.

Desenvolvem atividades no sentido de atingir a este objetivo, como representantes da Secretaria, o Departamento da Produção Animal, o Departamento da Produção Vegetal, o Departamento de Pesquisa, a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Instituto Riograndense do Arroz, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes e a Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola.

PROMOÇÃO DE PRODUTORES DE BAIXA RENDA, para o qual são desenvolvidas atividades voltadas à melhoria da produção e produtividade e, conseqüentemente, do nível de renda e de bem-estar dos agricultores de baixa renda. É indiscutível a importância de tal segmento para a economia do Estado, face às suas características eminentemente minifundiárias. Todas as atividades direcionadas ao alcance de tal objetivo visam a diminuir significativamente os problemas gerados por esta inadequada estrutura de posse e uso da terra.

Vinculados a este objetivo desenvolvem atividades na Secretaria da Agricultura, o Departamento da Produção Animal, o Departamento da Produção Vegetal, o Departamento de Pesquisa, a Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola.

PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. A busca de altas taxas de lucro a curto prazo no desenvolvimento das atividades agropecuárias no Estado, tem levado os recursos naturais renováveis a elevado estágio de degradação, onde o retorno aos níveis adequados se torna bastante difícil, exigindo a tomada de medidas, a curto e longo prazos, que oportunizem, de um lado, estancar o processo de degradação e, de outro, levar a um processo de renovação dos recursos naturais.

Desenvolvem atividades no sentido de alcançar tal objetivo na Secretaria da Agricultura, o Departamento de Pesca, o Departamento de Pesquisa e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA. Apesar de considerado como um dos Estados mais bem servidos da Federação, no que se refere à infra-estrutura agrícola, uma série de medidas ainda são necessárias no esforço de atingir-se a um adequado nível que oportunize vantagens ao processo produtivo gaúcho.

No sentido de alcançar a este objetivo desenvolvem atividades na Secretaria, o Instituto Riograndense do Arroz, o Departamento de Pesquisa, o Departamento de Produção Vegetal, o Departamento de Comandos Mecanizados, a Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola e a Companhia Estadual de Silos e Armazéns.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

A Secretaria da Agricultura, desde o início da Administração Amaral de Souza, tem procurado pautar e desenvolver todas as suas atividades no sentido de alcançar sua meta básica, que é a defesa do produtor rio-grandense, tornando-se paulatinamente na Capital, e em seus escritórios no interior do Estado, como uma verdadeira casa do agricultor.

O posicionamento político da Pasta foi claro e explícito em favor da defesa dos interesses dos produtores rurais e do desenvolvimento do setor primário. Vários episódios marcaram 1980 como um ano de muita luta. A discussão sobre o confisco da soja, a mudança das taxas de juros, a campanha de aumento da produção de feijão, na safrinha de 1980, com o simultâneo tabelamento do produto, a fixação dos preços mínimos, a estipulação dos VBC abaixo das reais

necessidades dos produtores, a importação de milho, a instalação da bolsa de cereais no Rio Grande do Sul, a crise da monocultura, e finalmente, o episódio dos agricultores expulsos da Reserva Indígena do Nonoai, que culminou com a compra de terras pelo Estado para o assentamento destas famílias, caracterizaram, assim, este ano como um período tumultuado pelas mudanças de política a nível federal, que exigiu do Secretário da Agricultura um posicionamento firme e decidido em favor do produtor.

Para o atingimento de sua meta prioritária, a Secretaria da Agricultura vem atuando, fundamentalmente, no sentido de alcançar quatro grandes objetivos, a saber: Integração Lavoura-Pecuária, Promoção de Produtores de Baixa Renda, Preservação de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento da Infra-estrutura Agrícola.

No objetivo de integrar a lavoura e pecuária, destacam-se algumas realizações da Secretaria da Agricultura.

Na área de Defesa Sanitária Animal, a campanha de Combate à Febre Aftosa é realizada em convênio com o Ministério da Agricultura.

Durante o primeiro trimestre do exercício de 1980, mais uma vez o Rio Grande do Sul foi atingido pelo surto da doença, ocasionado pelo vírus "O". Apesar do atraso na liberação dos recursos, foram vacinadas 29.534.913 cabeças, foram interditadas 10.273 propriedades e combatidos 4.162 focos da doença.

O programa de Brucelose já abrange 101 municípios, considerados como áreas de vacinação compulsória. Durante 1980 foram testados 50.956 bovinos, além de serem vacinadas 643.978 terneiras. A vacina utilizada é produzida com amostra B-19, em forma líquida, pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor e distribuída diretamente às Inspetorias Veterinárias, pelo Departamento de Produção Animal. O programa desenvolver-se-ia em nível mais satisfatório, caso a vacina não tivesse a forma líquida, pois este tipo de vacina tem apenas três meses de validade, o que quase inviabiliza a produção com a demanda em determinados períodos do ano. A alternativa mais desejável é a produção e utilização de vacina liofilizada, por ter um período de validade mais longo, permitindo a formação de estoques que possibilitam um melhor atendimento durante o período da vacinação, diminuindo, conseqüentemente, o período de vacinação e permitindo a vacinação de animais da faixa etária ideal (3 a 6 meses), bem como permitindo, também, maior vacinação de fêmeas dentro da área de vacinação compulsória.

Na área de Fomento Animal, através de Feiras e Exposições, destaca-se a realização da V Exposição Internacional de Animais, com a presença de 11 países e vários Estados da Federação, apresentando animais do mais alto padrão zootécnico. Ressalte-se que, em 1980, voltaram a apresentar-se suínos que, face a problemas de ordem sanitária, não participaram do certame nos últimos dois anos.

Durante a promoção, mais de 500 mil pessoas visitaram Esteio, tendo o volume de vendas alcançado a soma de Cr\$ 267 milhões.

Tanto do ponto de vista organizacional, como do elevado padrão zootécnico, a Exposição Internacional de Esteio já é considerada como um dos maiores eventos da espécie, a nível mundial, estando definitivamente consagrada.

A partir de 1980, foi incluída dentro da programação desta Secretaria, a realização de Feiras de Rústicos e Feiras de Cordeiros, que representam uma inovação e objetivam preservar e promover o desenvolvimento da pecuária estadual, através do estímulo ao desmame precoce dos animais, com o conseqüente aumento de produtividade e, ainda, o desenvolvimento de um novo mercado, organizado para a comercialização do gado bovino e lanar destinado ao abate. Outro objetivo que se procura atingir através da realização de tais eventos é a retenção de matrizes pela capitalização e rentabilidade conseguida pelos criadores através das vendas anuais, obtendo melhores preços no mercado, uma vez que a comercialização das Feiras é realizada por meio de leilões.

Com relação à Pesquisa, foram encontrados resultados importantes com as culturas de soja e trigo. Na soja, o lançamento das cultivares Ivaí (de ciclo semitardio) e Ivorá (de ciclo curto), trabalho realizado nas Estações Experimentais de Júlio de Castilhos e Veranópolis. A cultivar Ivaí apresentou um rendimento médio superior a cerca de 9% às cultivares Bossier e Hardee e 3% à cultivar Bragg. Também houve a implantação de lavouras visando à produção de semente básica nas Estações Experimentais de Júlio de Castilhos (150 ha) e Santo Augusto (250 ha).

No trigo, o lançamento das cultivares Tifton e Aceguá. A primeira é de ciclo longo e apresenta um conjunto de características altamente favoráveis, como porte baixo, resistência às moléstias e alto potencial de rendimento. A recomendação desta cultivar é válida para todo o Estado. É um material proveniente dos Estados Unidos e resseleccionado pela Estação Experimental de Veranópolis.

A cultivar Aceguá é de ciclo precoce e recomendada apenas para a região especial IX (Bagé e Herval). Apresenta como característica favorável o ser resistente em plântula a todas as raças de ferrugem do colmo, ocorrentes no sul do Brasil.

Ainda foram desenvolvidas atividades de apoio, como por exemplo a produção de vacinas e antígenos que atingiu, no exercício, 932.700 doses de vacina contra brucelose bovina, 111.600 doses de antígenos para diagnóstico de brucelose, e 181.000 doses de tuberculina. Além disso, houve a aprovação de financiamento de projetos pela FINEP, para produção de vacina oleosa, contra febre aftosa, produção de vacina liofilizada, contra a brucelose, o que fará parte da programação prioritária do IPVDF, para 1981.

O Programa de Promoção de Produtores de Baixa Renda mereceu atenção especial por parte da Secretaria da Agricultura em suas diversas áreas de atuação.

Dentro do Programa de Defesa Animal, a Vigilância Epidemiológica, além de realizar exames laboratoriais de todos os casos suspeitos de doenças hemorrágicas em suínos, reiniciou a realização do levantamento sorológico para diagnóstico de peste Suína Africana, dos suínos puros de origem das granjas associadas da ABCS. Durante o ano de 1980, foram testados 12.244 suínos, prova de IEOF, com resultados negativos, de 227 granjas em 69 municípios.

Na área de Fomento Vegetal, a produção de semente-cebola atingiu 93 toneladas no ano agrícola, para 32 toneladas no anterior, registrando-se, ainda, o início da fiscalização de bulbos, visando à certificação de sementes.

No que se refere à Pesquisa Animal, em bovinos de corte, destacam-se as realizações de teste progênie, que encerraram a 3ª etapa de teste de 8 touros em 18 municípios do Estado, realizando 1.500 inseminações artificiais em 100 rebanhos associados. Os controles leiteiros foram iniciados em quatro municípios. O aleitamento de terneiros, com um sucedâneo comercial à base de soja, teve o custo de alimentação mais econômico (43%), quando comparado ao leite integral.

Quanto à Pesquisa Vegetal, foram distribuídos 2000 kg de semente básica de feijão de quatro cultivares selecionadas na Estação Experimental de Maquiné, por intermédio da EMATER/RS, atingindo os agricultores de baixa renda.

Os experimentos com alho apresentam resultados que podem ser imediatamente transferidos aos produtores, especialmente no

S C R

que diz respeito ao cultivo desta liliácea, bem como a indicação da cultivar "Viamão" para a região da Grande Porto Alegre. Esta cultivar destaca-se pelo seu vigor vegetativo, produtividade e resistência ao armazenamento.

Como resultado das pesquisas realizadas com milho, foram lançados os híbridos SAVE 342 e SAVE 345, criados pelo Instituto de Pesquisas Agronômicas e a cultivar para pipoca RS 20, criada pelo Departamento de Genética (UFRGS), com recursos canalizados através do Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul.

Foi implantada uma área de 80 ha em Veranópolis e Nova Prata, com semente básica (híbridos simples), para fornecimento de matrizes aos produtores de semente fiscalizada.

Destaque deve ser dado às atividades de pesquisa em culturas energéticas: o plantio da cana-de-açúcar nas Estações Experimentais foi feito com a finalidade de distribuição de mudas aos agricultores interessados. Em novembro de 1979 plantou-se em Santo Augusto, São Borja, Uruguaiana, Livramento, Bagé, São Gabriel, Taquari e Osório, num total de 12,7 ha, sendo que de Santo Augusto foram fornecidas 35 toneladas de mudas para a Prefeitura de Guarani das Missões, antes da ocorrência da última geada.

Pelo zoneamento agroclimático do Estado para a cana-de-açúcar, confirma-se que as canas plantadas nas regiões estabelecidas como inaptas (Santo Augusto, Uruguaiana, Livramento, Dom Pedrito e São Gabriel), foram danificadas totalmente pela geada, enquanto que as cultivadas em regiões aptas (São Borja, Taquari e Osório), não foram afetadas.

O projeto de colza compreende quatro subprojetos e onze experimentos, envolvendo 640 parcelas experimentais, com ensaios de épocas de semeadura, densidade de semeadura e espaçamento, épocas de colheita e efeitos da adubação sobre o rendimento de grãos.

Esta pesquisa visa a obter informações sobre esta cultura nas condições ambientais do Estado, a fim de que a posterior recomendação para cultivo possa ser feita com informações sobre os problemas da mesma. Metade da produção dos ensaios da época de colheita será utilizada para estudos sobre procedimentos de secagem para armazenamento, como semente e como grãos destinados

à indústria. O rendimento obtido do material colhido é da ordem de 2.500 kg/ha.

Dois outros importantes projetos foram desenvolvidos dentro do Programa de Promoção de Baixa Renda: o da concepção do Fundo de Terras para o Rio Grande do Sul e o do assentamento de colonos oriundos da Reserva Indígena de Nonoai.

O primeiro visa a, através de um mecanismo de compra e venda de terras, viabilizado através de financiamento fundiário, oferecer uma solução sistemática aos problemas de agricultores sem terra ou com insuficiência de terras no Estado, ao mesmo tempo em que cria na Secretaria da Agricultura uma área cuja ação deverá ser a de promover o assentamento de agricultores e o desenvolvimento de formas associativas de produção e comercialização.

O segundo é desenvolvido junto à Fazenda Sarandi no assentamento de 93 famílias na Gleba I, ex-Macali e de 80 famílias na Gleba II, ex-Brilhante, e mais 124 famílias em outras duas áreas. O projeto de assentamento dessas famílias compreendeu toda a assistência agrônômica, médica e social, com distribuição de alimentos e pré-financiamento de lavoura associativa, além de subprojeto de capacitação em técnicas agrícolas e ações múltiplas com vistas à promoção do desenvolvimento comunitário.

Para atender aos objetivos do Programa de Preservação dos Recursos Naturais Renováveis, cabe destacar as atividades de: conscientização e educação, onde foram realizadas palestras, divulgação de artigos na imprensa escrita e reciclagem de professores de 1º Grau em Educação Ecológica e Conservação do Solo; Pesquisa, através da qual foi determinado que nas lavouras de trigo e soja pode-se reduzir de 70 a 80% os níveis de erosão do solo pelo emprego de sistemas de manejo em cultivo mínimo (manutenção das restevas e uma gradagem leve) e em plantio direto (manutenção da resteva e plantio sem preparo).

Atividades novas foram desenvolvidas neste Programa e cabe destacar a instituição do ano de 1980 como o "ANO DA CONSERVAÇÃO DO SOLO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL", conforme Decreto nº 29.574.

O ano de 1980 marca, fundamentalmente, a consagração da Educação e Conscientização, particularmente do jovem do meio rural, como o real meio de preservação dos recursos naturais.

A realização de Campanhas Promocionais teve por objetivo

conscientizar a população para os problemas do uso adequado dos recursos naturais renováveis do Estado, através de diversas atividades, tais como: manejo de Parques Florestais, de Resteiras, Concurso de Slides, Simpósio de Conservação do Solo, Composto Orgânico, Armadilha Luminosa e Plantio Direto.

Foi instalado, pela primeira vez, na Estação Experimental de Águas Belas, em Viamão, pelo Governo Estadual, um ranário com a finalidade de realizar experimentos e divulgar a ranicultura no Estado. O ranário foi construído dentro das mais avançadas técnicas, tendo sido adquiridos vinte casais de reprodutores que, espera-se, já no final do próximo verão produzam 5.000 girinos, a serem distribuídos para os interessados na criação de rãs.

Foi efetuada a reestruturação de obras e materiais na Estação Experimental da Lagoa dos Quadros, como o novo sistema de captação de água, novo sistema de aerização de tanques, utilização de tanques flutuantes e a aquisição de diversos aparelhos de laboratório. Esses melhoramentos e o aperfeiçoamento de novas técnicas permitiram mais do que duplicar a produção de alevinos em relação a 1979. Os 218.000 alevinos, produzidos em 1980, foram distribuídos para 154 criadores de todo o Estado (não estão incluídos os dados referentes à produção do mês de dezembro que, por causa do aumento de temperatura, é um dos meses de maior produção).

A melhoria das condições da Estação permitiu também seu aproveitamento em todas as épocas do ano, possibilitando a diversificação das espécies. Anteriormente, era só ocupada no inverno, quando da desova do peixe-rei e, atualmente, produzem-se alevinos de carpa, cará, jundiá e biru.

Em colaboração com o IRGA, desenvolveu-se um programa de aproveitamento das áreas irrigadas dos arrozais para a criação de carpas. Os alevinos alcançaram tamanho comercial (com peso de 300 g). Pelos resultados satisfatórios, pretende-se repetir e divulgar o experimento.

A Secretaria da Agricultura mantém uma série de atividades dentro do Programa de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Agrícola, num esforço de oportunizar melhores condições para o processo produtivo.

Está sendo realizado, através de convênio com o Ministério da Agricultura, pela Central de Informações Fitossanitárias, um ma-

peamento fitossanitário das pragas/doenças invasoras das culturas de soja, milho, feijão e cultura de citros. Já foram identificadas e selecionadas 1.036 fontes de informação com visita a 696 lavouras indicadoras.

Visando à construção de açudes, poços, bebedouros e barragens, o setor de mecanização da Secretaria da Agricultura passa por uma reativação em função da excepcional demanda por estes serviços, não só pelo custo inferior, comparativamente a empresas particulares, como também pela qualidade dos serviços. Estes serviços são oferecidos fundamentalmente à prefeituras, sindicatos e cooperativas rurais.

Na área de Estudos, Projetos e Diagnósticos, foram elaborados o Programa de Agroenergia, a edição do Acompanhamento Conjuntural da Produção, o Zoneamento de Matérias-Primas Agrícolas para a Produção de Alcool e o Programa de Irrigação no Rio Grande do Sul.

O Programa de Agroenergia tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento de tecnologia agrícola e industrial na produção de combustíveis com matérias-primas agrícolas, visando à demonstração de processos e o assentamento, tanto do setor público como do privado, das intenções de investimento.

No ano de 1980, consolidou-se o Sistema de Acompanhamento Conjuntural da Produção de Lavoura e Pecuária Selecionadas. Através de contatos com informantes no interior do Estado, representados por técnicos, comerciantes, produtores e seus representantes, é possível uma visão sobre o desenvolvimento das atividades de produção agropecuária e sua comercialização, e a edição de uma publicação mensal com informações de grande valia, tanto a nível de administração estadual, como para o Ministério da Agricultura.

O Zoneamento de Matérias-Primas Agrícolas para a Produção de Alcool visa a definir os municípios que poderão desenvolver projetos de produção de álcool, com matéria-prima agrícola, sem prejudicar a produção de alimentos.

O Programa de Irrigação no Rio Grande do Sul está sendo desenvolvido conjuntamente pela Secretaria da Agricultura – IRGA e FEE, e visa à introdução de culturas tradicionalmente de sequeiro em solos de várzea e o desenvolvimento de sistemas de produção sob irrigação para essas culturas.

OBJETIVO:

promover a integração lavoura-pecuária.

REALIZAÇÕES:**– Estudos Especiais:**

- . acompanhamento conjuntural da produção de arroz, soja, trigo e carne bovina;
- . acompanhamento conjuntural do abastecimento de carne bovina e arroz;
- . estudo da viabilidade econômica de incentivo à produção de colza;
- . estimativa de VBC e custo de produção para a colza – preços de nov/80;
- . programa de incentivo à integração lavoura-pecuária;
- . estudo sobre VBC, preço mínimo e PROAGRO em trigo.

– Fomento Vegetal:

- . produção de semente de soja: 352 produtores inscritos, 420.000 toneladas de semente fiscalizada, efetivamente, numa área inspecionada/ESM de 80.000 ha e 48.000 t de produção inspecionada/ESM;
- . produção de semente de trigo: 204 produtores inscritos, numa produção efetiva de 35.000 t de semente e 4.500 t de produção inspecionada/ESM;
- . secagem e classificação de 345 t de soja.

– Fomento Animal:

- . 12 Exposições e Feiras Agropecuárias no Parque de Exposições Assis Brasil;
- . 44 outras Exposições e Promoções no mesmo Parque;
- . 16 Feiras de Terneiros no interior do Estado, com 29.454 animais inscritos, dos quais foram comercializados 18.855;

- . 4 Feiras de Cordeiros, onde foram inscritos 9.430 animais, dos quais foram comercializados 6.196;
- . 7 Feiras de Rústicos, onde foram inscritos 1.669 animais, sendo comercializados 1.024;
- . 111 Exposições no interior do Estado, contando com 16.731 expositores, que inscreveram 55.742 animais;
- . Seleção Zootécnica: em 78 municípios foram apresentados 69.920 bovinos de corte, dos quais 50.667 animais foram selecionados e, em 173 municípios, foram apresentados 61.008 ovinos, dos quais foram selecionados 45.797 animais;
- . criação de 13 Clubes de Integração e Troca de Experiências, totalizando 45 CITEs no Estado, cujos produtores promoveram 540 reuniões;
- . desenvolvimento pelo Centro de Fomento à Produção Animal, de atividades com 486 bovinos de corte, 187 ovinos, produzindo 150 toneladas de silagem, 78 toneladas de feno, 3.020 sacos de arroz, 1.200 sacos de trigo, 1.780 moeirões e 201.600 mudas, além de orientar 164 criadores e realizar 6 cursos.

– Defesa Animal:

- . combate à brucelose: em 42.210 propriedades foram vacinadas 643.978 terneiros e em 3.400 propriedades foram testados 50.956 bovinos, dos quais 449 apresentaram reação;
- . combate à tuberculose: em 3.391 propriedades foram testados 46.921 bovinos, dos quais 508 apresentaram reação;
- . combate à raiva dos herbívoros: vacinação de 30.492 bovinos e cadastramento de 130 furnas;
- . combate à raiva canina: vacinação de 122.582 animais;
- . combate à aftosa: vacinação de 29.534.913 animais, combate a 4.162 focos, interdição de 10.273 propriedades, vacinação estratégica de 199.314 animais, controle de 25.292 tropas em trânsito e vacinação de 331.436 cabeças – projeto vacina oleosa;

- . combate à sarna e piolheira dos ovinos: realização de vigilância epidemiológica em 28.381.839 unidades, sendo atingidas 54.206 propriedades, onde foram constatados e atendidos 86 focos de sarna e 32 focos de piolho;
- . combate ao carrapato: foram constatados 42 focos.
- Produção de Vacinas:
 - . 1.225.687 doses de vacinas e antígenos produzidas.
- Pesquisa Vegetal:
 - . 1 subprojeto em fitomelhoramento e nutrição de forrageiras;
 - . 33 subprojetos e 114 experimentos em fitomelhoramento, nutrição, entomologia, fitopatologia, sementes, química e fertilidade do solo, práticas culturais e botânica da soja;
 - . 15 subprojetos e 141 experimentos em fitomelhoramento, imunologia, práticas culturais, fertilidade do solo, ecologia, tecnologia de sementes, fitopatologia e entomologia do trigo;
 - . 3 subprojetos e 6 experimentos em análise de sementes, produção de sementes, análise e conservação de sementes.
- Pesquisa Animal:
 - . 11 subprojetos e 12 experimentos em doenças parasitárias, infecciosas e toxilogia;
 - . 10 subprojetos e 22 experimentos em melhoramento genético, reprodução, manejo e nutrição de bovinos de corte;
 - . 1 subprojeto e 87 experimentos em melhoramento genético em bovinos de leite;
 - . 5 subprojetos e 6 experimentos em melhoramento genético, nutrição e manejo de ovinos.
- Levantamento Censitário:
 - . rebanhos: 1 censo do rebanho bovino e 1 censo do rebanho ovino;

- . movimentação de bovinos no Rio Grande do Sul: contagem mensal do número de animais movimentados para cria, dentro do Estado, num total de 1.814.109 cabeças;
- . abate de bovinos no Rio Grande do Sul: publicação mensal dos dados de abate, sendo em dez meses registradas 942.532 cabeças abatidas.

OBJETIVO:

encaminhar soluções aos produtores de baixa renda.

REALIZAÇÕES:

– Reassentamento de Colonos:

- . Gleba I – construção de 103 moradias; instalação de lavoura de verão, em 700 ha, com financiamento para consumo e renda; implantação e instalação de uma escola; cultivo de soja, milho, feijão, sorgo, batata e mandioca; produção de 17.194 sacos, obtidos com lavouras de verão; demarcação, sorteio e assentamento dos agricultores beneficiados em 93 lotes; elaboração de 90 projetos, solicitando crédito ao Banco do Brasil; organização e supervisão de 90 lavouras; realização de curso de formação de tratorista com a participação de 15 alunos; traslado de 93 moradias para os lotes; elaboração de 93 cartas de anuência; início da implantação do Centro Comunitário; continuidade à implantação do subprojeto de Educação e Capacidade nos cultivos de soja, milho, feijão e suinocultura; assistência às 6 famílias não selecionadas para a gleba I; continuidade aos trabalhos de realização de 3 km de estradas internas;
- . Gleba II – assessoramento com vistas à formação da APSAT; levantamento cadastral de 79 agricultores; levantamento sócio-econômico de 167 famílias; reforma em 80 moradias; elaboração e encaminhamento de 4 projetos ao Banco do Brasil para solicitação de crédito de custeio para lavouras de verão; organização e supervisão de 800 ha de lavouras de verão; implantação e instalação de uma escola; início dos trabalhos de restituição aerofotogramétrica e demarcação de lotes, realização de curso para formação de tratorista, com a participação de 15 alunos; continuidade à orientação e supervisão de 800 ha de lavouras de verão; assessoria e cedência de equipamento motomecanizado, com vistas à formação da APSAT; assessoria à equipe médica; montagem de infra-estrutura e alocação de estradas internas, num total de 6 km; continui-

dade à execução do subprojeto de educação e capacitação dos cultivos de soja, milho, feijão e suinocultura;

- . Gleba III – serviços de organização comunitária, atingindo 93 famílias; implantação de 100 ha de lavoura de milho e soja, em área da Secretaria da Agricultura; apresentação de alternativas e seleção de área para assentamento.

– Estudos Especiais:

- . elaboração do programa de produção de batatas, do programa estadual da maçã e do programa de formação de empresas associativas;
- . acompanhamento conjuntural e mensal de produtores de batata, cebola, feijão, mandioca, milho, leite, suínos e avicultura;
- . acompanhamento conjuntural do abastecimento de alho, batata, cebola, feijão, tomate, leite, carne suína, banha, aves e ovos;
- . elaboração de estudo especial sobre a economia vitícola no Estado;
- . análise do programa de controle ao serrador da acácia negra;
- . análise da pecuária leiteira no Rio Grande do Sul;
- . estimativa de produção e consumo de milho no Estado;
- . elaboração do programa de treinamento de mão-de-obra em mecanização agrícola;
- . análise das tendências do êxodo rural no Rio Grande do Sul, no período de 1960/80;
- . elaboração do programa de desenvolvimento da citricultura no Rio Grande do Sul;
- . elaboração do projeto de educação e capacitação profissional nos reassentamentos da Fazenda Sarandi.

– Pesquisa Vegetal:

- . 6 subprojetos e 13 experimentos em fitomelhoramento, práticas culturais, química e fertilidade do solo na cultura da mandioca;
 - . 13 subprojetos e 63 experimentos em fitomelhoramento, práticas culturais e entomologia em olerícolas;
 - . 3 subprojetos e 6 experimentos em fitomelhoramento e práticas culturais da rosácea;
 - . 10 subprojetos e 19 experimentos em fitomelhoramento, práticas culturais, nutrição de planta, fitopatologia e ecologia da videira;
 - . 4 subprojetos e 11 experimentos em manejo e práticas culturais da colza;
 - . 7 subprojetos e 26 experimentos em melhoramento, nutrição, entomologia, práticas culturais e produção de mudas em citricultura;
 - . 2 subprojetos e 3 experimentos em fitomelhoramento e manejo como linha de pesquisa em frutas tropicais;
 - . 7 subprojetos e 7 experimentos em fitomelhoramento-ecologia, entomologia, química e fertilidade do solo na cultura do feijão;
 - . 16 subprojetos e 21 experimentos em fitomelhoramento-tecnologia de sementes, ecologia-sistema agrícola, química e fertilidade do solo, entomologia, fisiologia e manejo na cultura do milho/sorgo.
- Pesquisa Animal:
- . 1 subprojeto e 1 experimento em melhoramento genético e nutrição de suínos;
 - . 2 subprojetos e 3 experimentos em nutrição e manejo de aves.
- Apicultura:
- . produção de 280 rainhas, 14.000 kg de cera laminada, 100 kg de mel, 350 colméias, 15.000 mudas;

- . assistência através de 136 visitas fora da sede e 484 visitas na sede.
- Fomento Vegetal:
 - . inspeção à produção de sementes fiscalizadas;
 - . batata-semente – seleção de áreas, inspeção de 74 lavouras, 13 produtores inscritos em 219 ha, 810 toneladas de produção de semente inspecionada/ESM, 219 ha de área inspecionada/ESM e 128 toneladas de semente fiscalizada;
 - . cebola – inscrição de 309 produtores, inspeção de 1.158 lavouras, inspeção de 3.049 toneladas de bulbo, 50 kg de semente básica produzida, 90 toneladas de semente fiscalizada produzida, 671 lavouras registradas, 1.016 ha de área plantada com bulbos;
 - . alho – 12 produtores inscritos, 260 lavouras inspecionadas, 123 ha inscritos, 49 toneladas de bulbilhos plantados e 369 bulbilhos colhidos;
 - . milho/sorgo – inscrição de 7 produtores de milho, inscrição de 3.620 ha de lavoura de milho, produção de 10.320 toneladas de sementes de milho, produção de 470 toneladas de semente de sorgo, inscrição e inspeção de 125 ha de sorgo e de 3.620 ha de milho inspecionada/ESM.
- Revenda de Sementes:
 - . 8.750 kg de milho híbrido e 6.380 kg de feijão preto.
- Controle do Serrador da Acácia Negra:
 - . cadastramento de 462 matas, de 4.927 ha e de 12.319.500 pés de 1 a 7 anos;
 - . visitas a 37 municípios, a 130 autoridades e a 23 indústrias;
 - . 1.809 matas inspecionadas, sendo 498 acacicultores intimados e 2 acacicultores multados;
 - . 30 entrevistas e palestras.
- Controle da Formiga Cortadeira:
 - . 35 visitas a autoridades, 159 palestras conferidas, 32

demonstrações, 9 municípios e 10.780 agricultores atendidos;

- . aplicação de 6.000 kg de formicida em pó e 3.000 kg de formicida granulada;
- . distribuição de 350 folhetos “guerra às formigas”.

– Inspeção Fitossanitária de Viveiros:

- . 399 certificados expedidos de sanidade vegetal, 488 viveiros registrados, expedição de 500 guias de permissão de trânsito, 58 certificados de registro expedidos, 81 viveiros sem produção, 481 viveiros visitados em 90 municípios;
- . 99.214.723 mudas inspecionadas, 11.978.083 mudas frutíferas, 84.343.395 mudas florestais e 2.893.245 mudas ornamentais.

– Proteção à Saúde do Agricultor:

- . 3 reuniões a nível central, 15 reuniões a nível regional, 30 simpósios a nível regional e 462 simpósios a nível municipal.

– Treinamento e Qualificação Rural:

- . 7 cursos e 10 palestras, respectivamente, com uma frequência de 18 e 220 participantes, em apicultura;
- . 21 cursos em máquinas agrícolas, com a participação de 522 agricultores.

– Outras Atividades:

- . moagem de calcário: beneficiamento de 4.570 toneladas de pedra e comercialização de 3.080 toneladas de calcário.

OBJETIVO:

promover a preservação de recursos naturais renováveis.

REALIZAÇÕES:

– Pesca:

- . produção de alevinos: preparação de 15 tanques para a desova na primeira quinzena de maio; instalação de uma base experimental para a produção de alevinos de truta;

100.000 ovos de truta adquiridos; 98.000 ovos de truta eclodidos; 80.000 alevinos de truta liberados; 20 coletas para realização de trabalhos experimentais para criação de tainhas, camarão e peixe-rei; manutenção de 2.500 alevinos no centro de recria para posterior distribuição; instalação de 17 tanques no centro de recria de alevinos; construção de viveiro para criação de peixes; 94.400 ovos embrionados de peixe-rei; produção de 140.250 alevinos de jundiá, produção de 47.220 alevinos de carpa, de 11.760 alevinos de cará e de 19.530 alevinos de peixe-rei; instalação de um sistema de aerização com utilização de compressores em 15 tanques e 48 incubadoras;

- . distribuição de alevinos: 140.250 alevinos de jundiá, distribuídos em 46 municípios para 77 criadores; 11.760 alevinos de cará distribuídos em 17 municípios para 19 criadores; 47.220 alevinos de carpa distribuídos em 24 municípios para 36 criadores e 19.530 alevinos de peixe-rei, distribuídos em 15 municípios para 22 criadores;
- . distribuição de peixe adulto: 23 birús distribuídos;
- . criação de rãs: 1 ranário construído; 20 matrizes adquiridas; 200 girinos produzidos;
- . pesquisa pesqueira: 1 pesquisa relativa à alimentação de peixes na região estuária de Tramandaí, 1 pesquisa sobre doenças de peixes dos viveiros da Lagoa dos Quadros, 1 pesquisa sobre desova induzida de jundiá, na Lagoa dos Quadros e 1 documento contendo instruções para a criação de peixe-rei;
- . apoio à piscicultura: 965 informações sobre ranicultura e piscicultura, 15 palestras proferidas, redação e impressão de 5.000 exemplares de cartilha, reorganização do Centro de Documentação da Pesca, participação em 3 exposições e 7 visitas realizadas.

– Produção Vegetal:

- . Produção e distribuição de mudas: 2.821.392 mudas produzidas, 62.096 mudas doadas e 60 viveiros implantados;
- . conservação de solos: manejo de bacias hidrográficas, abrangendo uma área de 10.000 ha, 4 novas agências

conservacionistas instaladas, 6 campanhas promocionais realizadas, participação de 10 empresas privadas no Programa/80, 1.086 professores reciclados em Educação Ecológica e Conservação de Solos e 150 ha de áreas semidesérticas recuperadas;

- . pesquisa em conservação de solos: 7 experiências de manejo e conservação de solos, física e mineralogia dos solos e levantamento e classificação dos solos; 5 experiências sobre essências exóticas, 8 experiências sobre essências nativas, 7 experiências em fitomelhoramento da silvicultura e 3 experiências sobre tecnologia da madeira;
- . assistência técnica direta: locação de terraços abrangendo 9.587km, locação de 2.518 canais escoadouros, culturas em contorno com faixas de proteção, abrangendo 1.600ha, melhoramento de pastagens em 64.000ha, indicação de fertilizantes e corretivos para 20.000ha, locação de 230km de estradas internas, 282 vaçorocas controladas, manutenção de terraços, totalizando 8.000km, 150.000 mudas florestais distribuídas e rotação de culturas em 2.250ha;
- . fixação de dunas: 78.785m² cobertos e 208.848 mudas plantadas.

– Apoio Vegetal:

- . fiscalização de parques florestais: 42km de estradas e tropeiros construídos, 130km de estradas e tropeiros conservados, preservação de 36.662 ha, edição de 5.000 exemplares do “Manual sobre serpentes”; produção e edição de 200 exemplares do “Plano de Manejo para o Parque do Turvo”; produção e edição de 10.000 exemplares “Folders sobre os Parques Estaduais” e instalação de 4 aparelhos de rádio para comunicações,
- . assistência e divulgação em práticas conservacionistas: 4.000 agricultores atendidos, 142.000 ha assistidos, 400 palestras proferidas, 310 reuniões realizadas, 5.000 informações prestadas, 2.200 visitas efetuadas, 5.500 visitas recebidas, 600 divulgações através da imprensa falada e/ou escrita e 20.000 cartazes produzidos e editados;
- . coleta de sementes: 965kg de sementes coletadas.

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento da infra-estrutura agrícola.

REALIZAÇÕES:

– Pesquisa Agrícola:

- . análise dos solos num total de 7.100 amostras; análise de 516 amostras de adubos corretivos, análise de sementes em 11.978 amostras;
- . 35.500 determinações químicas do solo e 1.936 determinações químicas de adubos.

– Legalização de Terras Públicas:

- . concessão de 2.165ha, emissão de 16 contratos de compra e venda referentes a 3.550ha; 52 anulações referentes a 647ha; expedição de 216 títulos referentes a 3.606ha, e execução de 134 subdivisões de lotes referentes a 67.956m².

– Trabalhos Geográficos e Cartográficos:

- . trabalhos concluídos; mapas do clima do Rio Grande do Sul, Hidrografia do Rio Grande do Sul (2ª edição atualizada), mapa das Rodovias do Rio Grande do Sul (2ª edição atualizada), Delta do Jacuí; Diagrama Morfológico (2ª edição), trabalho cartográfico referente à Fazenda Sarandi, pesquisa sobre os municípios que integram cada um dos segmentos dos rios que formam as sub-bacias do Jacuí, Taquari, Vacacaí, Antas, Caí, Sinos, Gravataí e Foz do Guaíba, com indicação de percentagem da área do município em diferentes segmentos dos rios; elaboração de trabalho para a Secretaria da Educação sobre limites entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; trabalho cartográfico sobre áreas abrangidas pelos 150km de Faixa de Fronteira; Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul; Folha de Novo Hamburgo (2ª edição, revisada e atualizada); Folha de Porto Alegre (2ª edição revisada e atualizada); estudo da Divisão Político-Administrativa; listagem da nomenclatura relativa a acidentes geográficos, desenho da rede hidrográfica e interpretação de fotografias aéreas sobre o uso da terra;
- . trabalhos em andamentos: estudo e retificação de limites municipais no Rio Grande do Sul; revisão e atualização de vilas e povoados; estudo geográfico do solo do Rio Grande do Sul, com classificação e generalização do solo; integração das imagens do satélite LANDSAT sobre a vegetação

do Rio Grande do Sul; levantamento da bibliografia sobre vegetação; levantamento de parques florestais e florestas nacionais; levantamento de reservas biológicas e estações ecológicas; levantamento de documentação cartográfica sobre vegetação, mapa de geologia do RS.

– **Documentação e Divulgação de Material:**

- . organização da biblioteca e mapoteca; organização, guarda de fotografias aéreas e imagens do satélite LANDSAT e distribuição de 11.564 mapas e boletins.

– **Obras Realizadas:**

- . destocamento, terraplenagem e subsolagem: 30 Obras de destocamento abrangendo 513,2 ha; 9 obras de subsolagem abrangendo 142,4 ha; 18 obras de terraplenagem; 110 km de vias de acesso construídas e realização de 1 obra em controle de vossoroca;
- . construção de açudes, bebedouros e barragens: 123 obras concluídas entre açudes e bebedouros, 6 barragens de pequeno porte, 2.674m drenados e irrigados num total de 17.000m³;
- . perfuração de poços: 302 poços perfurados, num total de 19.345m.

– **Aviação Agrícola:**

- . prestação de serviços aeroagrícolas: 300ha de área tratada com adubação e 300ha de área tratada com herbicida;
- . participação em pesquisa: assessoramento a um órgão de pesquisa.

– **Controle e Fiscalização de Vinhos e Derivados:**

- . análise de 16.544 amostras, expedição de 5.696 certificados e de 77.580 guias de livre trânsito; 9.058 firmas foram visitadas; 59.782 litros de produto inutilizados; 16 autos de apreensão; 7 autos de inutilização; 25 firmas autuadas; realização de 109.580 determinações; 210.520.608 litros de produto desembaraçado; comercialização de 145.883.574 litros de vinho e derivados (até outubro/80); fiscalização de 2.679 produtos; 90 análises para registro e 582 municípios visitados.

- Central de Informação Fitossanitária:

- . identificação e seleção de 1.036 fontes de informação; avaliação de 2.072 informações fitossanitárias; realização de 1.392 inspeções; 696 visitas a lavouras indicadas em 69 municípios;
- . emissão de informações a 138 municípios;
- . elaboração do mapeamento fitossanitário das pragas/doenças invasoras das culturas de soja, trigo, milho, feijão e citrus.

- Atividades e Estudos Especiais:

- . assessoria técnica junto à Procuradoria Geral do Estado, em questão de Ação Discriminatória;
- . representação no Conselho de Coordenação e Orientação do Parque Estadual Delta do Jacuí;
- . elaboração de estudo sobre a "Indefinição Geográfica do Guaíba", tendo em vista a determinação de Comissão Técnica, por Portaria do Senhor Governador;
- . estudos concluídos: Plano de Substituição dos Derivados de Petróleo no Rio Grande do Sul; Agroindústria álcool-mandioca; Programa Nacional de Produção e Abastecimento do Tomate; Proposição do Governo do Rio Grande do Sul para Participação no Imposto de Importação; análise do programa de poços e açudes (CEMAPA/SUDESUL); Programa de Modernização do Setor Público Agrícola Estadual; revisão das projeções de demanda; Plano Estadual de Assistência Técnica (projeções, viabilidade); participação na elaboração do Plano Diretor de Irrigação;
- . estudos em andamento: subsídios à criação de um Banco de Terras; análise da estrutura de produção e do mercado e comportamento dos agentes produtores; estudo das alternativas agroenergéticas para o Rio Grande do Sul; programa de regionalização e modernização da Secretaria da Agricultura-casas de agricultura; estudo das alternativas de crescimento do Setor Agrícola e definição de diretrizes e metas para o mesmo; indicação de municípios aptos ao desenvolvimento de projetos de produção de álcool; análi-

se do desempenho do setor agrícola em 1980; estudo das alternativas e sistemas de irrigação de culturas tradicionais de sequeiro; programa orientação de investidores e assessoria do Setor Público no pró-álcool.

ASSOCIAÇÃO RIO GRANDENSE DE EMPREENHIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

No período correspondente ao ano agrícola 1979/80 (julho/79-junho/80) foi assistido e orientado, pelos extensionistas da EMATER/RS, um total de 185.834 produtores, distribuídos da seguinte forma:

	Assistidos	Orientados	Total
Pequenos produtores	50.848	99.253	150.101
Médios produtores	10.607	20.637	31.244
Grandes produtores	1.541	2.848	4.489
TOTAL	62.996	122.838	185.834

Em termos percentuais, os grandes produtores representam 2,5%, os médios 16,8% e os pequenos 80,7% do total de 62.996 produtores, assistidos diretamente pelos extensionistas da EMATER/RS.

No que se refere ao trabalho desenvolvido pelos extensionistas com os produtores de milho, cabe salientar o expressivo rendimento alcançado pelos 20.139 produtores assistidos que foi de 2.612 kg/ha, o que representa um incremento de 35% sobre a média geral do Estado (1.699kg/ha).

Merece destaque a produção obtida nas lavouras demonstrativas, onde, usando toda a tecnologia recomendada, os produtores atingiram 6.053kg/ha, em média, o que representa 256% acima da média estadual.

Já com a soja, o resultado alcançado em 49 unidades evidenciou o rendimento de 2.526kg/ha, representando um incremento de 75,6% em relação à média do Estado (1.438kg/ha).

Visando a alcançar o objetivo de redução da quantidade de defensivos utilizada pelos produtores de soja, foi dada ênfase ao combate integrado de pragas, que consiste no uso controlado de defensivos pelo produtor de soja, isto é, aplicação de defensivos somente após a contagem dos insetos que afetam a lavoura. Os

defensivos são utilizados unicamente quando o prejuízo causado pelos insetos é superior ao custo dos defensivos. Além disso, os defensivos recomendados são menos tóxicos, proporcionando o desenvolvimento dos inimigos naturais. Trata-se do combate integrado de pragas através de inimigos naturais e defensivos.

Especificamente, em relação ao trabalho desenvolvido pelos extensionistas da EMATER/RS, em atuação no Programa Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte - LINOR, cabe salientar a produção de tomate no inverno (entressafra), que, na área de 120ha, alcançou um total de 4.220t, com um rendimento de 35t/ha, contra a média estadual de 13t/ha.

Com relação aos 2.053 produtores de gado leiteiro assistidos pela EMATER, o rendimento obtido foi de 1.898 litros de leite/vaca/ano, representando um incremento de 17% em relação à média geral do Estado (1.580 litros/vaca/ano).

Também merece destaque a utilização de silos/trincheira no ano agrícola 1979/80, que chegou a um total de 526 silos, onde foram armazenadas 14.496 toneladas de silagem.

A atuação da EMATER na área social, no exercício, se consubstanciou na assistência a famílias no que se refere aos aspectos de alimentação, saúde e saneamento através da criação de grupos, Clubes do Lar e atividades desenvolvidas com a juventude rural, com ênfase em saneamento de habitações, organização e reorganização de hortas e pomares e criação de pequenos animais.

Destaque especial deve ser dado ao trabalho que a EMATER/RS vem efetivando, no sentido de desenvolver fontes alternativas de energia. No Estado, 14 biodigestores já foram instalados, 20 se encontram em construção, 6 em fase de projeto e mais de uma centena de produtores está solicitando assistência técnica da EMATER/RS para a instalação.

Visando a uma maior difusão dos conhecimentos técnicos, especialmente nas comunidades de mais difícil acesso, a EMATER/RS está realizando um trabalho pioneiro, com utilização de Jovens Rurais Multiplicadores. Duzentos agricultores jovens (idade em torno de 20-25 anos), selecionados por suas próprias comunidades, foram treinados pela EMATER/RS. Cada um deles está fazendo uma lavoura ou criação demonstrativa e organizando um grupo com 15 a 30 produtores, os quais acompanham, discutem e realizam as práticas agrícolas utilizadas na demonstração.

Objetivando a comercialização de hortigranjeiros, diretamente do produtor ao consumidor, em municípios do interior do Estado, encontram-se em funcionamento 35 feiras. Em sua maioria, a mobilização no sentido da criação de feiras foi liderada pelos jovens sócios de Clubes 4-S, procurando conseguir também a participação de agricultores em geral na produção e oferta de hortaliças e frutas aos consumidores da cidade.

Buscando alternativas para o armazenamento do milho em grão na entressafra, foram organizadas, contando com a colaboração técnica e material da Poliolefinas S.A, e com a participação da Plastisul S.A, 17 unidades de observação de armazenamento de milho em silo subterrâneo, revestido com polietileno. Nas 17 unidades instaladas estão armazenadas 31,1 toneladas de milho. A primeira unidade já foi aberta, no município de Cerro Largo, estando em perfeitas condições os 20 sacos de milho armazenados, comprovando-se a eficiência e o baixo custo.

A EMATER/RS realizou várias campanhas durante o ano, das quais cabe destacar: "Evite perdas na colheita", visando à redução de perdas na lavoura de soja; "Campanha do milho e do feijão", visando a obter auto-suficiência do Estado nesses dois produtos básicos, através do aumento da área cultivada e do aumento dos rendimentos; "Campanha do uso do milho na alimentação", visando a aumentar o consumo humano desse cereal entre a população rural, desenvolvida com o auxílio da rede de ensino e de outras instituições.

Em termos de comunicação em massa, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- além do uso regular dos meios de comunicação de massa pelos extensionistas municipais, a EMATER/RS iniciou um programa radiofônico estadual, diário, com duração de 5 minutos, com o propósito de difundir informações de interesse dos agricultores, donas-de-casa e jovens do meio rural;
- visando a um intercâmbio de idéias e informações com os produtores e suas famílias, a EMATER/RS passou a editar o jornal mensal "O Agricultor", com uma tiragem de 30.000 exemplares, e redigido em linguagem adequada ao público rural e com informações de seu interesse.

OBJETIVO:

promover a integração lavoura-pecuária.

REALIZAÇÕES:

- transferência aos produtores de bovinos de corte de tecnologia adequada à melhoria da produção e produtividade, com ênfase na alimentação, manejo sanidade e reprodução, pela orientação a 690 produtores e assistência a uma área de 569.990ha, e 322 produtores com um rebanho de 362.027 animais, através de 1.525 visitas; de 110 reuniões com uma participação de 1.338 criadores; de 4 cursos, treinamento; 73 palestras radiofônicas; 21 publicações em jornais; além de dias de campo, excursões, demonstrações de resultados e campanhas;
- transferência aos produtores de ovinos de tecnologia adequada à melhoria da produção, com ênfase ao manejo do rebanho, defesa sanitária, melhoramento zootécnico e alimentação, atingindo a 216 produtores e 104.302 ovinos assistidos e 290 produtores, orientados através de 1.030 visitas; 73 reuniões com uma freqüência de 903 criadores; 36 demonstrações; 4 cursos, onde participam 70 criadores; 6 demonstrações de resultados, além de 6 dias de campo e excursões;
- transferência aos beneficiários de sistemas de produção, com ênfase em aplainamento de solo, drenagem e irrigação, controle de invasoras, adubação e semeadura com relação às seguintes lavouras:
 - . arroz – em 13.072ha foram orientados 338 produtores e assistidos 429 produtores através de 612 visitas; 29 reuniões onde participaram 290 produtores; 1 dia de campo com a participação de 15 produtores; 7 unidades demonstrativas, além de 3 palestras radiofônicas e 5 publicações em jornal;
 - . soja – em 80.718ha foram orientados 4.317 produtores e assistidos 2.692 produtores, através de 2.669 visitas, 394 reuniões, onde participaram 5.961 produtores; 85 reuniões de demonstrações com uma freqüência de 1.033 produtores; 1 dia de campo, com a participação de 148 produtores a 8 unidades demonstrativas, além de 61 palestras radiofônicas e 32 publicações em jornais;
 - . trigo – em 18.294ha foram assistidos 370 produtores e orientados 1.530 por meio de 3.352 visitas, 82 reuniões, onde participaram 2.460 produtores; 30 reuniões de demonstração com uma freqüência de 270 produtores; 1 dia

de campo, com a participação de 148 produtores; 2 unidades demonstrativas; 4 demonstrações de resultados, além de 34 palestras radiofônicas e 12 publicações em jornais;

- **PROAGRO:** foram realizadas 13.518 perícias pelos técnicos da EMATER/RS.

OBJETIVO:

encaminhar soluções aos produtores de baixa renda.

REALIZAÇÕES:

- Assistência Técnica Animal para transferir aos beneficiários tecnologia adequada à melhoria da produção com ênfase na alimentação, no manejo, na sanidade e na reprodução. Foi dada assistência aos produtores de:

- . bovinos de leite - 1.745 produtores orientados e 1.237 produtores assistidos, atingindo um rebanho de 11.792 bovinos de leite, através de 4.488 visitas, 301 reuniões, cuja freqüência atingiu 4.822 produtores; 290 reuniões de demonstração com freqüência de 4.138 produtores; 6 cursos e treinamento com 115 participantes; 2 dias de campo com 72 participantes; 13 unidades demonstrativas; 16 demonstrações de resultados; 3 campanhas; 154 palestras radiofônicas e 68 publicações em jornal;

- . suínos - 5.081 produtores orientados; 2.460 produtores assistidos, atingindo em rebanho de 81.180 cabeças, através de 5.978 visitas; 280 reuniões com freqüência de 5.351 participantes; 80 reuniões de demonstração com freqüência de 1.200 participantes; 2 cursos e treinamento com 88 participantes; 3 dias de campo com 250 participantes; 21 unidades demonstrativas; 4 demonstração de resultado; 2 campanhas; 109 palestras radiofônicas e 20 publicações em jornal;

- . aves - 3 produtores orientados, 97 produtores assistidos, atingindo 613.300 animais por meio de 182 visitas; 1 reunião com 15 participantes; 13 palestras radiofônicas e 2 artigos em jornal;

- Assistência Técnica a Pesca Artesanal e Piscicultura para difundir melhor tecnologia de pesca, melhor tecnologia de pescado, conservação de recursos pesqueiros e difusão de



piscicultura, através de 47 produtores assistidos; 42 produtores orientados; 8 unidades demonstrativas; 6 demonstrações de resultados e 3 unidades de observação;

- Assistência Técnica Vegetal para transferir aos produtores de baixa renda, tecnologia adequada à melhoria da produção e produtividade. Foi dada assistência aos produtores de:
 - . feijão – 2.297 produtores assistidos, 4.885ha assistidos e 5.276 produtores orientados através de 3.877 visitas; 644 reuniões com 10.593 participantes; 141 demonstrações com 1.718 participantes; 65 unidades demonstrativas; 20 demonstrações de resultados; 18 campanhas; 78 palestras radiofônicas e 18 artigos em jornal;
 - . milho – 6.758 produtores assistidos, 109.573ha assistidos e 12.505 produtores orientados através de 9.842 visitas; 1.440 reuniões com 20.160 participantes; 484 demonstrações com 6.606 participantes; 146 unidades demonstrativas; 160 demonstrações com 92 participantes; 2 demonstrações de resultados e 3 palestras radiofônicas;
 - . mandioca – 12 produtores assistidos numa área de 30ha através de 94 visitas, 6 reuniões com 78 participantes; 7 demonstrações com 92 participantea; 2 demonstrações de resultados e 3 palestras radiofônicas;
 - . alho – 21 produtores assistidos, numa área de 33ha, e 8 produtores orientados, através de 43 visitas, 3 palestras radiofônicas e 1 publicação em jornal;
 - . batata – 40 produtores assistidos, numa área de 77ha, e 30 produtores orientados através de 53 visitas, 4 reuniões com 80 participantes; 3 demonstrações com 36 participantes; 1 demonstração de resultados; 3 palestras radiofônicas e 2 publicações em jornal;
 - . cebola – 126 produtores assistidos, numa área de 323ha, através de 498 visitas; 9 reuniões, com 96 participantes; 7 demonstrações com 125 participantes; 10 unidades demonstrativas; 3 demonstrações de resultados e 3 publicações em jornal;
 - . tomate – 15 produtores assistidos, numa área de 12ha, e 4 produtores orientados por meio de 100 visitas; 1 unidade demonstrativa e 1 demonstração de resultados;

- . fruticultura – 444 produtores assistidos, numa área de 645ha, e 517 produtores orientados através de 1.502 visitas; 86 reuniões com 1.720 participantes; 124 demonstrações com 1.062 participantes; 1 dia de campo com 23 participantes; 5 unidades demonstrativas; 3 demonstrações de resultados; 38 palestras radiofônicas, e 7 publicações em jornais;
- . abacaxi – 18 produtores assistidos, em 52ha, através de 48 visitas;
- . banana – 49 produtores assistidos, numa área de 112ha, e 57 produtores orientados através de 71 visitas; 7 reuniões com 110 participantes; 6 demonstrações com 115 participantes e 3 unidades demonstrativas;
- . citros – 125 produtores assistidos, em 135ha, e 44 produtores orientados por meio de 190 visitas; 14 reuniões com 161 participantes; 9 demonstrações com 108 participantes; 3 unidades demonstrativas; 4 demonstrações de resultados; 4 palestras radiofônicas e 3 publicações em jornais;
- . maçã – 60 produtores assistidos, em 84ha, e 5 produtores orientados através de 28 visitas; 8 demonstrações com 57 participantes; 1 dia de campo com 38 participantes e 4 palestras radiofônicas;
- . pêsego – 142 produtores assistidos, em 820ha, e 40 produtores orientados, através de 406 visitas; 7 reuniões com 94 participantes; 17 demonstrações com 121 participantes; 3 palestras radiofônicas e 1 publicação em jornal;
- . videira – 434 produtores assistidos, em 968ha, e 372 produtores orientados através de 984 visitas; 42 reuniões com 530 participantes; 260 demonstrações com 2.065 participantes; 2 dias de campo com 95 participantes; 2 unidades demonstrativas; 4 demonstrações de resultados; 1 campanha; 61 palestras radiofônicas e 10 publicações em jornal;
- . olericultura – 786 produtores assistidos, em 1.158ha, e 403 produtores orientados por meio de 3.088 visitas; 174 reuniões com 3.620 participantes; 124 demonstrações com 1.705 participantes; 3 cursos e treinamento com 55 participantes; 1 dia de campo com 15 participantes; 7 unidades demonstrativas; 8 demonstrações de resultados; 1 campanha; 45 palestras radiofônicas e 11 publicações em jornais;

- orientação e assistência na área de Bem-Estar Social, visando às famílias dos pequenos produtores, com ênfase em saúde, alimentação, habitação e educação: 6.493 famílias em saúde; 11.086 famílias em habitação; e 1.060 escolas em educação, através de 11.193 visitas; 2.221 reuniões, com 45.175 participantes; 1.190 demonstrações com 19.361 participantes; 52 cursos e treinamento com 1.601 participantes; 3 dias de campo com 222 participantes; 8 unidades demonstrativas; 25 campanhas; 410 palestras radiofônicas e 108 publicações em jornal;
- assistência, na área de organização rural, aos pequenos e médios produtores relacionados principalmente à organização e ao associativismo rural: 18 cooperativas assistidas com 36.000 cooperativados; 8 Associações de Prestação de Serviço e Assistência Técnica – APSAT'S com 800 sócios; 406 Clubes 4'S assistidos com 10.347 sócios e 283 grupos de jovens assistidos com 8.027 sócios;
- Apoio à Produção:
 - . assistência a 2.108 produtores, em 49.870ha, sobre o uso, manejo e conservação do solo e da água;
 - . inspeção de sementes e mudas fiscalizadas, atingindo a 570 produtores em 43.730ha;
 - . difusão de biodigestores como fonte alternativa de energia, através de 31 unidades demonstrativas e 3 unidades em desenvolvimento.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ-IRGA

Além do desempenho das atividades normais de assistência, quais sejam, o atendimento nos escritórios regionais, o atendimento a nível de lavoura e a prestação de serviços, que se realizam mediante a solicitação do produtor, o IRGA desenvolveu programas especiais, visando a elevar a produtividade da lavoura orizícola do Estado.

Um desses programas consiste na realização de uma Semana Ruralista Arrozeira, nos municípios de menor produtividade de cada região.

Durante a Semana Ruralista são realizadas visitas, aos orizicul-

tores, com o fim de detectar os principais problemas e prestar orientação técnica. No exercício, essa programação foi cumprida nos Municípios de Restinga Seca e São Lourenço do Sul.

Outro programa, com base no serviço de estatística do IRGA, efetuou um levantamento dos orizicultores com lavouras de baixa produtividade, aos quais foram feitas visitas especiais, intensificando-se o Serviço de Assistência Técnica e Extensão.

Também foi estimulada a produção de semente, visando a colocar à disposição dos produtores um produto de melhor qualidade, que possa servir de matriz para as futuras gerações.

Como resultado de pesquisas recentemente transferidas aos orizicultores, destaca-se o lançamento da cultivar BR/IRGA-409 e, mais recentemente, da cultivar BR/IRGA-410, realizado conjuntamente pelo IRGA e UEPAE-Pelotas, Convênio EMBRAPA/UF Pelotas. Estas cultivares destacam-se pela alta produtividade, ciclo médio e estatura superior às demais cultivares do tipo moderno em cultivo no Estado.

O projeto de pesquisa de arroz irrigado, para safra 1980/81, consta de 53 experimentos dentro das seguintes linhas de pesquisa: Melhoramento Genético, Regionalização, Agroclimatologia, Práticas Culturais, Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Fitopatologia, Controle de Ervas Daninhas, Entomologia, Nematologia, Rizipiscicultura e Rotação de Culturas.

Dois outros programas merecem destaque especial: o **PRÓ-VÁRZEAS**, que visa ao aproveitamento da tecnologia desenvolvida em culturas empresariais, para utilização em outras culturas, cuja produção ainda utiliza métodos tradicionais e o Programa de **AGROENERGIA**, que visa à irrigação de uma grande área de lavoura de arroz, com a construção da Barragem Butuí, entre Itaqui e São Borja, cuja construção será realizada pela Cooperativa Imembu e seus produtores.

OBJETIVO:

promover a integração lavoura-pecuária.

REALIZAÇÕES:

– Programas Especiais:

Semana Ruralista Arrozeira: 230 produtores visitados e 10

técnicos deslocados, em Restinga Seca, e 106 produtores visitados e 10 técnicos deslocados, em São Lourenço do Sul;

- . lavouras: assistência a 191 lavoureiros de baixa produtividade, 5 lavouras demonstrativas de irrigação em sulcos para as culturas do milho - soja - sorgo - carne.

- Pesquisa Rizícola:

- . melhoramento genético: hibridações controladas, conduções da FL e seleções em materiais segregantes; introduções em 4 experimentos, 4 ensaios de rendimento e 1 experimento em multiplicações de semente genética;
- . regionalização de cultivares: desenvolvimento de 2 experimentos;
- . agroclimatologia: 3 experimentos em épocas de semeadura e 4 ensaios bioclimáticos;
- . práticas culturais: 2 experimentos em densidade de semeadura e 1 experimento em sistemas de semeadura e 1 experimento em sistemas de semeadura;
- . fertilidade do solo e nutrição de plantas: 2 experimentos em calibração e análise de solo, 1 levantamento nutricional e 3 ensaios com macro-elementos;
- . fitopatologia: 2 ensaios com bruzone, 2 experimentos em testes de fungicidas e 1 experimento em viveiros de moléstias;
- . controle de ervas daninhas: 1 experimento de teste de herbicidas novos, 1 experimento em comparativo de herbicidas e 1 experimento em mistura de herbicidas;
- . entomologia: 2 ensaios com "bicheira da raiz", e 4 experimentos em testes de inseticidas;
- . nematologia: 1 experimento em controle de *Aphelenchoides besseyi*;
- . rizipiscicultura: estudo da viabilidade de criação de peixes em associação com arroz;

- . rotação de culturas: 1 experimento de rotação de arroz com soja e 1 experimento de rotação de arroz com milho;
- Atividades Extensionistas:
 - . assistência a 6.666 produtores nos escritórios regionais; 2.296 produtores a nível de lavoura por solicitação do produtor; 4 dias de campo, com apresentação de resultados com 905 participantes; 48 palestras e reuniões com 2.992 produtores e 25 artigos técnicos publicados;
 - . prestação de serviços: 398 anteprojetos e exploração de açude em 17.255ha; 571.347 metros de nivelamento de canais; 72 projetos de instalação de recalque de água, em 9.622ha; 10.869 sacos de 50kg de produção de sementes de arroz;
 - . seminários e cursos: 5 seminários para cooperados sobre Administração Rural; 5 seminários para funcionários de cooperativas; 4 seminários, para o Conselho de Administração das Cooperativas; 1 curso para Conselheiros Fiscais de Cooperativas; 1 palestra sobre Teoria Cooperativista e 8 visitas para programação.

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

As alterações climáticas, ocorridas no ano agrícola de 1979/1980, mais uma vez causaram problemas ao desempenho da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, pois aconteceram por ocasião das colheitas de trigo e soja, produtos que se constituem nos fatores de maior expressão física e econômica para a Companhia.

Com uma área plantada superior a 2 milhões de hectares e uma produção mínima estimada em 2.200.000 toneladas, o total de trigo colhido foi em torno de 1.000.000 toneladas.

Para o segundo semestre do exercício, as perspectivas indicavam uma colheita de 6.200.000 toneladas de soja, porém a produção efetiva esteve ao redor de 5.700.000 toneladas.

Não obstante essa redução de 1.700.000 toneladas no mercado, as quantidades de produtos recebidas pela CESA atingiram a 1.806.314 toneladas, com a seguinte composição física e percentual:

426.958t de milho importado (23,6%), 408.579t de trigo importado (22,6%), 342.986t de trigo gaúcho (19,0%), 416.646t de soja (23,1% e 211.145t de outros produtos (11,7%).

Na formação do total dos recebimentos, as unidades portuárias contribuíram com 54,5% (984.414t) e as coletoras com 45,5% (821.900t).

Em relação ao exercício precedente, a rede operacional recebeu 179.581 toneladas a mais, o que equivale a um incremento de 11%. Os estabelecimentos coletores foram responsáveis por 73% desse aumento, enquanto os portuários completaram os 27% restantes.

Cabe destacar que a elevada participação do milho, no movimento total, a exemplo do que acontecera no exercício 1978/1979, deu-se como consequência das gestões da Direção da CESA junto às entidades governamentais, responsáveis pelas importações desse produto. Como resultado, coube à Companhia o armazenamento e distribuição da quase totalidade dessas importações.

Com referência à armazenagem a frio, a Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul alcançou um resultado excelente, o que se pode constatar pelo cotejo com o exercício anterior, cuja movimentação física – apurada em toneladas – aumentou 68%, ao passo que as quantidades trabalhadas em paletes cresceram 153%.

Na unidade de medida “tonelada”, cabe destaque especial para o grupo de carnes e aves, que foi responsável por 83% da movimentação total. Do que foi movimentado em paletes, as frutas e sucos representaram 95% da demanda.

No exercício de 1979/1980, a receita operacional da Companhia foi de Cr\$ 489, 4 milhões, valor que representa, sobre o ano precedente – quando atingiu a Cr\$ 239,5 bilhões – um crescimento nominal de 104,4%.

Esta cifra foi alcançada com a seguinte participação, por grupos de unidades: coletoras, 47%; portuárias, também 47%; e unidade frigorífica, 6%.

Considerando que a inflação observada no período 1979/1980, relacionada com a de 1978/1979 – medida pelo Índice Geral de

Preços, conceito de Disponibilidade Interna – pode ser avaliada em torno de 86%, verifica-se que, em termos reais, houve um incremento na ordem de 10% na receita operacional.

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento da infra-estrutura agrícola.

REALIZAÇÕES:

– armazenagem de grãos:

. 739.699t de trigo recebidas, 454.551t de soja recebidas e 509.532t de outros cereais recebidas;

– armazenagem a frio:

. recebimento de produtos em Pallet, totalizando 1.308 unidades, assim distribuídas: ameixa 246, maçã 471, pêssego 3, pinhão 26, uva 15, manteiga 49, queijo 144, suco concentrado 353, lima 1;

. recebimento de produtos em peso, totalizando 3.998 toneladas, assim representadas: carne suína 258t, carne bovina 258t, aves 516t, carne ovina 2t;

. ampliação da capacidade armazenadora: construção do silo elevador, com capacidade para 23.000t, no Município de Garibaldi (em andamento);

. orientação técnica para pré-estocagem: 530 visitas a agricultores e usuários da rede;

. plantio de florestas de eucalipto: aquisição de áreas para plantio de eucalipto para obtenção de lenha, visando a substituir os combustíveis derivados de petróleo na secagem de grãos.

INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES

OBJETIVO:

promover a integração lavoura-pecuária.

REALIZAÇÕES:

– publicação de 12 edições do “Boletim Informativo”, contendo informações sobre: abate de bovinos, no Estado, em estabelecimentos exportadores e em matadouros e frigorífi-

cos, abastecimento de carne bovina, exportação de carne bovina, variações de preço de gado de corte; abate de ovinos no Estado, abastecimento de carne verde ovina, exportação de carne ovina; abate de suínos no Estado, produção das indústrias de suíno; abate de aves, equinos e coelhos;

- Distribuição de 6.000 exemplares do Boletim Informativo: 2.400 para a Capital, 2.160 para o interior, 1.200 para outros estados, 240 para o exterior.

INDÚSTRIA

- **SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
- **COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS – CORLAC**
- **AÇÚCAR GAÚCHO S/A – AGASA**
- **CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S/A – VINOSUL**
- **PRODUTOS GAÚCHOS S/A – PROGASA**
- **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL – CEDIC**
- **PÓLO CARBOQUÍMICO DO RIO GRANDE DO SUL**
- **PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
- **PÓLO ELETRO-ELETRÔNICO**
- **COMISSÃO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ARTICULAÇÃO COM A INDÚSTRIA – CECNAI**

INDÚSTRIA

A Secretaria da Indústria e Comércio atua como órgão formulador, articulador e orientador da política de promoção do setor industrial do Rio Grande do Sul bem como, através de suas entidades supervisionadas, em áreas ligadas a implantação de Distritos Industriais e à transformação industrial propriamente dita, como complementação à iniciativa privada e regulação do mercado. Neste sentido, foi a seguinte a atuação desses órgãos, no exercício de 1980:

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Indústria e Comércio no sentido de promover o desenvolvimento do setor industrial no Estado vinculam-se a várias linhas de ação, onde se destacam, em 1980:

PROÁLCOOL

A necessidade de fontes alternativas de energia, decorrente da crise do petróleo, tem impulsionado o estudo e a pesquisa de novos combustíveis. O álcool constitui, sem dúvida, uma alternativa para o Brasil, principalmente por suas características essencialmente nacionais de obtenção e por ser o País rico em solo fértil e mão-de-obra.

Tendo isso em vista, vem sendo desenvolvido o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, sendo a Secretaria da Indústria e Comércio a responsável pela sua implantação no Estado. Como o Rio Grande do Sul não possui tradição, tanto no cultivo da cana-de-açúcar como no seu beneficiamento, foram dirigidos esforços no intuito de realizar estudos que viabilizem a participação do empresariado gaúcho no PROÁLCOOL, envolvendo: zoneamento das matéria-primas para obtenção do álcool no Rio Grande do Sul e zoneamento de áreas para implantação de

destilarias; levantamento de frotas; cadastramento de empresas fornecedoras de equipamentos para destilarias e cultivo de cana-de-açúcar; cadastramento de instituições de pesquisa e tecnologia e de empresas que estejam desenvolvendo pesquisas e experimentos no campo energético; levantamento de destilarias e alambiques; estudos de viabilidade técnica e econômica.

Paralelamente, vem sendo feita a difusão de dados e informações sobre a viabilidade do PROÁLCOOL, através da realização de palestras na capital e interior do Estado, bem como do atendimento a empresários e da participação em congressos e simpósios, ligados a fontes energéticas alternativas.

Estudos de Microrregiões

A SIC vem desenvolvendo uma série de estudos, dentro do “Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião”, tendo em vista propiciar elementos para uma desconcentração das atividades econômicas que atenda às peculiaridades regionais do Estado.

Este programa decorreu da necessidade de se efetuar um estudo a nível microrregional, de maneira metódica e racional e que proporcionasse, aos órgãos responsáveis pela consecução do desenvolvimento econômico, uma visão realística das deficiências e potencialidades de cada microrregião.

O trabalho vem sendo realizado em duas fases distintas. Numa primeira etapa, são elaborados estudos em que se analisam a estrutura econômica e as condições infra-estruturais das microrregiões, vislumbrando espaços vazios, principalmente no setor agroindustrial.

A segunda etapa é efetivada através de grupos de trabalho constituídos pelos técnicos vinculados ao Programa e por representantes dos municípios, visando à realização de estudos sobre a conjuntura atual dos mesmos com o intuito de localizar problemas, debater possíveis soluções e apontar as reais potencialidades econômicas.

Distritos Industriais

Tendo em vista a ocupação dos Distritos Industriais, cuja implantação é de responsabilidade do Estado, a SIC vem desenvolvendo atividades relativas à análise de cartas – consultas de

empresas para enquadramento preliminar nos mesmos; análise de faturas e propostas relativas à implantação dos distritos e execução de infra-estrutura em áreas das empresas; análise de projetos econômicos com vistas à concessão de incentivos materiais a empresas; acompanhamento da aplicação de incentivos materiais pelas empresas, bem como a fiscalização dos incentivos fiscais concedidos.

Para completãr as obras de infra-estrutura dos distritos de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande, foi elaborado um projeto com as necessidades de aplicação de recursos, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que se comprometeu em financiar cerca de Cr\$ 400 milhões para estes distritos.

Metal-Mecânica e Agroindústria

Em virtude da necessidade de consolidar e aperfeiçoar a estrutura industrial metal-mecânica no Estado está sendo realizado um cadastro do setor de máquinas agrícolas no Estado e, paralelamente, um estudo sobre o ramo eletro-eletrônico.

Ao mesmo tempo, vêm sendo cadastradas as empresas agroindustriais, coletando-se informações sobre processos de industrialização, comercialização e tecnologia adotados, bem como tipo de produtos fabricados.

Informações Sócio-Econômico-Financeiras

Tem-se constituído em uma atividade sistemática para a SIC, a compilação de informações sócio-econômico-financeiras dos diversos segmentos que compõem a realidade estadual, as quais servem de base para a elaboração de trabalhos e tomadas de decisões, para a própria Secretaria e para outros órgãos. Um dos resultados desse acompanhamento é a edição anual do trabalho "Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios do Rio Grande do Sul", que proporciona uma visão atualizada das condições de municipalidade gaúcha.

FUNDOPEM

Objetivando o aperfeiçoamento dos instrumentos de incentivos aos novos empreendimentos, foi formada uma comissão composta pela Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Secretaria da Fazenda, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Banco de Desenvolvimento

do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL, que fez uma avaliação do fundo Operação Empresa – FUNDOPEM, sugerindo a utilização de novo método que busca uma concessão de estímulo no momento exato em que a economia do Estado está fruindo os benefícios de implementação do projeto. Estes estudos resultaram no projeto de lei que objetiva a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI.

Alvorada

Tendo em vista a situação do Município de Alvorada, que abriga uma das populações mais carentes do Rio Grande do Sul, foi proposto, pelo Governo do Estado, entre outros, um estudo sobre promoção industrial, sendo, para tanto, realizado o levantamento de informações de várias empresas haviam manifestado interesse, junto à Prefeitura do Município, em lá se localizarem.

As diferentes linhas de ação examinadas traduzem-se em objetivos específicos cuja consecução foi buscada através de uma série de realizações, a saber:

OBJETIVO:

promover e orientar o setor industrial, através da prestação de consultoria aos empresários de pequeno e médio porte, realização de estudos especiais e assessoramento a prefeituras.

REALIZAÇÕES:

- atendimento a 637 empresários;
- fornecimento de informações a 10 órgãos governamentais;
- elaboração das publicações “Venha Crescer com o Rio Grande” e Programas Prioritários da Secretaria da Indústria e Comércio”;
- elaboração do estudo “Comparativo Econômico-Social do RS/Brasil”.

OBJETIVO:

atrair novos empreendimentos, em função do mercado nacional e do preenchimento de lacunas regionais no setor industrial.

REALIZAÇÕES:

- programação da participação do Estado nos seguintes eventos: Feira de Hannover, Encontro de Hamburgo e Jornadas na França e Holanda;

- recebimento de 6 Missões Estrangeiras e promoção de contato das mesmas com empresas do Estado.

OBJETIVO:

indicar as potencialidades econômicas a nível microrregional.

REALIZAÇÕES:

- dar continuidade ao Programa “Proposta de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião”, abordando os Aspectos Geográficos, Aspectos Econômicos, Aspectos Demográficos, Aspectos Infra-Estruturais e Oportunidades Industriais das seguintes microrregiões: Colonial do Baixo Taquari, Triticulora de Cruz Alta, Santa Maria, Lagoa dos Patos e Colonial de Ijuí;
- lançamento do estudo sobre Microrregiões Colonial do Baixo Taquari, Vale do Jacuí e Santa Maria, com a finalidade de discutir problemas e soluções, juntamente com as comunidades microrregionais;
- execução do Programa nas Microrregiões Colonial do Baixo Taquari e Vale do Jacuí, com reuniões nos Municípios e na Secretaria da Indústria e Comércio, para a definição das prioridades microrregionais e ações conseqüentes.

OBJETIVO:

realizar levantamento de dados e análises sócio-econômico-financeiras a nível de Assessoria Técnica.

REALIZAÇÕES:

- compilação de informações sócio-econômico-financeiras para atendimento de solicitações de 48 órgãos;
- elaboração de estudos sobre aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul;
- realização de 7 estudos relativos a levantamento e tabulação de indicadores de microrregião;
- realização de levantamento e contato com indústrias e revendedores de máquinas e implementos agrícolas para elaboração de diagnóstico industrial.

OBJETIVO:

promover a capacitação e desenvolvimento tecnológico dos setores industrial e comercial do Estado, e implementar o Programa Nacional do Alcool no Rio Grande do Sul, bem como o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação de destilarias de álcool.

REALIZAÇÕES:

- cadastramento de 23 organizações e empresas que estão desenvolvendo estudos e pesquisas no campo energético;
- realização de levantamento de 113 Alambiques e Destilarias;
- cadastramento e atualização de 30 empresas fornecedoras de equipamentos para o setor agroindustrial de álcool;
- realização de levantamento de frotas;
- elaboração de 7 Perfis de Destilarias de Alcool;
- realização de estudos para a localização de bombas de álcool no Estado;
- atendimento de 203 empresários;
- atendimento a 98 empresas interessadas em receber informações sobre tecnologia;
- participação em 15 eventos (Seminários, Congressos, Simpósios e Visitas), com a finalidade de aprimorar o nível técnico do pessoal do setor;
- realização de 12 visitas ao interior do Estado, para proferir palestras em Seminários, Congressos, Simpósios.

OBJETIVO:

buscar o pleno conhecimento do setor agroindustrial do Estado, através de estudos para identificação e análise dos problemas de cada ramo e pesquisar, juntamente com os empresários, soluções para os mesmos, visando assim a obter maior eficiência tecnológica e uma melhor estrutura de produção e comercialização.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de perfil sobre Agroindústria no Estado (Dados Informativos para a Feira de Hannover);

- realização de Cadastro de Empresas Agroindustriais em que constam informações referentes à industrialização, comercialização e tecnologia empregada para cada indústria, bem como tipos de produtos por ela fabricados (realizado 40%);
- realização de levantamento da Produção de Queijo do Rio Grande do Sul;
- elaboração de trabalho sobre a localização de Destilarias de Alcool do Rio Grande do Sul, objetivando indicar os municípios do Estado que apresentam condições de implantar estas destilarias, utilizando como matéria prima a cana-de-açúcar, bem como quantificar o potencial máximo de produção em litros/dia de álcool anidro ou hidratado, sem, entretanto, interferir ou deslocar culturas já existentes;
- realização de levantamento de dados bibliográficos sobre agroindústria, com o fim de dotar o setor de elementos de informática, visando a atender consultas sobre diversos ramos agroindustriais (realizado 45%);
- participação em 5 eventos (Simpósios, Encontros, Seminários); incluindo a Reunião sobre o Programa Nacional de Pesquisa Vitivinícola, onde foram debatidos diversos itens concernentes ao setor, tais como:
 - . Programa Integrado de Pesquisa Vitivinícola no Rio Grande do Sul;
 - . Situação Atual – Problemática e Perspectiva de Expansão da Viticultura Nacional.
- realização de 3 estudos sobre Produtos da Agroindústria;
- elaboração do Perfil do Sorgo Sacarino, envolvendo:
 - . Produção;
 - . Tratos Culturais;
 - . Considerações Gerais.
- elaboração do Perfil da Soja, envolvendo:
 - . Produção;
 - . Análise do Mercado Futuro;
 - . Industrialização;
 - . Comercialização.



- participação em reunião com o Instituto de Pesquisas Biológicas e Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB, com a finalidade de levantar dados referentes às características de produção e legislação de farinhas mistas.

OBJETIVO:

consolidar e aperfeiçoar a estrutura industrial Metal-Mecânica do Estado, a partir de convênio celebrado em 22.01.79, entre os Governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL e Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, com duração prevista de 48 meses, com 7 etapas a serem cumpridas.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de diagnóstico do Setor Metal-Mecânico do Rio Grande do Sul (realizado 40%);
- elaboração de estudos sobre o ramo Eletro-Eletrônico, formando um cadastro de todo o parque industrial gaúcho (realizado 70%);
- realização de estudo sobre a Consolidação da Indústria Metal-Mecânica na Região de Caxias do Sul (realizado 30%);
- realização de estudo sobre a Formação de Cadastro do Setor de Máquinas Agrícolas do Estado (realizado 20%).

OBJETIVO:

promover a descentralização industrial e a consolidação e inovação das empresas com maior expressão na estrutura industrial do Estado, através da ocupação dos Distritos Industriais já existentes.

REALIZAÇÕES:

- análise de cartas-consultas de 48 empresas, para enquadramento preliminar nos Distritos Industriais;
- análise de 17 processos relativos a faturas e propostas correspondentes à implantação de Distritos Industriais e execução de infra-estrutura em áreas das empresas;
- acompanhamento de Incentivos Materiais previstos no De-

creto nº 22.964, controle de prazos, construção de instalações, situação econômico-financeira e ocupação de Distritos Industriais relativos a 48 empresas;

- fiscalização dos Incentivos Fiscais (devolução parcial do ICM) concedidos a uma empresa.

OBJETIVO:

realizar estudos e pesquisas necessários à formulação e execução da Política de Distritos Industriais, bem como estudos e medidas imprescindíveis à criação e/ou implantação dos mesmos.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de estudo sobre a demanda por lotes industriais no Distrito Industrial de Rio Grande;
- elaboração de estudo sobre a demanda por lotes industriais no Distrito Industrial de Santa Maria;
- elaboração de estudo sobre a Indústria de Carne na área de influência de Bagé;
- elaboração de Diagnóstico da Economia Gaúcha;
- elaboração de estudos sobre Galpões Industriais;
- elaboração de 6 perfis das cidades-sedes de Distritos Industriais;
- elaboração de estudos sobre a Política Rio-grandense de Desenvolvimento Industrial e de Ocupação de Distritos Industriais;
- descrição dos projetos dos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande, acompanhada do Quadro de Usos e Cronograma de Desembolso;
- elaboração de perfis e estudos relativos a 62 empresas localizadas nos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande;
- elaboração de questionário para atualização de informações sobre Áreas Industriais de iniciativa municipal existentes no Estado;

- realização de levantamento das Áreas Industriais existentes no Estado e seleção daquela sobre as quais são necessárias maiores informações;
- realização de levantamento de critérios de ocupação dos Distritos Industriais e de sua aplicabilidade, em função da nova legislação de uso do solo;
- realização de visitas de inspeção às obras dos Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí, visando à fiscalização da implantação de indústrias;
- análise da proposta do Plano Diretor da Área Industrial de Camaquã;
- realização de levantamento sobre a situação da Área Industrial de Erechim;
- análise da situação do Distrito Industrial de Alvorada.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – CEDIC

A Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial – CEDIC, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, vem desenvolvendo seus trabalhos no sentido de executar a política de implantação de Distritos Industriais no Estado. As atividades deste órgão, no ano de 1980, foram realizadas por uma equipe de 294 funcionários, estando 102 lotados na Companhia e 192 no assessoramento à Secretaria da Indústria e Comércio.

Através da reestruturação de algumas atividades administrativas, a CEDIC logrou alcançar resultados satisfatórios para melhor atingir seus objetivos, executando estudos e projetos de Distritos Industriais, prestando assessoramento a Prefeituras Municipais e dando andamento às obras de implantação dos Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí e à desapropriação dos Distritos Industriais de Alvorada, Viamão e Rio Grande. Além disso, a CEDIC vem analisando projetos arquitetônicos e de engenharia das empresas a se localizarem nas áreas industriais, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Companhia para a ocupação das mesmas.

Até novembro de 1980, foram aplicados Cr\$ 144,6 milhões nos

Distritos Industriais, dos quais 71% correspondem a Aquisição de Área (depósitos judiciais e sentenças) e 29% a Estudos e Projetos e Obras. Além disso, foram ainda aplicados Cr\$ 95,1 milhões na prestação de serviços técnicos à Secretaria da Indústria e Comércio.

As realizações correspondentes a esta aplicação de recursos em 1980, bem como os objetivos a que se propõe a CEDIC, são os seguintes:

OBJETIVO:

prestar serviços à Secretaria da Indústria e Comércio no sentido de implantar o Complexo Metalúrgico do Cobre e as Indústrias de Transformação Final do Cobre Metálico em Rio Grande, tendo em vista a alta dependência de importação de cobre metálico e o baixo nível de extração e transformação das jazidas existentes.

REALIZAÇÕES:

– implantação do Distrito Industrial de Rio Grande, compreendendo:

Estudos e Projetos

- . conclusão do Plano Diretor;
- . projeto executivo do ramal ferroviário do setor norte, com 6.600m de extensão;
- . estudo de tráfego da área de influência do Distrito Industrial;
- . estudos de movimentação de carga das indústrias do setor norte;
- . proteção ambiental no DIRG face aos resíduos sólidos das indústrias do cobre, ácido fosfórico, gaseificação do carvão e a estocagem do carvão;
- . levantamento planialtimétrico e cadastral de 1.584ha, para fins de incorporação;
- . termo de referência e minuta do edital do relatório técnico preliminar de águas residuais;
- . termo de referência do projeto de cobertura vegetal.

Desapropriações

- . desapropriação de 71,61ha dos 1.770,05ha em desapropriação.

OBJETIVO:

prestar serviços à Secretaria da Indústria e Comércio no sentido de promover a complementação da estrutura industrial Metal-Mecânica e Eletro-Eletrônica do Estado e a consolidação e inovação das indústrias locais, tendo em vista: a) a existência de estabelecimentos dispersos na região metropolitana de Porto Alegre, em área urbana, concorrendo com os demais usos e agravando as condições ambientais, sem condições de expansão; b) a existência de terrenos livres para uso industrial a altos preços sem infra-estrutura adequada.

REALIZAÇÕES:

- implantação do Distrito Industrial de Gravataí, envolvendo:

Estudos e Projetos

- . reformulação do projeto executivo do eixo secundário B, lado norte, com 680m de extensão, e do eixo secundário A, lado norte, com 320m;
- . projeto final da rede de esgoto cloacal e da Estação de Tratamento de Efluentes;
- . levantamento das demandas atuais de serviços básicos das empresas localizadas no Distrito Industrial.

Obras

- . regularização de terraplenagem, implantação de esgoto pluvial e de pavimentação em concreto asfáltico e obras complementares do eixo secundário B, lado sul, numa extensão aproximada de 450m, e do eixo secundário D, com 220m;
 - . regularização do acesso pelo ramo V;
 - . terraplenagem e esgoto pluvial do platô da Wotan.
- implantação do Distrito Industrial de Cachoeirinha, envolvendo:

Estudos e Projetos

- . reformulação do plano executivo da estrada Canoas – Cachoeirinha, com 2.400m de extensão;
- . o início da reformulação do projeto executivo da rua 6 com 200m de extensão, da rua 5, com 1.600m, e prolongamento da rua 1, com 160m;
- . projeto das redes de esgoto cloacal e pluvial de lotes da quadras A e C, com frente para a estrada Canoas – Cachoeirinha;
- . projeto das redes cloacal e pluvial dos lotes da quadra G com frente para a rua 6;
- . reestudo da localização da Estação de Tratamento de Efluentes;
- . memorial descritivo do loteamento do Distrito Industrial para fins de incorporação.

OBRAS

- . execução da extensão da rede de energia elétrica na rua 1, em 400m.
- implantação do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, compreendendo parte da área programada (dos 247,5ha previstos, cerca de 55ha já se encontram desapropriados, estando o restante em fase de desapropriação).

OBJETIVO:

implementar os subprogramas de agroindústria, com ênfase na incorporação de inovações, aprimoramento em normas higiênico-sanitárias e de controle da poluição, e ajustes internos para elevar sua eficiência operacional, tendo em vista a capacidade ociosa elevada da indústria de carne bovina, ovina e suína, e o baixo nível de aproveitamento industrial das vísceras, sangue, cascos, ossos, etc.

REALIZAÇÕES:

- implantação do Distrito Industrial de Bagé – Pólo Protéico, envolvendo estudos e projetos relativos a:
 - . estudos preliminares do Plano Diretor, tendo em vista as futuras demandas de água;

- . relatório técnico-preliminar-avaliação das condições atuais das fontes da captação de água;
- . levantamento planimétrico e cadastral da 1ª etapa, para fins de incorporação.

OBJETIVO:

atender as solicitações municipais para fins de assessoria na escolha de áreas e execução dos planos diretores de Distritos Industriais Municipais e/ou concessão de incentivos materiais.

REALIZAÇÕES:

- levantamentos preliminares junto às Prefeituras de Cruz Alta, Santa Cruz, Alegrete, São Luiz Gonzaga, Camaquã, Erechim, Frederico Westphalen, Lageado e Bom Retiro do Sul.

OBJETIVO:

dotar a estrutura da Companhia de instrumentos capacitadores da plena realização de seus objetivos sociais.

REALIZAÇÕES:

- criação de Auditoria Interna, com a finalidade de executar a auditagem nos diversos Departamentos da Companhia, além de examinar, avaliar e recomendar assuntos tais como estrutura organizacional, normas e procedimentos, registros e relatórios, possibilitando maior segurança às decisões da Diretoria;
- implantação do novo Plano de Contas, ajustado de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Nova Lei das Sociedades Anônimas);
- implantação de nova Folha de Pagamento, criada com o intuito de racionalizar o serviço através do aprimoramento da anteriormente existente, propiciando ao sistema maior segurança na sua operacionalização.

**COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE
LATICÍNIOS E CORRELATOS
CORLAC**

A Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos – CORLAC, composta por uma unidade central de produção em Porto Alegre, onze postos de coleta e resfriamento e usinas de

pasteurização de leite, bem como três coligadas no interior do Estado, deu continuidade no exercício de 1980 a quatro tipos de atividades que normalmente vem desenvolvendo: 1 – atividades do setor primário (aquisição de matéria-prima); 2 – atividades do setor de fomento e assistência técnica aos produtores de leite; 3 – atividades do setor de produção e atividades do setor de comercialização.

A ocupação de espaços vazios se impõe, posto que apenas 40% das disponibilidades da produção leiteira do Estado são industrializadas. Os fatores indutores que a abertura de novas frentes tem levado a muitos municípios são: – a fixação do homem no interior, a ampliação das possibilidades de distribuição de renda e aproveitamento evitando sua migração aos grandes centros.

Por outro lado, há as pequenas e incipientes indústrias que ainda persistem no ramo e que fatalmente desaparecerão pela deficiência de tecnologia e recursos financeiros, de que as múltiplas empresas deficitárias que a CORLAC teve que absorver são exemplos. Neste exercício houve outra: a ILASA de Santa Maria.

Todos esses são fatores que, por si só, justificam a ampliação da CORLAC, que tem sido um agente de mudança em seu meio, uma vez que só empresas voltadas para as economias de escala poderão prosperar e propiciar real apoio à produção leiteira.

Dado o exposto, a CORLAC realizou no presente exercício, atividades concernentes aos seguintes objetivos:

OBJETIVO:

promover o crescimento da produção de leite “in natura” do Estado, atingindo novas áreas e reduzindo o déficit existente de leite pasteurizado e derivados.

REALIZAÇÃO:

– Aquisição de 108.467.229 litros de leite “in natura”.

OBJETIVO:

desenvolver a pecuária leiteira através da assistência técnica ao produtor, fomento à produção e valorização do leiteiro.

REALIZAÇÕES:

- realização de 175 reuniões com a participação de 3.194 produtores;
- silagem de 8.047 toneladas em 245 propriedades;

- melhoria de 156 instalações em 149 propriedades;
- aquisição de 216 máquinas e equipamentos em propriedades;
- divisão de 545 pastagens em 2.326 poteiros;
- fenação de 405ha em 104 propriedades;
- introdução de 765 matrizes em 185 propriedades;
- realização de 2.496 testes de tuberculose em animais de 204 propriedades;
- realização de 1.488 testes de brucelose em animais de 172 propriedades;
- realização de 2.238 testes de mamite em animais de 257 propriedades;
- realização de 6 custos de produção;
- realização de controle de fertilidade em 33 propriedades;
- realização de visitas a 3.195 propriedades de produtores financiados;
- realização de visitas a 10.942 propriedades de produtores não financiados;
- realização de visitas a 10.499 produtores;
- atendimento a 5.184 visitas;
- realização de 12.205 inseminações em 3.164 propriedades;
- financiamento de Cr\$ 40.748.855,00, liberados pelo Banco do Brasil a 426 propriedades.

OBJETIVO:

manter estoques reguladores e de garantia de suprimento de derivados do leite, exportando excedentes.

REALIZAÇÕES:

- Produção de 864.814kg. de queijo;

- produção de 797.383kg. de manteiga;
- produção de 378.497kg. de creme;
- produção de 6.933.192 copos de iogurtes.
- produção de 71.419kg. de requeijão;
- produção de 90.846kg. de doce de leite.

OBJETIVO:

garantir o suprimento de leite pasteurizado à população da Grande Porto Alegre, principalmente no período da entressafra.

REALIZAÇÕES:

- produção de 97.016.758 litros de leite pasteurizado;
- produção de 2.921.107kg de leite em pó.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA

Dentro do programa integrado de caráter agroindustrial-comercial que norteia as atividades de Açúcar Gaúcho S/A – AGASA, desenvolvido no setor da agricultura, da indústria e do comércio, cabe um especial destaque à implantação da destilaria de álcool hidratado anexo à usina, com capacidade nominal de 20.000 litros/dia. Estima-se alcançar, na próxima safra, a produção total de 700.000 litros, e num crescente, atingir 3.000.000 litros em 1984. Inaugurada em 6 de outubro de 1980, nela foram investidos cerca de 28,3 milhões de cruzeiros.

No que concerne a atividades agrícolas, cabe lembrar que nelas reside a base do desenvolvimento de todo o conjunto. Dois grandes grupos de atividades resultaram do trabalho técnico desenvolvido: – plantio e tratamento de soqueiras. Estão sendo acrescentados, neste ano agrícola, por parte dos fornecedores, ao redor de 637ha da cana às áreas até então cultivadas, além da renovação da lavoura em outros 620ha. O ingresso desta nova área, em terras de várzeas mecanizáveis, bem atesta a conformidade que a Empresa e a cultura passaram a merecer dos agricultores da região. Para fixação do parâmetro, o acréscimo acima referido representa cerca de 30% da área anteriormente ocupada com cana, isto significando absoluta segurança de abastecimento de matéria-prima durante os próximos anos. Por outro lado, estão sendo efetivados tratos culturais em aproximadamente 1.520ha de cana-soca, aí computadas áreas próprias e de fornecedores, de várzea e minifundiários.

Ainda no que se refere às atividades industriais, além da implantação da destilaria, cumpre destacar que afora a descontinuidade de produção, causada pela inconstância do abastecimento de matéria-prima, determinando diversas liquidações e a conseqüente queda de rendimento industrial, tecnicamente todo o complexo de fabricação tem operado a pleno contento.

Por contingências da política de comercialização do açúcar, imposta pelos grandes produtores nacionais, a AGASA é forçada a armazenar aproximadamente 50% da produção, ao final da safra, para abastecimento da clientela nos seis meses seguintes. Tão-somente a obrigatoriedade da manutenção de estoques de açúcar, ao final deste ano, exige a imobilização de cerca de 100 milhões de cruzeiros – o equivalente a quatro vezes o valor do Capital Social da Empresa. Este fato gera a busca de recursos de terceiros, cada vez mais onerosos, e a descapitalização progressiva das reduzidas ou inexistentes reservas financeiras.

Atualmente, de acordo com quotas de comercialização fixadas pelo IAA, a produção de álcool está sendo integralmente colocada junto às distribuidoras Ipiranga e Petrobrás.

Da produção de melaço grande parte foi reservada como insumo para a produção de álcool. O saldo restante foi colocado no mercado, com prioridade de aquisição aos pecuaristas. Como, entretanto, por estes não foi absorvida a quantidade disponível, a projetada produção remanescente está sendo negociada com fabricantes de ração.

Assim sendo, efetivaram-se os seguintes objetivos com suas respectivas realizações:

OBJETIVO:

garantir a obtenção de matéria-prima suficiente para que a usina possa operar a plena capacidade industrial instalada.

REALIZAÇÕES:

- plantio próprio de 63ha de cana-de-açúcar;
- plantio de 637ha de cana-de-açúcar por aproximadamente 460 fornecedores.

OBJETIVO:

demonstrar a viabilidade técnica da produção de álcool no Rio

Grande do Sul e auxiliar na solução de problema energético nacional.

REALIZAÇÕES:

- implantação de destilaria para a produção de 15.000 litros/dia de álcool hidratado;
- produção de 370.229 litros de álcool hidratado.

OBJETIVO:

absorver toda a cana-de-açúcar produzida na região.

REALIZAÇÕES:

- industrialização de 109.551 toneladas de cana-de-açúcar;
- produção de 155.228 sacos de 60kg de açúcar;
- produção de 2.768 toneladas de melação.

CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S/A – VINOSUL

De conformidade com as finalidades da Central Vitivinícola do Sul – VINOSUL S.A., que compreendem o apoio ao setor vitícola e vinícola, além de exercer atividades reguladoras da produção vitivinícola, através da absorção de excedentes de uva e vinho, objetivando impedir o aviltamento dos preços pagos ao produtor, a Empresa buscou a consecução de objetivos específicos ligados a atividades internas do parque industrial e atividades de transformação e armazenamento dos produtos.

Entretanto, é necessário relatar brevemente a situação do setor vitivinícola no Estado. No ano de 1980 dois fatos destacaram-se, entre outros de menor repercussão, no que respeita à vitivinicultura rio-grandense. Primeiro: a quebra de cerca de 45% da produção de uva, resultado da ocorrência de geadas no mês de setembro de 1979. Segundo: a baixa produção motivou disputa na compra de uva, elevando sensivelmente os preços pagos pelas cantinas ao produtor, encarecendo os custos primários aos quais juntou-se o efeito inflacionário sobre os demais itens, especialmente materiais de embalagem. A conseqüência foi um apreciável aumento de preço do produto a nível de consumo, que redundou numa redução em volume de vinhos e derivados, comercializados em 1980, em relação ao obtido pelo setor em 1979.

É evidente que a menor safra de uva também afetou a

VINOSUL, pois a maioria das cantinas deixou de produzir mosto, fazendo com que a Empresa não atingisse o volume de prestação de serviço previsto para 1980. Por outro lado, parte dos projetos elaborados pela Diretoria e previstos para execução no decorrer do exercício, não puderam ser executados dada a escassez de recursos.

Entretanto, atendendo a uma das metas da Política do Governo, qual seja, a de preservação do meio ambiente, a Empresa deu prioridade à implantação do sistema de tratamento dos efluentes industriais, na unidade concentradora de Bento Gonçalves, com projeto elaborado pela Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC – e que foi orçado pela construtora, vencedora da concorrência pública, em Cr\$ 2.814,031,63.

Estas, além de um minucioso trabalho de revisão e manutenção do equipamento, objetivando prevenir interrupções de operação durante a próxima safra de uva, quando o trabalho é intensivo – constituíram as atividades internas do parque industrial.

A segunda ordem de atividades, realizadas no decorrer do exercício pela VINOSUL, foi as atividades de transformação e armazenamento de insumos. Porém, é necessário também mencionar a participação da Empresa em encontros, reuniões e seminários, voltados para a problemática da vitivinicultura, objetivando ampliar o diálogo com os órgãos de classe vitivinícola, sindicatos de trabalhadores rurais e membros do grupo de trabalho interministerial, encarregado da formulação do “Programa de Ação do Governo para o Desenvolvimento da Vitivinicultura Nacional”.

Neste sentido, foram executadas atividades pertinentes aos seguintes objetivos:

OBJETIVO:

implantar sistemas antipoluentes nas unidades concentradoras de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

REALIZAÇÕES:

- Elaboração e publicação do Edital, objetivando realização de concorrência pública para fins de implantação dos sistemas antipoluentes nas unidades concentradoras de Caxias do Sul e Bento Gonçalves;
- Contratação da obra civil, conforme projeto elaborado pela CIENTEC;

- início da obra civil para a unidade concentradora de Bento Gonçalves.

OBJETIVO:

prestar serviços pela concentração de suco de uva e outras frutas, destilação de vinhos, borras líquidas e bagaço de uva.

REALIZAÇÕES:

- atividades de prestação de serviços concentração, para os estabelecimentos vinícolas da região, de 10.315.215 litros de suco de uva simples.

OBJETIVO:

armazenar sucos e vinhos para empresas vinícolas.

- armazenamento, nas unidades concentradoras para empresas vinícolas, de 2.243.916 litros de suco de uva simples.

PRODUTOS GAÚCHOS S/A. – PROGASA

Tendo como finalidade precípua acompanhar a política de produção e comercialização de produtos agrícolas deterioráveis, como a cebola, alho, cenoura, salsa, repolho, couve, que necessitam ser rapidamente absorvidos pelo mercado consumidor, a **PROGASA – Produtos Gaúchos S/A**, busca regular o mercado através da industrialização de parte de tais produtos e comercialização dos excedentes no mercado nacional.

O exercício de 1980, foi marcado por sensíveis dificuldades financeiras, decorrentes notadamente das aquisições, efetuadas pela **PROGASA**, de cebola gaúcha que se encontrava sem condições de comercialização, visando, com isso, a evitar sua perda. Dentre os objetivos mais importantes que se logrou alcançar encontra-se o restabelecimento de fornecimentos de sopas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, perfazendo 370.000 quilos, com um faturamento superior a vinte milhões de cruzeiros. No que diz respeito à comercialização de cebola "in natura", despendeu-se Cr\$ 12.061.829,20 com sua aquisição, obtendo-se, com vendas, a importância de Cr\$ 15.351.227,00. O ICM gerado diretamente pela atividade da **PROGASA** foi de cerca de Cr\$ 5.000.000,00.

A intensificação dos contatos com a clientela dos produtos elaborados pela Empresa, cujo alto padrão vem sendo elogiado pelos clientes, realizou-se com sucesso. Em decorrência, houve significativo acréscimo de vendas que se refletiu, inclusive, no

regime operacional do parque industrial. Assim, a fábrica esteve, durante todo o ano, em atividade contínua, o que também evitou as inconveniências ocasionadas pela ociosidade de homens, equipamentos e instalações. Por outro lado, as exigências tecnológicas de qualidade, diversificação e segurança de fornecimento, que são exigidas pelas grandes indústrias a quem a Empresa fornece, estão a impor, com urgência, que a mesma, invista (a Empresa) para ampliar sua linha de produtos e estabelecer alto nível de qualidade.

OBJETIVO: aproveitar as safras ceboleiras e outras safras de produtos oriundos da agricultura, pelo processo de comercialização "in natura" e industrialização pelo processo de desidratação.

REALIZAÇÕES:

- comercialização de 1.213 toneladas de cebola "in natura";
- industrialização de hortigrangeiros: 2.730kg de salsa em flocos; 1.368kg de couve em flocos; 3.460kg de alho porro; 8.400kg de cenoura em cubos; 16.304kg de cebola em flocos; 3.602kg de maçãs desidratadas e 415 toneladas de sopa de massa com legumes.

PÓLO CARBOQUÍMICO DO RIO GRANDE DO SUL - CONCARBO

Criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através dos Decretos nºs 28.310, de 15 de fevereiro de 1979, e 28.676, de 27 de abril de 1979, o CONCARBO foi instalado em 26 de julho de 1979 para:

- estabelecer as Diretrizes Gerais para a elaboração do Programa de Implantação do Complexo Carboquímico;
- definir e orientar a elaboração de subprogramas integrados, indicando as normas técnicas a serem adotadas;
- coordenar a integração de serviços e a captação e distribuição dos recursos necessários;
- promover e coordenar as relações do CONCARBO, a nível internacional, nacional, estadual e municipal;
- contratar, fiscalizar e controlar os serviços e obras na implantação do Complexo Industrial Carboquímico.

O CONCARBO conta com uma Secretaria Executiva para coordenar as atividades de implantação do programa, que compreende os seguintes subprogramas iniciais: Formação de Recursos Humanos; Infra-Estrutura Social; Proteção Ambiental; Infra-Estrutura Física; Formação e Instalação de Empresas Satélites; Construção Civil, Máquinas e Equipamentos; Apoio Financeiro. Diversos órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta devem prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e à execução de suas atribuições.

O principal objetivo da implantação do Complexo Carboquímico Gaúcho é o de ser supridor, a partir do carvão, de matérias-primas básicas às indústrias de fertilizantes existentes no Rio Grande do Sul. Este projeto é reforçado pela necessidade da utilização dos recursos energéticos de origem nacional, em substituição às matérias-primas importadas.

O Complexo será implantado numa área de 230ha, no município de São Jerônimo, mais precisamente no Porto do Conde, cerca de 70km a oeste de Porto Alegre e ligado à Capital pela rodovia BR-290, e por hidrovia. Será instalada na região uma unidade de gaseificação de carvão, da PETROBRÁS, e uma unidade de produção de amônia, da Companhia Riograndense de Nitrogenados - CRN, as quais cumprirão o papel de gerar poupança de divisas, seja pela redução da necessidade de importação de petróleo e de insumos básicos para a produção de fertilizantes, seja pelo fato de estimular o desenvolvimento regional pelo aproveitamento de seu potencial de polarização. Como subproduto, haverá ainda a produção de enxofre.

Do ponto de vista mercadológico está prevista, também, a regularização da oferta nacional de amônia para a produção de fertilizantes, equilibrando as demandas regionais e as disponibilidades internas do produto. Não agindo assim, a tendência seria aumentar a dependência desse setor a uma conjuntura internacional incerta. Dessa maneira, o carvão se apresenta com um substituto aos derivados de petróleo para a produção de amônia.

Está prevista, em etapas posteriores, a geração de gás bruto para aplicação como gás redutor, em nível necessário para atender à produção de 1.000t/dia de ferro-esponja, e de gás combustível para abastecimento urbano (residencial e industrial) da Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como o fornecimento de insumos para produção de metanol e aproveitamento das cinzas de carvão, para ser utilizado na construção civil.



A mina que fornecerá o carvão necessário para o processo de gaseificação localiza-se próximo à Mina do Leão, na área de influência do Complexo Carboquímico, tomando o nome de Mina do Leão II. Esse carvão deverá ser extraído a 300m de profundidade, pela Companhia Riograndense de Mineração – CRN, passando em seguida pelos processos de limpeza e beneficiamento e sendo depois transportado ao longo de 30km, em via ferroviária, até a unidade de gaseificação já que, para se transformar em amônia – finalidade última do complexo – tem que ser antes transformado em gás. Obtida a amônia, esta deverá ser levada, por hidrovia, a Rio Grande, onde será empregada na indústria de fertilizantes.

A implantação do Complexo Carboquímico, além de reativar a economia carvoeira do Estado, a qual passou por um período de *marginalização, resultante do crescente consumo de petróleo*, gerará o aumento de renda interna, o aumento dos empregos no setor e uma aceleração no crescimento da região como um todo. Com efeito, a atual produção nacional de carvão se destina principalmente à geração de termoeletricidade, à produção de coque siderúrgico e ao uso industrial, nos seguintes termos: 1.000.000t/ano (84%) para geração de termoeletricidade; 60.000t/ano (5%) para siderurgia (redução direta); 130.000t/ano (1%) para uso industrial.

A nova Mina do Leão II fornecerá um total de 2.000.000t/ano (o que equivale a aproximadamente 8.000t/dia) de carvão para a produção de gás de síntese, combustível e redutor, bem como alimentará as unidades auxiliares para a geração de vapor e energia. Essa cota resultará na produção anual de 500.000.000Nm³ (m³ normais) de gás, 198.000t de amônia e 4.000t de enxofre.

O cálculo dos investimentos, que serão necessários para a implantação do Complexo Carboquímico, prevê um montante de US\$ 450 milhões, dos quais US\$ 90 milhões correspondem à nova mina; US\$ 200 milhões, ao gaseificador; US\$ 130 milhões, à Unidade de Amônia e US\$ 30 milhões, à implantação de infraestrutura e equipamento urbano.

Ao CONCARBO cabe oferecer todo o suporte à implantação e ao desenvolvimento do Complexo no que se refere a equipamentos e infra-estrutura urbana, já que o projeto atrairá mais ou menos 40 mil pessoas para a área. Só no que tange a empregos gerados *diretamente pelo empreendimento*, 5.000 são estimados para a fase de implantação (empregos transitórios) e 2.500 para a fase de operação (empregos permanentes).

Entre os benefícios decorrentes da implantação do Complexo Carboquímico, ainda podem ser salientados a continuidade do desenvolvimento das economias do Estado e do País, com conseqüentes repercussões positivas sobre a balança comercial, através do aumento das exportações de bens agropecuários, e da redução de importações de insumos básicos – o que equivale a uma economia de divisas devido à produção de amônia e enxofre da ordem de US\$ 34,5 milhões/ano. – bem como o aproveitamento racional das reservas de carvão mineral do Rio Grande do Sul, atualmente estimadas em 80% da reserva brasileira.

Para o dimensionamento dos trabalhos necessários à implantação da infra-estrutura, o CONCARBO buscou o auxílio da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras – CEDRO, que elaborou um Plano Diretor, definindo o que deve ser feito na região, e que envolve os seguintes itens:

- 3,5 mil unidades habitacionais
- 1,3 milhões de m² de pavimentação
- 936 km de rede de esgotos
- 68 km de rede de abastecimento de água
- 62 km de rede de iluminação pública
- 46,4 ha de áreas verdes
- 130 salas de aula para o Ensino de 1º Grau
- 27 salas de aula para Ensino de 2º Grau
- 36 km de rodovias do sistema viário principal
- 52 km de rodovias do sistema viário secundário
- 8 km de ciclovias

Até novembro de 1980, as realizações do CONCARBO foram as seguintes:

- elaboração do Plano Diretor da Região do Pólo Carboquímico, dimensionando a infra-estrutura e os equipamentos urbanos necessários (aprovado em 18.04.1980);
- contrato de prestação de serviços, firmado em 13.06.1980, entre o Banco Nacional de Habitação – BNH e a Fundação Universidades de Caxias do Sul, através de seu Instituto de Administração e Tecnologia, com interveniência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do CONCARBO, com o objetivo de estudar o aproveitamento de cinzas resultantes de beneficiamento do carvão mineral para emprego na fabricação do concreto celular (em andamento);

- contrato com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, firmado em 23.06.80, com o objetivo de desenvolver uma infra-estrutura de apoio científico e tecnológico ao CONCARBO;
- edição de uma publicação explicativa sobre a criação, objetivos e atividades do CONCARBO;
- elaboração de trabalho, pela equipe técnica do CONCARBO, no qual são oferecidos subsídios à montagem de uma política carboquímica para o Estado do Rio Grande do Sul (duas edições de 1.600 exemplares, publicados pela Fundação de Economia e Estatística – FEE);
- proposição de Programa de Pesquisas à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, abrangendo os seguintes aspectos:
 - . estudo integrado das bacias carboníferas do Estado do Rio Grande do Sul;
 - . estudo climatológico das áreas carboníferas do Rio Grande do Sul;
 - . impacto ambiental da gaseificação do carvão mineral no Rio Grande do Sul;
- propostas de pesquisas encaminhadas ao Banco Nacional de Habitação, abrangendo os seguintes aspectos:
 - . tamanho de terreno urbano para zonas de mineração;
 - . equipamento urbano e infra-estrutura para zonas minerais;
 - . impacto no espaço urbano da implantação dos gaseificadores;
 - . coordenação modular e habitações marginais nas áreas carboníferas;
 - . continuação dos estudos iniciados através do Contrato CTS-0047/80, de 13.06.80 – “Aproveitamento de Cinzas Resultantes de Beneficiamento do Carvão Mineral para Emprego na Fabricação do Concreto Celular”;

- . agregados leves para concreto;
- . aglomerados hidráulicos;
- . materiais de construção a base de cinzas e cal;
- . organização de um banco de dados das bacias carboníferas;
- Proposta de Programa Conjunto CONCARBO/Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, abrangendo os seguintes aspectos:
 - . linha de pesquisa em lavra de carvão a grandes profundidades;
 - . beneficiamento, métodos não convencionais e métodos convencionais;
 - . geoquímica orgânica;
 - . liquefação;
 - . gaseificação “in situ”;
 - . pirólise;
 - . aproveitamento do material não combustível.

Segundo o cronograma estabelecido, a produção deve iniciar em fins de 1983. O trabalho de mineração já começou e a PETROBRÁS está desapropriando o local de instalação do gaseificador. O projeto de engenharia final está concluído, devendo ser iniciados os projetos de detalhamento. Por parte da ENGEFER, uma subsidiária da Rede Ferroviária Federal, foi aberta a concorrência para a construção das linhas férreas internas, entre a mina e o gaseificador.

PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONPETRO

O Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul está localizado entre os municípios de Montenegro, Triunfo e Canoas,

ocupando uma área de 14.600 ha, a qual foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 24.113, de 10 de outubro de 1975, posteriormente modificado pelo Decreto nº 27.043, de 24 de maio de 1978, ambos do Governo do Estado.

O Complexo Básico ocupará uma área de 1.811 ha para a instalação da Central de Matérias-Primas e das Indústrias de 2ª geração. O espaço restante abrigará a Área Industrial, nas suas três etapas, e as áreas verdes de lazer e recreação, interna, e a floresta que deverá circundar todo o local.

O Complexo Industrial, distante 30 km do centro de Porto Alegre, é servido pela rodovia BR-386/TABAI-CANOAS, que liga a Grande Porto Alegre ao Noroeste do Estado, e pelas ferrovias EF-290 (Porto Alegre/Santa Maria/Uruguaiana/Rio Grande) e EF-116 (Porto Alegre/Lages/São Paulo), além dos rios Caí e Jacuí, hidrovias naturais que banham a área.

A seleção do local coube a uma Comissão Especial, constituída pelo Governo do Estado, com fins específicos de elaborar estudos visando a definir a microlocalização do Pólo Petroquímico de conformidade com as informações contidas no documento do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE, que fixou o Rio Grande do Sul para sua implantação.

O Pólo tem, como principais agentes de implantação: O Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul-CONPETRO; Companhia Petroquímica do Sul-COPESUL; A Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS; a Central de Matérias-Primas – CEMAP; as Unidades de 2ª geração; as Unidades de 3ª geração (Indústria de Ponta ou Transformação); A Secretaria Executiva do CONPETRO e seus Subprogramas.

A cada um destes agentes cabe uma tarefa específica, porém interligada compreendendo, em conjunto: todos os projetos e obras necessárias à implantação e funcionamento do complexo; os dutos para o fornecimento da principal matéria-prima do Pólo Petroquímico – a nafta; os projetos e suas respectivas execuções, como também a tecnologia apropriada à operação das indústrias de 2ª Geração; e, finalmente, a implantação das indústrias de Ponta ou Transformação do Complexo Industrial Petroquímico.

CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CONPETRO

O CONPETRO foi criado pelo Governo do Estado, através do

Decreto nº 24.386, de 15 de janeiro de 1976, com a finalidade de coordenar as atividades governamentais, voltadas para a implantação do Pólo e tendo a responsabilidade de prover a infra-estrutura de apoio ao empreendimento, seja a infra-estrutura física e social da proteção ambiental, os recursos humanos, o desenvolvimento regional das indústrias da construção civil e de máquinas e equipamentos, como também os aspectos que envolvem as unidades transformadoras, nas áreas industriais e urbanas de influência do Pólo Petroquímico, e o provimento de recursos financeiros necessários ao atendimento dos diversos Subprogramas.

Integram o CONPETRO, como membros efetivos, as seguintes autoridades: Secretário de Estado de Coordenação e Planejamento; Secretário de Estado da Indústria e Comércio; Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicações; Secretário de Estado da Fazenda; Secretário de Estado do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas; Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social; Secretário de Estado dos Transportes; Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS; Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA.

COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL – COPESUL

A COPESUL foi constituída em 8 de junho de 1976 como sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, subsidiária da PETROQUISA (51%) com a participação da Insumos Básicos S.A. – Financiamento e Participação – FIBASE (49%), e transformada em Sociedade Anônima, com capital autorizado de 800 milhões de cruzeiros (mantendo igual participação acionária), no dia 21 de junho de 1977. Tem como objetivo implantar o Complexo Básico e operar a Central de Matérias-Primas, seus sistemas auxiliares e as interligações de uso geral, tais como a distribuição de produtos, energia elétrica, água, gases industriais, as vias internas de serviço paralelas às tubovias, e ainda outros sistemas gerais, de características tipicamente industriais, tais como captação, adução e tratamento de águas, geração e distribuição de gás inerte, tudo isso na área específica do Complexo Básico.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS

A PETROBRÁS participará do Pólo Petroquímico gaúcho através da Refinaria Alberto Pasqualini, localizada no município de Canoas, na região da Grande Porto Alegre, e a 25 km da área do Complexo, provendo os sistemas de dutos de movimentação de derivados de petróleo (que estejam dentro do monopólio do

petróleo e derivados, estabelecidos através da Lei nº 2.004), necessários ao suprimento da Central de Matérias-Primas da COPESUL.

CENTRAL DE MATÉRIAS-PRIMAS – CEMAP

A CEMAP, ou indústria de 1ª Geração, é a unidade industrial da COPESUL que, partindo da nafta-matéria-prima, fornecida pela refinaria Alberto Pasqualini – REFAP/PETROBRÁS, vai produzir os produtos petroquímicos básicos ou seja: eteno, propeno, butenos, butadieno, benzeno, tolueno e xilenos, os quais são matérias-primas para as indústrias de 2ª Geração, instaladas na Área do Complexo Básico, e serão distribuídos às mesmas através de um moderno sistema de tubovias que interligará estas unidades fabris e a CEMAP.

UNIDADES DE 2ª GERAÇÃO – DOWN-STREAM

As indústrias de 2ª Geração são as unidades fabris que utilizam como matérias-primas os produtos petroquímicos básicos, produzidos pela CEMAP, para produzir os produtos petroquímicos finais como Polietileno de Alta Densidade, Polietileno de Baixa Densidade, Polipropileno e outros, ou os produtos petroquímicos, intermediários, como Cloreto de Vinila e Estireno que, por sua vez, serão consumidos para produzir outros produtos petroquímicos finais como o PVC, Poliestireno, SBR, etc. Estes produtos são as principais matérias-primas da Indústria de Ponta ou de Transformação.

UNIDADES DE 3ª GERAÇÃO – INDÚSTRIAS DE PONTA OU TRANSFORMAÇÃO

As indústrias de 3ª Geração, de Ponta ou de Transformação, são as que vão transformar os produtos petroquímicos finais, oriundos das Unidades de 2ª Geração, em bens de consumo, ou seja, as indústrias têxteis, os transformadores de plásticos e borrachas, os misturadores ou formuladores de detergentes e fertilizantes, a indústria de tintas e vernizes, insumidora das resinas e solventes provenientes da petroquímica, e assim por diante.

Quase a totalidade dos produtos petroquímicos finais isto é, aqueles provenientes das Indústrias de 2ª Geração, constituem matérias-primas industriais para uma fase seguinte de elaboração, o que significa que exigem ainda uma, ou mais de uma operação distinta, antes de alcançarem o mercado consumidor ou antes de se transformarem em bens de consumo.

Por outro lado, as Indústrias de Ponta ou Transformação, além de gerarem alguns milhares de empregos diretos, vão possibilitar acréscimos significativos na formação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias do Estado.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONPETRO E SEUS SUBPROGRAMAS

O CONPETRO, para cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas no documento que o instituiu, estruturou as suas atividades técnicas através de sua Secretaria Executiva, a qual tem como objetivos os de proporcionar ao Complexo Básico (Central de Matérias-Primas e Indústrias de 2ª Geração), bem como à Área Industrial, destinada a receber as Indústrias de Transformação e os Serviços de Apoio, todos os condicionantes infra-estruturais necessários à implantação dos mesmos.

Assessorada por órgãos de apoio como a Unidade Administrativa, a Assessoria de Comunicação Social e a Consultoria Jurídica, e através do desenvolvimento de seus diversos Subprogramas (Recursos Humanos; Infra-Estrutura Social; Proteção Ambiental; Infra-Estrutura Física; Unidades de Transformação; Construção Civil, Máquinas e Equipamentos; Apoio Financeiro), a Secretaria Executiva conseguiu manter o ritmo de desenvolvimento de implantação da infra-estrutura, seja diretamente, seja através de organismos específicos da área pública e privada, rigorosamente dentro de cronogramas adequados à consecução de seus objetivos e metas.

Uma vez concluídos os trabalhos prioritários e já estando em fase de conclusão a maior parte das grandes obras infra-estruturais, restando apenas obras que, embora de porte pela sua envergadura ou pelo valor do investimento, não estarão mais sob sua direta responsabilidade, mas de outros organismos do Estado, a Secretaria Executiva passará – como de fato vem acontecendo – a cumprir sua função básica de coordenação entre os ditos órgãos como é o caso, entre outros, da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações – CRT; Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE; Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, etc.

Ainda sob este mesmo aspecto, começa a se salientar, com mais intensidade, o caráter normativo que vem assumindo a Secretaria Executiva, o qual tende a predominar cada vez mais nas suas

atividades já que, na medida em que a infra-estrutura física dá lugar às montagens industriais, as funções se modificam, intensificando-se os trabalhos de normatização da utilização, operação e convívio dos aglomerados industriais e humanos resultantes.

Com o intuito de proporcionar uma visão específica e setorial das atividades da Secretaria Executiva do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, segue-se o exame das principais realizações dos órgãos que lhe dão apoio, bem como as atividades executadas dentro dos subprogramas específicos, até o exercício de 1980.

Seguem-se, pois, os objetivos e realizações dos órgãos de apoio da Secretaria Executiva.

Unidade Administrativa

OBJETIVO:

oferecer suporte à Secretaria Executiva e a seus subprogramas.

REALIZAÇÕES:

- assistência técnico-administrativa ao desempenho da Secretaria Executiva através da aquisição de material permanente e de consumo; admissão, demissão e controle de pessoal; elaboração, datilografia, reprodução e expedição de expedientes diversos; registro e acompanhamento funcional do quadro do CONPETRO.

Assessoria de Comunicação Social

OBJETIVO:

divulgar aos vários segmentos da sociedade Riograndense o que é o Pólo Petroquímico e quais os reflexos econômicos e sociais que sua implantação vai produzir no Estado.

REALIZAÇÕES:

- planejamento gráfico e visual e divulgação, relacionados com as exposições – palestras realizadas sobre o projeto do Pólo e o estágio das obras de implantação, bem como a

publicação de um folheto geral sobre o CONPETRO para todos os públicos;

- programação de visitas à área industrial, através do projeto VAI, registrando-se, em 1980, o recebimento de inúmeras pessoas e entidades, incluindo-se entre as mesmas estudantes, empresários, presidentes e diretores de órgãos públicos e privados, representantes diplomáticos, destacando-se, em particular, a visita dos Embaixadores do Canadá e dos Estados Unidos da América do Norte;
- realização de palestras, através do Projeto Comunicações-Comunidade Escolar, nas seguintes localidades:
 - . Salão de Atos do Colégio São João, em Montenegro (250 pessoas);
 - . Salão Paroquial em Triunfo (70 pessoas);
 - . São Leopoldo (250 pessoas);
 - . Salão Paroquial, em São Sebastião do Cai (120 pessoas);

através do projeto Unidade-Comunidade Governamental, cujo objetivo é informar a comunidade governamental com a finalidade de estabelecer uma linguagem homogênea em torno do empreendimento, realização de contatos com diversas Secretarias de Estado e do Município, bem como com os Chefes e jornalistas de Assessoria de Comunicação Social do Governo do Estado;

planejamento e execução, ainda em 1980, dos seguintes eventos:

- . visita do ex-presidente Ernesto Geisel à área do Pólo Petroquímico;
- . visita do Ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio;
- . visita do Ministro Elizeu Rezende, dos Transportes;

“Multifeira”, de 10 a 19 de outubro, Parque de Exposições de Esteio e “Petroquímica em Tempo de Exposição” de 19 a 28 de novembro, em Salvador, Bahia.

Consultoria Jurídica

OBJETIVO:

prestar assessoramento jurídico ao CONPETRO.

REALIZAÇÕES:

- assessoramento jurídico ao CONPETRO no que diz respeito à desapropriações, incluindo-se atendimento a proprietários;
- elaboração da minuta de petição inicial para a desapropriação da estrada que ligará a BR-386 à cidade de Montenegro; elaboração de 19 ações de desapropriação para serem ajuizadas na Comarca de Triunfo – Proteção Ambiental e acompanhamento de ações junto aos juizes das Comarcas de Montenegro e Triunfo, e, junto ao Tribunal de Justiça, sobre julgamento dos recursos interpostos pelo Estado;
- elaboração de contratos, de minutas de contratos, bem como a fiscalização, referente à obra ligação BR-386/Montenegro (firmas: Construtora Gaúcha Ltda.; Engenharia e Tecnologia S.A.; Construtora SULTEPA S.A. e MAGNA Engenharia Ltda.) e fiscalização da execução de 3 viadutos ferroviários e uma galeria (Construtora Gaúcha Ltda. e CONCRENAT – Engenharia e Tecnologia);
- elaboração de 5 Termos Aditivos;
- elaboração de 8 pareceres;
- elaboração de 5 documentos em geral, incluindo, entre outros, minuta de Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Centro Internacional de Serviços Executivos – CISE;
- apreciação dos Editais de Licitação – Execução e Fiscalização da zona de Serviços e Vias Secundárias 1 e 2.

No que se refere aos Subprogramas Específicos, pode-se acompanhar o desempenho do CONPETRO, em 1980, através de seus respectivos OBJETIVOS E REALIZAÇÕES.

Subprograma de Recursos Humanos

OBJETIVO:

planejar e formar recursos humanos necessários para a implantação e operacionalização do Pólo Petroquímico.

REALIZAÇÕES:

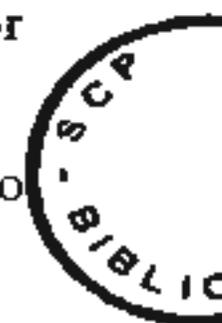
- encerramento, em 19/06/80, do Acordo Especial e dos Respectivos Termos Aditivos Setoriais, firmados durante o ano de 1979 entre o Ministério do Trabalho – através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO/RS, SENAI e Sistema PETROBRÁS (PETROBRÁS – PETROQUISA E COPESUL), em que foram utilizados recursos financeiros no valor de Cr\$ 4.683.378,00 assim distribuídos:

. Mtb/PIPMO:	Cr\$ 1.430.000,00
. SENAI:	Cr\$ 1.668.578,00
. Sistema PETROBRÁS:	Cr\$ 1.584.809,00

- assinatura, entre estas mesmas entidades, de um novo Acordo Especial, o qual foi operacionalizado através de dois Termos Aditivos setoriais com as seguintes especificações:

. Nº de alunos previstos até junho/81:	1.423
. Recursos: Mtb – SMO – PIPMO/RS:	Cr\$ 2.700.000,00
SENAI:	Cr\$ 4.225.940,00
Sistema PETROBRÁS:	Cr\$ 5.046.288,00
Total:	Cr\$ 11.972.228,00

- realização do Curso Técnico Especial de Instrumentação para 10 alunos e do 2º Curso de Inspetor de Equipamento, com 19 concluintes;
- construção do Centro de Aperfeiçoamento de Soldadores, pela COPESUL, na área do Pólo Petroquímico, tendo sido preparados já 74 alunos;
- programação e realização de cursos pelo SENAC, preparando, em 1980, 241 alunos em diversas especializações do Setor Terciário;
- realização de duas reuniões na Comissão de Coordenação



Geral do Sistema de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Pólo Petroquímico, cujos assuntos foram, respectivamente, o 1º e o 2º Termos Aditivos Setoriais.

Subprograma de Proteção Ambiental

OBJETIVO:

estabelecer diretrizes normativas para a preservação e conservação do meio natural da área escolhida para a implantação do Pólo Petroquímico.

REALIZAÇÕES:

Através do Projeto Controle de Resíduos:

- . apresentação de relatórios de viagem realizada à Europa e aos Estados Unidos (novembro/dezembro de 1979), por grupo de trabalho, representado por técnicos de diversas instituições, para observação de indústrias com atividades petroquímicas;
- . apresentação, pelo mesmo grupo, de parecer técnico visando à aplicação de moderna tecnologia para tratamento de efluentes líquidos e disposição final do Pólo Petroquímico;
- . acompanhamento dos estudos desenvolvidos pelo CNEC sobre a Revisão do Relatório Técnico Preliminar, no que tange às especificações da reavaliação de cargas poluidoras e às normas e legislação de efluentes líquidos;
- . elaboração do trabalho "Subsídios para o Dimensionamento da Rede de Coleta de Efluentes Sanitários e Industriais da Área Industrial e de Apoio de Serviços do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul", em conjunto com o Subprograma de Unidades de Transformação;
- . adaptação do Modelo Matemático de Qualidade de Água da Bacia do Guaíba para o Computador IBM 370/15, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, visando à utilização em conjunto com o Departamento de Meio Ambiente daquela Secretaria; paralelamente, elaboração deste Modelo na Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS;
- . avaliação de cargas domésticas e industriais da Região

Metropolitana de Porto Alegre, juntamente com o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente/RS;

- . análise e elaboração de sugestões sobre os tópicos de Proteção Ambiental, pertinentes ao trabalho “Sistema de Implantação e Controle do Uso do Solo na Área Industrial do Subprograma de Infra-Estrutura Social”;

– controle de Efluentes Sólidos:

- . elaboração do Relatório “Recomendações Técnicas visando à Definição dos Sistemas de Tratamento e Disposição Final para Resíduos”;

- . coleta de informações e dados referentes à geração de resíduos sólidos (quantitativos e qualitativos) em indústrias similares às do Pólo Petroquímico, e realização de visitas de caráter técnico a empresas de tratamento e destinação final, na Bahia (Camaçari) e Rio de Janeiro;

- . levantamento da situação atual da coleta e disposição de lixo em Montenegro e Triunfo, bem como estimativa de resíduos industriais do Pólo Petroquímico e resíduos domiciliares daqueles dois municípios;

– controle de Efluentes Aéreos:

- . acompanhamento do relatório Técnico-Preliminar – Tarefa AR – elaborado pelo CNEC e cujo parecer final indicou a necessidade de efetivação de revisão do mesmo, sendo agora analisado.

Através do Projeto Cobertura Vegetal, entre outras, destacam-se as seguintes realizações:

- acompanhamento dos trabalhos de implantação definitiva das cortinas vegetais, efetuado pela empresa Eco-Sistemas Empreendimentos Agrícolas Silvo Agro-Pastoris S.A. (de julho a novembro foram plantadas 180 mil espécies de árvores nativas e exóticas atendendo às especificações do Edital, que prevê um plantio de 350 mil árvores em forma de cortinas, circundando toda a área do Pólo, durante 24 meses);

- assessoramento ao levantamento dos matos de Acácia Negra

na área, realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado, para avaliação destes, a fim de elaborar edital de licitação pública para a possível venda de acácias;

- fiscalização e controle do abate de árvores na área do Pólo, liberação e retirada de leivas, enleivamento dos taludes das rodovias e ferrovias e controle do serrador nos matos de acácias.

Através do Projeto Auto-Ecologia e Bioindicadores:

- escolha e dimensionamento da área de cada estação a ser analisada – várias experiências estão sendo realizadas em campo, bem como em laboratório, envolvendo vários representantes da fauna e flora da área, quanto à aclimação destes seres vivos, mormente em relação à alimentação, teor de oxigênio dissolvido, flutuação de temperatura, condutividade, Ph e poluentes, visando à seleção de bioindicadores.

Através do Projeto Medicina Social:

- instalação do ambulatório médico junto aos escritórios do CONPÉTRO, equipado com materiais e medicamentos provenientes da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, e prestando atendimento aos operários do Conselho e de Subempreiteiras que atuam na área do Pólo. Ficou estabelecido, através de contatos com a COPESUL e empreiteiras a ela vinculadas, que o atendimento médico curativo e dos acidentados do trabalho caberia às empresas, que manteriam serviços médicos próprios, obedecendo a exigências contratuais para atuarem na área.

Dentro, ainda, deste subprograma, foram realizadas viagens e visitas técnicas para observações em várias indústrias petroquímicas nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, visando à aplicação de moderna tecnologia no Pólo Petroquímico gaúcho quanto ao tratamento de resíduos sólidos e líquidos.

Subprograma de Infra-estrutura Social

OBJETIVO:

elaborar os planos diretores da área industrial, destinada à instalação das indústrias de Ponta ou Transformação, e, supletivamente, das áreas urbanas de Montenegro e Triunfo, onde serão implantados núcleos urbanos destinados a atender à demanda de habitação do Pólo Petroquímico.

REALIZAÇÕES:

Através da Política e Normas para Implantação de Unidades Industriais no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul,

- elaboração de um conjunto de textos que integram o documento relativo à:
 - . política para implantação da área industrial;
 - . justificativa para a criação de uma Entidade para implantação e administração da Área do Pólo Petroquímico;
- e relativo ao:
 - . roteiro de enquadramento para a Pré-Qualificação das Empresas que se candidataram a se localizar no Pólo Petroquímico;
 - . Plano Diretor da Área que inclui, principalmente, as Normas de Uso do solo em nível urbanístico, e as Normas para elaboração dos Projetos de Edificações, para construção e operações das unidades industriais, envolvendo, ainda, disposições preliminares e um conjunto de anexos;
 - . estabelecimento de política para a implantação da Área Industrial de 3ª Geração com o estabelecimento de critérios atinentes aos itens: Estratégia de Ocupação; Localização das Indústrias; Vocação da Área Industrial; Proteção Ambiental. Foram, também, relacionadas as principais vantagens para as indústrias que se estabeleceram na área, tendo em vista atrativos e incentivos a serem oferecidos;
- criação de uma Entidade Administrativa da Área Industrial, cujos objetivos específicos são:
 - . executar uma política para a Área Industrial que inclua os programas de atração, promoção e transferência dos lotes às empresas;
 - . coordenar ações com a finalidade de minimizar o impacto industrial sobre o meio ambiente, através de normas de proteção ambiental, e da execução de projetos de reflorestamento;

- . coordenar e fazer cumprir as normas específicas dos projetos relativos à implantação da infra-estrutura e sua complementação no decorrer da ocupação da área;
- . coordenar o relacionamento das empresas instaladas com as concessionárias dos serviços de água, esgoto, energia elétrica e comunicações;
- . facilitar os contatos das indústrias com os órgãos de financiamento;
- . participar no encaminhamento de programas conjuntos com as administrações municipais, para atender aos objetivos básicos de desenvolvimento econômico-social;
- . manter, permanentemente, um sistema de planejamento, avaliação e informação.

Quanto à Zona de Serviços de Apoio,

- licitação e respectiva contratação, com a Firma Engenheiros Consultores Associados – ECA, para a elaboração do Projeto de Engenharia Final da Zona de Serviços e Ante-projeto do Sistema Viário das Zonas de Equipamentos Especiais, Zonas de Oficinas e Zona de Depósitos;
- acompanhamento e supervisão dos trabalhos realizados pela ECA, com o objetivo de assegurar o cumprimento e as necessárias adequações aos objetivos estabelecidos na fase da concepção inicial.

Quanto à construção da sede do CONPETRO na Área,

- licitação vencida pela Firma Madezatti S.A., para a construção da sede do CONPETRO, a ser implantada na Zona de Serviços, junto a Via 2;
- fiscalização da terraplenagem e da montagem do prédio, em conjunto com o Subprograma de Infra-estrutura Física.

Através do Projeto CURA Montenegro, além das tarefas inerentes à administração do Escritório e de trabalhos preliminares à execução dos projetos e das obras, tais como Editais, Licitações, contratações, fiscalização, etc., estão em desenvolvimento as seguintes atividades:

- execução de obras em quatro lotes, num total de 27 km;
- execução de 12km de esgoto pluvial, pela CONCISA;
- execução de 1.390m de canal no Arroio Montenegro;
- execução de 30km de iluminação pública;
- execução das seguintes obras para a educação:
 - . construção de três escolas no total de 3.187m²;
 - . construção do centro cultural, com 1.686m² de área construída, pela Mosmann S.A. Construções, em fase de execução das fundações;
- execução das seguintes obras para a recreação:
 - . construção da Praça "Vila São João" com área de 3.400m², pela Prefeitura Municipal, já concluída;
 - . construção da Praça "Vila São Pedro", com área construída de 4.570m², pela Prefeitura Municipal já concluída;
 - . construção do Balneário Municipal, com área construída de 460m² e beneficiando uma área de 25.000m², pela Engemac Ltda., já concluída;
 - . construção da "Vila Ruy Barbosa", com área construída de 600m², a ser iniciada em fevereiro/81.

E ainda:

- construção de Estação do Corpo de Bombeiros, com área construída de 1.052m² pela Mosmann S.A. Construções, em fase de execução da terraplenagem;
- construção de Centro de Atendimento, com área construída de 1.619m², pela Monfroi Construções Ltda., em fase de execução de supra-estruturas e alvenarias.

Subprograma Unidades de Transformação

OBJETIVO:

promover e assessorar o desenvolvimento do atual Parque

Transformador de Plásticos e Elastômeros, e, também intermediar negociações para a instalação de novas Unidades Fabris, principalmente na Área Industrial do Pólo Petroquímico/RS, visando com isso a alcançar um consumo de 60% da produção de produtos químicos do Complexo Básico/Região Sul.

REALIZAÇÕES:

Conforme programação pré-estabelecida foram desenvolvidas no decorrer de 1980, atividades voltadas para o Apoio Tecnológico, Apoio Financeiro, Atração de Novas Indústrias, Área Industrial propriamente dita, entre outras.

Assim, através do Apoio Tecnológico foram realizadas as seguintes atividades:

- conclusão da pesquisa sobre a Situação da Indústria Processadora de Plástico, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul – IDERGS, com a supervisão técnica do Subprograma e com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos – PRODEPO, a qual buscou:
 - . identificar empresas que tivessem interesse em receber assistência técnica;
 - . conhecer as necessidades das mesmas no tocante a consultoria e treinamento;
 - . coletar subsídios que permitissem a definição de programa de apoio creditício a ser implantado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE;
- retomada dos contatos com o Centro Internacional de Serviços Executivos – CISE, instituição filiada ao Internacional Executive Service Corps, com a finalidade de interessá-los em participar do Programa de Apoio Tecnológico sendo encetados, também, contatos com o BRDE em busca de aporte de recursos creditícios para financiamento dos serviços do CISE. Juntamente com representantes do CISE e do BRDE, o Subprograma visitou a totalidade das empresas identificadas como potencialmente interessadas em integrar o Programa;
- lançamento do Programa de Assistência Gerencial às Indústrias Transformadoras de Plástico no Rio Grande do Sul,

pelo IDERGS e com o apoio e participação do Subprograma e do BRDE, também em função da pesquisa realizada junto ao setor.

Através do Apoio Financeiro,

- realização do trabalho “Subsídios à Constituição de Fundo para o Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos e Elastômeros”, preconizando a criação de um Fundo para captar e alocar capital de risco junto ao setor;
- participação na formulação do Programa de Apoio Financeiro à Indústria de Plásticos e Elastômeros do Rio Grande do Sul – PROPETRO, lançado pelo BADESUL e pelo BRDE, em dezembro, por ocasião do 1º Seminário de Mobilização Empresarial, promovido pela AINPERGS.

Com relação à Atração de Novas Indústrias, destacam-se as realizações:

- elaboração de peça promocional sobre as oportunidades de investimentos nas áreas de plásticos e elastômeros do Estado, editado sob patrocínio do BADESUL, da qual foram enviados cerca de 250 conjuntos a empresários dos Estados Unidos, Alemanha, Itália e França, principalmente;
- conclusão do levantamento e sistematização das informações disponíveis sobre a Área Industrial, e início do envio das mesmas às empresas interessadas em instalar-se no local;
- participação na Comissão Coordenadora do 1º Seminário de Mobilização Empresarial, realizado em Canela;
- elaboração do roteiro de documento promocional do Pólo Petroquímico e, principalmente, da Área Industrial e efetivação de diversos contatos com o BRDE a fim de editá-lo;
- atendimento ou visita a cerca de 100 empresas, instituições e pessoas físicas, prestando orientação e fornecendo informações a respeito do Pólo Petroquímico, principalmente no que tange às possibilidades de investimento dele decorrentes.

No que se refere à Área Industrial,

- estimativa da vazão de esgotos industriais da Área, a fim de

atender à demanda da CORSAN, trabalho realizado em conjunto com o Subprograma de Proteção Ambiental e o Subprograma de Infra-estrutura Física;

- realização de estudo objetivando o dimensionamento do número de empresas passíveis de se instalarem na Via 2 da Área Industrial, por solicitação da Companhia Riograndense de Telecomunicações;
- definição, com o concurso dos demais órgãos envolvidos, de um conjunto mínimo de elementos necessários para a análise do enquadramento das empresas candidatas aos lotes (Ficha de Enquadramento), bem como do mecanismo interno de tomada de decisão com relação aos pedidos das mesmas. Até o momento, já foram emitidos 3 pareceres a respeito do enquadramento. O total da área solicitada atinge cerca de 25ha, por parte das 10 principais empresas interessadas.

Além das já mencionadas, outras atividades merecem menção:

- realização do trabalho "Estimativa de Geração de ICM no Pólo Petroquímico e nas Indústrias de Transformação", por solicitação do Sr. Secretário de Coordenação e Planejamento, e que dimensionou a geração desse tributo para o período de 1982/1987;
- análise comparativa de diversas estimativas de geração de emprego na Área Industrial e suas repercussões sobre a população de Montenegro, sendo emitido parecer sobre o assunto.

Por sua vez, entre outras, encontram-se em andamento as seguintes realizações do Subprograma Unidades de Transformação:

- realização do trabalho sobre "Política e Normas para Implantação das Unidades Industriais no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul" em cooperação com o Subprograma de Infra-estrutura Social, o qual propõe definição de ordem institucional para gestão da área, a estratégia de ocupação dos lotes industriais, o Plano Diretor a ser cumprido e as etapas a serem seguidas para instalação de empresas no local;
- realização do trabalho "Investimentos na Área Industrial e seu Retorno em Termos de ICM", que visa a apoiar a

definição dos aspectos financeiros da Área Industrial, analisando os investimentos totais lá alocados e as repercussões analisadas e revisadas, ao nível do ICM e do emprego direto a ser gerado;

- realização de trabalho, juntamente com o BRDE e o BADESUL, o qual deverá definir, dentre outros aspectos, o pleito de recursos financeiros junto ao BNDE e outras fontes, e sua forma de aplicação (prazos, juros, etc.), de sorte a atingir o propósito do Governo do Estado de maximizar localmente a transformação dos produtos petroquímicos finais a serem gerados no Pólo.

Subprograma Construção Civil, Máquinas e Equipamentos

OBJETIVO:

promover a participação das empresas regionais, vinculadas à construção civil, a máquinas e equipamentos no atendimento da demanda gerada pela implantação do Complexo Carboquímico.

REALIZAÇÕES:

- recepção de visitas de alguns representantes de empresas interessadas no fornecimento de equipamento ao Pólo, orientando-os;
- realização de contato junto à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, com técnicos das diversas empresas de 2ª Geração, a fim de obter informações do andamento das compras e incentivá-los a comprar na Região Sul. A maior parte das empresas já afetou as compras básicas, sobrando somente alguns itens como potencial de compras na Região Sul, e com maior probabilidade para aquelas cujos projetos estão em andamento (OXITENO S/A, POLISUL, PUC, ETIL-BENZENO). No entanto, pode-se prever que o montante global não deverá ultrapassar os 5% até agora atingidos, os quais ficam bem aquém da meta inicialmente proposta. Os técnicos das empresas de 2ª Geração apresentam como dificuldade na compra de equipamentos na Região Sul, a qualidade final do produto, falta de tradição no fornecimento à indústria química e petroquímica, receio no atraso da entrega e o medo do industrial local em fazer investimentos necessários a este fornecimento.

Subprograma de Infra-estrutura Física

OBJETIVO:

projetar e executar todas as obras necessárias na área do Pólo



Petroquímico, seja na fase de implantação das indústrias de 2ª Geração e de Transformação, seja na fase de operação industrial.

REALIZAÇÕES:

– realização de obras de emergência:

. captação, tratamento e distribuição de água, obra projetada e construída pela CORSAN, com capacidade de abastecimento de 90m³/h;

. abastecimento de energia elétrica em caráter provisório, obra projetada e construída pela CEE, se constituindo em construção de Subestação, com potência instalada de 6,25Mw, e duplicação da Subestação, através da edição de um transformador de 6,25Mw;

. ampliação do Pátio Ferroviário da Estação General Luz, incluindo:

. desvios ferroviários	1.400m
. volume de terraplenagem	35.500m ³
. revestimento primário	1.350m ³

. manutenção dos caminhos vicinais;

. ligação do Sistema Viário de Contorno do Complexo Básico à Estação General Luz. Revestimento primário com as características:

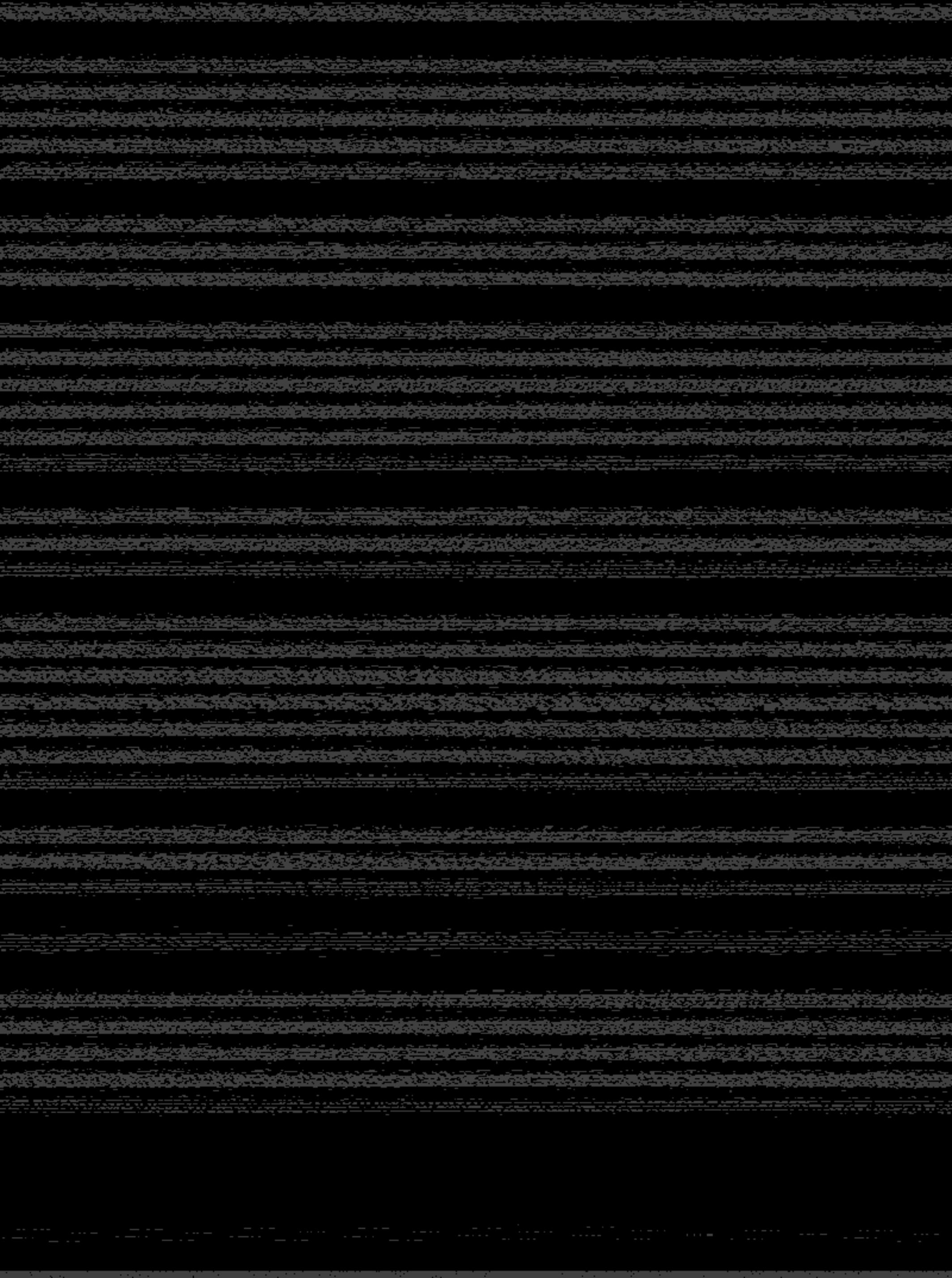
. extensão	3.200m
. volume de terraplenagem	116.067m ³
. volume de revestimento primário	4.891m ³

– realização de obras definitivas (concluídas ou em andamento):

. ligação Rodoviária BR/386 – Estação General Luz, estando já concluídos 90% dos serviços previstos;

. execução do Sistema Rodo-Ferroviário de Contorno do Complexo Básico (1ª etapa). Os serviços encontram-se em fase final de realização, apresentando os seguintes valores, executados até novembro de 1980:

. volume de terraplenagem	2.586.256m ³
. volume de capacitação	647.273m ³



- . viaduto de transposição da BR/386 e duas pontes de ligação Rodoviária BR/386 – Montenegro;
- . ligação Rodoviária BR/386 – Montenegro – obras de implantação e pavimentação.

Subprograma de Apoio Financeiro

OBJETIVO:

prover recursos à implantação do Pólo Petroquímico do Estado.

REALIZAÇÕES:

- aplicação dos recursos oriundos do pré-investimento. Dentro da filosofia de atuação adotada pelo Estado do Rio Grande do Sul para implantação do III Pólo Petroquímico foi firmado, em junho de 1977, entre o próprio Estado e o Banco Nacional de Habitação – BNH, tendo o BRDE como agente financeiro, um primeiro Contrato com recursos do Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano – FIPLAN, num valor total de Cr\$ 76 milhões, correspondendo à 275,460 UPC's.

O Contrato FIPLAN destinou-se, exclusivamente, a cobrir os custos de Estudos e/ou Projetos Básicos e indispensáveis a uma primeira fase de implantação do Pólo do Estado, compreendendo:

- . Estudo Setorial e programa de Investimentos;
- . levantamento Aerofotogramétrico;
- . preparação de um Plano de Urgência de Transporte
- . projeto de Engenharia do Sistema Viário do Complexo Básico da Área Industrial;
- . projeto do Sistema de Abastecimento d'água do Canteiro de Obras do Pólo Petroquímico;
- . assessoramento para Conservação do Meio-Ambiente
- . auto-Ecologia e bioindicadores;
- . estudo Setorial nos Ramos de Plásticos e Elastômeros;
- . situação da Indústria de Plásticos no Rio Grande do Sul;
- . estudos Hidrológicos para Saneamento Básico;
- . realização de Sondagens Manuais à Percussão;
- . estudos das condições ambientais do impacto e medidas preventivas a serem tomadas na Área do Pólo Petroquímico do Sul;
- . estudos e Projetos do Sistema de Abastecimento d'água para a Área Industrial;

- . assessoramento às Prefeituras de Triunfo e Montenegro;
 - . levantamento aerofotogramétrico em Triunfo e Montenegro;
 - . projeto do Terminal Rodo-ferroviário junto à Estação de Olival;
 - . recursos Humanos: formação de Mão-de-Obra;
 - . dimensionamento Hidráulico de Estruturas Vertedouras;
 - . projeto de um Viaduto Ferroviário;
 - . projeto Final de Engenharia da Área de Apoio e Serviços;
 - . projeto para Abastecimento de Energia Elétrica;
- aplicação de recursos de investimento. Os recursos destinados a cobrir os gastos de Investimento foram assegurados ao CONPETRO através de Convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Habitação – BNH, em 30 de novembro de 1976. Por este Convênio garantidos recursos para a realização de obras de infraestrutura na Área do Pólo, oriundos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos – PRODEPO, até o limite de 3.000.000 UPC's. Este convênio foi desdobrado em diversos contratos, a saber:
- . Contrato PRODEPO I. Em novembro de 1980, o contrato estava totalmente executado, correspondendo-lhe o valor realizado de Cr\$ 94.577.274,00 e envolvendo:
 - . melhoria dos Caminhos Vicinais;
 - . ligação do Complexo Básico à BR-386 e ligação ao Atracadouro de Emergência;
 - . fiscalização dos Serviços de Ligação do Complexo Básico à BR-386 e ligação ao Atracadouro de Emergência;
 - . implantação do Sistema de Proteção Vegetal na Área do Pólo;
 - . execução de Serviços da Estação General Luz (EF-290);

- . fiscalização dos serviços para ampliação do Pátio Ferroviário;
- . **Contrato PRODEPO II.** Este contrato, em fase final de execução, envolve as seguintes realizações:
 - . terraplenagem e pavimentação das vias 1, 2 e 3 do Complexo Industrial – Pavimentação do trecho em pista simples – Ligação BR-386/Estação General Luz;
 - . fiscalização dos Serviços de Terraplenagem e Pavimentação das Vias 1, 2 e 3 e Pavimentação da Ligação Rodoviária BR-386/Estação General Luz;
 - . fiscalização e Consultoria de Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem e Obras Complementares do Sistema Rodo-ferroviário do Complexo Básico;
 - . sistema Rodo-ferroviário do Complexo Básico Execução de terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras complementares;
 - . fiscalização dos Serviços de Construção dos Viadutos Paralelos.

Este Contrato apresentou, em novembro de 1978, o valor total de Cr\$ 677.622.931,00, dos quais Cr\$ 50 milhões são oriundos do Fundo de Participação dos Estados e o restante provém do PRODEPO;

- . **Contrato PRODEPO III.** Este contrato, que tem o BADESUL como Agente Financeiro, contempla recursos dirigidos exclusivamente às obras que têm por finalidade garantir o abastecimento de energia elétrica a todo o Pólo Petroquímico. Tal obra, cuja execução foi entregue à CEEE, iniciou em janeiro de 1980, devendo estar totalmente concluída em fins de 1981. O valor contratado atinge a um total de Cr\$ 230 milhões, equivalentes a 455.199 UPC's.
- . **Contrato PRODEPO IV.** Tendo como agente financeiro o BRDE, o PRODEPO IV destina-se a obras que integram o plano geral de consolidação da infra-estrutura da área de implantação do Pólo Petroquímico.

Iniciado em janeiro de 1980, este Contrato de financiamento atinge o valor total de 426.780 UPC's, o equivalente, em novembro de 1980, a Cr\$ 263 milhões.

Por ter o Convênio firmado em 1976 entre o Estado e BNH, expirado em dezembro de 1980, está sendo gerenciado um novo convênio com aquele órgão dependendo o mesmo, apenas, de autorização do Senado Federal. O primeiro pacote de obras deste novo financiamento, atingindo um valor de Cr\$ 621 milhões, equivalentes, em novembro de 1980, a 935,930 UPC's é constituído por:

- . fiscalização da construção de três viadutos ferroviários e uma galeria subterrânea;
- . construção de três viadutos ferroviários e uma galeria subterrânea;
- . construção da ligação BR-386/Montenegro;
- . fiscalização da construção da BR-386/Montenegro;
- . fiscalização da Execução de um viaduto e duas pontes;
- . construção de um viaduto e duas pontes na ligação BR-386/Montenegro.

Finalmente, quanto à gerência de recursos próprios, o Estado participa com todo o suporte logístico necessário à consecução do objetivo principal, qual seja, o de criar todas as condições necessárias e suficientes para a implantação do Pólo Petroquímico gaúcho. Este é um objetivo de conceito muito amplo, que faz com que o Estado tenha uma participação, além de significativa, ágil e, muitas vezes, inovadora, envolvendo praticamente toda a Administração Direta, além de muitos órgãos da Administração Indireta. Podem ser considerados como recursos do Estado, alocados diretamente, ou de outras fontes, cerca de Cr\$ 314 milhões, empregados na implantação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul.

– Projeções

Em termos de recursos necessários à conclusão de uma primeira fase de implantação do Pólo Petroquímico, o Estado gestiona em diferentes fontes de financiamento, de forma a

assegurar, desde já, a ultimação da infra-estrutura. Assim, como prioridade na seqüência lógica de obras, aparece uma série de projetos a executar, com valor estimado de Cr\$ 4,7 bilhões, e onde se destaca a Estação de Tratamento de Efluentes com seu respectivo emissário (cerca de 83% sobre o total das obras previstas), discriminando-se ainda:

- estação de tratamento d'água e distribuição de água da área industrial de transformação;
- construção de barragens e vertedouros em concreto armado nas lagoas de acumulação de águas pluviais;
- terminal rodo-ferroviário de Olival;
- superestrutura ferroviária no anel de contorno do Complexo Básico, excluídos os trilhos;
- heliporto e aeroporto pavimentado para aeronaves leves;
- implantação do Complexo Portuário;
- Energia Elétrica e Sistema de Telecomunicações para o Complexo Portuário;
- monitoramento para ar, água e resíduos;
- Sistema rodoviário da Área de Apoio e Serviços e Vias secundárias 1 e 2 da Zona Industrial (1ª etapa);
- linhas de transmissão no Complexo Básico;
- viaduto sobre dissipador; Encontros dos Viadutos ferroviários e das galerias;
- complementação do trevo sobre a BR-386/Montenegro;
- Síntese Geral da Origem e Aplicação dos Recursos.

Para permitir uma idéia global dos recursos dirigidos para implantação de uma primeira etapa do Pólo Petroquímico, no período 1976-1980, segue-se a discriminação da Origem e Aplicação dos Recursos, em termos absolutos e relativos:

Origem	Cr\$ 1.175.317	mil	(100%)
– Recursos Próprios	Cr\$ 261.743	mil	(22%)
– Recursos de Terceiros	Cr\$ 913.574	mil	(78%)
. Financiamento Interno			
– BNH	Cr\$ 796.218	mil	(87%)
– Privado	Cr\$ 100.000	mil	(11%)
– Outros	Cr\$ 17.356	mil	(2%)
Aplicação	Cr\$ 1.175.373	mil	(100%)
– Estudos e Projetos	Cr\$ 78.279	mil	(7%)
– Projetos a Executar	Cr\$ 979.462	mil	(83%)
– Custeio	Cr\$ 117.576	mil	(10%)

PÓLO ELETRO-ELETRÔNICO

Item constituinte do atual plano de Governo, a implantação de unidades industriais do setor eletro-eletrônico vem se processando em ritmo moderado, porém seguro e contínuo. Este pólo deverá enquadrar-se nas normas do Plano Diretor de Semicondutores, já elaborado a nível federal, que preconiza a ocupação imediata “dos segmentos estratégicos do mercado de semicondutores por empresas nacionais”.

O predomínio das multinacionais, no setor específico dos circuitos integrados, é fonte de preocupações, pois, sendo este um setor estratégico, o domínio da respectiva tecnologia com condição para a tomada de decisões independentes, é da mais alta prioridade para a soberania nacional. Em decorrência, é intenção do governo federal criar uma indústria com capital inteiramente nacional para garantir, em regime de urgência, autonomia tecnológica no setor de semicondutores. Como reforço à necessidade de desenvolver este Pólo, basta considerar a situação atual do mercado nacional no setor. Existe somente uma empresa nacional atuando neste setor; a TRANSIT. O mercado nacional está sendo suprido em 59% pela comercialização de produtos montados ou fabricados no Brasil, com insumos e produtos semi-acabados, totalmente importados, por 14 empresas aqui instaladas, todas multinacionais. Dos restantes 41% do mercado, a TRANSIT participa em 1,6% e as importações, com 39,4%.

A redução das importações, tanto do estrangeiro como de outros Estados do País, o incremento das exportações, o aproveita-

mento máximo dos insumos locais, a benéfica geração de empregos, o desenvolvimento de tecnologia sofisticada, a mais justa distribuição de renda, são os escopos primordiais, todos correlatos à meta geral do desenvolvimento e do bem-estar social, embutida no atual Plano de Governo do Rio Grande do Sul.

A excentricidade geográfica, com relação ao centro gravitacional do mercado nacional, tanto do consumo como do de suprimentos especializados de insumos, fator aliado à capacidade produtiva e pendores de habilidade, à facilidade de aprendizado e ao senso de responsabilidade e de disciplina da mão-de-obra gaúcha, determinou a focalização do setor eletro-eletrônico como a ser explorado face sua alta densidade econômica, tornando o produtor imune aos ônus do frete.

A existência de estrutura satisfatória, ou em evolução, como substrato para a implementação da atividade do setor, tanto do aspecto de disponibilidade de mão-de-obra qualificada, de seu treinamento, das facilidades de subfornecimento de partes e de serviços por parte de atividade fabril desenvolvida, mormente em mecânica-metalúrgica e mecânica de precisão, levaram o Governo a incluir dentre suas metas prioritárias a implantação, no Estado, de um Pólo Eletro-eletrônico cujo objetivo se configura:

OBJETIVO:

promover o deslocamento do espectro produtivo do Estado no sentido dos produtores de maior densidade econômica – maior valor em menor peso – capazes de suportar ônus de frete e, assim, contornarem-se as dificuldades da excentricidade geográfica, em relação aos centros gravitacionais do mercado nacional.

REALIZAÇÕES:

– Convênio GEICOM: por solicitação do Governo do Estado ao Ministério das Comunicações, com o sentido de se contar com o apoio à iniciativa de desenvolvimento do Setor, foi firmado Convênio de cooperação técnica entre o Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Material – GEICOM, e o BADESUL, com o escopo de:

- . conhecimento detalhado do setor em âmbito nacional;
- . estabelecimento de estratégia para implantação do Pólo Eletrônico no Estado;
- . identificação de oportunidades industriais.

Por força do convênio, está sendo realizado levantamento das empresas localizadas no Estado, para conhecimento de suas características e potencialidades, e para complementação e atualização do BANCO DE DADOS DO GEICOM, ao qual o BADESUL mantém amplo acesso. Tal tarefa prosseguirá em 1981. Em atividade paralela, desenvolve-se o estudo da estratégia e da identificação de oportunidades.

- atuação junto a entidades de coordenação: são mantidos entendimentos, visando à tomada de medidas e à realização de estudos de interesse do Setor, com diversas entidades envolvidas tais como: SIC, SEC, FIERGS, SEI, ABINEE, CIENTEC, EBTU, UNIVERSIDADES e outras.

O entrosamento com a Secretaria Especial de Informática – SEI, bem como com outros órgãos e entidades da esfera federal, vem tornando possível contornarem-se dificuldades naturais numa tarefa relevante e complexa, numa época extremamente adversa da conjuntura universal e, por consequência, da nacional.

A Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria – CECNAI – vem proporcionando a progressiva substituição de importações pelos órgãos do Governo do Estado, inclusive no tocante a produtos eletro-eletrônicos, sendo que na atualíssima área da Informática, o Sistema Estadual do Processamento Eletrônico de Dados – SEPED – vem coordenando a otimização do uso e o direcionamento à indústria nacional da aquisição dos equipamentos.

O oferecimento de apoio material, sob a forma de venda, a preço simbólico, de terrenos nos Distritos Industriais, além de outras formas de incentivo, vem propiciando a implantação e realocação de empreendimentos, bem como a ampliação e modernização de empresas existentes.

- contato com empresários: através de participação em congressos, seminários, encontros, tem sido feito contato com diversos empresários, nacionais e estrangeiros, com o intuito de se ativar a aquisição de tecnologia, procurando-se interessados locais para a constituição de associações, quando cabíveis.

Tem sido realizadas visitas específicas a empresários estaduais e de outros estados e mesmo do estrangeiro, no

curso natural das negociações. Neste sentido, foram mantidos entendimentos detalhados com empresários da área de telecomunicações, informática, componentes, mecânica de alta precisão e micromecânica, bioeletrônica, bem como na de entretenimento.

Foi realizada uma viagem de 9 dias aos Estados Unidos (Flórida) para desenvolvimento de negociações na área de microeletrônica e eletrônica-médica.

Como resultados auferidos para o objetivo buscado – Pólo Eletro-eletrônico – tem sido alcançadas implementações interessantes, assim como vêm sendo desenvolvidos entendimentos e negociações com boas perspectivas de conclusão a curto e médio prazos.

– implementações industriais no Pólo Eletro-eletrônico:

. Implantações

No exercício de 1980, foram implantadas novas empresas no setor, com atuação direta ou indireta do BADESUL, citando-se:

. MULTIDIGIT S/A – localizada no DI de Gravataí, com fabricação de memórias magnéticas de disco rígido para computadores, utilizando tecnologia norte-americana e partindo da importação de “kit” com agregação local da montagem e teste bem assim da assistência técnica e treinamento. O processo de avanço do índice de nacionalização obedece ao projeto aprovado pelo poder competente federal;

. GEM – Granitos e Eletrônica para Medição Ltda. – localizada no DI de Gravataí, encontra-se ainda em fase de instalação, com produção de desempenos de granito de alta precisão mecânica e de instrumentos, dispositivos e máquinas de medição em estrutura de granito. É associada com empresa italiana (minoritária), que fornece a sofisticada tecnologia. O produto é inteiramente nacional.

Outras empresas (5) em muito adiantado estágio de negociação, voltadas à produção de equipamento para telefonia rural e radiocomunicação fixa e móvel; apare-

lhos para telefonia pública e componentes; e periféricos para informática (memórias); dispositivos para sistemas VHF/UHF; conjuntos mecânicos de muita elevada precisão, destinados a periféricos de informática e outros.

Relocalização

- . INDELSUL S/A – foi relocada de instalações provisórias para definitivas, próprias no DI de Cachoeirinha. Amplia seus quantitativos em produção de fontes de alimentação DC seqüenciais e geradores estáticos de sinais, destinados a centrais telefônicas públicas, e fontes DC para PABX e para computadores de todos os portes (exportação). A tecnologia é de desenvolvimento próprio;
- . SACHS S/A – em relocalização para Alvorada, com produção de quadros de comando e controle automático para operação de silos de grande porte. Desenvolve sistema de controle com lógica e programas microprocessados.
- . BK – Controles Eletrônicos S/A – em relocalização para prédio próprio (ocupa atualmente 4 localizações distintas). Produz reguladores estáticos AC para computadores.

Expansão

Diversas empresas gaúchas expandiram sua capacidade de produção e/ou sua tecnologia e seu rol de produtos, indicando-se:

- . PARKS – Equipamentos Eletrônicos S/A – localizada em Porto Alegre, com produção de alarmes bancários e domiciliares contra roubo, incêndio, periféricos e dispositivos para processamento e teleprocessamento de dados (“display” de vídeo com teclado alfanumérico, modem, adaptador de voz). Mantém laboratório de desenvolvimento industrial próprio;
- . BK – Controles Eletrônicos S/A – desenvolve periférico de entrada de dados por cassete, microcomputador versátil, inclusive para controle de processo e sistema de

- . regulação estática de tensão para altas potências (sub-estação de energia elétrica);
- . EDISA S/A – localizada no DI de Gravataí, em permanente atualização de seu produto e desenvolvimento de novos, inclusive periféricos diversos;
- . IRMÃOS KROLIKOWSKI S/A – com desenvolvimento concluído de regulador eletrônico de excitação para alternadores automáticos;
- . ELETROMETALÚRGICA RAGEM LTDA. – localizada em Caxias do Sul, com produção de dispositivos eletrônicos de controle (sensores, temporizadores, etc.) e desenvolvendo novos modelos de iluminação de emergência;
- . DIGITEL S/A – localizada em Porto Alegre, com produção de modem para teleinformática e desenvolvendo dispositivos diversos para a mesma área;
- . ELEVADORES SUR S/A – localizada em Guaíba, com produção de elevadores para edifícios, com desenvolvimento de equipamentos de controle eletrônico para modelos de alta velocidade e aperfeiçoamento do controle de qualidade.

Apesar das extremas dificuldades conjunturais, o Pólo Eletro-eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul vem se implantando lenta, porém firmemente, sendo confiável o atingimento da “massa crítica” que determinará o desenvolvimento acelerado da implantação do complexo fabril colimado e de todas as suas benéficas conseqüências.

COMISSÃO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ARTICULAÇÃO COM A INDÚSTRIA – CECNAI

Criada em 16 de janeiro de 1978, na Secretaria de Coordenação e Planejamento, através do Decreto nº 26.591, a Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria – CECNAI tem, entre outras, a finalidade de promover o redirecionamento, para fornecedores nacionais das compras externas, em especial de bens de capital, dos órgãos da Administração Indireta do Estado.

A CECNAI tem a sua atuação orientada por objetivos fixados a nível federal, com vistas a aumentar a abrangência da política de substituição de importações do Governo. Destes objetivos resultaram medidas de controle e contenção progressiva das importações dos órgãos estatais, acompanhadas de ações paralelas de amparo à indústria nacional e de aperfeiçoamento de seus padrões tecnológicos, visando à nacionalização gradual dos bens ainda demandados pelo setor público no mercado externo.

A CECNAI atua em estreito relacionamento com a Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria, criada pelo Decreto Federal nº 76.409, de 09 de outubro de 1977 cujas diretrizes adota, quando aplicáveis ao Estado.

A Comissão tem como:

OBJETIVOS:

- coordenar a atuação dos Núcleos de Articulação da Indústria – NAI, instituídos nos órgãos da Administração Indireta e Fundações do Estado, que sejam usuários ou adquirentes de bens de capital, promovendo a compatibilização de métodos e critérios operacionais e de captação e tratamento da informação necessária, bem como sistematizando a cooperação e o intercâmbio entre os núcleos;**
- organizar e consolidar a informação originária dos NAI completando-a, quando necessário, com levantamentos e estudos especiais;**
- propor e promover medidas visando à capacitação técnica e financeira de empresas nacionais de consultoria de engenharia ligadas à elaboração de projetos básicos e especificações de bens de capital e ao desenvolvimento, à fabricação e à aquisição de bens de capital;**
- cooperar na formação da capacidade brasileira na área de negociação e obtenção de tecnologia.**

A atuação da CECNAI está centrada na Programação das Importações do Estado e conta, ainda, com o apoio de mais uma série de atividades relativas à Projetos Complementares, tais como: Balcão de Tecnologia; Administração de Tecnologia; Hidrômetros e relativas à Ordem de Serviço nº 22/80.

Seguem-se suas realizações de acordo com as diferentes áreas de atividade.

REALIZAÇÕES:**Programação Anual de Importações do Estado**

- elaboração da programação: iniciada em 16 de janeiro de 1980 a elaboração da primeira Programação, mediante a publicação da Resolução nº 1, foi possível que, em 27 de fevereiro de 1980, fosse baixado o Decreto nº 29.529, fixando os níveis das importações diretas e indiretas do Estado para o exercício de 1980.

Tais níveis foram fixados a partir da análise individualizada dos bens ou serviços cuja compra ou contratação era proposta, considerando-se o teor das justificativas apresentadas, e grupando-os segundo os órgãos, a natureza da cooperação, a natureza do bem, o país de origem, a fonte dos recursos.

A participação mais expressiva cabe aos órgãos vinculados à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, que absorvem 81,23% da pauta.

- execução da Programação: ao longo do exercício foram efetuadas operações no valor total de US\$ 16.428.133,94 dos quais US\$ 14.919.667,97, correspondentes às operações somadas da Companhia Estadual de Energia Elétrica e da Companhia Riograndense de Telecomunicações não tramitaram pela CECNAI, não se pautando pois, necessariamente pelas disposições do Decreto nº 29.013, de 9/7/79.

Com relação às importações vetadas por inoportunas, ou pela identificação de possíveis fornecedores nacionais, alcançam as mesmas até o momento, a cifra total de US\$ 836.785,93.

Cabe especial referência à nacionalização, promovida pela CECNAI, de carros-escada de 44 a 55 metros para combate a incêndios, cujo protótipo está sendo montado pela CIMASA – Carrocerias e Implementos de Máquinas Agrícolas S. A., de Santa Cruz do Sul. Este item, no valor de US\$ 45.000,00, tem apenas quatro fornecedores no mercado mundial. A sua nacionalização abastecerá todo o mercado nacional, permitindo ainda a geração de divisas, pela sua colocação no mercado externo, especialmente da América Latina.

- Controle da Programação: controle realizado de diversas formas, inclusive pelo acompanhamento de Editais de Licitação, publicados na imprensa, demonstra que a sistemática de execução da Programação Anual de Importações do Estado não foi ainda assimilada por inteiro por alguns órgãos públicos, especialmente da Administração Indireta.

de Trabalho, encarregado da tarefa, é constituído por um representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; um representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, um representante da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul – CIENTEC, e um representante da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

No exercício de 1980, foi procedida a coleta de subsídios e antecedentes disponíveis sobre a matéria e definida, em caráter preliminar, a estrutura da disciplina.

- Hidrômetros: este projeto tem por objetivo instalar no Estado uma fábrica de hidrômetros domiciliares, visando a atender, inicialmente, as necessidades domiciliares da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e do Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, com possibilidade de, em momentos posteriores, penetrar no mercado nacional e latino-americano.

Identificada a oportunidade industrial, foi feito o perfil do produto e encaminhado à FIERGS para a identificação de possíveis interessados.

Até o momento foram fornecidas informações a quatro empresas, já instaladas no Rio Grande do Sul, que mostraram interesse no Projeto:

- . MÁQUINAS KLEIN S. A. – Novo Hamburgo
- . APESA – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A. – P. Alegre
- . APPEL – APARELHOS DE PRECISÃO S. A. – P. Alegre
- . COESTER S. A. – EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.

Atualmente já estão sendo promovidos entendimentos entre a última e a alta direção da CORSAN, visando a viabilizar a produção inicial de 500 hidrômetros por dia, o que representará um faturamento anual de Cr\$ 300.000.000,00, resultando em uma arrecadação de ICM em torno de Cr\$ 45.000.000,00.

Paralelamente serão encaminhados estudos visando ao aperfeiçoamento tecnológico do produto através da substituição da carcaça de bronze por uma alternativa, significativamente mais barata, em plástico rígido.

de Trabalho, encarregado da tarefa, é constituído por um representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; um representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, um representante da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul – CIENTEC, e um representante da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

No exercício de 1980, foi procedida a coleta de subsídios e antecedentes disponíveis sobre a matéria e definida, em caráter preliminar, a estrutura da disciplina.

- **Hidrômetros:** este projeto tem por objetivo instalar no Estado uma fábrica de hidrômetros domiciliares, visando a atender, inicialmente, as necessidades domiciliares da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e do Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, com possibilidade de, em momentos posteriores, penetrar no mercado nacional e latino-americano.

Identificada a oportunidade industrial, foi feito o perfil do produto e encaminhado à FIERGS para a identificação de possíveis interessados.

Até o momento foram fornecidas informações a quatro empresas, já instaladas no Rio Grande do Sul, que mostraram interesse no Projeto:

- . MÁQUINAS KLEIN S. A. – Novo Hamburgo
- . APESA – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A. – P. Alegre
- . APPEL – APARELHOS DE PRECISÃO S. A. – P. Alegre
- . COESTER S. A. – EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.

Atualmente já estão sendo promovidos entendimentos entre a última e a alta direção da CORSAN, visando a viabilizar a produção inicial de 500 hidrômetros por dia, o que representará um faturamento anual de Cr\$ 300.000.000,00, resultando em uma arrecadação de ICM em torno de Cr\$ 45.000.000,00.

Paralelamente serão encaminhados estudos visando ao aperfeiçoamento tecnológico do produto através da substituição da carcaça de bronze por uma alternativa, significativamente mais barata, em plástico rígido.

Uma vez removidos os óbices de natureza econômico-financeira, bem como os de caráter jurídico-administrativo, deverá ser estudado um esquema de financiamento do capital de giro para o fabricante, quer através de linhas de apoio dos bancos de fomento, quer através do diferimento no recolhimento do ICM gerado.

Ordem de Serviço nº 12/80

A Ordem de Serviço nº 12/80, baixada pelo Senhor Governador em 12 de outubro de 1980 por proposta da CECNAI, tem por finalidade direcionar para fabricantes gaúchos as compras de bens manufaturados realizadas em outras unidades da Federação.

Embora seja uma unidade de interesse regional imediato vai também ao encontro de diretrizes do interesse da União porquanto:

- reduzirá o dispêndio de combustíveis pela eliminação dos fretes de longa distância;
- contribuirá para a política de desconcentração e descentralização industrial;
- aumentará a viabilidade de colocação desses produtos nos mercados dos países vizinhos.

Durante o exercício de 1980 foi processado, sob orientação da CECNAI, no âmbito dos órgãos abrangidos pela determinação, o levantamento da pauta das importações internas.

Ao longo de 1981, prosseguirá a tarefa, com a realização das análises, agregações e a busca de interessados na fabricação local dos bens levantados.

COMÉRCIO

- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMÉRCIO

Os programas governamentais de Comércio visam a desenvolver estudos, pesquisas e análises de mercado e à programação da comercialização dos produtos gaúchos, tanto no mercado interno como externo, contando para isso com a participação da Secretaria da Indústria e Comércio, do Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal – CLAVESUL, e do Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Um dos objetivos buscados por esta Secretaria, tendo em vista a promoção do setor comercial no Estado, é o de colocar à disposição dos empresários gaúchos, notadamente do pequeno e do médio, um instrumental destinado a apoiá-los em sua participação nos mercados nacional e internacional, através da prestação de assessoramento aos mesmos quanto à sistemática de comercialização externa e interna e da divulgação de oportunidades comerciais no País e no exterior.

Ao mesmo tempo, vêm sendo realizados estudos e pesquisas sobre os mercados nacional e blocos econômicos, além da elaboração de informativos sobre a política e cotações de cereais em Chicago, Roterdam e Londres, e participação da SIC em painéis, mesas redondas, feiras e exposições na Capital, interior e a nível internacional.

Visando à obtenção de recursos na esfera federal para a consecução das atividades dos setores comercial e industrial gaúchos, foram elaborados dois projetos para o Ministério da Indústria e Comércio, um referente à Pesquisa Conjuntural do Comércio Atacadista e Varejista da Região Metropolitana de Porto Alegre, e outro para complementação do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião, os quais darão origem a Convênios a serem firmados entre a SIC e Ministério da Indústria e Comércio, que entrará com recursos financeiros para a sua execução.

A renegociação das concessões brasileiras na Associação Latino-Americana de Integração – ALADI (ex-ALALC) motivou a criação de uma comissão formada por representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS; Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul – FARSUL; Federação das Associações Comerciais – FAC; Secretaria da Agricultura e Secretaria da Indústria e Comércio a qual após análise dos produtos gaúchos, selecionou aqueles cuja exclusão e/ou necessidade de maior proteção, no âmbito da ALADI, se fazem imprescindíveis a um melhor desempenho da economia estadual.

A seleção feita deu origem a um expediente que foi enviado aos Ministros da área econômica e aos organismos federais, envolvidos com o comércio externo.

Na área do Cooperativismo, destacam-se o recadastramento das Cooperativas do estado, através de informações levantadas diretamente nas entidades, e o acompanhamento da situação do setor, através da análise de balanços e balancetes.

A seguir são detalhados os objetivos e atividades desenvolvidas pela SIC, tendo em vista a promoção do setor comercial do Estado.

OBJETIVO:

colocar à disposição do empresário gaúcho, principalmente o de pequeno e médio porte, um instrumental destinado a apoiá-lo em sua participação no mercado nacional e internacional.

REALIZAÇÕES:

- assessoramento a 305 empresários, quanto à sistemática de comercialização externa e interna;
- efetivação de 110 Estudos e Pesquisas sobre mercado nacional e internacional e blocos econômicos: Perfis Econômicos sobre países;
- realizações e participação em 56 eventos (painéis, mesas redondas) na Capital e interior, com empresários gaúchos e estrangeiros,
- elaboração de 215 informativos sobre economia, política internacional e cotações de cereais em Chicago, Rotterdam e Londres.

- divulgação de 1.139 oportunidades comerciais, no País e no exterior;
- participação em 4 eventos (Feiras e Exposições), a nível nacional e internacional;
- realização de um estudo e formação de Consórcios de Exportação;
- realização de 63 trabalhos relativos a: orçamento, processo traduções, atualização de legislação, cursos e seminários.

OBJETIVO:

promover estudos e pesquisas que possibilitem o acompanhamento sistemático de indicadores de desempenho do comércio atacadista e varejista, visando ao conhecimento real do setor para a adoção de diretrizes e medidas de apoio e fortalecimento do mesmo, a partir da criação do pro-comércio; estudos e pesquisas, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o qual manifestou interesse em que a SIC participe desse programa.

REALIZAÇÕES:

- levantamento das seguintes informações:
 - . pessoal ocupado e número de estabelecimentos no comércio atacadista e varejista do Rio Grande do Sul e da Região Metropolitana de Porto Alegre - 1960/1970.
 - . número de estabelecimentos e valor adicionado pelo comércio atacadista e varejista na Região Metropolitana de Porto Alegre e Rio Grande do Sul - 1979;
- elaboração de Projeto de Pesquisa Conjuntural do Comércio Atacadista e Varejista da Região Metropolitana de Porto Alegre, segundo o roteiro do PRO-COMÉRCIO, compreendendo a descrição da justificativa, objetivo, metodologia de ação, cronograma físico, bem como o detalhamento dos custos da pesquisa e da origem dos recursos.

OBJETIVO:

aumentar a integração com as organizações privadas na efetivação dos estudos sobre potencialidades do mercado externo, buscando a sua maior objetividade a partir da criação de uma comissão de representantes da SIC, FARSUL, FAC, FIERGS e Secretaria da Agricultura, e tendo em vista as negociações da ALADI.



REALIZAÇÕES:

- elaboração de Estudos sobre a relação dos produtos gaúchos e a proteção necessária nas negociações da ALADI.

OBJETIVO:

prestar assistência técnica a Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

REALIZAÇÕES:

- Plano-Programa de Visitas e Recadastramento de Cooperativas de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Interior do Rio Grande do Sul, do qual já foram cumpridas as 4 etapas previstas;
- realização de Visitas e Recadastramento de 20 Cooperativas do Município de Porto Alegre;
- realização de Visitas e Recadastramento de 13 Cooperativas da Grande Porto Alegre;
- realização de Visitas e Recadastramento de 170 Cooperativas do Rio Grande do Sul;
- análise de Balanço e Balancetes de 50 Cooperativas.

SERVIÇO DE CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – CLAVESUL

O CLAVESUL é o órgão vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, habilitado legalmente a executar o Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul, desde 15 de dezembro de 1975, sendo responsável pela execução de trabalhos de classificação dos produtos de origem vegetal, que são comercializados internamente, e daqueles financiados e/ou adquiridos pela Comissão de Financiamento da Produção – CFP.

Os serviços técnicos de classificação são desenvolvidos em todo o Estado onde, através de Postos de Classificação, devidamente aparelhados e instalados nas zonas de maior índice de produção, visam à promoção, controle e execução da classificação dos produtos agropecuários, das matérias-primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e dos demais produtos de origem vegetal, que se destinem aos mercados internos e externos.

O CLAVESUL desenvolveu, em 1980, um série de atividades técnicas, tendo em vista a consecução de seu objetivo fundamental a saber:

OBJETIVO:

satisfazer à crescente demanda por serviços técnicos especializados de identificação da qualidade da produção, como elemento auxiliar do processo de comercialização, tanto para o atendimento da comissão de financiamento da produção – quando financia produtos ou adquire a produção – quanto para o atendimento das necessidades do comércio do Estado ou comércio interestadual.

REALIZAÇÕES:

- orientação técnico-administrativo aos Postos de Classificação – Sede e Interior – conforme ofícios-circulares nºs 001 e 028/80;
- fiscalização do Tabaco em Folha Cru, na zona fumageira, por ocasião da entrega, pelo produtor, às firmas beneficiadoras, em colaboração com o Ministério da Agricultura (janeiro a maio);
- participação no início da comercialização da cebola, em São José do Norte, no mês de janeiro, através do deslocamento de Classificadores para auxiliar nos trabalhos técnicos e burocráticos daquele Posto;
- participação em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, em 26 e 27 de maio, com a presença dos Convênios de Classificação do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Serviços de Classificação do Rio de Janeiro, Niterói e representante do Ministério da Agricultura, com a finalidade de analisar ofício emitido pela CACEX, que se declara sem condições técnicas para emissão de Certificado de Autenticidade que irá ser exigido pela Comunidade Européia, quando da exportação de Tabaco;
- participação na V FENARROZ, em Cachoeira do Sul, e na EXPOINTER e MULTIFEIRA, em Esteio, onde foi exposto o equipamento técnico de classificação e um mostruário de produtos vegetais destinados à comercialização interna;
- participação no IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, no período de 15 a 17 de abril, no Rio de Janeiro, o qual possibilitou uma visão sistemática da situação das Cooperati-

vas e da atual e futura participação do CLAVESUL nas mesmas;

- contato com as Cooperativas agrícolas, agropecuárias, mistas e hortícolas, nas Cidades de Ibiraiaras, Nova Bassano, Nova Prata, Antônio Prado, Nova Roma, São Marcos, Caxias do Sul, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, Taquara, Rolante e Cachoeira do Sul, para tratar do Plano da “Frente de Cooperativas Hortigranjeiras”;
- atendimento aos trabalhos de classificação do milho, importado dos Estados Unidos, pela Comissão de Financiamento da Produção – aproximadamente 310.000 t, descarregadas no Porto de Rio Grande – sendo os serviços prestados por 20 técnicos. Já foram classificadas, aproximadamente, 255.000 t de milho, recebidas através de 6 navios;
- atendimento aos trabalhos de classificação do pêssego, financiado pelo Banco do Brasil S/A, em Pelotas, no período de dezembro/80 a fevereiro/81, conforme telex nº 7.290, da Comissão de Financiamento da Produção, de Brasília, tendo como atividade inicial, uma reunião entre o sindicato das Indústria e o Sindicato dos Produtores de Pêssego, para esclarecer, dentro das normas da Portaria nº 22/80, qual a atuação prevista para o Órgão de Classificação, em termos de comercialização e financiamento do produto. Está prevista a classificação de, aproximadamente, 55.000 t de pêssego, com o concurso de 42 Classificadores, supervisionados por agrônomos do Órgão;
- participação em reuniões realizadas em Santa Cruz do Sul, entre a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG, Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura – DEMA, e CLAVESUL, com a finalidade de analisar as modificações introduzidas na Portaria nº 875/78, e visando à próxima OPERAÇÃO FUMO 1981;
- participação em reunião realizada na Câmara de Vereadores, no Município de São José do Norte, visando à comercialização da atual safra de cebola, iniciada em novembro de 1980, em decorrência do que, foi elaborada Minuta ao Senhor Governador do Estado, com a finalidade de prover a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, e a Produtos Gaúchos S/A – PROGASA, de recursos financeiros para que as mesmas possam adquirir grande parte da safra;

- atendimento às classificações de Cevada; tanto em Passo Fundo, como em Porto Alegre, no período de novembro a dezembro, de acordo com as normas contidas na Portaria nº 389/79 (cevada destinada a fins industriais);
- realização de Curso para Formação de Classificadores especializados em Milho e Feijão, no período de setembro a outubro, com a participação de professores do quadro de pessoal do CLAVESUL, formando 20 classificadores, todos funcionários do Órgão, que apenas ampliaram seus conhecimentos, com especialização em mais dois produtos;
- participação em reunião levada a efeito no Instituto de Enologia, em Caxias do Sul, em junho, com a finalidade de discutir a formação do Laudo de Classificação da Uva e dar esclarecimentos sobre o novo Certificado de Classificação. Participaram representantes da Secretaria da Agricultura (Setor de Enologia), CLAVESUL e Chefias de Laboratórios de Enologia em Encantado, Farroupilha, Bento Gonçalves, São Marcos, Garibaldi, Caxias do Sul e Flores da Cunha;
- participação nas reuniões realizadas em Curitiba/PR, e Brasília, em março e abril, para elaboração do Anteprojeto da padronização de Soja em Grãos, cultivada no território brasileiro;
- participação em reunião realizada na Secretaria da Agricultura, em maio, para discutir a adoção de medidas que venham a servir de estímulo à produção de Feijão, tais como: crédito, PROAGRO, sementes, comercialização, EGFs, classificação e outros programas de estímulo. Participaram representantes do Banco do Brasil S/A, Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja – FECOTRIGO, CLAVESUL, Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
- participação na Reunião Nacional da Soja (análise e aprovação do anteprojeto da soja cultivada no território brasileiro) – Tipo Padrão Único – realizada em maio, em Brasília;
- participação, a convite do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem – CENTREINAR (Acordo Companhia

Brasileira de Armazéns – CIBRAZEM/Universidade Federal de Viçosa – MG), no Curso de armazenista II, Nível Médio, em Cruz Alta, em abril, para ministrar aulas de Classificação;

- participação em debate realizado em março, na Assembleia Legislativa do Estado, sobre o problema da produção e comercialização da maçã, tendo em vista obter integração de esforços que oportunize o desenvolvimento desta tradicional fruta no Estado;
- participação, a convite da CENTREINAR, em Curso realizado na Universidade Federal de Pelotas – Escola de Agronomia Eliseu Maciel – para ministrar aulas sobre “Noções de Classificação dos Produtos Agrícolas no Brasil”, em setembro;
- participação no IV Congresso Nacional sobre Economia Orizícola, realizado em São Luiz, Maranhão, em fevereiro de 1980 e promovido pela Federação da Agricultura do Estado do Maranhão, com o objetivo de levantar e debater a problemática da cultura do arroz e que buscou ampla manifestação da classe e demais setores a ela vinculados, para o estabelecimento de uma política de âmbito nacional, que conduza ao desenvolvimento harmônico e efetivo, da produção orizícola, assegurando, ao mesmo tempo, aos orizicultores, condições ao exercício de suas atividades econômicas;
- participação, em julho/agosto, em Uruguaiana, nos trabalhos de classificação de feijão importado, procedente da Argentina (34.086 sacas, num total de 2.024.140 kg), a pedido da Comissão de Financiamento da produção;
- participação em Curso de Classificação de Tabaco, padrão americano, promovido pela Companhia Souza Cruz – Indústria e Comércio, em setembro, em Blumenau/SC, com os seguintes objetivos:
 - . aumentar o conhecimento dos participantes sobre o fumo, suas características e os elementos de qualidade;
 - . proporcionar conhecimento sobre a classificação internacional, para facilitar a compreensão da terminologia e critérios/padrões estabelecidos pela classificação brasileira e pelos clientes no exterior;

- . proporcionar melhores condições para avaliação e manutenção de padrões uniformes nas misturas (blends) exigidas para fumos domésticos e exportação;
- . oferecer condições para avaliação de fumo, objetivando a produção de características desejadas pelo mercado nacional e internacional;
- participação em reuniões nas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA, sobre o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Tomate – PRONATO, que tiveram como objetivo assegurar a auto-suficiência, com pleno e regular abastecimento do produto;
- participação em trabalhos (reuniões internas, viagens, pesquisas e discussões), realizados com a finalidade de detectar as reais necessidades de abertura de dois novos Postos de Classificação a serem instalados nas Cidades de São Sepé e Cruz Alta;
- implantação, em abril, de um setor para levantamento de dados técnicos, divulgando inclusive, os defeitos depreciadores dos produtos de maior interesse para a economia estadual, com base nos certificados de Classificação, emitidos para produtos padronizados, produzidos no Rio Grande do Sul. Esses dados permitem acompanhar, a cada mês, o comportamento das safras no que diz respeito à qualidade, possibilitando, ao final de cada safra, detectar possíveis alterações nos padrões e fornecer sugestões aos órgãos de pesquisa e promoção agrícola;
- aquisição de um computador, em fase de implantação, que servirá para o pronto levantamento de dados e informações, auxiliando, assim, o desenvolvimento da política do Órgão no intercâmbio com as demais entidades públicas e privadas. Tal sistema, depois de implantado, contará com os serviços de três funcionários do próprio Órgão, que já estão sendo treinados pela firma fornecedora, e prestará serviços junto à área administrativa, quer na elaboração das folhas de pagamento, quer no controle de contas a pagar e a receber, na preparação de balanços e orçamentos e apresentação de relatórios, atendendo, dessa forma, ao que consta nas Cláusulas do Convênio Ministério da Agricultura/Secretaria da Indústria e Comércio e CLAVESUL;
- reaparelhamento dos Postos de Classificação;

- participação, nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, na classificação de 22.000 t de arroz beneficiado proveniente do Uruguai, com entrada no País através das Cidades de Jaguarão e Santana do Livramento, e cuja importação foi efetuada pela Comissão de Financiamento da Produção, através de autorização do Governo Federal;
- classificação de, aproximadamente, 600 mil sacas de arroz beneficiado, em todos os municípios produtores do Estado, adquirido pela Comissão de Financiamento da Produção, para formação de estoques regularizadores nos grandes centros do País;
- participação no Encontro Nacional de Classificação Vegetal – ENCLAVE, realizado em Brasília, no mês de outubro, com a presença de técnicos de diversos Estados, ligados às atividades de fiscalização e classificação de produtos vegetais, em que foram tratados assuntos relativos a:
 - . análise da Portaria 74;
 - . instalações, máquinas e equipamentos mínimos para empacotadores e beneficiadores de diversos produtos;
 - . controle de qualidade, a nível nacional, dos principais produtos agrícolas;
 - . cursos para fiscais de classificação;
 - . Cadastro Geral de Classificação para todos aqueles envolvidos no processo de comercialização de produtos padronizados;
- atendimento à solicitação formulada pelo Presidente da Comissão Nacional de Normas e Padrões – SNAB/MA – Brasília, no sentido de informar ocorrências de tipos e defeitos do arroz no Rio Grande do Sul;
 - . outras atividades: afora todas as classificações, realizadas pelos Postos – Sede e Interior –, comércio interno (interestadual – CFP – comércio local) e os demais trabalhos citados, análises e serviços de rotina, são realizados pela Gerência de Laboratórios de Classificação (revisões dos EGFs e AGFs e treinamento de técnicos) e de Controle e Estatística, sendo que, esta última, além do atendimento às solicitações do

Ministério da Agricultura, constantes nas Cláusulas do Convênio MA/SIC, freqüentemente colabora com a Secretaria da Agricultura, Instituto Riograndense do Arroz – IRGA, e o Ministério dos Transportes.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ – IRGA

O Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA, exerce a política de comercialização do arroz no Estado, intervindo no mercado, seja para garantir ao produtor o preço mínimo estabelecido, seja para assegurar e regular o abastecimento de arroz nos mercados consumidores, adquirindo, para tanto, toda a produção que lhe seja oferecida, colocando os excedentes no exterior. Através da formação de estoques reguladores, o IRGA executa a política econômica do Governo Federal, protegendo tanto o produtor como o consumidor.

Cumpra ainda ao IRGA, num prolongamento desse programa, permanecer atento ao comportamento do mercado externo, nele comparecendo, quando não convocado por órgãos governamentais de abastecimento, para superar eventuais crises nos grandes centros de consumo.

Tendo em vista suas finalidades na área de comercialização do arroz, o IRGA busca, através de suas realizações, atingir o seguinte objetivo:

OBJETIVO:

dinamizar as exportações para o mercado externo, dar amparo e assistência ao cooperativismo, e entrosar a autarquia com os órgãos federais, responsáveis pela política de produção, financiamentos, preços mínimos, abastecimento e exportação.

REALIZAÇÕES:

- prestação de serviços ao Governo Federal, como intercâmbio e operador na transferência do arroz importado do Paquistão, Argentina e Uruguai, para a Comissão de Financiamento da Produção – CFP, conforme Voto Ministerial nº 340/79, totalizando a operação 66.000 t de arroz, que foram distribuídas no mercado nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul), também através do IRGA.

SERVIÇOS FINANCEIROS

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
- CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL - CEE
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BADESUL
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
- FINANCEIRA BANRISUL
- DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-BANRISUL

SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS

O Sistema Financeiro Estadual tem uma atenção orientada para apoiar o desenvolvimento econômico do Estado.

Executando os Serviços Bancários e Financeiros, integram o referido Sistema os seguintes órgãos: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Caixa Econômica Estadual (CEE); Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e seus órgãos vinculados – BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, BANRISUL Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento.

Desenvolvendo ações coadunadas aos objetivos da Política de Governo, cabe-lhes, através da captação de poupanças e de operações de repasse de créditos, obtidos junto a organismos nacionais e internacionais, proporcionar a todos os setores produtivos, estaduais, os recursos financeiros necessários à expansão da economia gaúcha.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Durante o ano de 1980, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL aprovou operações de crédito, aval e participação acionária, no montante de Cr\$ 8,0 bilhões, valor este três (3) vezes maior que o montante de aprovações correspondentes, registrado pelo Banco em 1979.

Além destas operações, o BADESUL firmou um convênio de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, visando à transferência e a liberação de recursos financeiros, bem como ao acompanhamento do Segundo Projeto de Transporte Urbano – Projeto EBTU/BIRD/TRANSURB, no montante de Cr\$ 10,2 bilhões.

Portanto, somente neste ano, o BADESUL proporcionou um aporte de recursos financeiros ao Rio Grande do Sul no valor de Cr\$ 18,2 bilhões, valor este três (3) vezes superior ao total de aprovações efetuadas pelo Banco, desde o início de suas atividades até 1979, inclusive.

A destinação econômica setorial das operações de crédito, aval e participação acionária, aprovada pelo BADESUL, em 1980, foi a seguinte: setor secundário (indústria) – 51,0%, setor terciário (comércio, prestação de serviços e infra-estrutura) – 45,0% e setor primário (agropecuária) – 4,0%.

Quanto ao uso destes recursos financeiros, observa-se que 57,0% do total foi destinado ao financiamento de investimentos fixos, 35,0% para reforço de capital de giro e 8,0% para financiamento de investimentos mistos.

A Microrregião Homogênea de Porto Alegre absorveu 29,0% do valor das aprovações efetuadas no corrente ano, enquanto 71,0% foi distribuído às demais microrregiões do Estado. Isto denota a decisão do BADESUL de promover o desenvolvimento de pólos econômicos no interior do Rio Grande do Sul, visando reduzir as pressões migratórias sobre a Região Metropolitana, conforme a política de desconcentração industrial e comercial vigente.

O BADESUL tem como política financeira, básica, utilizar o crédito de médio e longo prazos como instrumento de transformação econômica e social do Estado, mediante a expansão do seu processo produtivo, de forma articulada com as soluções propostas pelo Governo Federal para a superação dos problemas nacionais, tais como se expõe a seguir.

Economia de Combustível

A necessidade de redução da dependência energética do País e do Estado, em relação ao petróleo importado, ensejou a elaboração de um convênio entre o BADESUL e o Conselho Nacional do Petróleo – CNP, cujo produto final foi o Programa de Substituição de Combustíveis derivados do Petróleo – SUCOPE.

A economia de óleo combustível, gerada pelos projetos e cartas-consultas, enquadradas no SUCOPE, ascende a 262.004 toneladas/ano, 88% das quais foram ou serão substituídas por 872.000 toneladas/ano de carvão mineral.

Capitalização Empresarial

Considerando a carência de capital existente nas empresas

gaúchas, principalmente nas pequenas e médias, o BADESUL firmou convênios com a Investimentos Brasileiros S/A – IBRASA e com a Mecânica Brasileira S/A – EMBRAMEC com a finalidade de carrear capital de risco para o setor privado estadual. Nesse sentido, destaca-se também a participação do BADESUL no trabalho de constituição da Companhia Rio-Grandense de Participações – CRP, juntamente com o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico – BRDE e a iniciativa privada do Estado, como mais um instrumento de capitalização das pequenas e médias empresas rio-grandenses.

Ao longo de 1980, o BADESUL carreou para o Estado capital de risco da IBRASA e da EMBRAMEC no montante de Cr\$ 92,0 milhões, além de financiamento a acionistas no valor de Cr\$ 141,3 milhões.

Desenvolvimento Tecnológico

A tecnologia tem merecido atenção especial do BADESUL, que considera o desenvolvimento técnico, de processo e de produção, importante fator de modernização e de aumento da produtividade econômica do Rio Grande do Sul. Neste ano, o Banco apoiou projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vinculados a vacinas anti-aftosas, energia solar, carrocerias de ônibus, tratamento de efluentes e queima de carvão em leito fluidizado.

Nesse sentido, destaca-se que o BADESUL é agente credenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, para os programas de Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN) e de Apoio dos Usuários de Serviços de Consultoria (AUSC), observando-se que, em 1980, aprovou Cr\$ 78,6 milhões através da Financiadora de Estudos e Projetos.

Apoio à Infra-Estrutura

O BADESUL também voltou sua ação para a área de infra-estrutura do Estado, com a finalidade de contribuir para a sua adequação às necessidades econômicas do Rio Grande do Sul.

Neste ano, receberam apoio financeiro do Banco projetos públicos e privados, voltados para a expansão de telecomunicações, energia elétrica, armazenagem e eletrificação e telefonia rural, no montante de Cr\$ 3,0 bilhões, evidenciando a importância atribuída pelo Banco à infra-estrutura econômica estadual.

O desenvolvimento da infra-estrutura turística também rece-

gaúchas, principalmente nas pequenas e médias, o BADESUL firmou convênios com a Investimentos Brasileiros S/A – IBRASA e com a Mecânica Brasileira S/A – EMBRAMEC com a finalidade de carrear capital de risco para o setor privado estadual. Nesse sentido, destaca-se também a participação do BADESUL no trabalho de constituição da Companhia Rio-Grandense de Participações – CRP, juntamente com o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico – BRDE e a iniciativa privada do Estado, como mais um instrumento de capitalização das pequenas e médias empresas rio-grandenses.

Ao longo de 1980, o BADESUL carreou para o Estado capital de risco da IBRASA e da EMBRAMEC no montante de Cr\$ 92,0 milhões, além de financiamento a acionistas no valor de Cr\$ 141,3 milhões.

Desenvolvimento Tecnológico

A tecnologia tem merecido atenção especial do BADESUL, que considera o desenvolvimento técnico, de processo e de produção, importante fator de modernização e de aumento da produtividade econômica do Rio Grande do Sul. Neste ano, o Banco apoiou projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vinculados a vacinas anti-aftosas, energia solar, carrocerias de ônibus, tratamento de efluentes e queima de carvão em leito fluidizado.

Nesse sentido, destaca-se que o BADESUL é agente credenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, para os programas de Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN) e de Apoio dos Usuários de Serviços de Consultoria (AUSC), observando-se que, em 1980, aprovou Cr\$ 78,6 milhões através da Financiadora de Estudos e Projetos.

Apoio à Infra-Estrutura

O BADESUL também voltou sua ação para a área de infra-estrutura do Estado, com a finalidade de contribuir para a sua adequação às necessidades econômicas do Rio Grande do Sul.

Neste ano, receberam apoio financeiro do Banco projetos públicos e privados, voltados para a expansão de telecomunicações, energia elétrica, armazenagem e eletrificação e telefonia rural, no montante de Cr\$ 3,0 bilhões, evidenciando a importância atribuída pelo Banco à infra-estrutura econômica estadual.

O desenvolvimento da infra-estrutura turística também rece-

beu o apoio financeiro do BADESUL, que aprovou projetos de hotelaria no montante de Cr\$ 90,0 milhões, e de turismo social no valor de Cr\$ 32,3 milhões.

Destaca-se também o apoio prestado pelo Banco à captação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE para a complementação de obras de infra-estrutura nos distritos industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande.

Apoio ao Desenvolvimento Social e Urbano.

A área social urbana recebeu substancial apoio do Banco neste ano e se constitui em importante fator de ampliação dos horizontes operacionais do BADESUL, que deixou de ser uma instituição unicamente voltada para o desenvolvimento econômico, via crédito industrial, comercial e rural.

Destaca-se o convênio de cooperação técnica firmado entre o BADESUL e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, no montante de Cr\$ 10,2 bilhões, destinados às obras de implantação do TRENSURB, trem metropolitano que ligará Porto Alegre aos municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, propiciando transporte rápido, seguro e econômico à população dos municípios citados.

A ampliação e renovação da frota de ônibus da Região Metropolitana de Porto Alegre também constitui preocupação do BADESUL, que promove, em conjunto com a EBTU, um programa de crédito neste sentido, através do qual foram financiados veículos no valor de Cr\$ 65,0 milhões.

Apoio Financeiro a Microrregião

Considerando especificamente o estrato das microempresas, destaca-se o apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento Econômico – BNDE e do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – CEBRAE ao Programa de Operações com Microempresa – PROMICRO, que recebeu dotação financeira adicional de Cr\$ 100,0 milhões.

Apoio às Exportações

Em conjunto com outras entidades estaduais e nacionais, e de forma integrada com as autoridades federais, ligadas ao comércio

exterior, o BADESUL está planejando um programa pioneiro no âmbito do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, voltado para a promoção das exportações brasileiras.

O objetivo principal do programa de exportações do BADESUL consiste em estimular as pequenas e médias empresas gaúchas à exportação, prestando-lhe a assistência financeira e gerencial necessárias.

Este programa deverá ser executado em 1981 e 1982, envolvendo créditos para a promoção de vendas no exterior, reforço de capital de giro e investimentos fixos, no montante estimado de Cr\$ 700,0 milhões em sua primeira etapa, prevista para o primeiro semestre de 1981.

A seguir aparecem relacionados de forma sucinta o objetivo básico do BADESUL, bem como as realizações efetuadas pelo órgão durante o ano, nos diversos setores em que atua:

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, através da realização de operações de crédito de médio e longo prazos e da aplicação de recursos humanos em projetos considerados prioritários, de acordo com a política econômica do Estado.

REALIZAÇÕES:

- foram efetuadas operações de crédito voltadas para:
 - . o setor industrial e/ou setor de comércio ou de prestação de serviços: concessão de financiamento para capital fixo, como construção ou compra de equipamentos, ou reforço de capital de giro, das empresas gaúchas voltadas para estes setores, num total de Cr\$ 6.609.106,0 mil;
 - . a agropecuária: concessão de financiamento, através de repasses e recursos próprios, destinados a investimentos fixos das empresas dos setores rurais e agroindustriais, tais como construção, ampliação e modernização de armazéns e equipamentos, implantação de pastagens e capineiros, modernização de destilarias, etc., atingindo Cr\$ 746.149,0 mil;
 - . os setores primário, secundário e terciário: concessão de financiamento a empresas que visem a substituição ou



adaptação de equipamentos consumidores de derivados de petróleo, por fontes alternativas, num montante de Cr\$ 275.335,0 mil.

- . o setor de infra-estrutura: concessão de financiamento a produtores de materiais de construção em termos de capital fixo, bem como obras de infra-estrutura energética de empresas públicas, num total de Cr\$ 67.625,0 mil;
- . o desenvolvimento tecnológico: concessão de financiamento para a realização de estudos e projetos visando ao desenvolvimento tecnológico das empresas gaúchas, atingindo Cr\$ 78.579,0 mil;
- . a implantação e/ou expansão de empresas sediadas no Rio Grande do Sul, através de capital de risco carreado pelo BADESUL para o setor privado gaúcho, com a participação acionária de órgãos federais, num montante de Cr\$ 92.000,0 mil.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE, através de sua Agência em Porto Alegre, executou uma série de operações durante o ano de 1980, especialmente no que se refere à sua ação financiadora.

Algumas de suas realizações aparecem a seguir discriminadas.

Operações Contratadas

Através da Agência de Porto Alegre foram contratadas 484 operações, que alcançaram a soma de Cr\$ 19.722.599 mil, superando a meta de contratações para o ano, em cerca de 94%. Deste total 42 operações estão voltadas para o setor primário num montante de Cr\$ 737.089 mil; 271 operações para o setor secundário no valor de Cr\$ 6.569.814 mil e 171 para o setor terciário, atingindo Cr\$ 12.415.696 mil.

Merecem destaque as operações realizadas com o Setor Terciário, que representaram 63,0% do total. Neste setor aparecem os financiamentos destinados a investimentos em infra-estrutura por parte do Setor Público, tanto de nível estadual como federal, principalmente destinadas à geração e distribuição de energia elétrica.

As operações contratadas com o Setor Secundário representaram 56% do número total de operações realizadas pelo Banco e 33% do valor global contratado.

Os segmentos mais apoiados pertencem à indústria dinâmica (81% do total), especialmente no ramo metalúrgico, responsável por 39% do valor das operações com este Setor.

Com relação ao Setor Primário, as dificuldades encontradas na captação de recursos específicos continuaram a existir e foram a principal causa do baixo volume de financiamentos contratados com o setor, que contribuiu com apenas 4% do valor global das contratações.

Desembolso de Recursos

O valor total das aplicações da Agência, no ano de 1980, foi de Cr\$ 11.132.082 mil e superou o montante de recursos desembolsados em 1979 em 136%. Considerando a variação do índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas para 1980, o aumento real das aplicações da Agência foi de cerca de 12,3%.

As aplicações de recursos que, em 1979, para o setor Primário foram da ordem de Cr\$ 265.962 mil; para o Setor Secundário de Cr\$ 1.708.159 mil e para o setor Terciário de Cr\$ 2.787.679 mil, num montante de Cr\$ 4.761.800 mil no ano de 1980 atingiram Cr\$ 481.816 mil, Cr\$ 4.185.787 mil e Cr\$ 6.575.479 mil, respectivamente. Observe-se que nestes valores não estão incluídas operações de Prestação de Garantia.

A análise das aplicações a nível setorial revela que o Setor Terciário absorveu 59% dos recursos, o Secundário 37%, e o Primário apenas 4%, configurando-se, praticamente, a mesma distribuição em 1979.

O total de recursos aplicados pelo BRDE – Agência Porto Alegre, em 1980, foi de Cr\$ 11.243.082 mil, dos quais Cr\$ 826.119 mil são oriundos de recursos próprios e Cr\$ 10.416.963 mil de recursos de terceiros.

Em termos de recursos próprios aplicados 25% correspondem à Contribuição do Estado, sendo o restante composto de Recursos de Geração Interna.

Quanto aos recursos de terceiros, cabe destacar a participação

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (19%) e da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME (34%), além da significativa evolução da captação de recursos através de Certificados de Depósito Bancário, – CDB, que representaram 31% das Aplicações da Agência.

Resultados Operacionais

O saldo dos empréstimos concedidos pela Agência apresentou ao final do ano de 1980, o significativo valor de Cr\$ 30.366.234 mil, com um crescimento de cerca de 82% em relação ao final do ano anterior.

Por outro lado, a receita operacional teve um acréscimo de 83%, alcançando o montante de Cr\$ 10.118.237 mil, enquanto que o lucro operacional aumentou em cerca de 38% com o resultado de Cr\$ 1.173.690 mil, em 1980.

O Patrimônio Líquido do BRDE, em 1979, foi de Cr\$ 3.247.000 mil e de Cr\$ 5.117.000 mil, em 1980. Nesse mesmo período, o Patrimônio Líquido da Agência de Porto Alegre foi de Cr\$ 2.050.000 mil e de Cr\$ 3.495.000 mil, respectivamente, em 1979 e 1980, elevando-se a participação relativa da Agência em relação ao Banco como um todo de 63,14% para 68,3%.

CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL

A CEE, em 1980, buscou alcançar alguns objetivos:

OBJETIVO:

aumentar o patrimônio líquido da instituição.

REALIZAÇÕES:

– patrimônio líquido – Cr\$ 1.941,4 milhões.

OBJETIVO:

promover a expansão da CEE, através da abertura de novas agências.

REALIZAÇÕES:

– envio de cartas Patentes, ao Banco Central do Brasil, solicitando autorização para abertura de 30 agências, sendo liberadas, no período, apenas 6.

OBJETIVO:

obtenção de recursos no Banco Central do Brasil, para aplicação no crédito rural.

REALIZAÇÕES:

- foi repassado à Instituição, neste ano, pelo Banco Central, a soma de Cr\$ 110,0 milhões.

OBJETIVO:

eleva a produtividade na organização, e direcionar os recursos captados, no sistema da poupança livre, para aplicações no sistema financeiro de habitação.

REALIZAÇÕES:

- ponderação do volume Físico das Operações 34,3
- relação Aplicação/Depósitos 0,87

OBJETIVO:

alcançar a cifra de Cr\$ 19.636,93 milhões em depósitos, no final do ano, superior em 60% ao valor do ano anterior.

REALIZAÇÕES:

- estão voltadas para a captação destes recursos 124 filiais. Até o momento foram captados Cr\$ 20.829,72 milhões, significando 105% do que se pretendia alcançar.

OBJETIVO:

conceder empréstimos

REALIZAÇÕES:

- Valor concedido Cr\$ 34.335,45 milhões
- Quantidade (unidade) 285.531
- Saldo 24.408,57 milhões

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul-BANRISUL, neste ano, teve um aumento no seu Capital Social, que passou de Cr\$ 850.500,0 mil para Cr\$ 1.650.000,0 mil, mediante bonificação de 45,0% do capital anterior e lançamento de 416.775.000 novas ações, sendo 42,64% preferenciais e 6,38% ordinárias.

O Patrimônio Líquido, que em 31.12.79, era de Cr\$ 2.925.379,5 mil, atingiu, em 30.11.80, o montante de Cr\$ 4.200.267,7 mil.

O número de acionistas que antes da elevação do capital era aproximadamente 8.000, sobe, hoje, a mais de 30.000.

Em termos de captação de recursos, ampliou-se o montante que era de Cr\$ 94.064.379,1 mil, em 31.12.79, para Cr\$ 59.912.000,0 mil, em 31.11.80. Do montante destes recursos, 64,25% foram auferidos de repasses, recolhimentos e tributos e Outras Obrigações, e, 35,75% de depósitos.

Embora a atuação das Autoridades Monetárias no sentido de restringir o crescimento dos meios de pagamento, limitando a expansão das aplicações com recursos próprios em 45% neste ano, o Banco obteve um crescimento em seus empréstimos totais da ordem de 71,52%, passando de Cr\$ 29.412.192,0 mil para Cr\$ 50.220.000,0 mil.

Este desempenho global foi possível através da atuação mais agressiva nas faixas de crédito, que não se encontram sob controle, as quais acusaram uma elevação de 96,09%.

Uma das preocupações do BANRISUL é a de dotar todos os municípios do Estado de, no mínimo, uma representação sua. Nesse sentido, foi encaminhado ao Banco Central do Brasil o Plano Quadrienal de Expansão da Rede de Agências, o qual, paulatinamente, vem sendo cumprido, pois durante este ano, foram obtidas onze novas Cartas-Patentes, elevando para 242 o número de agências e de 189 os municípios gaúchos com dependências do BANRISUL.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul realizou diversas atividades, neste período, visando alcançar os objetivos programados, que se resumem em:

OBJETIVO:

imprimir o máximo de eficiência empresarial no uso de recursos técnicos de gestão.

REALIZAÇÕES:

– foram efetuados processamento eletrônico de diversos sistemas, operados pelo Banco, atingindo 25 agências.

OBJETIVO:

buscar a maior capitalização possível com vistas ao seu fortalecimento e capacidade competitiva.

REALIZAÇÃO:

– formação do lucro líquido, oriundo de recursos próprios e de

terceiros, numa estimativa de Cr\$ 438.000,0 mil e do Aumento de Capital Social, mediante subscrição, utilizando-se de recursos de terceiros, no valor de Cr\$ 324.000,0 mil.

OBJETIVO:

dar prosseguimento aos financiamentos às empresas gaúchas, de modo a que possam cumprir seus programas de produção tanto para a exportação como para o mercado interno.

REALIZAÇÃO:

– concessão de financiamento, no valor de Cr\$ 44.624.000,0 mil, oriundos de recursos próprios e de terceiros até 30.11.80.

OBJETIVO:

ampliar a rede de agências para todos os municípios gaúchos e, quando for o caso, aumentar o seu número em praças nacional e estrangeiras.

REALIZAÇÃO:

– a concessão deste objetivo está na dependência do deferimento de cartas-patentes pelo Banco Central do Brasil, relativo ao processo encaminhado em 20.05.80.

OBJETIVO:

continuar expandindo a captação de recursos, aumentando com isso sua participação no total de recursos captados no Estado.

REALIZAÇÃO:

– captação de Cr\$ 59.912.000,0 mil, oriundos de recursos próprios e de terceiros, até 30.11.80.

OBJETIVO:

gestionar linhas de crédito com juros diferenciados para pequenos tomadores.

REALIZAÇÃO:

– concessão de créditos no valor de Cr\$ 5.276.000,0 mil utilizando-se de recursos próprios e de terceiros, posição até 30.11.80.

BANRISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Órgão vinculado ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a

BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., apresentou em 1980, dois objetivos básicos, ou seja, buscar a maior capitalização possível com vistas ao seu fortalecimento e capacidade competitiva, e a colocação no mercado de capitais de títulos estaduais.

A **BANRISUL** Distribuidora teve seu Patrimônio Líquido acrescido de Cr\$ 238.495,0 mil para Cr\$ 471.812,0 mil, com um crescimento de 97,83%, neste período.

O lucro, antes do Imposto de Renda deste exercício, é estimado em Cr\$ 300.000,0 mil, revelando um aumento de 100% em relação ao período anterior.

O Centro de Processamento de Dados, que no ano passado, estava em fase de estudos para a implantação, neste órgão, já se encontra em funcionamento, absorvendo o processamento de várias seções como Mesa de Operações, Faturamento, Renda Fixa e, em etapa de programação, em outros departamentos.

Atuando, ainda , fora do Estado na busca de uma maior captação no Mercado de Capitais, a **BANRISUL** Distribuidora inaugurou uma filial em São Paulo no mês de setembro estando, atualmente, em plena atividade.

BANRISUL FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Na execução de sua atividade fim, ou seja, captando recursos de poupanças internas, através da colocação de letras de câmbio de seu aceite, e tornando-os produtivo ao redirecioná-los a financiamentos para aquisição de bens de consumo, evidencia-se o papel da **BANRISUL** Financeira S/A no processo de desenvolvimento econômico do Estado.

O ano de 1980 caracterizou-se por medidas restritivas, impostas pelas autoridades monetárias ao setor. Em 02.04.80, por decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 605, limitou-se à expansão das aplicações em 45% para o exercício de 1980. As taxas de financiamento já estavam limitadas desde 03.09.79.

Afora essas restrições de ordem governamental, os custos financeiros de captação dos recursos disponíveis no mercado

passaram a apresentar constante crescimento. De outro lado, o acirramento do índice inflacionário se refletiu em crescentes aumentos dos custos operacionais.

Atuando nesse contexto, onde as atividades operacionais estavam com sua expansão limitada, e defrontando-se com influências exógenas, geradoras de expressivos incrementos nos custos em geral, foram acionados instrumentos a fim de adequar a Empresa a uma realidade que se delineava difícil.

As diretrizes adotadas pela Financeira na condução dos seus negócios foram alicerçadas nos princípios de preservar os resultados da Instituição e atender da melhor maneira possível à demanda de crédito da comunidade, mas sempre observando, rigorosamente, os limites operacionais, fixados pelas autoridades monetárias, dentro de um conjunto de medidas voltadas à contenção do processo inflacionário.

Dentre essas diretrizes salientam-se as seguintes:

- otimização da rentabilidade das operações de créditos, mediante critério seletivo na concessão de financiamento;
- rigoroso controle e contenção dos custos operacionais;
- otimização da produtividade em todos os setores de atuação da Empresa.

A atividade operacional básica da Financeira, representada pelos financiamentos, no exercício de 1980, atingiu um total de Cr\$ 1.868.704,0 mil, significando um acréscimo de 66% em relação ao ano anterior.

O saldo de financiamento que, em 03.12.79, foi de Cr\$ 1.742.934,0 mil, teve seu limite de expansão máximo de 45%, em 31.12.80, conforme o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

O Lucro Operacional da Instituição, acrescido das Rendas Operacionais e deduzido das Despesas não Operacionais, no ano de 1980, foi de Cr\$ 103.938,0 mil, contra os Cr\$ 64.852,0 mil obtidos em 1979, equivalendo a um crescimento de 60%.

Em razão das parcelas desse lucro operacional, que foram agregados aos capitais próprios da Financeira, o Patrimônio Líqui-

do que, em 31.12.79, era de Cr\$ 192.777,1 mil, evoluiu para Cr\$ 298.385,5 mil em 31.12.80, o que representa o índice de crescimento de 55% no ano em apreciação.

A composição desse Patrimônio Líquido em 31.12.80 é a seguinte:

- Lucros Acumulados	Cr\$ 5.891,5 mil
- Reservas de Lucros	Cr\$ 36.009,6 mil
- Reservas de Capital	Cr\$ 106.484,4 mil
- Capital Social	Cr\$ 150.000,0 mil
TOTAL	Cr\$ 298.385,5 mil

Em Assembléia Geral Extraordinária, de 24 de abril de 1980, a Diretoria decidiu aumentar o Capital Social da BANRISUL Financeira S/A., integralmente com a incorporação de reservas existentes, de Cr\$ 90.000.000,00 para Cr\$ 150.000.000,00. Assim, além dos dividendos, os acionistas foram remunerados com mais 66,7% de bonificação.

A captação de recursos, que foi necessária efetuar para atender à demanda de crédito, procedida através da venda de letras de câmbio de aceite da Financeira, no exercício de 1980, somou a cifra de Cr\$ 1.482.654,5 mil. Comparativamente ao valor colocado em 1979, de Cr\$ 931.055,72 mil, no período em lide houve um incremento de 59%. Neste tópico, cumpre enfatizar os esforços que foram despendidos para captar numerários a custos compatíveis com o rendimento obtido nas aplicações, visto que esses ônus financeiros caracterizaram-se por constantes elevações ao longo de 1980, enquanto as taxas de aplicações permaneceram limitadas praticamente durante quase todo o período, sendo liberadas somente em 12.11.80 através da Resolução nº 651 do Banco Central.

A conta Títulos Cambiais, representativa da responsabilidade total da Empresa pelos recursos captados através da venda de letras de câmbio de seu aceite, teve a seguinte evolução: Cr\$ 1.040.382,5 mil em 1979, para Cr\$ 1.604.943,1 mil em 1980, correspondendo a um acréscimo de 54%, no período.

Concernente a outras atividades realizadas pela Empresa, dentro do aspecto social, destaca-se o convênio firmado com o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE, em setembro/80, para assistência médica em geral aos servidores e seus dependentes e financiamento para aquisição de casa própria.

Aproveitando os incentivos fiscais dos impostos de renda, prosseguiu-se no Programa de Alimentação ao Trabalhador, através do qual é subsidiada uma parcela das refeições feitas pelos funcionários no intervalo do expediente.

Salienta-se, ainda, a concessão de bolsas de estudos a funcionários que estão fazendo curso superior e que podem ser aproveitados nas atividades da Instituição, representadas pela cobertura de 50% da anuidade, em caso de aproveitamento positivo no ano letivo.

EDUCAÇÃO

- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
- **FUNDAÇÃO RIOGRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL – FAERGS**
- **FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA – FETLSVC**
- **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

1981

EDUCAÇÃO

A ingerência do Setor Público Estadual no que se refere à educação, em sentido mais específico, centraliza-se, basicamente, em dois órgãos: Secretaria de Educação e suas entidades supervisionadas, e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Cabe à primeira promover, integradamente com a Administração Municipal, com a Administração Federal e com a iniciativa particular, o ensino regular em seus níveis de pré-1º grau, 1º e 2º graus. Por força de dispositivo constitucional, a ênfase tem sido dada, ao largo dos anos, ao atendimento da população escolariável dos 7 aos 14 anos, cuja taxa de escolarização situa-se, hoje, aproximadamente, no intervalo de 85% a 90%.

Já à Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos cabe a preparação de recursos humanos estratégicos, de diferentes níveis, para a atuação em órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, bem como para atuação em órgãos de economia privada. Mantém, anualmente, esta Instituição, que é vinculada à Secretaria da Administração, um vasto programa de cursos de especialização, aperfeiçoamento e de preparação específica em determinadas áreas do conhecimento e habilidades, destinados a uma clientela bastante heterogênea, atingindo a diferentes segmentos das instituições públicas e privadas.

Em sentido amplo, porém, o Setor Público Estadual atua em outras áreas educativas, mencionando-se, como exemplo, as atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, que desenvolve programas de formação de mão-de-obra, de desenvolvimento do artesanato e atendimento educacional especializado para menores carentes, bem como as atribuições da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, que refletem a preocupação do desenvolvimento cultural amplo da população como um todo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O Sistema Estadual de Ensino Regular atendeu, em 1980, a

uma clientela de 1.374.168 alunos de 1º grau. Destes, 719.812 freqüentaram escolas da rede pública estadual; 453.326 escolas municipais; 200.070, escolas particulares e 960, escolas federais. A nível de 2º grau o Sistema de Ensino mobilizou-se em função de 229.053 alunos, dos quais 134.274 freqüentaram escolas da rede pública estadual; 83.748 foram atendidos por estabelecimentos de ensino particulares; 3.682, unidades escolares municipais e 7.349, escolas federais.

A clientela atendida pelo ensino supletivo atingiu a matrícula total de 26.927 alunos em cursos com avaliação no processo; no decorrer do ano apresentaram-se 10.100 candidatos a exames supletivos de educação geral de 1º grau; 16.710 de 2º grau e 229 candidatos prestaram exames profissionalizantes.

Foram ainda inscritos nos Centros de Ensino Supletivo (CES) 693 alunos, e a matrícula total nos Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES) foi de 359 alunos.

Com o propósito de corresponder às necessidades dessa clientela, a programação da Secretaria de Educação da Administração Pública Estadual, para o ano de 1980, foi estabelecida através dos seguintes programas: Administração e Planejamento; Ensino de 1º grau; Ensino de 2º grau; Ensino Supletivo, Assistência ao Educando, Educação Física e Desportos e Entidades Supervisionadas. Integra-se, ainda, a Secretaria de Educação com o Ensino Superior, especialmente na preocupação com a formação de profissionais para a educação.

As realizações dos diferentes programas em 1980 precederam-se de diagnósticos que envolveram o aluno, o currículo, recursos humanos e recursos materiais.

Com bases nesses diagnósticos emergiu como tarefa prioritária da Secretaria de Educação envidar todos os esforços possíveis para a melhoria da qualidade do ensino, em termos de currículo e de capacitação de recursos humanos, com o correspondente cuidado com as condições pessoais do aluno. A este respeito desenvolveu a Secretaria de Educação amplas atividades de assistência ao educando, procurando assisti-lo naquelas variáveis que intervêm de forma predominante no seu desempenho acadêmico, a saber: físicas, psíquicas e sociais. Assim, além do cuidado em melhorar a qualidade do ensino, através do currículo e da melhor capacitação do docente, e do especialista em educação, procurou a Secretaria de Educação cercar o aluno de cuidados com o seu desenvolvimento

psico-físico, favorecendo-lhe condições de saúde e desenvolvimento social, na unidade indissociável em que constitui a personalidade do indivíduo.

O convívio social do aluno, além das experiências didáticas de sala de aula, propriamente ditas, foi realçado pela realização de jogos escolares, congregando 3.000 alunos do 1º e 2º graus, bem como pela realização do VIII Campeonato Escolar Brasileiro.

O currículo, associado à ampliação da oferta, foi contemplado com a expansão de novas séries em diferentes municípios, registrando-se, no exercício, o controle de autorização de 200 séries no ensino de 1º grau.

Especificamente com relação ao 2º grau, é meta do Governo dotar todos os municípios do Estado de estabelecimento deste nível de ensino. O ensino de 2º grau tem-se adaptado, gradativamente, ao requerimento da lei nº 5692/71, no que diz respeito à profissionalização. Há habilitações profissionais em todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau, sendo que as habilitações mais procuradas são as correspondentes ao setor terciário, com um total de 114.094 de matrículas, enquanto que as habilitações do setor secundário evidenciam 43.197 matrículas e as do primário, 12.918 matrículas. O grande desafio com que se defronta o ensino de 2º grau é exatamente, o de adequar-se, cada vez mais, às necessidades do mercado de trabalho e isto, seguramente, exigirá esforços muito grandes das autoridades educacionais e da iniciativa governamental. A preocupação permanente será dotar os estabelecimentos de ensino de condições satisfatórias para isso, bem como atender continuamente a reciclagem do corpo docente e pessoal técnico, face a contínua atualização do currículo que esta adequação demanda.

A integração do Sistema Estadual de Ensino com as instituições de ensino superior se fez em função do objetivo de promover estudos e pesquisas, que facilitem a identificação e utilização das inovações educacionais, que sejam viáveis de introdução. Operacionalizou-se esta integração, em 1980, especialmente através de: organização do fluxo de 2.957 estagiários de cursos de 3º grau em 520 escolas da rede pública estadual; cedência de 305 professores ou especialistas em educação para 23 Instituições de Ensino Superior; renovação de 364 bolsas de estudos a membros do magistério público estadual e concessão de 249 novas bolsas.

A Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal se



destacou, em 1980, entre outras, pelas seguintes realizações: assistência técnico-administrativa aos grupos de Coordenação Geral de 260 Órgãos Municipais de Educação; treinamento de 2.600 professores em Técnicas de Alfabetização; equipamento de 30 Órgãos Municipais; aquisição de material ensino-aprendizagem para 12.652 professores e 21.062 alunos de 1º à 4º série, no meio rural. No que se refere à concessão de auxílio financeiro à Prefeituras Municipais, foram consignados recursos na ordem de Cr\$ 114.525.000,00 para 151 municípios.

No ano de 1980, a Secretaria de Educação do Estado atuou integradamente com as suas entidades supervisionadas: Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional, Centro de Televisão Educativa e Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha.

O Programa de Administração e Planejamento, em linhas gerais, desenvolveu ações referentes à infra-estrutura para os órgãos da Administração Central e Regional, tendo, igualmente, programado a instalação de uma nova Coordenadoria Regional de Educação e três Delegacias de Educação.

Também para a programação de 1981, realizaram-se diagnósticos do sistema estadual de ensino nos seguintes componentes: rede física, recursos humanos e alunos. Os pontos críticos encontrados converteram-se em prioridades a serem atendidas.

Foi redefinida a metodologia do processo de planejamento da Secretaria de Educação, buscando-se ajustá-lo às peculiaridades do Sistema Estadual de Ensino e, em última instância, ao aumento da eficácia e eficiência das ações da Secretaria da Educação na melhoria do ensino no Estado do Rio Grande do Sul.

Destacam-se, a seguir, as principais realizações da Secretaria de Educação, em 1980, relacionadas com alguns objetivos da Política de Governo.

OBJETIVO:

adequar a oferta em termos físicos às necessidades reais da demanda.

REALIZAÇÕES:

– programação e construção de 41 escolas;

- realização de obras, com equipamento, em 375 unidades escolares;
- ampliação, reforma, recuperação em 64 estabelecimentos;
- equipamento de 55 consultórios odontológicos, 65 clínicas de leitura, 1 Centro Psicopedagógico e 2 Centros de Ensino Supletivo;
- criação de 13 escolas de 1º grau;
- autorização de funcionamento de 41 escolas estaduais, 22 municipais e 7 particulares;
- funcionamento de classes de pré-escolar em 31 escolas estaduais e 7 particulares;
- criação e instalação de classes de educação especial em 3 escolas particulares, 1 municipal; criação de 37 classes de educação especial em escolas estaduais;
- concessão de apoio financeiro para manutenção de 13 escolas e instituições de direito público e privado, referentes ao ensino de 2º grau, para aquisição de equipamento e material permanente. A atividade de manutenção de escolas de 2º grau beneficiou 169.251 alunos, requerendo a aplicação de Cr\$ 921.462.587,00;
- execução parcial de reforma, recuperação e obras em 3 Centros Rurais de Ensino Supletivo de 1º grau;
- aquisição de equipamento e material permanente em 5 Centros Rurais de Ensino Supletivo;
- início da construção do Centro de Ensino Supletivo de Porto Alegre;
- com vistas a melhorar a rede física do ensino municipal: reforma e/ou recuperação de 210 unidades escolares de 94 municípios; equipamento de 148 unidades escolares de 109 municípios.

OBJETIVO:

propiciar melhoria do ensino em termos de adequação metodológica, maior atenção as diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade do equipamento necessário.

REALIZAÇÕES:

- com a intenção de minorar o problema de repetência de escolares de 1º grau, foram preparados 15.250 alunos para alfabetização em período de férias; foi proporcionado reforço pedagógico e alimentar a 11.700 crianças não aprovadas em 1ª série e 450 alunos foram atendidos com estudos contínuos de 1ª série;
- capacitação de recursos humanos: habilitação de 1.283 professores e 50 especialistas; especialização, atualização e treinamento de 886 docentes; concessão de 1.284 bolsas e 186 licenças para qualificação profissional;
- assistência financeira a professores de 2º grau para a participação em cursos, aplicando-se Cr\$ 52.980,00;
- apoio ao ensino de 1º e 2º graus: implantação e testagem de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau; dinamização da supervisão e da inspeção, através da promoção de encontros educacionais produção de teleaulas para o funcionamento de telepostos com vistas ao ensino à distância; atendimento ao ensino individualizado; promoção de exames supletivos de educação geral em nível de 1º e 2º graus.

OBJETIVO:

agilizar os serviços de assistência ao educando em todos os aspectos em que se configure carência de origem sócio-econômica, a fim de propiciar-lhe melhores condições para aprendizado.

REALIZAÇÕES:

- inspeção médica em 417.777 alunos do 1º grau;
- atendimento médico a 125.145 escolares;
- assistência odontológica na área educativa e preventiva a 170.000 escolares;
- fornecimento de suplementação alimentar balanceada a 407.799 alunos de pré-escolar e de 1º grau;
- doação de aparelhos corretivos a 2.125 estudantes;
- assistência médica, odontológica, nutricional e recreativa a 2.400 escolares beneficiados por Colônias de Férias;

- através dos Centros de Assistência ao Educando, desenvolveram-se ações relacionadas: à medicina escolar, com atendimento clínico a 125.145 escolares carentes e/ou que apresentaram problemas de rendimento escolar; a psicologia escolar, assistindo-se 40.625 e à enfermagem escolar, com 18.662 atendimentos;
- atendimento a 2.800 crianças da 1ª à 4ª série do 1º grau, visando ao incremento das atividades de estimulação sensório-motora;
- no Centro Especializado de Assistência ao Educando foram atendidos 24.073 alunos; foram estruturadas classes de Educação e de Alimentação do Pré-escolar beneficiando 1.465 escolares e atendidos 22.267 alunos carentes em reeducação da linguagem oral e escrita;
- concessão de bolsas de estudo e compra de vagas, atendendo a 29.057 alunos do 1º grau; 37.706 alunos de 2º grau;
- distribuição de livros didáticos a 153.948 alunos;
- distribuição de conjuntos de material escolar, vestuário e/ou calçados a 20.500 alunos;

Ainda dentro deste objetivo expandiu-se a educação sanitária da comunidade escolar, anotando-se:

- a realização de 6.750 reuniões;
- a distribuição de material informativo sobre prevenção do câncer a 176.500 alunos;
- o desenvolvimento de ações educativas na área da promoção da saúde e prevenção de doenças a 725.484 alunos;
- a execução da Campanha Antituberculose;
- a distribuição de auxílio financeiro a Círculos de Pais e Mestres, a Casas de Estudantes, a Grêmios Estudantis, a Federações Esportivas e a 17 Entidades para realização de congressos, seminários e encontros.

OBJETIVO:

melhorar a qualidade do ensino profissionalizante através da

capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa dos setores econômicos.

REALIZAÇÕES:

- realização de exames supletivos profissionalizantes em nível de 2º grau;
- especificamente em nível de 2º grau, implantação da formação profissionalizante básica; revitalização da formação de professores da 1ª à 4ª série do 1º grau e incremento da formação de técnicos de nível médio no setor agropecuário;
- manutenção de escolas voltadas ao ensino agrícola e industrial, em nível de 2º grau, com uma clientela de 24.739 alunos, aplicando-se Cr\$ 10.556.688,00;
- provimento de recursos para a ação administrativa e coordenadora do Departamento de Ensino Médio, no valor de Cr\$ 71.103.493,00, face ao ensino de 2º grau oferecido a uma clientela estimada de 292.227 alunos, provenientes de: 242 escolas da rede estadual, 277 escolas da rede particular e 7 escolas da rede municipal.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH

A Fundação desenvolveu, no exercício de 1980, entre inúmeras ações voltadas para o desenvolvimento do Estado e do País, os seguintes programas:

Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos Estratégicos, de âmbito estadual, onde se destacaram:

- a execução do 1º Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, do Curso Básico de Administração Pública e do Curso de Especialização em Planejamento Estadual;
- o desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Microrregional, envolvendo municípios da Grande Santa Rosa e Ijuí;
- Programa de Educação e Capacitação do Produtor Rural, no âmbito da Fazenda Sarandí, na busca de soluções para o problema sócio-econômico dos colonos, não somente através

da produção, mas sob o prisma do Desenvolvimento Rural Integrado, centrando suas ações na integração indivíduo-comunidade;

- Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências, desenvolvido pelo Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, em convênio com o MEC e PREMEN, visando:
 - . instrumentalizar o pessoal docente;
 - . implementar uma metodologia de ensino adequada aos objetivos do ensino de Ciências, numa ação interiorizada, tendo atingido, em 1980, 18 Delegacias de Ensino.
- Programa de Desenvolvimento de Agroindústria, ressaltando-se a conclusão do 8º Curso de Especialização em Agroindústria, a nível nacional, e o III Curso de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, em convênio com a Organização dos Estados Americanos e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, contando ambos os eventos com a participação de técnicos nacionais e latino-americanos.

Deu-se também continuidade ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa Nacional, através do qual executou-se pesquisas consultorias individualizadas e setoriais e treinamento.

Destaca-se a seguir as principais áreas em que a FDRH atua e suas realizações:

Área Empresarial

OBJETIVO:

desenvolver a capacidade do pessoal técnico administrativo nos setores industrial, comercial e bancário através de treinamento, visando melhorar o desempenho e aumentar a produtividade dessas organizações.

REALIZAÇÕES:

- Treinamento: 7.682 horas/aulas com 1.142 participantes, sendo um total de 67 cursos;
- pesquisa: 4.204 horas/técnicas para 93 empresas;



- consultoria: 556 empresas assistidas num total de 14.034 horas de consultoria.

Área Pública

OBJETIVOS:

promover em caráter permanente e sistemático à atualização dos servidores públicos que exerçam cargos executivos ou de assessoria;

- consolidar conhecimentos sobre os conteúdos básicos da linguagem empregada na elaboração de documentos oficiais;

- especializar recursos humanos para o Estado, visando ao conhecimento de técnicas de elaboração, análise e acompanhamento de projetos de desenvolvimento econômico estadual.

REALIZAÇÕES:

- treinamento: 38 cursos num total de 2.743 horas/aulas com 935 participantes.

Área Educacional

OBJETIVO:

preparar recursos humanos necessários à expansão e melhoria do sistema de ensino do Estado.

- treinamento: 52 cursos num total de 2.468 horas/aula com 1.598 participantes.

TURISMO

- SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO**
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO -
CRTUR/RS**

TURISMO

O Estado do Rio Grande do Sul, junto com o Rio de Janeiro, são os maiores portões de entrada do turistas estrangeiros no Brasil.

A demanda turística para o Estado, em 1979, foi de 365.213 turistas internacionais, tendo sido previsto, para 1980, a chegada de 657.383 turistas.

Para atender as atividades de turismo, afetas ao Estado, o Governo conta com os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo e a Companhia Riograndense de Turismo, como órgão vinculado à mesma.

SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E TURISMO – SCDT

A Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo atua na área de Turismo através dos serviços de divulgação e promoção de eventos turísticos, do desenvolvimento de projetos turísticos e da implantação de obras e equipamentos de interesse turístico.

O atendimento dos turistas e a coleta de dados para análise da demanda turística são realizados através dos Centros de Informações Turísticas – CENINTURS, e a implantação de obras e equipamentos cabe à Companhia Riograndense de Turismo.

No ano 1980, os principais projetos desenvolvidos foram o de Assistência Técnica à Pequena e Média Empresa Hoteleira – APEMEHOT, e o Pró-Estância Sul.

O primeiro projeto foi dirigido aos hoteleiros da Serra Gaúcha e desenvolveu-se na Cidade de Caxias do Sul, em conformidade com o convênio entre a Secretaria e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR.

O Projeto procurou, principalmente, subsidiar o pequeno e

médio hotéis, contribuindo para a melhoria do desempenho empresarial, nas áreas de Administração, Recursos Humanos, Contadoria e Marketing, e sistematizar um quadro referencial de assistência técnica, tendo em vista sua aplicação em âmbito nacional, ajustável às diferentes realidades regionais.

Com o objetivo de preservar e incrementar o fluxo turístico para as Estâncias Hidrominerais e Climáticas (serra e litoral) do Rio Grande do Sul, compatibilizando-o com o objetivo da economia de combustível e com a ampliação do turismo rodoviário, coletivo, foi lançado o PROJETO-ESTÂNCIA SUL.

Este projeto foi criado pela EMBRATUR e operacionalizado através de um convênio de cooperação técnica e promocional entre a EMBRATUR, SCDT, Associação Brasileira de Agentes de Viagem-Regional, SINDETUR-RS, Sindicatos e Lideranças hoteleiras das cidades que integram os roteiros do Programa.

Trata-se de excursões turísticas, a preços mínimos incluindo passagem de ida e volta em ônibus de luxo, hospedagem, refeições e passeios nas cidades visitadas.

Com este projeto serão beneficiados 58 hotéis, dos quais 31 na Serra, 21 na Costa Gaúcha e 6 em Estâncias Hidrominerais, sendo previstas 80 excursões com 1.600 passageiros o que irá gerar uma receita direta de Cr\$ 5.930.000,00.

Outra atividade desenvolvida pela Secretaria é a ordenação de eventos do Estado, para confecção do Calendário de Eventos, para distribuição nos CENINTURs do Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevideu.

Nos meses de janeiro e fevereiro, desenvolveu-se, em conjunto com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, a Operação Veraneio, nas praias de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres.

A operação teve, como objetivos principais, o melhor atendimento ao turista e a oportunização de estágio aos estudantes do Curso Superior de Turismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Partindo da necessidade dos municípios em desenvolverem racional e harmoniosamente o turismo local, foram realizados diversos levantamentos que serviram de subsídios para posterior diagnóstico do potencial dos recursos turísticos, assim como para o

oferecimento de sugestões para a execução de iniciativas, que levarão o setor ao seu pleno desenvolvimento.

Entre os municípios que foram beneficiados com este trabalho, encontram-se: Farroupilha, Espumoso, São Francisco de Paula e Cambará do Sul (Taimbezinho).

No setor de divulgação, os veículos utilizados foram:

- Revista Caminhos do Turismo – 2 edições;
- Folhetos “Venha, o Sul quer conhecer você”;
- Folhetos “Pró-Estância Sul”;
- “Posters” dos diversos pontos turísticos do Rio Grande do Sul;
- Calendário de Eventos.

Nas obras de construção e manutenção dos complexos artísticos, cabe destacar:

- conclusão da piscina do balneário “Oswaldo Cruz”, Iraí;
- reconstrução do Restaurante da Guarita de Torres
- obras de conservação e melhorias dos “campings” de Canela, Santa Vitória do Palmar, Flores da Cunha, São Lourenço, Itapeva – Torres;
- obras de melhoria nos terminais Turísticos de Cidreira e Tramandai.

As ações do ano de 1980, realizadas com vistas a incrementar o turismo, são discriminadas, a seguir, segundo objetivos que atendam.

OBJETIVO:

dar condições de infra-estrutura em equipamentos públicos (estradas, comunicações, água, luz, saneamento), para atrair a iniciativa privada a investir em novos empreendimentos ou em aplicações, de sorte a evitar a exaustão na demanda ou estagnação na oferta.

REALIZAÇÕES:

- levantamento de 82 estradas, não pavimentadas, de interesse turístico para o Estado;
- piscina do Balneário Oswaldo Cruz, em Iraí (complementa-

- ção da obra). Conclusão da construção de vestiários, fundo da piscina, revestimento e instalações;
- Itaimbezinho – Prefeitura de Cambará do Sul: recuperação do restaurante. Início dos trabalhos;
 - “camping” Internacional do Chuí: melhorias, conclusão do poço d’água e extensão da rede elétrica
 - Parque Náutico Marcílio Dias: recuperação, conclusão de pinturas e pequenos consertos gerais;
 - conclusão das obras no Restaurante da Guarita, em Torres;
 - execução de uma Bateria Sanitária e Churrasqueira coletiva no “campig” de Canela;
 - construção de Módulos Esportivos nos Municípios de: Casca, Ibirubá, Severiano de Almeida, Frederico Westphalen, Tramandaí, São Sepé, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Guarani das Missões e Dom Pedrito (1ª etapa);
 - montagem da área de lazer no Parque Zoológico, em Sapucaia do Sul;
 - melhorias no “camping” de São Lourenço. Conclusão dos reservatórios e instalações;
 - melhorias nas instalações de água quente – Vicente Dutra. conclusão, muramento e instalação de uma caldeira a lenha;
 - recuperação do Parque Histórico Bento Gonçalves – Camaquã. Conclusão, pintura e consertos gerais.

OBJETIVO:

dar assistência e apoio aos organismos municipais do setor turístico, cultural e desportivo, visando integrar programas e harmonizar metas com a soma de esforços de todas as áreas interessadas.

REALIZAÇÕES

- atendimento aos Eventos no I Trimestre de 1980: XXX Conferência Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, em Porto Alegre; X Campeonato Mundial de Vela, Classe Olímpica 470, em Porto Alegre; IV FENAVINHO, em Bento Gonçalves; XIII Rodeio Crioulo, em Vacaria;

- atendimento (recepção e apoio) aos eventos do III trimestre: V EXPOINTER; IX FEARTE; X Reunião da Cultura do Arroz Irrigado; Primeira Jornada Internacional de Hidatidose; Mesa Redonda da Associação Internacional de Serviço Saúde; Passeio-Cidade de Caxias do Sul, Gramado, Canela, Passeio-Cidade de Porto Alegre;
 - atendimento (recepção e apoio) aos eventos do IV trimestre: Visita do Papa João Paulo II a Porto Alegre; II Encontro Comercial do Mercado Argentino (Buenos Aires); Primeira Multifeira (Esteio); Feira da Providência (Rio de Janeiro); Campanha da Árvore, IX FEARTE (Gramado); VI Vindima da Canção Popular (Uruguaiana);
 - distribuição a todos os municípios do questionário de Qualificação de Eventos Promocionais;
 - seleção dos Eventos;
 - confecção do Calendário de Eventos do II Semestre/1980;
 - serviços de manutenção dos complexos turísticos de Cachoeira do Sul, Camaquã e Torres;
 - relatório de conclusão da Operação Veraneio/80 (atendimento de 12.250 turistas nos postos de informação e reclamação);
- desenvolvimento de um Inventário Turístico em Farroupilha e Espumoso (concluído);
- atendimento aos eventos do II Trimestre: I Jogos Abertos Sul-Brasileiro; FENARROZ; II Encontro Estadual de Supervisores da Educação; Concerto da OSPA; Coquetel de Lançamento da Festa Nacional da Uva; VI Encontro Nacional de Professores de Educação Física;
 - parecer técnico sobre a área da gruta de Nossa Senhora de Lourdes;
 - atendimento aos eventos do II Trimestre: I Jogos Abertos Sul-brasileiro; FENARROZ; II Encontro Estadual de Supervisores da Educação; Conserto da OSPA; Coquetel de Lançamento da Festa Nacional da Uva; VI Encontro Nacional de Professores de Educação Física;

- parecer técnico sobre a área da gruta de Nossa Senhora de Lourdes;
- diagnósticos e sugestões dos recursos turísticos existentes no Município de Espumoso.

OBJETIVO:

programar e executar as atividades de comunicação social da Secretaria e assessorar o secretário em programas e atividades de relações públicas e de relacionamento com a imprensa.

REALIZAÇÃO:

- confecção de 148 notas (notícias curtas, longas e reportagens), sendo distribuídas nas respectivas áreas:

Cultura	112
Desporto	31
Turismo	105

OBJETIVO:

dinamizar a área de estudo das potencialidades turísticas do Estado, ainda não exploradas, preservando sua riqueza natural e planejando seu desenvolvimento a curto ou médio prazos; despertar nas populações dessas áreas a consciência turística, isto é, a exata valorização econômica e cultural do patrimônio que possuem.

REALIZAÇÕES:

- levantamento do potencial turístico existente no Município de Encruzilhada do Sul e no de Sapiranga;
- levantamento e estudo para avaliação do Município de Caçapava do Sul;
- visita técnica e estudos para a avaliação da área do Parque Nacional dos Aparados da Serra;
- visita técnica e estudos para a avaliação da área do Parque Itapoã e ao Município de Tenente Portela.

OBJETIVO:

investir maciçamente em propaganda, como técnica de comercialização da oferta turística, integrando esse esforço à política de publicidade dos setores privados de cada área comercializada.

REALIZAÇÕES:

- coordenação, apoio e lançamento do “Pró-Estância-Sul” (convênio entre o Estado e a Empresa Brasileira de Turismo), com objetivo de atingir 1.600 turistas em dois meses;
- recebimento e ordenação dos 160 questionários de qualificação de evento promocional para 1981;
- seleção de 250 eventos, a fim de que recebam o certificado de registro de eventos;
- revisão e alteração do folheto de divulgação do Rio Grande do Sul;
- participação de técnico desta Pasta, no VIII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagem, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 17 a 20 de setembro de 1980;
- distribuição de material promocional: 20.301 folhetos e 2.343 “posters”.

OBJETIVO:

entrosar a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo com órgãos federais, visando à obtenção de apoio financeiro para projetos específicos, e com entidades públicas ou privadas de outros estados do país ou do exterior, para consecução de objetivos comuns.

REALIZAÇÃO:

- avaliação do II Semestre dos eventos incluídos no Calendário Turístico da Empresa Brasileira de Turismo.

OBJETIVO:

investir em recursos humanos na área de serviços turísticos, levantando o nível profissional do setor, através de escolas e cursos específicos.

REALIZAÇÕES:

- 160 contatos mantidos para realização da 2ª fase do Programa de Apoio à Média Indústria Hoteleira;
- realização do curso de Capacitação de Gerentes, de 11 a 27 de setembro de 1980, com 20 participantes;
- participação de Técnicos da SCDT ao II Encontro Nacional

de Bacharéis e Estudantes de Turismo, em Belém, de 20 a 24 de agosto de 1980;

- participação de técnico da SCDT ao I Curso de Especialização em Planejamento Estadual, de 26-05-80 a 19-12-80.

OBJETIVO:

coordenar as atividades do setor com as outras exercidas dentro do setor público, e com as empresariais, maximizando o potencial de oferta do Rio Grande do Sul.

REALIZAÇÕES.

- levantamento e análise de 41.785 turistas atendidos nos Centros de Informações;
- levantamento do meio de transporte utilizado: carro – 22.799 turistas; ônibus – 12.075 turistas; avião – 2.812 turistas; outros – 4.099 turistas.

OBJETIVO:

levantar, como atrativo turístico-cultural, o valioso patrimônio histórico do Rio Grande do Sul, assinalando locais ricos de mensagens do passado, com farta informação sobre seu significado, razões, causas e conseqüências de sua eclosão.

REALIZAÇÃO:

- reelaboração do guia cultural do Palácio Piratini.

OBJETIVO:

dar continuidade ao plano estadual de turismo, ampliando sua área de atuação e afeiçoando-o à nova filosofia e atribuições da pasta.

REALIZAÇÕES:

- coordenação e apoio aos Centros de Informações Turísticas – CENINTURS;
- Contatos (60 telefônicos e 137 correspondências), mantidos com os Centros de Informações Turísticas – CENINTURS.

CULTURA E DESPORTO

- SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO**
- FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL**
- FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE – FÔSPA**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE – FIGTF**

CULTURA E DESPORTO

Os serviços prestados pelo Estado nas áreas de Cultura e Desporto são desenvolvidos através da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, e seus órgãos vinculados – Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

Entre os empreendimentos de maior importância neste ano de 1981, pode-se destacar a inauguração do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, implantação do sistema de microfilmagem de periódicos, na Biblioteca Pública; a continuação das obras de Restauração do Teatro São Pedro; a implantação dos Pólos Culturais e a promoção dos XIV Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul.

CULTURA SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E TURISMO

Em 1980, as atividades culturais, desenvolvidas através do Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, se fizeram principalmente no sentido de continuar a implementação dos Pólos Culturais e agir, através destes, na expansão das atividades culturais.

Em 1979, foi dado início à implantação da Sistemática de Ação do Estado na área cultural, mediante o mapeamento das 12 Regiões Culturais do Rio Grande do Sul e implantação de três Pólos Culturais. Em 1980, foram implantados mais quatro Pólos e, no decorrer de 1981, o Departamento de Cultura planejou acelerar estas implantações, objetivando, durante a presente administração, a implantação e implementação dos 33 Pólos em que as Regiões Culturais/RS foram divididas.

Dentre as atividades e projetos a serem executados através da rede de Pólos Culturais existentes, estão previstos realizações na



área de apresentações artísticas, compreendendo: artes cênicas, manifestações regionais, cinema, artes plásticas; na área informativa; cursos, conferências e congressos; na área científica: pesquisas e publicações.

As principais realizações deste exercício são destacadas a seguir, segundo os objetivos que atendem.

OBJETIVO:

promover e/ou apoiar atividades culturais na área das artes e das ciências, bem como executar projetos de preservação do patrimônio cultural.

REALIZAÇÕES:

- apresentações: 33 manifestações regionais: 1 de Dança, 9 de Canto Coral, 80 de Teatro, 24 Concertos e Recitais (Música Popular Brasileira e Erudita), 3 Festivais (Santo Ângelo, Novo Hamburgo e Nova Petrópolis);
- 2 palestras, 8 exposições, 7 narrações de história, 2 sessões de cinema, 2 cursos, 1 concurso, 12 encontros de escritores, 200 atividades de animação no Projeto Mutirão;
- planejamento da implantação dos Pólos Culturais de Camaquã, Pelotas e Jaguarão;
- restauração do Teatro São Pedro;
- criação da Divisão do Patrimônio Cultural do DEC;
- implantação dos Pólos Culturais de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Vacaria;
- participação na pesquisa arqueológica das missões;
- preparo, organização e montagem do acervo para a abertura do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Taquara) e inauguração do mesmo;
- criação da Associação dos Amigos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul;
- através dos Museus de Arte, Antropológico do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos e Hipólito José da Costa foram realizados: 18 exposições, 98 sessões de audio-visuais, 61

restaurações de livros e objetos, 9 palestras. Foram recebidas, 5.248 doações, e foram efetuados 50.840 atendimentos ao público;

- através das Bibliotecas Infanto-Juvenis Professor R. Reif, Leopoldo Boeck e São João, realizaram-se 21 sessões de criatividade; 9 exposições, 4 doações e cursos de xadrez (80 participantes) O atendimento ao público atingiu o número de 20.276, dentro das bibliotecas e de 1.728 nas atividades de extensão comunitária;
- através das Bibliotecas Lucília Minssen e a Pública do Estado, realizaram-se 153.380 atendimentos ao público; 73 projeções audio-visuais; 1 exposição; atividades recreativas nos hospitais Psiquiátrico São Pedro, Santa Casa, Instituto Psiquiátrico Forense, Multifeira; atividades de extensão comunitária em 12 enfermarias da Santa Casa, 5 vilas e 6 escolas e 1 comunidade; 3 palestras;
- foram implantados os projetos de microfilmagem de periódicos e de promoção do livro e das bibliotecas na Biblioteca Pública do Estado;
- foram realizados os projetos: "Conhece tua cidade" e "Atividades Lúdicas do Presente e Passado" e 1 mostra na Biblioteca Lucília Minssen;
- a Escola de Artes Carlos Barone (Passo Fundo) atendeu 176 alunos em seu curso permanente, e efetuou 158 atendimentos extraclasse, além de realizar 1 curso: "O artesão na escola";
- a Discoteca Pública Natho Henn prestou 9.136 atendimentos; 21 audições comentadas; 3 sessões de cinema; 1.709 gravações musicais e 8 cursos (regência, coral, iniciação à flauta doce, técnica vocal e introdução à leitura e à escrita musical, iniciação ao violão - Osório: regência coral - Rio Grande). Adquiriu 21 discos e recebeu 21 doações;
- o Instituto Estadual do Livro prestou 511 atendimentos ao público; publicou 7 livros; distribuiu 10.695 livros e realizou 2 concursos (Prêmio Apesul - revelação literária e Prêmio Corpo Santo Dramaturgia). Participou da Feira do Livro e Ciranda Musical. Promoções: II Feira do Livro Infantil e "Dê um livro a um Presidiário";

- o Centro de Desenvolvimento da Expressão realizou 2.933 atendimentos; 7 palestras; 4 cursos. Frequentaram o Centro 1.494 alunos. Foram publicados 2.000 exemplares do Boletim Informativo;
- o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul realizou 1.570 atendimentos; 9 exposições; 2 palestras; encaminhou a publicação de 5 volumes dos Anais; publicou 2.000 exemplares do Guia do Acervo/80; distribuiu 1.737 exemplares dos Anais; atendeu a 2 estagiários em pesquisa histórica. Recebeu 100 documentos por doação (arquivo particular de Ariosto Borges Fortes e carta patente de oficiais do Exército e da Guarda Nacional);
- restauração de 1.344 livros e documentos. Encadernação de 26 livros e códices.

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE – FOSPA

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre tem por objetivo manter a Orquestra Sinfônica, com o respectivo Coral, promover a criação de uma escola para a formação de músicos profissionais e um corpo de "Ballet". Através destes instrumentos, a Fundação cumpre com suas finalidades de apresentação de concertos e contribuição ao aperfeiçoamento cultural da comunidade. A Orquestra exerce, também, atividade docente, através da Escola de Música e Canto.

Criada para proporcionar recursos humanos à OSPA a Escola já entregou um número aproximado de vinte e cinco alunos para estágio profissionalizante e profissionais.

A atuação da FOSPA, em 1980, vai discriminada a seguir.

OBJETIVO:

inserida no objetivo maior da SCDT, de "apoiar toda a atividade artística e de preservação da cultura "(...)", colocando todos os equipamentos públicos a seu serviço "(...)" e dinamizar a área de estudos das potencialidade turísticas "(...)", e despertar a exata valorização cultural do patrimônio que possuem", o objetivo da OSPA é manter uma Orquestra Sinfônica para promoção de concertos, óperas e espetáculos musicais.

REALIZAÇÕES:

- 3 concertos da Temporada Oficial de 1980;
- 3 concertos da Temporada do Poder Legislativo;
- 5 concertos do convênio "OSPA no Rio Grande do Sul" (Veranópolis, Montenegro, Canoas e Cachoeira do Sul, Novo Hamburgo e Torres);
- 4 concertos da série "Música para o Povo";
- 6 concertos da Orquestra de Câmara-OC - OSPA;
- 1 concerto da série "Concertos Municipais";
- Classes de Iniciação Musical (2), Canto, Prática Instrumental, Violino (2), Viola, Violoncelo, Contrabaixo, Trompete, Trombone, Trompa, Clarinete, Flauta, Fagote, Oboé, Harpa e Percussão na Escola de Música e Canto;
- 2 concertos especiais do ciclo das Sinfonias de Beethoven;
- 4 concertos da série "Venha Conhecer o Poema Sinfônico, Conversando com o Maestro";
- 2 concertos Especiais da Orquestra Sinfônica (25º aniversário da Olvebra, Convenção Nacional do Comércio Lojista).

**FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO
RIO GRANDE DO SUL - FZB**

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul foi instituída em 1972, com o objetivo de manter e administrar áreas destinadas à proteção e preservação da flora, fauna e outros recursos naturais, e o inventariante e estudo do patrimônio natural do Estado.

Três são os órgãos executivos da Fundação:

- o Jardim Botânico, com uma área de, aproximadamente, 19 hectares, que vem sendo recuperada como área verde e de ampliação de novas áreas de ajardinamento;
- o Museu de Ciências Naturais, que se dedica à pesquisa e ao inventariamento da flora, fauna e recursos naturais, bem como da divulgação de seus estudos, através do periódico "Iheringia"; e
- o Parque Zoológico, cujos serviços se destinam à manutenção, no habitat natural, da coleção de animais "in vivo", proporcionando atividades culturais "in vivo", proporcionando atividades culturais recreativas e turísticas, que são, também, inerentes às finalidades desta Fundação.

As principais realizações, em 1980, vão enumeradas a seguir, segundo objetivos que atendem.

OBJETIVO:

manter e multiplicar espécies animais nativas e exóticas.

REALIZAÇÕES:

- nascimentos: fauna nativa, 61; fauna exótica, 31;
- doações: fauna nativa, 108; fauna exótica, 54;
- permutas (entradas): fauna nativa, 4; fauna exótica, 2;
- permutas (saídas): fauna nativa, 11; fauna exótica, 13;
- capturas, 2, fugas, 5;
- mortes: fauna nativa, 200; fauna exótica, 44;
- reintrodução na natureza, 72;
- vendas: fauna exótica, 11;
- doações a terceiros, 30.

OBJETIVO:

manter e melhorar as condições do Parque Zoológico para acolher o público visitante.

REALIZAÇÃO:

- visitação de 351.087 pessoas

OBJETIVO:

preservar o meio-ambiente.

REALIZAÇÕES:

- o Projeto "Levantamento e Inventário da Flora e da Fauna da Grande Porto Alegre – Prognósticos Ecológicos" está sendo executado com a composição dos seguintes subprojetos:
 - . Produtividade Primária das Florestas Sul-brasileiras, em fase final;
 - . Estudos de Vegetação dos Morros Graníticos da Região da Grande Porto Alegre, em fase final;
 - . Desmídios do Rio Grande do Sul: I Porto Alegre, em fase final;
 - . Estudo Etológico, Captura e Reprodução em Cativeiro de Jacaré-de-Papo-Amarelo, na Grande Porto Alegre, em final de 1ª fase;

- . Estudo Etológico e Captura de Pequenos Felinos da Grande Porto Alegre. Em final da 1ª fase;
- . Identificação das Espécies do Littoridina (prosobranchia, Hydrobrida), ocorrente no Guaíba, RS, em fase final;
- . Fauna de Reptília da Parte Norte da Região da Grande Porto Alegre, em fase final;
- . Estudos Límicos da Lagoa Negra, Parque Estadual de Itapoã, Município de Viamão, em fase final;
- . Caepoda da Lagoa Negra – Itapoã, Viamão, RS, em fase final;
- . Levantamento Preliminar da Ictiofauna Ocorrente na Lagoa Negra, Parque Estadual de Itapoã, Município de Viamão, RS;
- . Contribuição à Biologia do Bugio-Ruivo – *Alvuatla Guari-
ba Clamitons* (Cabrera), em fase final;
- . Contribuição à Biologia do Cervo-do-Pantanal (*Blastoce-
ros dickotomus*), em fase final;
- . Estudo da Avifauna do Parque Itapoã. Biologia e Anela-
mento, em fase final;
- . Estudo de Diversidade e Similaridade da Comunidade de
Remipteros (Insecta: Hemiptera), Capturados com Arma-
dilhas Luminosas na Grande Porto Alegre, RS, em fase
final;
- . Determinação da Densidade Relativa de *Notkura Maculo-
sa* (perdiz) e sua Variação na Região Metropolitana de
Porto Alegre, RS, em fase final;
- . Levantamento do Fitoplâncton da Lagoa Negra, Rio
Grande do Sul, Brasil, em fase final;
- . Caracterização Limnológica de Açude do Morro Santana,
Porto Alegre, RS, em fase final.

OBJETIVO:

prestação de serviços a órgãos públicos e à comunidade em geral, mediante solicitação.

REALIZAÇÕES:

- consultas, assessorias e orientação: 195 atendimentos;
- execução de serviços: 41 atendimentos.

OBJETIVO:

desenvolver atividades educacionais.

REALIZAÇÕES:

- convênio PUC-RS/FZB: Pós-Graduação em Biociências, área de zoologia (mestrado), atingindo a 1.083 horas;
- outras atividades em Docência de nível superior: Graduação, Especialização e Mestrado, somaram 1.140 horas;
- Curso de Observação e Anelamento de Aves, 80 horas/aula;
- Orientação de Bolsas: 1.500 horas;
- Orientação de Estágios: 448 horas.

OBJETIVO:

desenvolver atividades culturais, turísticas e recreativas.

REALIZAÇÕES:

- entrevistas concedidas à imprensa escrita, falada e televisada em número de 12; publicação do periódico de divulgação científica “Natureza em Revista” (uma edição);
- elaboração de textos para confecção de guias turísticos: discussão da flora e fauna. Organizado 1 texto;
- visita pública ao Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Número de visitantes: 172;
- atendimento a 3.322 escolares de Escolas de 1º e 2º Graus;
- visita de escolas: Jardim Botânico, 21; Parque Zoológico, 15;
- publicação de 4 artigos de divulgação científica.

OBJETIVO:

formar e aperfeiçoar recursos humanos.

REALIZAÇÕES:

- participação em Cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado): 18 funcionários;
- participação em outros cursos: 19 participantes;
- bolsas para pesquisa científica: 33 bolsistas;
- participação em Seminários, Congressos e Similares: 37 participantes;
- estágios e visitas a outras instituições nacionais e estrangeiras: 6 participantes.

OBJETIVO:

prestar serviços de pesquisa aplicada e de assessoramento aos órgãos públicos.

REALIZAÇÕES:

- identificação de material científico da flora e da fauna para outras instituições, atendendo a 11 solicitações;
- estudos de auto-ecologia e bioindicadores de poluição, na área do III Pólo Petroquímico;
- Projeto "ELETROSUL": proposta de execução de serviço, visando a avaliar o impacto ambiental na área de implantação da hidroelétrica de Machadinho (anteprojeto);
- Projeto "CEEE": proposta de execução de serviço, visando a avaliar o impacto ambiental na área de implantação da hidroelétrica de D. Francisca (anteprojeto);
- assessoramento à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, para o plano de implantação de espécies florísticas nas estradas da região serrana;

Convênio IBDF-FZB: "PROFAUNA" Execução de Pesquisa, visando a fornecer ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, subsídios sobre remanejo de espécies cinegenéticas no Rio Grande do Sul;

- execução de Pesquisa, visando a fornecer informações sobre deslocamento e rotas migratórias de Anatídeos (marrecos), visando aos métodos de anelamento;

- orientação e informações sobre animais peçonhentos e profilaxia – realizados 58 atendimentos;
- assessoramento à Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo: observações técnico-científicas, referentes ao Parque Florestal Estadual do Turvo;
- assessoramento à Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo em assuntos técnicos-científicos, atendendo a 2 solicitações.

OBJETIVO:

desenvolver atividades científicas.

REALIZAÇÕES:

- revisão do gênero **Drulia GRAY**, 1867 (Porifera: Spongillidae – dissertação Mestrado). Realizado 70% neste exercício;
- novos estudos de ocorrência de poríferos marinhos para a costa atlântica sul-americana. Realizado 20% até 1979 e mais 35% em 1980;
- **Corvospongilla böhmii** (Hilgendorf, 1883), nova ocorrência na região Neotropical e variações ecomórficas. Realizado 50% até 1979 e mais 35% em 1980;
- levantamento dos espongilídeos do curso médio e superior do Rio Caí. Realizado 20% até 1979, e 35% em 1980;
- redescrição com estudos das variações ecomórficas de **Trochospongilla repens** (Hinde, 1888). Realizado 20% até 1979 e 41% em 1980;
- morfo-anatomia do sistema digestivo de **Phyllocaulis soleiformis**, **P. tuberculosus** e **variegatus** (Mollusca, Veronicellidae). Realizado 40% até 1979 e mais 12,5 em 1980;
- identificação do hospedeiro intermediário e ciclo biológico de **Paramphistomum** (Trematoda, Paramphistomidae), no Rio Grande do Sul, Brasil (Dissertação Mestrado). Realizado 75% até 1979 e mais 25% até 1980;
- ocorrência de Physidae nos meios limnicos de Porto Alegre. (Dissertação Mestrado). Realizado 50% até 1979 e mais 27,5% em 1980;

- propriedades neuro-secretoras dos neurônios, correspondentes ao quarto par nervoso de **Megalobulimus oblongus** (Gastropoda, Megalobulimidae). (Dissertação de Mestrado). Realizado 50% até 1979 e concluído em 1980;
- estudo anatômico e biologia das formas do complexo (**Phyllocaulis soleiformis**) (Veronicellidae). Iniciado no exercício. Realizado 10%.
- diferenças morfológicas nas pragas dos palpos labiais de **Diplodon charruanus** Orbigny, 1835. Realizado 70% até 1979 e mais 24% em 1980;
- cercárias (Trematoda) em moluscos límnicos, ocorrentes na Grande Porto Alegre. Iniciado no exercício e realizado em 15%;
- identificação da espécie de **Chilina** (Basommatophoram, Chiliniidae), ocorrentes na Grande Porto Alegre. Iniciado no exercício. Realizado 22%;
- estudos taxonômicos e biogeográficos sobre o gênero **Memetus** Hentz, 1832 (Araneae, Mimetidae). Realizado 33% no exercício;
- revisão do gênero **Berlandiella** (Araneae Philodromidae). Iniciado no exercício e realizado 35%
- revisão do gênero **Epicadus** (Araneae, Thomisidae, Stephanopsinae). Iniciado no exercício e realizado 7%;
- revisão do gênero **Tobias** (Araneae, Thomisidae, Stephaniopsidae). Iniciado no exercício e realizado 7%;
- levantamento e inventário dos cicadelídeos (Homoptera, Cicadellidae), ocorrentes no Rio Grande do Sul. Iniciado no exercício e realizado 30%;
- estudo da morfologia, bionomia e comportamento de **Hieroblatta cassidea** (ESCH., 1822). Dictyoptera, Blaberidae. Dissertação de Mestrado, iniciado no exercício e realizado 58%;
- estudos taxonômicos sobre a família Cydnidae (Hemiptera: Heteroptera, Pentatomidae), na região Neotropical. Iniciado no exercício e realizado 23%;

- levantamento sistemático da blatariofauna do Rio Grande do Sul e organização da coleção de blatários do Museu de Ciências Naturais da FZB. Etapa 79/80 concluída;
- estudos taxonômicos, bioecológicos e biogeográficos do gênero *Belostoma* Latreille, 1807, ocorrentes no Estado do Rio Grande do Sul. Etapa 79/80 concluída;
- estudos taxonômicos e biogeográficos das famílias Argulidae (Crust. Branchiura), Cymothoidea, Bophyridae (Custacea, Isopoda), ectoparasitas marinhos do Rio Grande do Sul. Realizados 50% até 1979 e mais 35% neste exercício;
- estudo morfológico, taxonômico e biogeográfico da subfamília Asopininae no Estado do Rio Grande do Sul. Realizado 48%.
- revisão do subgênero *Parandra* (Coleoptera, Cerambycidae). Dissertação de Mestrado, iniciado em 01/79 e realizado 29,5% dos 50% finais, previstos para este ano;
- hábitos alimentares e ciclos reprodutivos de espécies Phyllostomidae (Chiroptera). Tese de doutoramento, iniciado no presente exercício e realizado 12,5% dos 30% previstos para o exercício;
- estudo remissivo dos molossídeos do Estado do Rio Grande do Sul. Realizado 50% até o ano de 1979, previsto mais 10% para este ano, sendo realizado 6%;
- zoogeografia e sistemática dos Ophidia, ocorrentes no extremo-sul do Brasil (Reptilia, Squamata, Ophidia). Realizado 15% até 1979, programado 25% para o exercício e realizado 17%;
- análise da variação geográfica em *Lystrophis dor bignyi* (D. B. ED. 1854) no sul Brasil (Ophidia, Colubridae). Realizado 60% até 1979, previsto 20% para o exercício e realizado 7%;
- estudo descritivo e comparativo da osteologia craniana de Ophidia do Estado do Rio Grande do Sul. I Parte. Realizado 5% até 1979, previsto 45% para o exercício e realizado 9%;
- biologia dos quelônios do Jardim Botânico. Porto Alegre, RS. Iniciado no presente exercício e realizado 22%;

- lista das espécies de *Sibynomorphus* FITZINGER, 1843, encontradas no Estado do Rio Grande do Sul (Ophidia, Colubridae). Realizado 30% até 1979 e realizado 19% em 1980;
- estudo osteológico comparativo dos anfíbios que ocorrem no Estado do Rio Grande do Sul; Parte I: família Bunonidae. Realizado 50% até 1979 e mais 33% em 1980;
- estudo revisivo dos anfíbios que ocorrem no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e regiões adjacentes, semelhantes faunisticamente. Realizado 10% até 1979 e mais 11% em 1980;
- regime alimentar relacionado com a idade e crescimento da piava (*Ieporinus obtusidens* "sensu" von IHERING, 1868) da Bacia do Guaíba. Realizado 50% até o ano anterior e 4% neste exercício;
- levantamento preliminar da fauna ictiológica do Rio Cai. I. Família Anostomidae e Curimatidae. Realizado 80% até o ano anterior e realizado 2% neste exercício;
- o gênero *Sida* L. (Malvaceae) no Rio Grande do Sul. Realizado 50% até 1979 e mais 4% neste exercício;
- comparação de idade e crescimento em *Pseudocurimata gilberti* (FERNANDERVEPES, 1948) de ambientes lóticos e lênticos no Rio Grande do Sul. Realizado 50% até 1979 e 20% no corrente ano;
- estudo taxonômico de líquens folícolos. Iniciado no exercício e realizado 25%;
- levantamento preliminar da vegetação da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - 2 Morros Areníticos. Realizado 80% até 1979 e mais 20% neste exercício;
- morfologia-anatomia da tribo Rubieae do Rio Grande do Sul. Iniciado no exercício e realizado 32%;
- estudo quantitativo do fitoplâncton das Lagoas Tramandai e Armazém. Realizado 90% até o ano de 1979 e mais 10% no presente exercício;

- estudo qualitativo do fitoplankton das Lagoas Tramandaí e Armazém. Realizado 70% até 1979 e mais 16% no presente ano;
- levantamento de espécies de cianofíceas da Lagoa Tramandaí e Armazém. Realizado 90% até 1979 e mais 9% em 1980;
- desmídeas da Lagoa-represa de Tarumã, Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil. Realizado 70% até 1979 e mais 15% em 1980;
- estudo de diatomáceas planctônicas da Lagoa - represa de Águas Belas, Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil. (Dissertação Mestrado). Realizado 50% até 1979 e mais 28% em 1980;
- diatomáceas na ficoflora macroscópica de Torres, RS, Brasil: I Diatomáceas sobre *Hypnea musciformis*. (Dissertação Mestrado). Realizado 50% até 1979 e mais 23% em 1980;
- diatomáceas marinhas e estuarinas de Tramandaí, Rio Grande do Sul, Brasil. Realizado 98% até 1979 e mais 10% em 1980;
- dinoflagelados da Praia de Tramandaí, Rio Grande do Sul, Brasil. Realizado 90% até 1979 e mais 8% em 1980;
- levantamento de Ciacofíceas em Lagoa da Região Litoral do Rio Grande do Sul, Brasil. Iniciado em maio de 1980 e realizado 2%;
- vegetação espontânea, herbácea e subarbustiva do Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Brasil. Iniciado no exercício e realizado 5%;
- publicações do periódico científico IHERINGIA;
- publicação de 24 trabalhos científicos;
- ampliação da coleção científica do Museu de Ciências Naturais, atingindo 10.059 amostras;
- manutenção e ampliação da coleção de espécimes vivos de plantas, cujo número de amostras atinge a 783;
- ampliação do acervo de publicações científicas (Biblioteca FZB), atingindo 2.237 exemplares;

- envio do periódico IHERINGIA para outras Instituições, em um total de 947 remessas;
- manutenção da coleção científica do Museu de Ciências Naturais (95.746 exemplares);
- empréstimos do material científico para pesquisadores de outras Instituições (35 amostras);
- material científico recebido por doação de outras instituições ou pesquisadores (270 amostras);
- estudo da Blatariofauna do Rio Grande do Sul (Etapas 80/81). Realizado 15,5% em 1980;
- reconceituação do gênero *Glieschiella* Mello-Leitão, 1932. Realizado 20%;
- estudos taxonômicos bioecológicos e biogeográficos do gênero *Belostoma* LATREILLE, 1807, ocorrente no Estado do Rio Grande do Sul (Etapa 80/82). Realizada 6% no corrente exercício.

Os recursos financeiros para realização destas atividades têm como fonte: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul; Conselho Nacional de Pesquisa; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Conselho Petroquímico; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Financiadora de Estudos e Projetos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, é voltada para o estudo e divulgação de usos e costumes tradicionais do povo gaúcho.

Para a consecução de seus objetivos, desenvolve atividades de pesquisa, de organização e realização de cursos, publicações de materiais, todos relativos à tradição e ao folclore gaúcho.

Das ações que envolveram as atividades da Fundação no ano de 1980, merecem destaque: a coordenação da I Festa Junina de Porto Alegre; organização da Semana Estadual do Folclore e participação na organização da Semana Farroupilha.

Na área de pesquisa, salienta-se a autenticação e reconstituição de Danças Folclóricas Gaúchas; os estudos sobre Pouso de Carreiros e Carreira de Bois.

Agrupadas, segundo os objetivos que atendem, seguem as principais realizações de 1980.

OBJETIVO:

incentivar o culto às tradições e amparo ao folclore, em todas as suas múltiplas manifestações.

REALIZAÇÕES:

- elaboração e coordenação do Projeto de Terno de Reis;
- coordenação dos Eventos do Centenário de Nascimento do General José Antônio Flores da Cunha;
- coordenação da representação Brasileira no III Centenário de Fundação da Colônia do Sacramento-Uruguaiana;
- assessoria à FENARROZ, Gran Semana Criolla Internacional – URUGUAI;
- elaboração do projeto do Curso de Museologia (convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Curso de Usos e Costumes do Rio Grande do Sul – convênio com o Serviço Nacional do Comércio);
- ensino de danças folclóricas a universitários do Projeto Rondon;
- participação e representação na Semana Crioula de Bagé, no Congresso Tradicionalista de São Luiz Gonzaga e no Rodeio de Palmares, programas de Rádio e TVs sobre tradição, folclore, usos e costumes do Rio Grande do Sul; Rodeio Internacional de Osório, XXIV Rodeio de Poetas Crioulos;
- co-patrocínio e coordenação da I Festa Junina de Porto Alegre;
- comercialização de 301 Obras Literárias;
- atendimento a 135 consultas a Biblioteca e Hemeroteca;
- remessa gratuita das edições do Instituto Gaúcho de Tradição;

- mostra do artesanato gaúcho (inclusive infanto-juvenil) no Museu do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore;
- curso "O Índio Hoje", com 41 horas/aula, com 52 alunos freqüentando aulas e mais de uma centena de assistentes que presenciavam uma ou outra palestra de seu maior interesse;
- exposição de documentos culturais da cultura indígena rio-grandense, através do artesanato e peças de utensílios domésticos, desde o paleo-índio até os kaingangas e guaranis de nossos dias. Compareceram à exposição, na Assembléia Legislativa, mais de 500 pessoas;
- curso "Usos e Costumes" - em convênio com o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, elaboração do currículo do curso, contratação de professores, organização e acompanhamento diário das aulas e atendimento de 91 alunos;
- Semana Estadual de Folclore - organização e participação em diversas festividades: lançamento de livros e fitas folclóricas, exposições, audições de músicas, inauguração de Estúdio, Encontro de Folclore e Tradição, etc., atingindo cerca de 2.000 pessoas;
- "Carreira de Bois" - pesquisa dos aspectos inerentes a este fato folclórico. Os resultados constituirá conteúdo de monografia a ser editada;
- autenticação e reconstituição de Danças Folclóricas Gaúchas: - pesquisa, objetivando divulgação da correta música e coreografia de determinadas danças folclóricas;
- coordenação das apresentações artísticas na EXPOINTER e de encerramento da Semana da Pátria;
- Pousos de Carreiros/São Gabriel - Pesquisa sobre a importância dos carreiros. O conteúdo será publicado em uma monografia;
- Semana Farroupilha - participação do Instituto na elaboração do programa e em quase todos os eventos alusivos;
- elaboração e lançamento do disco-documentário em home-

- nagem ao Gen. Flores da Cunha, no Palácio Piratini, em comemoração ao centenário do nascimento do ilustre caudilho;
- Folclore nos Bairros Populares da Capital Gaúcha – Mostra da Música Regional, danças gaúchas e indumentária;
 - participação e representação nos seguintes eventos: Convenção Tradicionalista (Tramandaí); Guarita da Canção (Torres); Implantação do Pólo de Cachoeira do Sul; I Seminário de Turismo (Uruguaiana); Festival Estadual de Arte Popular e Folclore;
 - colaboração na organização do Congresso Tradicionalista (Carazinho) – janeiro de 1981 e da X Califórnia da Canção Nativa (Uruguaiana) – dezembro de 1980;
 - organização de Espetáculos do Folclore Gaúcho, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, realizado de julho a setembro no Teatro de Câmara (Porto Alegre);
 - levantamento e análise do equipamento hoteleiro, do Litoral Norte (2.227 leitos), para organização de um folheto para divulgação em congressos, feiras e convenções.

DESPORTO

SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

As atividades referentes a Desporto são desenvolvidas através do Departamento de Desporto da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado.

Seguem-se-lhe os objetivos e respectivas realizações.

OBJETIVO:

promover, a nível estadual (e federal), olimpíadas envolvendo todas as modalidades de esporte e atletismo amador.

REALIZAÇÃO:

- XIV Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, realizados em quatro etapas, nas Cidades de Bagé, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul, com a participação de 1.850 atletas, representando os 45 municípios inscritos.

OBJETIVO:

integrar a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo à rede de associações privadas, dedicadas ao desporto amador, coordenando esforços isolados, visando a ampliar o alcance social e dando apoio sistemático a seus programas esportivos.

REALIZAÇÃO:

- concessão de auxílios financeiros a 35 Federações Amadoristas de Desportos.



SAÚDE E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DA SAÚDE

SAÚDE

No ano que agora se encerra, teve prosseguimento a série de profundas modificações, no Setor Saúde, que vem colocando nosso Estado em posição de destaque no contexto nacional.

Deve-se dizer, de início, que o Rio Grande do Sul tem uma boa situação de saúde, quando comparada à do país como um todo ou à das regiões em grau de desenvolvimento similar.

A mortalidade infantil situa-se em 37,59% por mil nascidos vivos; a expectativa de vida é de 64,1 anos para homens e 70,4 anos para mulheres. Para que se tenha uma idéia, a meta ideal para as Américas, a ser atingida no ano 2.000, é de uma mortalidade infantil de 30 mil por nascidos vivos e uma expectativa de vida de ordem de 70 anos: está-se, pois, perto deste objetivo.

Não obstante o peso das condições sócio-econômicas, uma boa parte dos êxitos obtidos deve-se, sem dúvida, ao trabalho do Setor Saúde, bastante desenvolvido no Rio Grande do Sul.

O Estado conta com razoáveis recursos; há no Estado 415 hospitais, dando uma média de 4,5 leitos por mil habitantes, próximo ao ideal preconizado de cinco leitos por mil habitantes.

Dentre os hospitais acima enumerados, incluem-se:

– Hospital Psiquiátrico São Pedro	2.812 leitos
– Centro Agrícola de Reabilitação	200 leitos
– Hospital Colônia Itapoã	364 leitos
– Hospital Sanatório Partenon	369 leitos
– Instituto de Cardiologia	92 leitos
– Hospital Regional de Tuberculose Alexandre Lisbôa (Alegrete)	34 leitos

Não há município sem médico e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, em particular, conta com uma rede de 424 unidades, distribuídas por todo o território gaúcho.

A cobertura vacinal em crianças menores de um ano é de 63,97% para a Vacina Tríplice, de 66,69% para a Vacina contra o Sarampo, e de 76,97% para a Vacina contra a Paralisia Infantil. Graças ao Programa Contra a Tuberculose, desenvolvido pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, a mortalidade por esta doença reduziu-se de 17,94 por 100.000 habitantes em 1970, para 6,80 por 100.000 em 1978. Cerca de 84,3% dos pacientes já obtêm alta curados. O mesmo grau de controle verifica-se em relação a hanseníase.

Os dois maiores prestadores de consultas médicas, o INAMPS e SSMA dão, juntos, cerca de 14.000.000 de consultas anuais, com uma média de quase duas consultas habitantes/ano, superior à média nacional.

Este quadro, na aparência animador, oculta, sem dúvida, alguns problemas, que aliás não são privilégios do Estado, mas de regiões em desenvolvimento, como vem sendo reiterado pela Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana de Saúde e Ministério da Saúde.

A cobertura dos serviços de saúde ainda é heterogênia, deixando amplos contingentes populacionais, especialmente na área rural e na periferia das grandes cidades, sem assistência.

Por outro lado, o Setor Saúde sempre se ressentiu, no Estado, no país e em outros países, da incoordenação de esforços. Ora, no ano de 1980 ocorreram transformações conjunturais que, além da resposta imediata a nível de prestação de serviços, terão profundos reflexos a médio e longo prazos. A nível internacional ficou consagrado o princípio dos cuidados primários de saúde estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, segundo o qual os países devem garantir a qualquer pessoa um mínimo de assistência, em termos de proteção contra doenças transmissíveis e outras enfermidades comuns, assistência maternó-infantil e nutricional, educação em saúde, saneamento básico, sempre com ampla participação da comunidade.

No Brasil, este objetivo tem suporte através dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, pela primeira vez inteiramente coordenados, graças ao consenso obtido pelos Ministros Waldyr Arcoverde e Jair Soares. O PREV-SAÚDE, Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde, é o resultado deste entendimento, assim como é o acordo firmado pelo Governador Amaral de Souza e o Ministro Jair Soares, pelo qual SSMA e INAMPS reúnem

seus esforços a fim de implantar no Rio Grande do Sul, em caráter pioneiro, o que se constitui num primeiro esboço de PREV-SAÚDE.

O Convênio INAMPS-SSMA eliminou ociosidades: o número de consultas, proporcionadas pelas Unidades Sanitárias, aumentou em cerca de 15%; e, pelo estabelecimento de programas conjuntos, melhorou a qualidade de atendimento à Saúde no Estado. É, pois, com sobradas razões que se considera o balanço de Saúde em 1980 – apesar dos pesares – bastante positivo.

SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE – SSMA

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) tem como objetivo maior, promover, proteger, e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul, mediante ações de saúde, ações de saneamento comunitário e de proteção do meio ambiente.

Para a consecução de seu objetivo, a SSMA desenvolveu atividades voltadas à saúde dos indivíduos (atividades fim), consistindo em ações de atenção médico-ambulatorial e hospitalar e as relacionadas com o meio ambiente, tais como: controle de qualidade de água, contaminação do ar e do solo, saúde animal, destino dos dejetos e resíduos sólidos. Executou, ainda, atividades que contribuíram para o desenvolvimento da infra-estrutura (atividades meio), quais sejam: produção de drogas e medicamentos, capacitação de pessoal, planejamento, informática, administração de recursos (humanos, materiais e financeiros), estudos e pesquisas, perícia médica do servidor público estadual e controle das condições de exercícios das profissões e ocupações relacionadas com a saúde.

Dentro das atividades exercidas, coube destaque especial às ações de coordenação e articulação com instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde.

OBJETIVO:

implantar programa regionalizado de assistência médica primária, abrangente, progressiva e de complexidade crescente, adequado à realidade do Estado, entrosado com os demais serviços de instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde. Articular-se e coordenar-se com as instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde, visando, especialmente, à definição

da população-alvo dos programas a serem desenvolvidos pela Secretaria, bem como à identificação de recursos.

Utilizar plenamente a capacidade instalada, visando ao estabelecimento de uma ampla superfície de contato entre os serviços de saúde e clientela, dentro dos objetivos do Sistema Nacional de Saúde.

REALIZAÇÕES: *

- elaboração de processo para obtenção de financiamento para construção de 26 unidades sanitárias e 11 laboratórios regionais: 1 (um) processo elaborado;
- encaminhamento do processo junto à Caixa Econômica Federal: 1 (um) processo encaminhado;
- acompanhamento do processo de aprovação junto à Caixa Econômica Federa: 1 (um) processo aprovado;
- encaminhamento do processo junto ao Banco Central: 1 (um) processo encaminhado;
- gerência de recursos do convênio único do Ministério da Saúde 1980: 1 (um) convênio gerenciado;
- liberação dos recursos do convênio único do Ministério da Saúde, 1980, nos prazos previstos: 3 (três) parcelas liberadas nos prazos previstos;
- prestação de contas dos recursos Financeiros do Ministério da Saúde, 1980: 5 (cinco) prestações de contas;
- elaboração de diretrizes com relação à necessidade de treinamento de recursos humanos para o desenvolvimento de ações de saúde: 1 (um) estudo de diretrizes elaborado;
- complementação salarial, com recursos do convênio INAMPS, de técnicos e auxiliares da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, até os níveis de salário daquela instituição: (110%) técnico com salário complementado e (100%) auxiliares com salário complementado;
- unificação de normas técnicas para o desenvolvimento de atividades na rede de serviços das duas instituições;
- criação de grupo técnico para estudo e implantação de atenção primária: 1 grupo formado;
- elaboração de marco conceitual de atenção primária: 1 documento elaborado;
- diagnóstico preliminar de atenção primária em 16 delegacias regionais de saúde, órgãos locais do INAMPS, a nível central do SSMA e do INAMPS: questionário aplicado, dados compilados e dados analisados.

*** Dados computados no período compreendido entre 01-01 e 31-11-80.**

OBJETIVO:

aumentar a cobertura vacinal da população de menores de um ano, visando ao controle de doenças transmissíveis, redutíveis por agentes imunizantes.

REALIZAÇÕES:

- vacinação, 1ª dose, de vacina Sabin em menores de 1 ano: 215.960 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Sabin em menores de 1 ano; 172.679 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Sabin em menores de 1 ano: 167.764 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em menores de 1 ano: 160.792 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em menores de 1 ano: 142.880 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em menores de 1 ano: 136.881 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, dose única, de vacina Sarampo, em crianças menores de 1 ano: 143.46 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Rábica em menores de 1 ano. 117 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, outras doses de vacina Anti-Rábica em menores de 1 ano: 508 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, últimas doses de vacina Anti-Rábica, em menores de 1 ano: 34 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Sabin em crianças de 1-4 anos: 125.535 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Sabin em crianças de 1-4 anos: 80.380 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Sabin em crianças de 1-4 anos: 91.397 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina Sabin em crianças de 1-4 anos: 685.914 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em crianças de 1-4 anos: 35.164 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em crianças de 1-4 anos: 29.020 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina DTP (TRÍPLICE) em crianças de 1-4 anos: 34.551 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina DTP (TRÍPLICE) em crianças de 1-4 anos: 199.955 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, dose única, de vacina contra Sarampo em crianças de 1-4 anos: 122.114 doses de vacinas aplicadas;

- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Rábica em crianças de 1-4 anos: 750 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, outra dose de vacina Anti-Rábica, em crianças de 1-4 anos: 4.235 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, últimas doses, de vacina Anti-Rábica em crianças de 1-4 anos: 483 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Sabin, em crianças de 5-14 anos: 21.195 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Sabin em crianças de 5-14 anos: 8.572 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Sabin em crianças em 5-14 anos: 12.378 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina Sabin em crianças de 5-14 anos: 201.604 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, dose única, de vacina contra Sarampo, em crianças de 5-14 anos: 11.170 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Rábica em crianças de 5-14 anos: 1456 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, outras doses, de vacina Anti-Rábica em crianças de 5-14 anos: 9.808 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, últimas doses, de vacina Anti-Rábica em crianças de 5-14 anos: 972 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Tetânica em crianças de 5-14 anos: 17.781 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Anti-Tetânica em crianças de 5-14 anos: 9.370 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Anti-Tetânica em crianças de 5-14 anos: 5.793 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina Anti-Tetânica em crianças de 5-14 anos: 4.468 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, dose única, de vacina contra Rubéola em meninas de 5-14 anos: 7.951 doses de vacinas aplicadas em meninas;
- vacinação, dose única, de vacina contra Caxumba em crianças de 1-4 anos: 628 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, dose única, de vacina contra Caxumba em crianças de 5-14 anos: 114 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Tetânica em maiores de 15 anos: 45.136 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Anti-Tetânica em maiores de 15 anos: 21.611 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Anti-Tetânica em maiores de 15 anos: 15.706 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina Anti-Tetânica em maiores de 15 anos: 7.929 doses de vacinas aplicadas;

- vacinação, 1ª dose de vacina Anti-Rábica em menores de 15 anos: 2.677 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, outras doses, de vacina Anti-Rábica em maiores de 15 anos: 19.668 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, últimas doses, de vacina Anti-Rábica em maiores de 15 anos: 1.899 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 1ª dose, de vacina Anti-Tetânica em Gestantes: 32.796 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 2ª dose, de vacina Anti-Tetânica em Gestantes: 23.453 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, 3ª dose, de vacina Anti-Tetânica em Gestantes: 18.177 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação, reforço da vacina Anti-Tetânica em Gestantes: 2.500 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação de crianças no 1º dia da Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite: 936.415 doses de vacinas aplicadas;
- vacinação de crianças no 2º dia da Campanha Nacional contra Poliomielite: 1.018.340 doses de vacinas aplicadas.

OBJETIVO:

estruturar o programa de combate à desidratação em termos de controle epidemiológico contínuo.

REALIZAÇÕES:

- levantamento semanal de dados das baixas, causadas por desidratação, em 38 hospitais: 1.824 levantamentos realizados;
- divulgação de boletins relativos à desidratação: 24 boletins de divulgação.

OBJETIVO:

ampliar o programa de educação em saúde, principalmente no que se refere à população escolar.

REALIZAÇÕES:

- elaboração e confecção de material educativo sobre doenças venéreas para distribuição nas escolas que participarem do programa: 31 roteiros elaborados;
- elaboração e confecção de cadernos educativos “O que você precisa saber sobre o fumo”: 10.000 cadernos confeccionados;
- distribuição de cadernos sobre o fumo para todas as escolas, de 1º e 2º graus da rede escolar do Estado, e para escolas urbanas de jurisdição municipal: 10.000 cadernos distribuídos;

- distribuição, na rede de escolas estaduais de 1º e 2º graus e escolas municipais urbanas, mensagem de reforço sobre angina de garganta: 10.000 mensagens distribuídas;
- ato público, em conjunto com a Secretaria de Educação, Associação Médica do Rio Grande do Sul, no Dia Mundial da Saúde, visando a divulgar aspectos nocivos à saúde, decorrentes do hábito do fumo: 1 ato público.

OBJETIVO:

desenvolver programas de prevenção e controle de doenças cardiovasculares e de câncer, mediante extensão das ações à toda a rede de unidades sanitárias.

REALIZAÇÕES:

- prevenção da Febre Reumática: (Primária e Secundária);
- entrega de ampolas de penicilina-benzatina de 1.200.000 U.I. e 600.000 U.I. às 16 DRS: 80.000 ampolas 1.200.000 U.I., 20.000 ampolas 600.000 U.I.;
- distribuição de seringas descartáveis para aplicação de penicilina-benzatina: 100.000 seringas distribuídas;
- controle da aplicação da penicilina-benzatina, nas Unidades Sanitárias, através do sistema de registro no setor de aplicações de injeções: 54 unidades controladas;
- aumento de cobertura, pela adoção da norma técnica nº 4, pelo Serviço de Saúde Escolar da Secretaria de Educação e INAMPS: 2 reuniões realizadas;
- manutenção do exame sistemático, e encaminhamento para profilaxia secundária, dos casos agudos, identificados nos hospitais de Porto Alegre: 27 casos F.R.A., 95 casos Glomérulo Nefrite Difusa Aguda;
- Prevenção de Doenças Hipertensivas:
 - . manutenção das condições de detecção de casos de hipertensão em unidades sanitárias: 424 U.S. em condições;
 - . distribuição de medicamentos para tratamento de doentes hipertensos: 25.600 medicamentos distribuídos;
 - . desenvolvimento de projeto de Educação e Auto-ajuda de

pacientes em serviços de Porto Alegre: 5 serviços com projeto implementado:

- . extensão de cobertura, pela adoção de norma técnica nº 10, pelos serviços do INAMPS; 1 reunião realizada;
- . publicação de monografia sobre aplicação de pesquisa epidemiológica de hipertensão no controle do problema a nível estadual; publicação em anais do congresso de Porto Rico;

– Prevenção de Doenças de Chagas:

- . coordenação de atividades com o serviço de doadores de sangue, visando ao acompanhamento de casos detectados; 1 reunião;

– Programa de Prevenção do Tabagismo:

- . realização de pesquisa em estabelecimentos escolares em Porto Alegre, visando a avaliar a magnitude do problema: 95 estabelecimentos com pesquisas em andamento;
- . aplicação de teste antes da realização de ações educativas: 5.262 questionários aplicados;
- . análise dos resultados obtidos no pré-teste 5.262 questionários analisados. Amostra significativa dos 200.000 escolares de Porto Alegre;
- . aplicação 1 pós-teste aplicado.

OBJETIVO:

desenvolver programas de prevenção e controle de doenças cardiovasculares e de câncer, mediante extensão de ações a toda rede de unidade sanitária.

REALIZAÇÕES:

- identificar, na população suscetível, mulheres portadoras de fatores A.R. para câncer genital e mamário: 58.075 mulheres examinadas;
- realizações de exame cito-patológico para prevenção do câncer cérvico-uterino: 58.075 exames realizados;
- identificação, através de exame C. Patológico, de pacientes

- portadoras de lesões cérvico-uterinas, precursoras de malignidade: 452 pacientes identificadas;
- ampliação da rede de ambulatórios de prevenção de câncer: 5 ambulatórios instalados;
 - ampliação da rede de Posto de coleta: 1 posto instalado;
 - manutenção e implementação dos ambulatórios e postos de coleta existentes: 63 ambulatórios implementados;
Unidades Sanitárias: 338 Unidades com fluxo mantido.
 - renovação e ampliação de convênios com laboratórios universitários, para realização de exame C.P.: 5 convênios.
11.251 exames C.P. realizados;
 - diagnóstico de casos de câncer uterino: 81 casos diagnosticados;
 - diagnóstico de casos de câncer de mama: 74 casos diagnosticados;
 - encaminhamento de casos de câncer para tratamentos: 155 pacientes encaminhados;
 - manutenção de convênios com hospitais para tratamento cirúrgico, rádio e quimioterápico em indigentes com câncer: 9 convênios mantidos;
 - leitos-dia pagos para atendimento de pacientes indigentes: 6.482 leitos dia adquiridos.

OBJETIVO:

ampliar os programas odontológicos sanitários, especialmente no que se refere à fluoretação de água e ao atendimento odontológico a escolares.

REALIZAÇÕES:

- fornecimento de sal de flúor, de acordo com convênios com órgãos de abastecimento de água: 119 hidráulicas atendidas;
- restauração dentária em pré-escolares, escolares e gestantes: 82.407 restaurações realizadas;
- exodontias em pré-escolares, escolares, gestantes e outros: 395.104 exodontias realizadas;

- atendimentos de urgências em odontologia: 47.587 atendimentos de urgência;
- implementação de convênio com a Faculdade de Odontologia da PUC: 582 pessoas atendidas;
- visitas de supervisão das D.R.S., avaliando desenvolvimento do programa de odontologia sanitária: 2 visitas;
- implantação da supervisão odontológica a nível regional: 13 DRS supervisão odontológica;
- curso para capacitação de cirurgiões dentistas em sistema incremental: 1 curso realizado e 40 cirurgiões dentistas capacitados;
- curso de capacitação de C.D. em equipamento odontológico simplificado: 1 curso realizado;
- implantação de atendimento odontológico em escolas, pelo sistema incremental em equipamento simplificado 5 escolas com sistema implantado, 16.360 restaurações em escolares de 6 a 9 anos e 2.350 tratamentos completos em escolares de 6 a 9 anos;
- instalações de consultório odontológico em U.S. de municípios sem assistência odontológica da SSMA; 2 equipamentos instalados;
- substituição de equipamento odontológico obsoleto que não permite desenvolvimento de programas da equipe odontológica sanitária: 3 equipamentos substituídos;
- manutenção técnica dos equipamentos odontológicos existentes: 212 manutenções técnicas;
- manutenção do fluxo de materiais de consumo para as Unidades Sanitárias: 338 Unidades com fluxo mantido.

OBJETIVO:

desenvolver programas na área de saúde mental, principalmente quanto à prevenção e controle de alcoolismo e da toxicomania, aumento da rede ambulatorial de atendimento ao doente mental.

REALIZAÇÕES:

- complementação das equipes de saúde mental: 6 técnicos contratados;

- implantação de ambulatório de saúde mental no interior do Estado: 1 ambulatório implantado;
- capacitação de técnicos de nível superior, da rede básica da SSMA, para realização de acompanhamento de egressos e ações preventivas em saúde mental: 256 técnicos de nível superior capacitados;
- reciclagem de especialistas em saúde mental, das equipes ambulatoriais da capital e do interior e das equipes setoriais do Hospital São Pedro e do CAR: 2 encontros realizados e 25 técnicos reciclados;
- capacitação de enfermeiros regionais para treinamento e supervisão de auxiliares da rede básica de ações de saúde mental: 1 encontro realizado e 16 enfermeiros capacitados;
- capacitação de auxiliares da rede básica em ações de saúde mental: 14 encontros realizados e 158 auxiliares treinados;
- treinamento de técnicos;
- revisão e implantação do Programa do Alcoolismo: 26 reuniões de técnicos;
- comunicação trimestral dos resultados do levantamento epidemiológico para as DRS e U.S.: 984 relatórios analisados;
- supervisão dos ambulatórios da capital: 111 visitas de supervisão;
- supervisão do Hospital São Pedro: 54 visitas de supervisão;
- manutenção do programa de hospitalização do Hospital São Pedro e controle de sua população, dentro do programa de setorização: 2.400 pacientes internados;
- supervisão do CAR: 14 visitas de supervisão;
- supervisão de técnicos de ambulatórios do interior: 52 visitas de supervisão;
- interiorização da programação setorizada do Hospital São Pedro: 14 visitas;
- controle e tratamento dos pacientes egressos do Hospital São Pedro: 100% dos egressos controlados;

- levantamento epidemiológico da doença mental a partir dos internamentos psiquiátricos: 1 levantamento;
- assessoria especial a programas de alcoolismo: 5 reuniões;
- internação de alcoólatras e toxicômanos em leitos especializados, utilizando, além dos recursos do Hospital São Pedro, convênios para compra de leitos com hospital das Cidades de Santa Maria, Bento Gonçalves, Pelotas, Rio Grande: 4 convênios com 20 leitos em cada hospital;
- tratamento ambulatorial do alcoolismo: 1 ambulatório instalado;
- apoio à Associação Brasileira de Combate ao Alcoolismo, através da cedência de pessoal especializado e fornecimento de medicamentos: 1 profissional cedido;
- curso sobre conceitos atuais em alcoolismo, ministrado por Jorge Mardones Restão, consultor da OMS em farmacodependência e alcoolismo: 1 curso realizado e 192 técnicos treinados;
- treinamento das equipes dos ambulatórios de saúde mental sobre os conceitos gerais de fãrmaco-dependência: 5 encontros e 150 pessoas treinadas;
- convênio entre SSMA e ambulatórios para farmacodependentes da comunidade evangélica de Porto Alegre: 1 convênio firmado;
- conferência sobre saúde mental no 5º Encontro de entidades assistenciais em Vacaria: 1 conferência ministrada.

OBJETIVO:

entrosar-se com programas governamentais, destinados a erradicar os focos de pobreza absoluta, especialmente no que se refere à deficiência alimentar.

REALIZAÇÕES:

- distribuição mensal de alimentos, feijão, arroz, açúcar, fubá, leite em pó para gestantes, nutrizas lactentes e pré-escolares em 62 unidades sanitárias da SSMA: 61.528 beneficiários atendidos: 7.100 gestantes beneficiadas, 5.745 nutrizas beneficiadas, 4.529 lactentes beneficiadas e 44.154 pré-escolares beneficiados;

- distribuição de leite em pó, através de 30 entidades particulares e de 340 unidades sanitárias da SSMA: 216.570 kg de leite distribuídos.

OBJETIVO:

ampliar o sistema de vigilância epidemiológica, aumentar e reorganizar a rede de laboratório de saúde pública.

REALIZAÇÕES:

- manutenção dos laboratórios de saúde pública: 56 laboratórios mantidos;
- equipamento de laboratórios para atendimento do convênio INAMPS; 14 laboratórios regionais e 1 local;
- supervisão dos laboratórios regionais e locais: 4 supervisões.

OBJETIVO:

reestruturar o sistema de vigilância sanitária no que se refere ao controle de alimentos, fiscalização do exercício profissional, engenharia sanitária e defesa do consumidor de maneira geral.

REALIZAÇÕES:

- controle sanitário de abates: 4.251.211 animais abatidos, inspecionados, e 136.895 animais abatidos, condenados;
- exame de projetos arquitetônicos dos estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal: 250 projetos examinados;
- licenciamento de estabelecimentos industriais de produtos de origem animal: 40 visitas de licenciamento;
- manutenção da inspeção sanitária dos abates em matadouros: 69 matadouros inspecionados;
- vistoria de indústria de gêneros alimentícios de Porto Alegre: 2.198 vistorias realizadas;
- vistoria de comércio fixo e ambulantes de gêneros alimentícios: 18.631 vistorias realizadas;
- licenciamento de estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios: 2.198 licenciamentos;
- coletas de amostras para análise fiscal e de registro: 1.034 amostras colhidas;
- análise de amostras de alimentos coletados, realizadas no IPB: 824 análises fiscais realizadas;
- análise das amostras de tomates, realizada pelo DMAE: 185 amostras realizadas;
- análise das amostras de soja, realizada pelo Instituto Adolfo Lutz: 25 amostras analisadas;
- exame de projetos de construção de prédios industriais: 66 projetos examinados;

- exame de projetos de construção de prédios não industriais: 450 projetos examinados;
- exame de projetos de loteamento: 56 projetos examinados;
- exame de projetos de construção de piscinas de uso coletivo: 24 projetos examinados;
- vistorias de prédios em atenção a reclamações: 5.094 vistorias realizadas;
- vistorias de sistema de suprimento público de água: 9 vistorias realizadas;
- licenciamento de prédios industriais, comerciais, e piscinas de uso coletivo: 2.986 alvarás concedidos;
- licenciamento de empresas para realização de limpeza de reservatórios de água: 16 empresas licenciadas;
- fiscalização dos bancos de sangue de Porto Alegre, em colaboração com o Instituto de Pesquisas Biológicas: 84 bancos de sangue fiscalizados;
- ampliação da fiscalização dos bancos de sangue do interior do Estado. Visitas às Delegacias Regionais de Saúde: 4 visitas realizadas;
- vistorias de estabelecimentos licenciados ou não pela SSMA, que possuam produtos controlados: 736 vistorias realizadas;
- visitas de orientação das Delegacias Regionais de Saúde, quanto a obrigações legais e aplicações de normas e regulamentos, referentes ao exercício profissional e estabelecimentos ligados à saúde pública: 4 visitas realizadas;
- registro de profissionais das áreas médica, bio-médica e para-médica: 1.438 registros realizados;
- visitas repressivas ao exercício ilegal das profissões, ligadas à área médica, em convênio com os Conselhos Regionais de Odontologia, Medicina Veterinária, Medicina e Farmácia: 15 visitas realizadas;
- exame de processo de licenciamento de estabelecimento ligado à saúde pública: 738 processos examinados;
- inspeção de encomendas de medicamentos que chegam ao Estado, através de transporte aéreo, marítimo e “collispostaux”: 98 inspeções realizadas;
- renovação de licença dos estabelecimentos registrados na divisão de fiscalização do exercício do profissional: 840 licenças revalidadas.

OBJETIVO:

estender programa de saneamento comunitário, vinculado ao programa de assistência médica primária, mediante entrosamento entre prefeituras municipais e unidades sanitárias.

REALIZAÇÕES:

- aumento da cobertura populacional, através da extensão das ações do PROSAN, com interveniência e participação de prefeituras municipais, comunidades e famílias: 124 municípios atendidos, 1.771 domicílios beneficiados, 10.526 pessoas beneficiadas, 117 escolas municipais trabalhadas e 3.681 alunos beneficiados;
- construção de melhorias sanitárias domiciliares 3.992 melhorias construídas;
- instalação de equipamento comunitário de saneamento: 93 equipamentos instalados;
- instalação de oficinas regionais de saneamento: 6 oficinas instaladas.

OBJETIVO:

aumentar substancialmente os insumos para os programas de saúde, mediante, principalmente, o entrosamento do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), com a Central de Medicamentos – CEME.

REALIZAÇÕES:

- produção de ampolas de medicamentos: 95.340 ampolas produzidas;
- produção de bisnagas de medicamentos: 896.450 bisnagas produzidas;
- produção de cápsulas de medicamentos: 17.089.300 cápsulas produzidas;
- produção de comprimidos de medicamentos: 61.845.800 comprimidos produzidos;
- produção de drágeas de medicamentos: 12.082.454 drágeas produzidas;
- produção de frascos (solução, suspensão e xaropes): 4.340.152 frascos produzidos;
- produção de frascos ampolas (injetáveis): 2.790.750 frascos-ampolas produzidas.

OBJETIVO:

consolidar o sistema de informação de saúde nas áreas já existentes, ampliando-o conforme as necessidades dos programas, e conectando-o, no que se refere à morbidade ambulatorial e hospitalar, e mortalidade, aos sistemas correspondentes do Ministério da Saúde e Ministério da Previdência e Assistência Social.

REALIZAÇÕES:

- supervisão dos notificantes de morbidade e mortalidade nos municípios: 1.392 notificantes supervisionados;
- coleta de dados de mortalidade: 26.227 atestados de óbito coletados;
- processamento de dados de mortalidade: 26.227 atestados processados;
- divulgação de dados de mortalidade e outros: 1 anuário estatístico publicado e 12 boletins de imunizações publicadas;
- supervisão de Delegacias Regionais: 46 visitas de supervisão realizadas;
- atendimento da população de menores de 1 ano por consultas médicas: * 190.047 consultas realizadas;
- atendimento da população de 1 a 4 anos, por consultas médicas: * 225.861 consultas realizadas;
- atendimento da população gestante, por consultas médicas: * 83.507 consultas realizadas;
- atendimento da população de puérperas por consultas médicas: * 12.970 consultas realizadas;
- atendimento da população de outras faixas etárias por consultas médicas: * 1.040.445 consultas realizadas.

OBJETIVO:

corrigir as carências e distorções na estrutura de pessoal, visando, especialmente, a uma maior utilização de pessoal

* Até 1º de outubro de 1980.

auxiliar; ao estímulo à profissionalização intensiva na área de saúde, mediante o estabelecimento de cargos de carreira e ao aperfeiçoamento contínuo de pessoal técnico e auxiliar.

REALIZAÇÕES:

– capacitação de Nível Superior:

- . estágio de ingresso para recursos humanos de nível superior: 142 estagiários capacitados;
- . curso de Saúde Pública: 1 curso realizado e 36 alunos capacitados;
- . treinamento em supervisão para odontólogo de nível regional: 1 curso realizado e 12 alunos capacitados;
- . curso de estatística aplicada à Saúde Pública: 1 curso realizado e 8 alunos capacitados;
- . curso de introdução ao processamento de dados: 1 curso realizado e 21 alunos capacitados;
- . treinamento em equipamento odontológico simplificado: 1 curso realizado e 33 alunos capacitados;
- . treinamento em odontologia restauradora: 1 curso realizado e 33 alunos capacitados;
- . estágio para admissão na categoria funcional de sanitarista para o Ministério da Saúde: 1 curso realizado e 33 estagiários capacitados;
- . seminário sobre implantação do convênio INAMPS/SSMA: 3 seminários realizados e 165 participantes;
- . seminário sobre implantação da atenção primária em saúde no Rio Grande do Sul: 1 seminário realizado e 70 participantes;
- . reciclagem das enfermeiras: 2 encontros;
- . regionais, sobre programação da SSMA: 32 participantes;

– capacitação de Nível Auxiliar:



- . estágio de ingresso para recursos humanos de nível auxiliar 99 estagiárias de nível elementar e 245 estagiárias de nível médio;
- . curso de auxiliar de enfermagem: 1 curso realizado e 31 alunos capacitados;
- . curso para formação de auxiliares de saneamento: 16 cursos realizados e 94 alunos capacitados;
- . treinamento de auxiliares de oficina sanitária: 1 curso realizado e 13 alunos capacitados;
- . treinamento para auxiliares de laboratório: 1 curso realizado e 27 alunos capacitados;
- . reciclagem de inspetores de saneamento: 1 curso realizado e 20 alunos capacitados;
- . reciclagem de auxiliares de estatísticas: 2 cursos realizados e 32 alunos capacitados;
- . reciclagem de auxiliares de epidemiologia: 3 cursos realizados e 48 alunos capacitados.

OBJETIVO:

agilizar o processo administrativo mediante a detecção de seus pontos de estrangulamento, ativação da coordenação interna da instituição, estabelecimento de rotinas e normas e simplificação dos procedimentos administrativos.

REALIZAÇÕES:

- criação de comissão de modernização administrativa: comissão formada;
- reunião da comissão de modernização administrativa: 15 reuniões;
- elaboração de ante-projeto de plano de carreira para futura fundação estadual de saúde e meio ambiente: ante-projeto elaborado.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- realização de exames baciloscópicos de escarro, teste tuber-



- culínico e, quando necessário, exame radiológico para descoberta de casos de tuberculose: 11.955 pessoas com sintomas respiratórios examinados;
- diagnóstico e tratamento dos casos de tuberculose descobertos: 1.653 pacientes diagnosticados com tuberculosas, 1.653 pacientes com tuberculose e 1.324 pacientes dada alta para cura;
 - tratamento hospitalar de pacientes tuberculosos no Hospital Sanatório Partenon: 689 pacientes em tratamento;
 - procedimento de altas de pacientes tuberculosos para iniciativa médica: 446 altas concedidas;
 - exame dos contatos domiciliares dos pacientes detectados com tuberculose: 6.632 contatos examinados;
 - vacinação de crianças candidatas à 1ª série do 1º grau, durante o período de matrícula, com BCG Intradérmico: 33.803* doses de vacinas aplicadas;
 - supervisão às Unidades Sanitárias, pelo Supervisores Regionais de Tuberculose: 70 visitas de supervisão;
 - casos novos de hanseníase, diagnosticados no ano (todos confirmados por exame histopatológico): 225 pacientes diagnosticados;
 - manutenção, sob tratamento regular, dos pacientes com hanseníase (81,6% dos 3.252 doentes em registro ativo). A OMS considera o índice de 75% como o mínimo para o controle de endemia; 2.653 pacientes em tratamento regular;
 - diminuição dos casos internados no Hospital Colônia Itapoã: 13 pacientes com alta hospitalar;
 - atendimento de casos de doenças venéreas na rede de Unidade Sanitária; 20.787 pacientes atendidos;
 - contratos com hospitais para leitos-dias: 20 contratos realizados;

* Somente do mês de março, faltando novembro e dezembro de 1980 (meses que são realizadas as vacinações).

- contratos com hospitais para assistência materno-infantil: 150 contratos realizados;
- contratos com serviços de radiologia: 20 contratos realizados;
- contratos com universidades para assistência odontológica: 2 contratos firmados (PUC/RS e UFRGS);
- contrato com FUGAST para atenção em Gastroenterologia: 1 (um) contrato firmado;
- exames médicos periciais para funcionários e ingressantes na função pública, através do Departamento de Perícia Médica: 95.727 exames realizados;
- manutenção de serviço de informação toxicológica para atendimento de profissionais e entidade da área de saúde: serviço de plantão 24h/dia.

MEIO AMBIENTE

Com relação à execução da política ambiental, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, através do Departamento do Meio Ambiente, realizou 243 análises de projetos de sistemas de tratamento das indústrias, consideradas de mais forte ação poluidora, tais como indústrias alimentares, curtumes, têxtil, metalúrgica, indústria química e outras. Foram vistoriadas 140 indústrias e emitido licenciamento para implantação de 125 estabelecimentos. Os processos para licença de implantação de loteamento também mereceram especial atenção por parte do Departamento, tendo sido analisados 255 processos.

Foram realizadas 236 fiscalizações em estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e 15 estações de tratamento de efluentes industriais.

Considerando o crescimento acelerado dos projetos de desenvolvimento industrial, urbano, agrícola e energético, que vem alterando significativamente a qualidade ambiental do Estado, o Departamento do Meio Ambiente realizou estudos e emitiu pareceres de avaliação do impacto ambiental do Distrito Industrial de Rio Grande, metalurgia do cobre, da implantação dos molhes da Barra do Rio Tramandáí, e da Barragem Dona Francisca no Rio Jacuí.

Encontram-se em andamento estudos sobre efluentes aéreos, líquidos e resíduos sólidos, gerados na exploração, beneficiamento, transporte e usos do carvão. O Departamento do Meio Ambiente está realizando levantamento quali-quantitativo dos efluentes inorgânicos bruto e tratado das Indústrias de 1ª e 2ª gerações, em instalação no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, assim como acompanhando, analisando e fiscalizando as obras na área do Pólo, tendo elaborado normas para desenvolvimento de suas atividades, no que se refere ao aspecto ambiental. O Departamento do Meio Ambiente está, igualmente, realizando perfil para usinas integradas de açúcar e álcool e para destilarias autônomas, assim como o estudo sobre alternativas de tratamento dos poluentes gerados por estas atividades.

O Departamento do Meio Ambiente participa e coordena as atividades do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba – CEEIG, tendo realizado 4 relatórios sobre o Guaíba e seus formadores, quanto a: uso do solo e da água; fontes poluidoras industriais e cloacais; qualidade da água e obras existentes e programadas pelas entidades componentes do Comitê.

Foi elaborada proposta de enquadramento dos Rios Jacuí, Vacacaí, Taquari-Antas e Gravataí, tendo sido realizado levantamento dos custos das obras de tratamento do esgoto doméstico para os contribuintes da Bacia.

Em Convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, foram realizadas 9 campanhas para levantamento, em 42 pontos, das concentrações de metais pesados nos Rios Jacuí, Sinos, Caí, Gravataí e Guaíba.

O Departamento do Meio Ambiente participou da elaboração de projeto de lei, que tramita na Assembléia Legislativa do Estado, disciplinando o funcionamento de atividades e instalações poluidoras.

OBJETIVO:

elaborar normas para prevenção do meio ambiente.

REALIZAÇÕES:

- elaboração do Plano de Recuperação da área de mineração do carvão (projeto FINEP): 1 (um) plano elaborado;
- avaliação do impacto ambiental (água, solo, flora, fauna e

- sócio-econômico) da implantação do Distrito Industrial do Rio Grande e metalúrgica do cobre: 1 (um) relatório elaborado;
- avaliação do impacto ambiental (água, ar, solo, flora, fauna e sócio-econômico) da implantação dos molhes da barra do Rio Tramandaí: 1 (um) relatório elaborado;
 - classificação das águas adjacentes do DIRG: 1 (um) relatório elaborado;
 - parecer sobre localização do Distrito Industrial de Rio Grande para Secretaria Especial do Meio Ambiente: 1 (um) parecer elaborado;
 - avaliação do impacto - Barragem Dona Francisca: 1 (um) relatório elaborado;
 - elaboração de normas de procedimentos e de orientação para as D.R.S. e Unidades Sanitárias: 1 (um) manual de normas elaborado;
 - elaboração de perfis industriais: 7 (sete) perfis elaborado;
 - elaboração de portarias para indústrias de pescado, conservas, óleo de soja, laticínios, fertilizantes, bebidas, metalúrgicas e frigoríficos de suínos: 5 (cinco) portarias elaboradas;
 - implantação da Rede Estadual de amostra da qualidade do ar: 2 (duas) estações de amostragem implantadas;
 - sistematização estatística dos dados mensais de sulfatação total: 1 (um) relatório elaborado;
 - estudo para Recomendações de Padrões de Emissão: 3 (três) estudos elaborados;
 - estudo para Rendimensionamento da Rede estadual de Amostragem da Qualidade do Ar: 1 (um) estudo elaborado;
 - estudo e implantação de modelos matemáticos de dispersão atmosférica: 5 (cinco) estudos elaborados e implantados;
 - avaliação de impacto de emissões atmosféricas de fontes industriais: 20 (vinte) pareceres elaborados;



- análise de projetos industriais dos 14 municípios da bacia hidrográfica do Rio Jacuí, em função dos aspectos locais: 25 (vinte e cinco) projetos analisados;
- elaboração de parecer sobre a minuta de portaria da Secretaria Especial de Meio ambiente, visando à prevenção de acidentes industriais: 1 (um) parecer elaborado;
- revisão dos relatórios técnicos, preliminares, do ar: 1 (um) relatório revisado;
- revisão dos relatórios técnicos, preliminares da água: 2 (dois) relatórios revisados;
- normatização das atividades do Pólo Petroquímico quanto ao aspecto ambiental: 2 (duas) normas elaboradas;
- acompanhamento dos estudos e obras da Central de Tratamento de Efluentes Líquidos: 1 (um) estudo realizado;
- análise e acompanhamento do terminal portuário: 2 (dois) pareceres emitidos.

OBJETIVO:

montar legislação, a nível estadual, que regulamente o cumprimento destas normas.

REALIZAÇÕES:

- compilação de legislação ambiental, em vigor (Estadual, Federal e Municipal), desenvolvendo estudos comparativos;
- acompanhamento e assessoria na tramitação de ante-projetos de leis: 1 (um) ante-projeto elaborado;
- assessoria, através de informações verbais, ou por escrito, sobre a legislação em vigor: 760 assessorias prestadas;
- estruturação do sistema de informação sobre a legislação ambiental vigente: 1 (um) sistema de informação estruturado.

OBJETIVO:

controlar e fiscalizar a aplicação dessa legislação, conferindo-lhe o poder de aplicar punições (multas) aos transgressores.

REALIZAÇÕES:

- fiscalização dos estabelecimentos industriais, que serão defi-

nidos através de portarias: conservas, pescado, têxtil, óleo de soja, laticínios, fertilizantes, bebidas, metalúrgico, frigorífico de suínos e curtumes: 184 vistorias realizadas;

- fiscalização de estabelecimentos industriais e comerciais, originados por denúncias externas (população, Delegacias Regionais de Saúde, Unidades Sanitárias e meios de comunicação social); 86 vistorias realizadas;
- fiscalização de estabelecimentos que não atenderam exigências da Divisão de Análises de Projetos: 18 vistorias realizadas;
- fiscalização dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços restantes de 1979: 43 vistorias realizadas;
- fiscalização das estações de tratamento de efluentes: 15 vistorias realizadas;
- investigação de ocorrências anormais, como mortandade de peixes, desmatamento, contaminação por biocidas; 2 (duas) investigações realizadas;
- fiscalização de estabelecimentos industriais de forte ação poluidora, já implantada: 140 vistorias realizadas;
- expedição de licenças para estabelecimentos industriais de forte ação poluidora já implantada: 125 licenças expedidas;
- fiscalização de instalação de estabelecimentos industriais em fase de implantação: 6(seis) vistorias realizadas;
- expedição de licenças para estabelecimentos industriais em implantação: 17 licenças expedidas;
- expedição de licenças para pequenos matadouros: 7 (sete) licenças expedidas;
- expedição de licenças para loteamentos: 96 licenças expedidas;
- fiscalização de loteamentos: 14 loteamentos fiscalizados;
- fiscalização e acompanhamento das obras do Pólo Petroquímico: 6 (seis) inspeções realizadas;
- análise de projetos e acompanhamento de indústrias de 2ª geração: 11 projetos analisados e acompanhados;

- operacionalização de sistema de controle de qualidade do laboratório do D.M.A.: 1 (um) sistema operacionalizado.

OBJETIVO:

coordenar os usos da água a nível de bacias hidrográficas.

REALIZAÇÕES:

- determinações de pontos para coleta de amostras de água, sedimento e fauna aquática: 44 pontos determinados;
- implantação de relatórios trimestrais das análises de metais pesados na água, sedimento e fauna aquática, em convênio com o Secretaria Especial de Meio Ambiente: 4 (quatro) relatórios realizados;
- implantação de sistema de relatórios mensais, de interpretação da rede básica, através das análises de parâmetros físicos-químicos e biológicos: 2 relatórios realizados;
- elaboração de relatórios, definindo pontos de amostragem do projeto de biocidas: 1 (um) relatório realizado;
- determinação da concentração de metais pesados na Bacia do Jacuí: 237 laudos fornecidos;
- análise de amostras de água para os projetos de fiscalização e monitoramento da Bacia do Guaíba: 15 laudos expedidos.
- análise de amostras de água para avaliação do impacto dos biocidas na Bacia do Jacuí: 15 laudos expedidos.

OBJETIVO:

gerenciar os recursos financeiros e os investimentos na área, visando a uma melhor captação e um melhor uso dos recursos disponíveis.

REALIZAÇÕES:

- coordenação da elaboração do projeto gerencial I-CEEIG/001-79 – sobre classificação dos mananciais componentes da Bacia do Guaíba: 4 relatórios elaborados;
- levantamento de fontes poluidoras, urbanas e domésticas (Rios Jacuí, Sinos, Gravataí, Guaíba e Cai): 1 (um) levantamento realizado e 5 relatórios parciais;

- levantamento dos usos do solo (Rios Jacuí, Sinos, Gravataí, Guaíba e Caí): 1 levantamento realizado e 5 relatórios parciais;
- levantamento de obras existentes e programas nos rios supracitados: 1 (um) levantamento e 5 relatórios parciais;
- participação efetiva na elaboração do projeto gerencial II-CEEIG-002/79, Sistema de Informática: 4 relatórios realizados;
- manutenção de convênio com Ministério da Marinha, com Secretaria Especial do Meio Ambiente e Convênio Pesticidas: 3 convênios mantidos.

OBJETIVO:

fixar as obras prioritárias nas regiões mais críticas.

REALIZAÇÕES:

- fornecimento de inseticida adequado às Prefeituras da Região da Serra, que participem do Convênio firmado para combate aos simúlidos: 885.151 cm³ de inseticida fornecidos;
- supervisão dos 14 municípios, integrados no programa, através de relatórios e visitas de supervisão: 14 relatórios recebidos – 6 visitas supervisionadas realizadas;
- atenção aos reclamos da população contra a presença de vetores que a colocam em risco: 2.040 visitas de inspeção realizadas; 1.321 atendimentos de reclamações, 299 termos de intimação expedidos e 177 autos de infrações expedidas;
- controle de vetores (ratos), procedendo à desratização: 559 desratizações;
- controle de vetores (cães), procedendo à vacinação de cães da Região Metropolitana (Profilaxia da Raiva). Município de Uruguaiana (pedido de emergência): 235.589 cães vacinados e 10.095 cães vacinados;
- controle de vetores pela inspeção permanente de habitações, prédios em geral, terrenos baldios, bocas de lobo, e outros locais que proporcionam o desenvolvimento de focos: 90.519 visitas inspeção realizadas;



- combate de focos de proliferação de vetores: 21.835 visitas de desinsetização realizadas, 51.544 visitas de saneamento realizadas e 2.004 saneamento de focos em prédios;
- análise de projetos de sistema de tratamento para indústrias de forte ação poluidora, já em funcionamento no Estado: 486 projetos analisados;
- análise de projetos de indústrias de forte ação poluidora, que se encontram em fase de implantação: 23 projetos analisados;
- análise de projetos de pequenos matadouros: 15 projetos analisados;
- elaboração do perfil sanitário dos Rios: 1 (um) perfil elaborado;
- estabelecimento de padrões de qualidade: 1 (um) padrão estabelecido;
- mapeamento das áreas críticas: áreas críticas estabelecidas para 1 bacia hidrográfica;
- relatório das condições ambientais para áreas previstas para zoneamento de distritos industriais (áreas com alto, médio e baixo potencial de saturação): 1 relatório realizado;
- acompanhamento dos estudos sobre ponto de lançamento dos efluentes líquidos do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul: 1(um) parecer emitido;
- parecer sobre os efeitos ambientais da disposição final de cinzas de caldeiras do COPESUL: 1 (um) parecer elaborado;
- parecer sobre o sistema central de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul: 1 (um) parecer elaborado.

OBJETIVO:

compatibilizar o plano estadual de proteção ambiental com a política e o plano federal respectivo.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de plano para órgãos federais, estaduais e municipais: 1 (um) plano elaborado;

- participação no projeto de implantação do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos: 5 reuniões realizadas;
- participação no Grupo Estadual de Defensivos Agrícolas: 5 reuniões realizadas;
- participação no Conselho de Implantação do Parque Estadual do Delta do Jacuí – PLANDEZ: 3 reuniões realizadas;
- participação no Grupo Executivo do Convênio entre Governo do Estado e Ministério da Marinha: 5 reuniões realizadas;
- atendimento de prefeituras com relação a problemas ambientais: 29 pareceres emitidos.

OBJETIVO:

implementar uma ampla campanha, tanto a escolares como no seio da população, para despertar uma verdadeira consciência ecológica.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de artigos e textos executivos para publicação: 7 textos publicados;
- elaboração de artigos para divulgação, através do Setor de Comunicação Social do Departamento do Meio Ambiente: 14 artigos publicados;
- elaboração de textos para roteiros de palestras: 29 palestras realizadas.

OBJETIVO:

propôr medidas para restauração e preservação de matas ciliares, devastadas ao longo dos cursos d'água. Incentivar programas de reflorestamento em áreas de antigas florestas naturais.

Promover o uso racional do solo, tanto na forma de preparação, como no tipo de culturas a serem exploradas.

REALIZAÇÕES:

- acompanhamento dos estudos para implantação da Cortina Vegetal: 1 (um) parecer emitido;

- levantamento (estudos e diagnóstico) de problemas de erosão e desertificação do Rio Grande do Sul: 1 (um) levantamento realizado;
- controle da poluição agrícola por pesticidas: 9 visitas realizadas – 9 pareceres emitidos.

OBJETIVO:

capacitar recursos humanos para o desenvolvimento dos programas e projetos para os vários níveis da esfera governamental e para as instituições privadas.

REALIZAÇÕES:

- realização de cursos: 7 cursos realizados;
- organização de seminários: 7 seminários organizados;
- participação em encontros (carvão): 1 (um) encontro realizado;
- apresentação de palestras: 22 palestras apresentadas;
- participação em congresso: 1 (um) congresso;
- participação em simpósio: 1 (um) simpósio.

SANEAMENTO

- SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS
- COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN



SANEAMENTO

Os serviços relativos a Saneamento Básico, pertinentes ao Estado, são desenvolvidos pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas – SDO, e através dos serviços executados pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

São de competência da SDO zelar pela execução dos seguintes convênios:

- defesa de Porto Alegre contra inundações, no qual foram investidos neste exercício Cr\$ 10.000.000,00 do Estado e Cr\$ 66.480.000,00 de outras fontes;
- proteção contra as cheias do Rio dos Sinos, no qual foram investidos, em 1980, Cr\$ 56.374.000,00 do Estado, Cr\$ 43.480.022,00 do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS e Cr\$ 30.000.000,00 oriundos de financiamento do Governo da República da Alemanha;
- dragagem das Lagoas do Litoral Norte com investimentos de Cr\$ 10.000.000,00 do Estado e Cr\$ 12.361.000,00 de outras fontes.

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, órgão vinculado à SDO, empenhou-se na instalação de novos sistemas de abastecimento de água e na ampliação das já existentes.

Outra preocupação da companhia tem sido o tratamento dos efluentes do Pólo Petroquímico.

SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS – SDO

Com referência ao andamento dos convênios que estão sob a responsabilidade da SDO, em 1980, cabe destacar:

– defesa de Porto Alegre contra inundações: convênio firmado entre o Governo do Estado, Prefeitura de Porto Alegre e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, para implantação do sistema de proteção contra inundações, constituído por diques e sistema de bombeamento.

No exercício foram aplicados recursos de Cr\$ 76.480.000,00, dos quais Cr\$ 10.000.000,00 do Tesouro do Estado, destinando-se à complementação de obras no Dique da Praia de Belas e do Arroio Dilúvio; à canalização do Arroio Areia e à manutenção e operação de equipamento já instalado.

– proteção contra as cheias do Rio dos Sinos: convênio firmado entre Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o DNOS, com o financiamento da República Federal da Alemanha.

Os recursos aplicados elevam-se a Cr\$ 129.854.022,00, dos quais Cr\$ 56.374.000,00 do próprio Estado, Cr\$ 30.000.000,00 financiados pelo Governo da Alemanha e o restante a cargo do DNOS. Os recursos foram aplicados em implantação de Coletores Gerais, construção de ponte nova e na elaboração de novos projetos de engenharia final.

– dragagem das Lagoas do Litoral: convênio firmado entre o Governo do Estado e o DNOS, para desobstrução do canal das lagoas e retificação dos rios Tramandaí e Cornélius.

Os trabalhos em andamento têm o fim de evitar inundações e permitir a recuperação de terras às margens das lagoas para uso agrícola.

Na dragagem de cursos d'água foram investidos Cr\$ 22.361.000,00, dos quais Cr\$ 10.000.000,00 do Governo do Estado.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN

As metas previstas pela CORSAN e Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, no ano de 1980, não só foram atingidas como até mesmo superadas, no caso de abastecimento de água potável. Foram 67.500 economias atendidas contra 65.000 previstas. Com a implantação em dois municípios, cujas sedes municipais ainda não são servidas pela CORSAN, completar-se-á o serviço de água potável nos 232 municípios do Estado. O abastecimento do

Distrito Industrial de Rio Grande, que se encontra em fase final, com investimento de Cr\$ 562 milhões e o tratamento dos efluentes do Pólo Petroquímico, são ações que demonstram a fase de expansão da Companhia no setor.

No programa esgotos, foram aplicados Cr\$ 73 milhões na construção de redes coletoras, tanto em implantação como ampliação. Trata-se de um programa dispendioso e de difícil retorno, mas nem por isso negligenciável, já que é inerente à política da CORSAN promover a melhoria de qualidade de vida ao homem rio-grandense.

No campo do saneamento básico, cumpre destacar os Projetos em convênio entre o Estado e o Ministério do Interior/Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que se consubstanciam na Defesa de Porto Alegre contra inundações com a participação da Prefeitura de Porto Alegre, e contra as Cheias do Rio dos Sinos. Com referência às obras previstas neste último, encontra-se em conclusão o POLDER IV e em início de obras o POLDER V, que se constituem na Segunda Fase do Projeto, cujos investimentos alcançam até Cr\$ 261 milhões. Estas obras beneficiarão 33 mil hectares no Vale do Rio dos Sinos e as populações dos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio e Canoas, pela regularização das cheias.

As principais realizações da Companhia, no ano de 1980, estão enumeradas, a seguir, segundo os objetivos que atendem:

OBJETIVO:

efetuar obras e melhorias em localidades administradas pela CORSAN, para suprir, até 1982, com água potável, 85% da população urbana abastecida pela Companhia.

REALIZAÇÕES:

- atendimento de 87.500 novas economias;
- obras de melhoria de sistemas de abastecimento de água em 118 localidades;
- obras de ampliação da rede para abastecimento de água em 50 km.

OBJETIVO:

implantar novos sistemas de abastecimento de água em sedes municipais não abastecidas, povoados e distritos, com população entre 150 e 2.000 habitantes.

REALIZAÇÕES:

- implantação de novos sistemas em 8 localidades com viabilidade definida;
- implantação de novos sistemas em 1 localidade que apresentou viabilidade técnica e econômica.

OBJETIVO:

implantar e ampliar o sistema de água para abastecimento de indústrias e sua interligação aos sistemas existentes com recursos especiais.

REALIZAÇÕES:

- execução em 40% das obras do Distrito Industrial de Rio Grande, representando 9.510m de canal adutor.

OBJETIVO:

implantar a coleta ou eventual tratamento de esgoto cloacal em localidades com mais de 40.000 habitantes e a ampliação dos sistemas existentes.

REALIZAÇÕES:

- implantação de 50% do projeto de sistemas de coleta e tratamento de esgoto cloacal em 2 localidades;
- ampliação e melhoria de 50% do projeto de sistemas de esgoto com obras em 3 localidades.

OBJETIVO:

desenvolver plano de micro e macro medição.

REALIZAÇÕES:

- implantação de 90.000 hidrômetros.

PREVIDÊNCIA

– INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL – IPERGS



PREVIDÊNCIA

O programa Previdência está a cargo do Instituto de Previdência do Estado – IPE, que tem por finalidade básica oferecer e desenvolver formas de atendimento Previdenciário e de Assistência Social, bem como operar na área de Saúde, em favor dos servidores públicos estaduais e seus dependentes. Paralelamente, estende sua atuação a servidores municipais, em função de convênios que são firmados com as Prefeituras interessadas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO – IPE

Os benefícios e serviços prestados pelo IPE, no ano de 1980, referentes a auxílio natalidade, pecúlio post-mortem, pensões e pecúlios facultativos, atingiram um montante de Cr\$ 745.006.348,00. Na área de concessão de empréstimos pessoais a associados, o valor global do custo de realização deste benefício foi da ordem de Cr\$ 550.831.172,00, cabendo a empréstimos para compras nas farmácias, um valor de Cr\$ 200.824.280,00. A concessão de financiamentos para aquisição, construção, conservação, reforma ou ampliação da casa própria, dentro dos limites técnicos permissíveis e de acordo com o Plano Habitacional do Estado atingiu um montante de Cr\$ 2.190.685.621,00.

Em termos de Assistência Médica, neste período, foram desenvolvidos dois planos, que são:

- Plano de Assistência Odontológica, que tem por finalidade custear o tratamento odontológico do associado e seus familiares, regularmente inscritos no IPE. Uma das vantagens decorrentes da implantação desses Planos, é que, a concessão desse atendimento independe de ter o associado outro empréstimo junto ao órgão.

Até o momento as cidades do interior que contam com profissionais credenciados para esta modalidade de atendimento são: Rio Grande, São Lourenço do Sul e Santa Maria.

- Plano de Assistência Médica Suplementar – PAMES, cujo objetivo é propiciar a seus associados, por opção facultativa,

atendimento hospitalar diferenciado, possibilitando-lhe, dessa forma, internamento em classes superiores. Diz respeito, basicamente, à hotelaria hospitalar.

Para custear os serviços de assistência médica e hospitalar, no ano de 1980, o IPERGS contou com recursos da ordem de Cr\$ 778.456.093,00.

A seguir aparecem relacionados, de uma forma sucinta e esquemática, os objetivos e, dentro destes, as realizações efetuadas pelo órgão em 1980.

OBJETIVO:

promover assistência previdenciária aos servidores do Serviço Público Estadual.

REALIZAÇÕES:

- 1.389 pecúlios post-mortem;
- 7.501 auxílios natalidade;
- 29.987 pensões;
- 68 pecúlios facultativos.

OBJETIVO:

prestar assistência médica e hospitalar aos servidores do Estado, da Administração Direta e Indireta, além de assistência a municipais, através de convênios.

REALIZAÇÕES:

- 238.280 exames complementares;
- 95.711 diárias de hospitais;
- 18.468 emergências – Pronto Socorro (convênios);
- 607.755 consultas médicas

OBJETIVO:

prestar assistência farmacêutica aos associados e servidores públicos em geral; através do fornecimento de medicamentos a custos reduzidos.

REALIZAÇÕES:

- atendimento a 1.595.594 pessoas que buscam medicamentos.

OBJETIVO:

prestar assistência a associados através de empréstimos simples.

REALIZAÇÕES:

- empréstimos a 21.739 pessoas, empréstimos estes de valores variáveis entre Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 22.000,00.

TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

- SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
- FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO – FGT
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR – FEBEM
- FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA – FUNLAR
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – COHAB
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IPERGS

TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

À Secretaria do Trabalho e Ação Social – STAS, cabe um vasto leque de responsabilidade na formulação e implementação da política de desenvolvimento social do Estado.

As áreas de serviço social, habitação popular, atendimento ao menor carente e/ou marginalizado, promoção e valorização do trabalhador e lazer e recreação, são as áreas prioritárias de atuação da STAS.

A STAS vem mantendo e ampliando, na medida do possível, a oferta de serviços à sua população-alvo. Concomitantemente a essa linha de atuação, que se poderia caracterizar como essencialmente assistencialista, vem a Secretaria articulando e coordenando procedimentos de forma a atuar, também, e, principalmente, sobre os fatores causais da problemática em que atua.

Assim, vem a STAS procurando, através de diagnósticos, conhecer as regiões onde atua, conhecer a realidade extra-Secretaria, qualificar seu quadro de pessoal, enfim, realizar um trabalho minucioso, onde cada etapa vencida representa um marco para atingir a meta desejada.

Neste sentido, a STAS tem previsto suas grandes linhas de ação e busca traçar novas políticas sociais, em consonância com os problemas e desafios do atual estágio de desenvolvimento do país.

Está consciente de que esta década deverá ser marcada pela ênfase nas políticas e ações voltadas para o emprego, enquanto fator de integração sócio-econômica, de produtividade e de distribuição de renda, e, desta forma, como instrumento básico de justiça social e desenvolvimento.

A população-alvo de uma tal política é, preferencial e predominantemente, população rural de baixa renda constituída por

pequenos proprietários e trabalhadores volantes; o setor informal, urbano, constituído de trabalhadores avulsos, autônomos, prestadores de serviços, microunidades de produção, microempresas, cooperativas de trabalho e a população que ingressa na força de trabalho.

Os principais programas desenvolvidos visaram à produção de informação atualizada e periódica sobre mercado de trabalho, a intermediação de mão-de-obra, primordialmente nos bolsões de desemprego, vilas populares, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, geração de emprego e adequação do emprego e da força de trabalho.

O Programa de Desenvolvimento Social – PRODES, teve como objetivo promover as populações de baixa renda, entendidas estas com as situadas na faixa de renda de 0 a 5 salários mínimos, mediante aumento, direto ou indireto, da renda e melhoria da qualidade de vida.

O PRODES privilegia a clientela de 0 a 2 SM, estendendo, também, o seu atendimento àqueles situados na faixa de 2 a 5 SM. Essa população caracteriza-se pelos migrantes, que se localizam nas periferias dos grandes centros, bem como nas cidades de pequeno e médio portes, criando os chamados “bolsões de pobreza”; na zona rural, essa população se constitui pelos trabalhadores rurais, safristas, bóias-frias ou pequenos produtores rurais minifundistas, cujas terras, formas de cultivo e/ou culturas não conseguem absorver toda a mão-de-obra familiar. O tratamento endereçado ao primeiro segmento da população alvo, ou seja, 0 a 2 SM, tem como objetivo atingir o seu principal problema, que é a baixa renda, situada abaixo dos níveis críticos de sobrevivência, mediante ações que visem, de uma forma direta ou indireta, a melhorar essa mesma renda.

Os principais programas e projetos, nessa linha, se caracterizam pela geração de emprego, aumento de renda e da produtividade, especialmente no setor informal urbano (microunidades de produção, prestadores de serviço, etc), pelo aumento da produtividade e da ocupação da mão-de-obra, do trabalhador e do pequeno proprietário rural, mediante organizações associativas (cooperativas de trabalhadores e pequenos produtores rurais) e diversificação da produção. Inclui-se, ainda aqui, o desenvolvimento do artesanato, mediante a constituição de centrais de matérias-primas e o treinamento e a qualificação profissional do trabalhador não qualificado.

Para o segundo segmento da clientela, ou seja, aquela situada na faixa de 2 a 5 SM, propõe a melhoria da qualidade de vida,

mediante ações ou programas que objetivem propiciar habitação, lazer e recreação, bem como desenvolvimento de ações comunitárias.

Toda essa clientela e esses programas são atendidos e desenvolvidos pela STAS, mediante suas Vinculadas, às quais compete, respectivamente:

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO – FGT – Capacitação profissional, intermediação de emprego, artesanato e cooperativismo;

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR – FEBÊM – Menor carente abandonado e/ou infrator;

FUNDAÇÃO DO LAZER E RECREAÇÃO – FUNLAR – Lazer e recreação;

FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA – FSA – Desenvolvimento comunitário, assistência;

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – COHAB – Habitação de interesse social.

TRABALHO

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO – FGT

A FGT, VINCULADA À Secretaria do Trabalho e Ação Social, é uma entidade cultural, assistencial e educacional, que visa à formação e treinamento de mão-de-obra.

Os cursos, voltados para as reais necessidades do mercado, prevêem atuação junto às populações de baixa renda da Região Metropolitana e das cidades de porte médio, onde são sentidas as maiores carências de profissionalização.

No decorrer de 1980, a FGT executou cursos de capacitação profissional, envolvendo o treinamento. No setor de prevenção de acidentes do trabalho, foram realizados cursos para membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS); um curso de primeiros socorros e outros para supervisores de segurança do trabalho.

Entre as preocupações da FGT, está a de melhorar o nível de vida das populações rurais, buscando melhores condições de saúde, habitação, higiene do lar e educação rural.

Para isso, nos últimos doze meses, através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais – PRODECOR, realizou cursos, palestras, reuniões e encontros no campo da nutrição e saúde, habitação e higiene do lar e educação rural. Na área do artesanato, a FGT participou de feiras e exposições, além de ter realizado cursos específicos e promovido o cadastramento de artesãos.

Vem, ainda, desenvolvendo, com características pioneiras, o Sistema de Instrução por Correspondência, tendo levado, no decorrer de 1980, informações atualizadas, sendo expedidos certificados de conclusão na área de defesa sanitária animal e vegetal, suinocultura, avicultura, horticultura, fruticultura, gado leiteiro e cultura do milho, trigo, soja e arroz.

Desta forma, a Fundação busca atingir sua clientela básica, representada pelo trabalhador, dando-lhe uma preparação que lhe permita desempenhar seu trabalho satisfatoriamente, promovendo sua ascensão profissional.

As realizações da FGT, em 1980, vão discriminadas, a seguir, segundo os objetivos a que atendem.

OBJETIVO:

cooperar no estudo, planejamento e formação intensiva de mão-de-obra, através de cursos nos três setores da economia: primário, secundário e terciário, bem como o setor doméstico e artesanato.

REALIZAÇÕES:

- execução do Convênio Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM/FGT, o qual proporcionou a realização dos cursos a seguir:
 - . em Porto Alegre, no setor secundário: Calceira: 3, Confeiteiro: 1, Eletricista Instalador: 1, Mecânico de Automóveis: 1, Pedreiro: 1, Rep. Aparelhos Eletro-domésticos: 1; no setor terciário: Auxiliar de Serviços Materno Infantil: 1, Cabeleireiro: 3, Datilógrafo: 2;
 - . em Alvorada, no setor terciário: Auxiliar de Administração: 1, Datilógrafo: 1;
 - . em Camaquã, no setor primário: Apicultor: 1, Avicultor: 1, Fruticultor: 1;

- . em Canoas, no setor secundário: Desenhista de Arquitetura: 1, Eletricista Instalador: 1, Mecânico de Automóveis: 1, Serralheiro: 1; no setor terciário: Auxiliar de Administração: 2, Datilógrafo: 2;
- . em Esteio, no setor secundário: Eletricista Instalador : 1, no setor terciário: datilógrafo: 1;
- . em Sapucaia do Sul, no setor terciário: Faturista: 2;
- . em Tapes, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Viamão, no setor primário: Conservação de Solos: 1, no setor secundário: Confeiteiro: 2, Costureiro Industrial: 1, Tecelão de Malharia: 2; no setor terciário: Auxiliar de Administração: 1, Cabeleireiro: 1, Datilógrafo: 1;
- . em Herval do Sul, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Vegetal: 1, Conservação de Solos: 1, Olericultor: 1;
- . em Pedro Osório, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Animal: 2;
- . em Jaguarão, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Pelotas, no setor primário: Conservação de Solos: 1, Olivicultor: 1; no setor secundário: Eletricista Instalador: 1; no setor terciário: Cabeleireiro: 1;
- . em Rio Grande, no setor primário: Artesanato em Couro: 1; no setor secundário: Eletricista Instalador: 1, Sapateiro: 1;
- . em Santa Vitória do Palmar, no setor secundário: Rep. Aparelhos Eletro-domésticos: 1;
- . em São José do Norte, no setor primário: Agricultor: 1, Floricultor: 1;
- . em Bagé, no setor primário: Olivicultor: 4; no setor terciário: Auxiliar de Administração: 2;
- . em Caçapava do Sul, no setor primário: Bovinocultor: 1; no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Dom Pedrito, no setor primário: Floricultor 1, Olivicultor: 1;
- . em São Gabriel, no setor secundário: Marcineiro: 1;
- . em Santa Cruz do Sul, no setor primário: Olivicultor: 1; no setor terciário: Datilógrafo: 4;
- . em Sobradinho, no setor primário: Agricultor: 1, Conservação de Solos: 1;
- . em Venâncio Aires, no setor secundário: Acabador de Calçados: 1; no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em São Borja, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Vegetal: 1;
- . em Uruguaiana, no setor primário: Bovinocultor: 1;



- . em Ajuricaba, no setor terciário: Auxiliar de Serviços Domésticos: 1;
- . em Caibaté, no setor terciário: Auxiliar de Serviços Domésticos: 1;
- . em Catuípe, no setor secundário: Tapeceiro: 1;
- . em Cerro Largo, no setor terciário: Auxiliar de Serviços Domésticos: 1;
- . em Giruá, no setor secundário: Tapeceiro: 1;
- . em Guarani das Missões, no setor primário: Agricultor: 1;
- . em Ijuí, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Santo Ângelo, no setor primário: Agricultor: 1;
- . em Ronda Alta, no setor primário: Conservação de Solos: 1;
- . em Sarandi, no setor primário: Suinocultor: 1; no setor terciário: Datilógrafo: 2;
- . em Selbach, no setor primário: Avicultor: 1;
- . em Tapejara, no setor terciário: Auxiliar de Serviços Domésticos: 1;
- . em Antônio Prado, no setor primário: Agricultor 1, Fruticultor: 1;
- . em Bento Gonçalves, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Caxias do Sul, no setor primário: Jardineiro; 1; no setor terciário: Datilógrafo: 3;
- . em Farroupilha, no setor secundário: Pespontador de Calçados: 1;
- . em Garibaldi, no setor primário: Fruticultor: 1;
- . em São Marcos, no setor primário: Fruticultor: 1;
- . em Lajeado, no setor primário: Operador de Máquinas Implementos Agrícolas: 2;
- . em Taquari, no setor primário: Operador de Máquinas Implementos Agrícola: 1;
- . em Montenegro, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Animal: 1;
- . em Gravataí, no setor terciário: Auxiliar de Administração: 2, Datilógrafo: 2;
- . em Osório, no setor primário: Conservador de Solos: 1; no setor secundário: Eletricista Instalador: 1;
- . em São Francisco de Paula, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- . em Caiçara, no setor primário: Agricultor: 2, Conservador de Solos: 2;
- . em Frederico Westphalen, no setor primário: Agricultor: 1, Conservador de Solos: 2; no setor terciário: Datilógrafo: 2;

- . em Herval Seco, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Palmitinho, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Planalto, no setor primário; Agricultor: 1;
 - . em Seberi, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Bossoroca, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Animal: 1, Agricultor: 2;
 - . em Porto Lucena, no setor primário: Agricultor: 1;
 - . em Roque Gonzales, no setor primário: Suínocultor: 1, Agricultor: 1;
 - . em Santo Antônio das Missões, no setor primário: Agricultor: 1;
 - . em São Luiz Gonzaga, no setor primário: Suínocultor: 1; no setor terciário: Balconista: 1, Datilógrafo: 1, Empacotador: 1;
 - . em Alecrim, no setor primário: Suínocultor: 1;
 - . em Cândido de Godoi, no setor primário: Suínocultor: 1;
 - . em Santa Rosa, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Três de Maio, no setor terciário: Datilógrafo: 2;
 - . em Humaitá, no setor terciário: datilógrafo: 1;
 - . em Três Passos, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Livramento, no setor terciário: Datilógrafo: 2;
 - . em Quaraí, no setor primário: Olericultor: 1;
 - . em Rosário do Sul, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Barão do Cotegipe, no setor primário: Conservação de Solos: 2;
 - . em Erexim, no setor terciário: Datilógrafo: 2;
 - . em Jacutinga, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Mariano Moro, no setor primário: Conservação de Solos: 2;
 - . em Sananduva, no setor primário: Agente de Defesa Sanitária Vegetal: 2;
 - . em Butiá, no setor secundário: Torneiro Mecânico: 1;
 - . em Encruzilhada do Sul, no setor secundário: Costureiro Industrial: 1, Tapeceiro: 1;
 - . São Jerônimo, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
 - . em Triunfo, no setor terciário: Eletrificador Instalador: 1;
 - . em Constantina, no setor primário: Jardineiro: 1;
 - . em Paraí, no setor terciário: Datilógrafo: 1;
- execução do Convênio STAS/FGT-79, o qual proporcionou a realização dos seguintes cursos:
- . em Viamão, no setor terciário: Cabeleireiro: 1, Doméstico: Corte e Costura: tricô: 1. Meta atingida: 63 trabalhadores e donas-de-casa;

- em Canguçu, no setor doméstico: Arte Culinária 1, Bordado à mão: 1, Corte e Costura: 3, Trabalhos Manuais em Tecido: 3, Trabalhos Manuais em Tapeçaria: 1. Meta atingida: 138 donas-de-casas;
- em Herval do Sul, no setor terciário: Datilógrafo: 1, Primeiros Socorros: 1. Meta atingida 32 trabalhadores;
- em Jaguarão, no setor terciário:; Primeiros Socorros: 1, Doméstico: Auxiliar do Lar: 1, Corte e Costura: 1, Trabalhos Manuais em Tecidos: 3, Tricô: Meta atingida: 243 donas-de-casas;
- em Santa Vitória do Palmar, no setor doméstico: Arte culinária: Corte e Costura: 3. Meta Atingida: 90 donas-de-casa;
- em Faxinal do Soturno, no setor doméstico: Corte e Costura: Tricô: 2. Meta atingida: 64 donas-de-casa;
- em São Pedro do Sul, no setor doméstico: Corte e Costura: 4. Meta atingida: 65 donas-de-casa;
- em Ijuí, no setor doméstico: Corte e Costura: 3, Crochê: 2, Tricô: 1. Meta atingida: 89 donas-de-casa;
- em Santo Ângelo, no setor doméstico: Acolchoeiro: 2; Corte Costura: 4, Tricô: 1, Crochê: 1. Meta atingida: 74 donas-de-casa;
- em Carazinho, setor doméstico: Crochê: 1, Pintura em Tecido: 1, Tricô: 1. Meta atingida: 22 donas-de-casa;
- em Colorado, no setor doméstico: Bordado: 2, Corte e Costura: 1, Crochê: 1. Meta atingida: 70 donas-de-casa;
- em David Canabarro, no setor doméstico: Arte Culinária: 1, Corte e Costura: 1. Meta atingida: 34 donas-de-casa;
- em Espumoso, no setor doméstico: Corte e Costura: 2, Tricô: 1. Meta atingida: 50 donas-de-casa;
- em Passo Fundo, no setor doméstico: Arte Culinária: 2, Corte e Costura: 2, Crochê: 1, Decoração para o Lar: 1, Pintura em Tecido: 1, Tricô: 1; no setor secundário: Mercenaria: 2, Artesanato: Artesanato em Cerâmica: 1, Artesanato em Tapeçaria: 1. Meta atingida: 123 trabalhadores e donas-de-casa;
- em Tapera, no setor doméstico: Arte Culinária: Crochê: 1, Tricô: 3. Meta atingida: 79 donas-de-casa;
- em Nova Bréscia, no setor doméstico: Arte Culinária: 4. Meta atingida: 111 donas-de-casa;
- em Palmeira das Missões, no setor doméstico: Crochê: 1, Pintura em Tecido: 1. Meta atingida: 30 donas-de-casa;
- em Cruz Alta, no setor doméstico: Bordado: 1, Corte e Costura: 2, Crochê: 5, Pintura em Tecido: 5, Tricô: 4, Tapeçaria: 1. Meta atingida: 274 donas-de-casa;

- . em Ibirubá, no setor doméstico: Corte e Costura: 1, Pintura em Tecido: 1, Tricô: 1. Meta atingida: 47 donas-de-casa;
- . em Panambi, no setor doméstico: Tricô: 5. Meta atingida: 67 donas-de-casa;
- . em Horizontina, no setor de artesanato: Artesanato em Fibra: 1, Artesanato em Tapeçaria: 1. Meta atingida: 87 donas-de-casa;
- . em Getúlio Vargas, no setor doméstico: Arte Culinária: 2, Artes Femininas: 2, Corte e Costura: 2. Meta atingida: 96 donas-de-casa;
- . em Maximiliano de Almeida, no setor doméstico: Corte e Costura: 1. Meta atingida: 25 donas de casa;
- . em Lagoa Vermelha, no setor doméstico: Bordado 2, Corte e Costura: 1, Crochê: 1, Arte Culinária: 1, Macramê: 1, Pintura em Tecido: 1, Tricô e Crochê: 1. Meta atingida: 206 donas-de-casa;
- . em São José do Ouro, no setor doméstico: Corte e Costura: 5, Tricô: 1. Meta atingida: 105 donas de casa;
- . em Esmeralda, no setor doméstico: Pintura em Tecido: 1, Tricô: 1. Meta atingida: 30 donas-de-casa;
- . em Vacaria, no setor doméstico: Arte Culinária 1, Corte e Costura: 1, Pintura em Tecido: 2, Tricô: 2. Meta atingida: 105 donas de casa..
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Pelotas, no valor de Cr\$ 20.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Passo Fundo, no valor de Cr\$ 50.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de David Canabarro, no valor de Cr\$ 50.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Ibirubá, no valor de Cr\$ 10.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Porto Alegre, no valor de Cr\$ 30.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Nova Prata, no valor de Cr\$ 30.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Marau, no valor de Cr\$ 20.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de São José do Ouro, no valor de Cr\$ 50.000,00;

- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Veranópolis, no valor de Cr\$ 10.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira do Município de São Valentim, no valor de Cr\$ 25.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Parai, no valor de Cr\$ 25.000,00;
- Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Jaguarão, no valor de Cr\$ 20.000,00;
- execução do Convênio Fundação Legião Brasileira de Assistência - FLBA/FGT, o qual proporcionou as seguintes realizações:
 - . Porto Alegre, no setor secundário: 1 curso de Datilógrafo. Meta realizada: 15 carentes, maiores de 14 anos;
 - . Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com 2 entidades do Município de Canguçu, no valor de Cr\$ 120.000,00;
 - . Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com quinze entidades do Município de Pelotas, no valor de Cr\$ 399.000,00;
 - . Contrato de Cooperação Técnico-Financeira com uma entidade do Município de Pedro Osório, no valor de Cr\$ 80.000,00;
- execução do Convênio SENAR-MTb-FGT nº 033/80, o qual proporcionou a realização de um curso para Produtor de Soja, em Erechim, atingindo quatorze pessoas, maiores de 14 anos.

OBJETIVO:

reduzir os índices de acidentes do trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, através de conscientização e preparação de trabalhadores, bem como a função de recursos humanos que entram na área de segurança do trabalho.

REALIZAÇÕES:

- realização de um curso Superior de Segurança, em São Leopoldo e Porto Alegre. Meta atingida, respectivamente: 44 e 47 participantes;
- realização de um encontro sobre Prevenção de Acidentes no Ensino de 1º Grau em Porto Alegre. Meta atingida: 67 supervisores e professores;
- realização de dois cursos de Prevenção de Incêndio em Canoas e Porto Alegre. Meta atingida: 43 participantes;
- execução de 96 treinamentos de membros de CIPAS na aplicação de Portaria nº 3214/78, em empresas e seus

estabelecimentos nas localidades: Porto Alegre, Estância Velha, São Leopoldo, Canoas, Novo Hamburgo, Canela, Caxias do Sul, Guaporé, Pelotas, Rosário do Sul, Tapera, Taquari, Triunfo, Uruguaiana, Montenegro, Sapucaia do Sul, Santa Catarina, Gravataí, Portão, São Borja, Butiá, Meta atingida: 1.606 componentes do CIPAS.

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento de comunidades rurais, nas áreas de pequenas propriedades, visando à elevação do nível de vida desta população, através da contribuição para a melhoria das condições de saúde, habitação, higiene do lar e educação rural.

REALIZAÇÕES:

– execução do Convênio FGT/Fundação Legião Brasileira de Assistência – FLBA, referente à IV Etapa – Produtor, Desenvolvimento de Atividades nas regiões de Osório, Nova Petrópolis, Guaporé, Lagoa Vermelha, Vacaria, Passo Fundo, Lageado, Erechim, Frederico Westphalen, Ibirubá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Rio Grande, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Jaguari, Cruz Alta, Três Passos, Porto Lucena, São Luiz Gonzaga, Canguçu, Santa Vitória do Palmar, nas áreas:

. Nutrição e Saúde:

- . Primeiros Socorros: 166 cursos, 1 palestra, 17 reuniões, 23 visitas, 5 encaminhamentos, atingindo 3.032 agricultores;
- . Saúde Materno-Infantil: 9 cursos, 38 palestras, 13 reuniões, 43 visitas domiciliares, 3 encaminhamentos, atingindo 1.214 agricultores;
- . Higiene Pessoal: 1 curso, 44 palestras, 20 reuniões, 1 demonstração, 37 visitas domiciliares, atingindo 1.359 agricultores;
- . Preparação, Conservação e Consumo dos Alimentos: 6 cursos, 28 palestras, 29 reuniões, 51 demonstrações, 27 encaminhamentos, atingindo 1.699 agricultores;
- . Organização de Hortas e Pomares e Criação de Pequenos animais: 11 palestras, 13 reuniões, 23 demonstrações, 30 visitas domiciliares, 1 campanha, atingindo 1.026 agricultores;



- . Combate a Doenças Infecto-Contagiosas e Parasitológicas: 2 cursos, 59 palestras, 31 reuniões, 62 visitas, 94 encaminhamentos, 7 campanhas, atingindo 4.628 agricultores;
- . Vacinações: 28 palestras, 58 reuniões, 148 visitas domiciliares, 28 encaminhamentos, 27 campanhas, atingindo 22.163 agricultores;
- . Habitação e Higiene do Lar:
 - . Esgoto, Captação de água, uso de filtro e instalação de banheiro: 7 palestras, 19 reuniões, 8 demonstrações, 46 visitas domiciliares, 22 encaminhamentos, atingindo a 1.164 agricultores;
 - . Combate as Pragas Domésticas: 12 reuniões, 2 demonstrações, 56 visitas domiciliares, 12 encaminhamentos, 2 campanhas, atingindo 2.793 agricultores;
 - . Destino do Lixo e seu Tratamento: 13 palestras, 8 reuniões, 42 visitas domiciliares, atingindo 805 agricultores;
 - . Aspecto Interno e Externo das Moradias e Embelezamento dos Arredores: 14 palestras, 12 reuniões, 1 demonstração, 45 visitas domiciliares, 35 encaminhamentos, atingindo 959 agricultores;
 - . Debate sobre Ampliação, Reforma e Construção de Casas: 15 palestras, 20 reuniões, 1 demonstração, 102 visitas domiciliares, 36 encaminhamentos, atingindo 1.624 agricultores;
- . Educação Rural:
 - . Técnicas Rurais: 4 cursos, 12 palestras, 15 reuniões, 4 demonstrações, 30 visitas, 5 encaminhamentos, atingindo 1.933 agricultores;
 - . Acidentes no Trabalho: 4 cursos, 4 palestras, 6 reuniões, 23 visitas domiciliares, 5 encaminhamentos, atingindo 257 agricultores;
 - . Técnicas Domésticas: 13 cursos, 2 palestras, 3 reuniões, 20 demonstrações, 7 visitas domiciliares, 4 encaminhamentos, atingindo 409 agricultores;

- . Preparação de jovens para atuar na Comunidade: 5 palestras, 75 reuniões, 48 visitas domiciliares, 1 encaminhamento, atingindo 1.993 agricultores;
- . Formação de lideranças: 25 palestras, 100 reuniões, 206 visitas domiciliares, 5 encaminhamentos, atingindo 6.003 agricultores.

OBJETIVO:

qualificar pessoal do meio rural, ou a ele vinculado através de instrução por correspondência, para desenvolver suas atividades na produção agropecuária, visando a um melhor desempenho e conseqüentemente aumento de produtividade.

REALIZAÇÕES:

- Programa: Sistema de Instrução por Correspondência:
 - . Defesa Sanitária Animal I e II – foram expedidos respectivamente 987 e 346 certificados;
 - . Suinocultor I e II – foram expedidos respectivamente 546 e 142 certificados;
 - . Avicultura I e II – foram expedidos respectivamente 559 e 179 certificados;
 - . Horticultura I – foram expedidos 442 certificados;
 - . Fruticultura – foram expedidos 426 certificados;
 - . Defesa Sanitária Vegetal I e III, foram expedidos respectivamente 468 e 68 certificados;
 - . Cultura do Milho – foram expedidos 281 certificados;
 - . Cultura da Soja – foram expedidos 213 certificados;
 - . Gado Leiteiro – foram expedidos 254 certificados;
 - . Cultura do Trigo – foram expedidos 85 certificados;
 - . Cultura do Arroz – foram expedidos 102 certificados.

OBJETIVO:

proporcionar e desenvolver atividades artesanais, através do cadastramento e aperfeiçoamento profissional, e dinamizar o sistema de comercialização.

REALIZAÇÕES:

- cadastramento de 293 artesãos, de acordo com o Decreto nº 20.801/1973;
- realização de 7 feiras de Artesanato, sendo duas na cidade de São Paulo – SP, duas em Esteio, uma no Rio de Janeiro – RJ, uma em Taquara e uma no Espírito Santo;
- participação nas feiras de Gramado e Livramento;
- comercialização do Artesanato, através de feiras, exposições e lojas da FGT e centros comerciais. Meta atingida em vendas: Cr\$ 13.530.360,00;
- realização de 2 cursos autofinanciados de artesanato, sendo 1 de vitrô e 1 de couro, em Porto Alegre, com a participação de 23 donas de casa.

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO – SINE

O SINE, instalado em trinta e seis municípios do Estado atuou, no decorrer do ano de 1980, em duas áreas relacionadas com a problemática do Emprego: intermediação de Recursos Humanos e Informação sobre o Mercado de Trabalho. Outra área, também importante e conforme com os objetivos do Sistema, é a de Promoção de Emprego, mas que, devido à escassez de recursos financeiros, viu-se impossibilitada de dar continuidade a suas atividades.

Dependendo historicamente de recursos enviados pelo Ministério do Trabalho, complementados por recursos estaduais, o SINE, para o período em questão, solicitou ao Ministério do Trabalho Cr\$ 56.000.000,00, recebendo apenas Cr\$ 31.912.000,00. Esta redução orçamentária obrigou o Estado a uma complementação na ordem de Cr\$ 37.705.253,00, a qual permitiu, apenas, a manutenção do órgão, limitando porém, o desenvolvimento de pesquisas na área de emprego, o aprimoramento do serviço de intermediação de recursos humanos e a continuidade das atividades desenvolvidas na área de Promoção de Emprego.

De janeiro a novembro de 1980, atuando em 36 municípios em que se encontra instalado, o SINE/RS captou vagas, inscreveu candidatos a emprego e obteve o emprego de pessoas, atingindo o percentual de 43,6% sobre o total do nº de inscritos. Este índice, a par das dificuldades enfrentadas pelo órgão, é considerado ótimo segundo os críticos da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Seguem-se os principais objetivos e realizações do SINE/RS, no exercício de 1980.

OBJETIVO:

buscar emprego das pessoas, inscritas no SINE, junto aos postos de trabalho captados pelos pesquisadores de vagas.

REALIZAÇÕES:

As realizações referentes à captação de vagas, inscrição e colocação de pessoas nos vários municípios foram:

Municípios	Número de vagas	Pessoas inscritas	Pessoas colocadas
- Alegrete	1.725	3.285	1.038
- Bagé	3.506	5.132	2.093
- Bento Gonçalves	4.120	1.356	483
- Cachoeira do Sul	2.125	2.314	1.841
- Canguçu	656	716	291
- Canoas	3.712	2.057	1.641
- Caxias do Sul	8.682	5.685	2.278
- Dom Pedrito	1.124	1.096	687
- Erexim	3.747	2.901	1.538
- Estrela	891	619	161
- Farroupilha	1.456	746	363
- Horizontina	410	413	407
- Ijuí	5.778	6.479	4.881
- Lajeado	1.768	2.581	637
- Montenegro	6.927	1.731	1.063
- Novo Hamburgo	7.900	6.687	1.827
- Passo Fundo	1.790	3.697	689
- Pelotas	10.880	7.594	4.461
- Porto Alegre	24.887	18.303	4.069
- Rio Grande	2.684	2.373	743
- Santana do Livramento	2.525	1.827	1.201
- Santa Cruz do Sul	6.743	10.076	5.855
- Santa Maria	2.500	3.925	1.773
- Santa Rosa	2.218	3.878	1.643
- Santa Vitória do Palmar	370	333	176
- Santiago	435	573	338
- Santo Ângelo	6.834	6.067	4.543
- São Jerônimo	641	447	226
- São Leopoldo	6.694	2.781	868
- São Luiz Gonzaga	1.552	2.886	1.055
- Soledade	845	981	448
- Três de Maio	842	791	538
- Triunfo	2.374	185	67
- Uruguaiana	1.419	729	610
- Venâncio Aires	1.972	3.344	1.510
- Cruz Alta	255	2.264	182

OBJETIVO:

conhecer, de forma permanente e atualizada, a estrutura do mercado de trabalho do RS; identificar a inadequação entre oferta e demanda de mão-de-obra, bem como os problemas conjunturais que estejam afetando a situação do emprego, a fim de fornecer subsídios para decisões de política de emprego com vistas à implantação do Estado.

REALIZAÇÕES:

- indicador Conjuntural de Emprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre. Realizado o levantamento mensal do nº de empregos em 1.053 empresas amostradas;
- indicador Conjuntural de Emprego. Levantamento mensal do número de empregos em empresas dos seguintes municípios:
 - . Bagé – 42 empresas;
 - . Cachoeira do Sul – 30 empresas;
 - . Caxias do Sul – 138 empresas;
 - . Erechim – 45 empresas;
 - . Farroupilha – 30 empresas;
 - . Montenegro – 21 empresas;
 - . Passo Fundo – 63 empresas;
 - . Pelotas – 96 empresas;
 - . Rio Grande – 69 empresas;
 - . Santa Cruz do Sul – 69 empresas;
 - . Ijuí – 45 empresas;
 - . Santa Maria – 66 empresas;
 - . Santo Ângelo – 36 empresas;
 - . Uruguaiana – 27 empresas;
 - . Lajeado – 19 empresas;
- levantamento do Perfil do Candidato a Emprego;
- pré-diagnóstico sobre o Emprego no RS.

De acordo com a programação para o exercício, foi atingida a meta de 100%.

Nos Núcleos de Porto Alegre e Canoas foi atingida a meta de 66%.

ASSISTÊNCIA

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR – FEBEM

As linhas e as normas de trabalho da FEBEM/RS fundamentam-se na política traçada, a nível nacional, pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM, levando em consideração as peculiaridades regionais que são orientadas pelo Governo do Estado.

Mediante um planejamento flexível, a Fundação vem implantando e executando recursos diversificados que visam a despertar uma consciência viva e atuante de solidariedade nas comunidades, a reforçar as células familiares, ameaçadas de desagregação, e a estabelecer medidas tutelares e assistenciais rápidas e práticas.

São três os tipos de programas de ação desenvolvidos pela FEBEM: o preventivo, o terapêutico e o de profissionalização e produção.

A meta dos Programas da Área Preventiva consiste em consolidar e ampliar ações comunitárias, que atendam à problemática do menor em seu próprio local de vivência. Isso se desenvolve através da articulação de serviços afins, estímulo e apoio às iniciativas comunitárias, visando ao fortalecimento e diversificação de recursos em núcleos habitacionais carentes.

O programa abrange não apenas atividades de mobilização comunitária, como assistência técnica e subvenções a entidades sociais e particulares. Caracteriza-se, também, pelo baixo custo operacional e alta rentabilidade qualitativa e quantitativa. A FEBEM concorre com recursos humanos e financeiros pequenos, mas que produzem excelentes resultados, aliados à tendência multiplicadora de seus efeitos sociais e econômicos.

Através dos Programas de Ação Terapêutica, a atividade da Fundação volta-se para o incremento de medidas que fortaleçam a manutenção dos menores em suas próprias famílias ou em lares substitutos. A FEBEM assume custos semitotais ou totais de atendimento a menores carentes e de conduta anti-social.

O tratamento terapêutico se concretiza através da rede de estabelecimentos próprios da FEBEM; por meio das subvenções a entidades particulares, em regime de internato e semi-internato; com a colocação de menores em lares substitutos; e mediante auxílio financeiro às famílias carentes.

Esse programa sócio-educacional objetiva redimensionar o sistema de institucionalização na rede oficial, especializando e delimitando o atendimento a casos em que o internamento seja a única solução, estimulando, preferencialmente, a utilização de recursos alternativos. Também busca promover e estimular programas que visam a instrumentar, para o trabalho, jovens em situação de carência, valendo-se das ações da FEBEM, somadas a outros organismos que atuam nessa área, concentrando maior assistência aos menores em defasagem escolar.

O Programa de Profissionalização e Produção é o conjunto de ações que visa à formação de mão-de-obra e à colocação no mercado de trabalho, assim como à produção dos bens industriais e agrícolas, necessários às atividades da Fundação e à captação de recursos através da venda de produtos excedentes. Objetivando a preparação do jovem de 14 a 18 anos, a FEBEM promove cursos profissionalizantes junto aos seus estabelecimentos, utilizando, inclusive, parte das instalações dos setores de produção. O sistema desdobra-se em ações nos setores primário, secundário e terciário.

PROGRAMA DE RECEPÇÃO E TRIAGEM

OBJETIVO:

redimensionar o sistema de estudo, diagnóstico e indicação de tratamento do menor, mediante ação integrada judiciário-executiva, passando o Centro de Recepção e Triagem – CRT a constituir-se no elemento básico de todo o trabalho terapêutico preventivo, em âmbito regional, indicando as diferentes modalidades de abordagem institucional e comunitária.

REALIZAÇÕES:

- agilização e aperfeiçoamento do processo de triagem, buscando respostas alternativas. A meta atingida foi a triagem de 2.100 menores;
- restrição gradativa dos encaminhamentos à rede de internatos oficiais, a casos cuja problemática não pode ser atendida por nenhum outro serviço estatal ou privado. Foram realizados 900 encaminhamentos;
- redução dos encaminhamentos a internatos da rede particular, enfatizando o atendimento dentro do seu local de vivência. A meta atingida foi de 250 menores;

- implementação da assistência financeira à família, reduzindo em mais de 35% os internamentos. Foram atendidas 3.948 famílias e 1.258 menores;
- intensificação dos encaminhamentos pré-escolares à colocação familiar. Foram encaminhados 1.010 menores;
- orientação e encaminhamento de 4.700 famílias que procuraram o Plantão;
- Seminário de Estudos do Sistema de Triagem, resultando em proposição de uma estratégia de ação descentralizada;
- adaptação física do Bloco Técnico e restauração das unidades de recolhimento do complexo CRT.

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCACIONAIS

OBJETIVO:

redimensionar o sistema de institucionalização na rede oficial, especializando-se e delimitando o atendimento a casos em que o internamento seja a única solução, estimulando a utilização de recursos alternativos.

Promover e estimular programas que visem a instrumentar para o trabalho jovens em situação de carência, mediante articulação das ações da FEBEM com demais organismos que atuam nesta área, concentrando maior assistência aos menores em defasagem escolar.

REALIZAÇÕES

- maior aproveitamento das vagas em internatos oficiais, em função do progressivo remanejamento de menores a outras formas de atendimento não institucional. Foram realizados 236 desligamentos, 152 transferências, 520 internamentos, atendendo um total de 1.500 menores;
- busca de respostas alternativas para reduzir os reinternamentos, quer por evasão, quer pela falta de suporte familiar e comunitário, com um total de 594 reinternamentos;
- melhor adequação do processo de aprendizagem às características da clientela e estímulo a que menores internos freqüentem escolas da comunidade, favorecendo a reintegração social de 673 menores;



- atendimento a 233 menores em defasagem escolar, através de programas de alfabetização e de educação compensatória;
- elevação do índice de frequência e aproveitamento em cursos de iniciação profissional, nas áreas secundária e terciária. A meta atingida foi de 35 cursos com 1.411 inscrições, frequência de 1.263 e aprovação de 579 alunos;
- intensificação do programa de colocação e acompanhamento de menores no emprego. A meta atingida foi de 2.583 vagas, 1.477 encaminhamentos, 612 colocações e 69 estágios.
- ampliação do projeto de moradias provisórias a menores em fase de desligamento. A meta atingida foi de 40 menores.
- Seminários de Estudos de Programas Sócio-Educacionais para um redimensionamento do atendimento na área.
- restauração e reequipamento de 8 prédios da Rede Própria onde funcionam internatos e centros de formação para o trabalho.

PROGRAMA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

OBJETIVO:

consolidar e ampliar recursos assistenciais para atendimento à problemática do menor, em seu próprio local de vivência, mediante articulação de serviços afins, estímulo e apoio a iniciativas comunitárias, fortalecimento do equipamento social existente e regionalização do atendimento, com vistas à interiorização e desconcentração da política de Bem-Estar do Menor no Estado.

REALIZAÇÕES:

- ampliação da clientela atendida em Centros de Bem-Estar do Menor - CEBEMS e em Projetos Assistenciais de Menores. Foram atingidos 105 municípios, nos quais foram mobilizados 192 entidades e atendidos 42.352 menores;
- dinamização da assistência a menores em Centros Abertos da Rede Própria, sendo atendidos 1.064 menores;
- ampliação de convênios e vagas em Entidades Sociais Particulares, em regime de internato, semi-internatos e

externato. Em 50 municípios, foram realizados 124 contratos com 109 entidades, somando 4.640 vagas, que possibilitaram atendimento a 14.075 menores;

- ativação do processo de mobilização comunitária e assistência técnica a entidades convenadas, com vistas à ampliação e ao fortalecimento de programas preventivos. Foram atingidos 113 municípios;
- reestruturação do Instituto Ana Jobim, como Centro de Atendimento Comunitário, agregando atividades de jardim de infância, educação compensatória e assistência na área da saúde. Foram atendidos 350 menores em jardim de infância;
- ampliação de auxílios suplementares para restaurações, equipamento e manutenção de entidades convenadas, visando à melhor adequação do atendimento. Foram realizados 61 convênios em 43 municípios;
- ampliação do atendimento em lares substitutos, seja em regime de cuidados diurnos ou substitutivos, em caráter temporário ou permanente. Foram atendidas 29 vilas em 8 municípios, com 321 lares substitutos que atingiram 1.466 menores;
- encaminhamento de 15 menores à adoção, mediante seleção criteriosa de candidatos;
- engajamento de 95 Estagiários em CEBEMs p/assistência ao menor carente;
- participação em Encontros com Pessoal de Entidades Convenadas, Coordenadores da CEBEMs e Mães Substitutas, através de palestras e coordenação de grupos de trabalho. Foram realizados 18 encontros dos quais participaram 1.103 pessoas.

OBJETIVO:

implantar um sistema de atualização, aperfeiçoamento e treinamento permanente de recursos humanos, internos e externos, com vistas à elevação do nível de atendimento e eficácia na busca de respostas ao problema do menor carente. Operacionalização através do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CEDRHU).

REALIZAÇÕES:

- Treinamento ou Encontros da Área de Profissionalização, em números de 9 para 15 pessoas;

- Seminários e/ou Encontros de Técnicos em Educação, em número de 12, com participação de 37 pessoas;
- Encontro de Coordenadores de CEBEMs, em número de 2 com 65 participantes;
- Encontro de Professores de Educação Física, com 20 participantes;
- Encontro com Mães Substitutas com a participação de 35 Mães;
- Encontro de Presidentes de Obras Sociais Convenadas, em número de 2, com a participação de 106 pessoas;
- Encontro de Servidores da área saúde (física e mental), com a participação de 65 pessoas;
- Encontro de Assistentes Sociais, em número de 18, com 43 participantes;
- Encontro de Dirigentes de Entidades Convenadas, em número de 4, com participação de 197 pessoas;
- cursos, encontros ou treinamentos externos para funcionários da FEBEM, em número de 35, com participação de 152 pessoas;
- Encontro para Diretores das Instituições Próprias da FEBEM, em número de 2, com participação de 15 pessoas;
- treinamento de 24 professores do Grupo Escolar;
- Encontro de Atendentes e Educadores de Obras Convenadas, em número de 3, com a participação de 209 pessoas;
- Encontro de Supervisores de Estágio, com a participação de 15 pessoas;
- Seminário de Coordenação dos Programas de Triagem e Terapêuticos, em número de 5, com participação de 167 pessoas;
- Treinamento de Avaliadores de Desempenho, em número de 5, com participação de 83 pessoas;

- Encontro do Grupo de Racionalização do Trabalho, com a participação de 38 pessoas;
- encontros regionais de atendentes de obras convenadas, em número de 6 com participação de 491 pessoas;
- Encontro dos Técnicos do Núcleo de Assistência à Família e ao Menor, com participação de 15 técnicos;
- treinamento em racionalização do trabalho para 19 pessoas;
- Curso de Atualização Odontológica para 10 participantes;
- Encontro de Instrutores de Atividades Profissionalizantes, com participação de 68 pessoas;
- Curso para Diretores e Assistentes de Direção das instituições da FEBEM, com 30 participantes.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO LAZER E RECREAÇÃO – FUNLAR

A Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação – FUNLAR, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social, tem por finalidade básica oportunizar vivência de lazer e recreação aos trabalhadores e suas famílias.

Entre as atribuições da FUNLAR, encontra-se a administração dos Centros Sociais Urbanos – CSU. A FUNLAR é a responsável, no Estado, pela viabilização do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, que propõe a promoção da pessoa, através do desenvolvimento comunitário.

Da meta global de 52 Centros no Estado, 22 já se encontram em funcionamento, atendendo populações carentes da periferia das cidades.

Ainda em 1980, a FUNLAR concluiu, estando em início de funcionamento, mais de 10 centros, sendo que até o final do ano outros 11 terão sido concluídos.

Os restantes 9 CSU estavam em fase de licitação ao final de 1980.

Cultura e artes, esporte, saúde, previdência e trabalho, através

das Unidades em operação nos CSUs, permitiram a 1.112.712 pessoas, numa média de 4.598 por mês, o acesso a vivências artístico-culturais e esportivas, bem como melhoria do nível de saúde e ampliação de oportunidades profissionais, numa faixa etária bastante ampla, variando do menor à velhice.

O trabalho nos Centros foi acompanhado por uma equipe de Supervisão Técnica que cuidou de incentivar, especialmente, o desenvolvimento comunitário.

A FUNLAR, também, realizou o II Encontro Estadual de CSU, sobre o tema: "Desenvolvimento de Comunidade", reunindo técnicos atuantes em CSU. A realização deste Encontro resultou da preocupação da FUNLAR em integrar os organismos que atuam nos Centros Sociais Urbanos.

Também, visando a essa integração, foram implementados termos de co-participação com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente; assinado termo de co-participação com a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, com a Secretaria de Educação, com a Universidade de Caxias do Sul, com a Prefeitura de São Borja e com a Prefeitura de Novo Hamburgo; incrementado termo de co-participação com a Universidade de Santa Maria e com a FEPLAN. Por outro lado, foram desenvolvidas ações conjuntas com o SENAI, LBA, SENAR, FEBEM, COHAB, FGT, FSA, SINE, INPS e Prefeituras Municipais.

Baseado em seu Programa de Ação na Região Metropolitana, a FUNLAR desenvolveu, ainda, diversas atividades e montou vários projetos que serão executados no decorrer de 1981.

Cumprindo outra de suas finalidades – que é prestar assessoria técnica no lazer a órgãos/entidades que desenvolvem programas nessa área social – a FUNLAR assinou um acordo de intenção com o Centro de Reabilitação Profissional do INPS.

A Fundação vem fazendo esforços com a finalidade de abranger, cada vez mais, sua problemática (lazer), devendo, no próximo exercício, complementar essa área de atuação, sem deixar de enfatizar suas atribuições em relação a CSU.

Os objetivos e realizações da FUNLAR vão a seguir descritos.

OBJETIVO:

concluir as obras do 3º bloco de CSU (11 unidades) construir o 4º bloco (11 unidades); iniciar a construção do 5º bloco (9

unidades), tomando, para isso, todas as providências técnico-administrativas, e jurídicas necessárias, e acompanhar a implantação física das obras.

REALIZAÇÕES:

– construção dos CSUs do 3º Bloco:

- . CSU 06/1 – Caxias do Sul
- . CSU 15/1 – Santana do Livramento (em fase final)
- . CSU 15/3 – São Leopoldo
- . CSU 26/1 – Bento Gonçalves
- . CSU 27/1 – Farroupilha
- . CSU 28/1 – Guaporé
- . CSU 29/1 – Horizontina
- . CSU 30/1 – Palmeira das Missões
- . CSU 32/1 – Santiago
- . CSU 33/1 – São Borja
- . CSU 34/1 – São Gabriel
- . CSU 37/1 – Vacaria

– construção dos CSUs do 4º Bloco, ainda em andamento:

- . CSU 19/1 – Alvorada
- . CSU 20/1 – Cachoeirinha
- . CSU 23/1 – Guaíba
- . CSU 31/1 – Santa Cruz do Sul
- . CSU 38/1 – Marau
- . CSU 39/1 – Erexim
- . CSU 40/1 – Soledade
- . CSU 41/1 – Passo Fundo
- . CSU 42/1 – Nova Prata
- . CSU 43/1 – Lagoa Vermelha
- . CSU 44/1 – Carazinho

– licitação dos CSUs do 5º Bloco:

- . CSU 25/1 – Viamão
- . CSU 35/1 – São Jerônimo
- . CSU 36/1 – São Lourenço
- . CSU 45/1 – Tapejara
- . CSU 46/1 – Getúlio Vargas
- . CSU 47/1 – Júlio de Castilhos
- . CSU 48/1 – Rio Pardo
- . CSU 49/1 – Quaraí
- . CSU 50/1 – Venâncio Aires

OBJETIVO:

implementar a operação das unidades implantadas, com vistas a uma abordagem mais profunda da comunidade, na qual seja enfatizado o seu caráter de agente do seu próprio desenvolvimento.

REALIZAÇÕES:

- operações dos CSU – as atividades dos CSU estão distribuídas nas áreas de Cultura e Artes, Esporte e Recreação e, ainda, como prestação de serviços em Saúde e Nutrição, Previdência e Trabalho;
- frequência registrada nos 25 CSU em funcionamento:

CSU	1/1	– Alegrete	24.800
CSU	2/1	– Bagé	93.285
CSU	3/1	– Cachoeira do Sul	46.980
CSU	4/1	– Camaquã	55.100
CSU	5/1	– Canoas	123.350
CSU	5/2	– Canoas	158.500
CSU	7/1	– Cruz Alta	24.300
CSU	29/1	– Horizontina	1.500
CSU	8/1	– Ijuí	58.029
CSU	9/1	– Lajeado	20.655
CSU	10/1	– Novo Hamburgo	32.698
CSU	11/1	– Pelotas	27.630
CSU	11/2	– Pelotas	—
CSU	12/1	– Rio Grande	18.820
CSU	12/2	– Rio Grande	18.224
CSU	13/1	– Santa Maria	46.070
CSU	14/1	– Santa Rosa	19.945
CSU	15/1	– Santana do Livramento	—
CSU	16/1	– Santo Ângelo	30.360
CSU	34/1	– São Gabriel	4.500
CSU	32/1	– Santiago	—
CSU	17/1	– São Leopoldo	57.060
CSU	17/2	– São Leopoldo	57.706
CSU	17/3	– São Leopoldo	98.400
CSU	18/1	– Uruguaiana	94.800

- supervisão – nas visitas dos supervisores da FUNLAR aos CSU, realizou-se o acompanhamento, controle e orientação dos trabalhos executados nas 25 unidades operativas. Como resultado, obtiveram-se

- localização do 2º Encontro Estadual de CSU, atingindo 130 técnicos;

- . elaboração de um projeto de promoção de arte popular no Estado, visando à reconstrução histórica, regional, e destinado a atingir 4.500 pessoas, e à descoberta de valores e potencialidades artísticas e culturais das regiões;
- . elaboração de um projeto para a implantação de cooperativas, visando ao aumento da renda familiar de populações de baixa renda;
- . execução de um projeto de escotismo no CSU.

OBJETIVO:

difundir, por todos os meios possíveis, lazer e as questões que lhes são afetas, bem como contribuir para a formação de recursos humanos e para a realização do diagnóstico do lazer no Estado.

REALIZAÇÕES:

- foram desenvolvidos os seguintes projetos:
 - . pesquisa sobre espaços do lazer das populações de baixa renda na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA;
 - . concurso de crônicas sobre espaços de lazer das populações de baixa renda da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA;
 - . Encontro Estadual do lazer, atingindo 300 pessoas entre técnicos e profissionais;
 - . concurso de fotografia sobre espaços de lazer das populações de baixa renda na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA;
 - . difusão e assistência técnica no lazer, visando à prestação de assistência técnica a órgãos públicos, entidades sociais, técnicos, estudantes, professores e à população em geral;
 - . desenvolvimento das comunidades das áreas de abrangência dos CSUs do Estado, atingindo os 53 Centros do Rio Grande do Sul;
 - . complementação física dos CSUs de Novo Hamburgo, Canoas, Rio Grande, Santa Maria, Camaquã e Ijuí.

**FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE
DE ASSISTÊNCIA - FSA**

A Fundação Sul-Riograndense de Assistência, em 1980, através



dos seus programas e projetos, propôs-se a atender, dentro de suas limitações orçamentárias, a algumas parcelas da população carente no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando se trabalha com pessoas no campo sócio-assistencial, não se constitui tarefa fácil medir resultados, principalmente se a preocupação é a qualidade destes resultados e não tanto a sua quantidade.

Portanto, ao lado de números, cabe destacar o efeito da ação técnica junto às entidades conveniadas. É através dela que a Fundação desenvolve a sua ação, incentivando o Projeto Piloto e o Programa de Atendimento Social Direto.

Ao se considerarem os resultados quantitativos, deve-se ter em conta seu aspecto multiplicador. São lideranças assistenciais, voluntários, que, orientados e treinados, realizam em suas comunidades um melhor atendimento à clientela carente. Efeitos dessa assessoria se fizeram sentir nas 283 entidades e Prefeituras do Estado.

Foram introduzidas nas entidades novas formas de programação para famílias carentes. Estimularam-se campanhas de hortas caseiras, cursos profissionalizantes e artesanais.

O fornecimento de documentação e encaminhamento para empregos foram objetivos trabalhados, principalmente no "Projeto Piloto". Em relação a este Projeto, cabe ressaltar, o incentivo a atividades lucrativas, visando à elevação da renda das famílias. A partir deste projeto, pretende-se montar um conjunto de indicadores para medir promoção social.

Com relação ao atendimento ao idoso carente, foram introduzidas, nas entidades, programações recreativas e ocupacionais.

Observou-se maior envolvimento das famílias e da comunidade, como também maior entrosamento entre as próprias entidades.

A melhoria nas condições higiênicas, alimentares e no tratamento em geral dispensado à clientela, foi um dos aspectos mais evidenciados.

Procedeu-se, mediante amostragem, ao estudo da clientela idosa atendida em domicílio, sendo possível traçar-lhe um perfil, o que subsidiará a melhor adequação de programas e projetos. Um levantamento da clientela idosa, rejeitada pelas entidades assistenciais, foi concretizado com objetivo de provocar a busca de soluções para este problema.

mente ampliado, a partir da assinatura recente de convênio com a FUNABEM.

Igualmente, se está procurando, através de amplo debate com várias organizações (OAB, ARI, INAMPS, CÁRITAS, Clubes de Serviços e Entidades Assistenciais), alternativas de solução para o problema da mendicância em Porto Alegre.

Em convênio a ser firmado com o BNH, a FSA prepara-se para realizar pesquisa em 20 municípios, com vistas à implantação do PRÓ-MORAR. Deverão ser levantados dados sócio-econômicos de, aproximadamente, 8.000 famílias.

As realizações da FSA, em função dos objetivos previstos, foram as seguintes:

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

OBJETIVO:

estimular e apoiar as iniciativas que visem à melhoria das condições de vida, padrões sócio-econômico-culturais da população, notadamente mais carente, apoiando programas e projetos destinados a fortalecer as condições de auto-sustentação do grupo comunitário.

REALIZAÇÕES:

- reuniões comunitárias, em número de 236;
- contatos com entidades dos municípios, em número de 154;
- visitas, em número de 76;
- cursos, com um total de 23 participantes;
- campanha de vacinação.

PROGRAMA ATENDIMENTO À FAMÍLIA DE BAIXA RENDA

OBJETIVO:

desenvolver e ampliar os programas de assistência a famílias de baixa renda, apoiando financeiramente entidades e prefeituras contratadas, visando à multiplicação de esforços e maior eficácia na ação promocional.

REALIZAÇÕES:

- renovação de contratos de cooperação técnico-financeira, em número de 18, e celebração de 13 novos contratos;

mente ampliado, a partir da assinatura recente de convênio com a FUNABEM.

Igualmente, se está procurando, através de amplo debate com várias organizações (OAB, ARI, INAMPS, CÁRITAS, Clubes de Serviços e Entidades Assistenciais), alternativas de solução para o problema da mendicância em Porto Alegre.

Em convênio a ser firmado com o BNH, a FSA prepara-se para realizar pesquisa em 20 municípios, com vistas à implantação do PRÓ-MORAR. Deverão ser levantados dados sócio-econômicos de, aproximadamente, 8.000 famílias.

As realizações da FSA, em função dos objetivos previstos, foram as seguintes:

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

OBJETIVO:

estimular e apoiar as iniciativas que visem à melhoria das condições de vida, padrões sócio-econômico-culturais da população, notadamente mais carente, apoiando programas e projetos destinados a fortalecer as condições de auto-sustentação do grupo comunitário.

REALIZAÇÕES:

- reuniões comunitárias, em número de 236;
- contatos com entidades dos municípios, em número de 154;
- visitas, em número de 76;
- cursos, com um total de 23 participantes;
- campanha de vacinação.

PROGRAMA ATENDIMENTO À FAMÍLIA DE BAIXA RENDA

OBJETIVO:

desenvolver e ampliar os programas de assistência a famílias de baixa renda, apoiando financeiramente entidades e prefeituras contratadas, visando à multiplicação de esforços e maior eficácia na ação promocional.

REALIZAÇÕES:

- renovação de contratos de cooperação técnico-financeira, em número de 18, e celebração de 13 novos contratos;

- assessoria técnica a entidades e Prefeituras, mediante realização de 832 visitas, 8 reuniões, 7 encontros regionais;
- preparação de lideranças em 3 municípios;
- reuniões mensais com Dirigentes Regionais, em número de 8;
- encontros regionais com técnicos, em número de 13;
- estudo diagnóstico de 6 novas entidades contratadas.

PROGRAMA ATENDIMENTO AO IDOSO CARENTE

OBJETIVO:

prestar assessoria a entidades contratadas, que atuam na área de atendimento ao idoso carente, quer institucionalizado, ou a domicílio, visando a coordenar esforços em ações promocionais.

REALIZAÇÕES:

- assessoria a obras convenadas, através de 338 visitas, 3 encontros e 46 reuniões;
- estudo das características de 241 pessoas idosas em domicílio;
- estudo de 40 entidades fichadas;
- estudo do problema do idoso, integrando 22 hospitais;
- treinamento de recursos humanos e de grupos de voluntários;
- distribuição de material para trabalhos manuais e sobre o Natal para as entidades;
- comemoração da semana do idoso;
- realização da Primeira Semana do Idoso, em colaboração com a LBA e Conselho de Entidades Assistenciais;
- levantamento da população rejeitada pelas instituições;

PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIAL DIRETO

OBJETIVO:

triar, orientar, encaminhar e prestar assistência direta à cliente-

la de baixa renda, chegada aos órgãos de execução do programa, bem como promover condições de integração dos recursos sociais à disposição da clientela, propondo a criação de ações com vistas à maior produtividade de serviços.

REALIZAÇÕES:

- atendimento social direto, operacionalizado pela Central de Informação e Encaminhamento de Migrantes de Porto Alegre e do III Pólo Petroquímico:
 - . entrevista com 5.648 pessoas;
 - . encaminhamento de 10.065 pessoas;
 - . prestação de serviços e auxílios:
 - . auxílio alimentação, em número de 867
 - . auxílio hospedagem, em número de 580
 - . auxílio passagem, em número de 4.267
 - . serviços de documentação, em número de 8.052
 - . encaminhamento para emprego para o SINE, em número de 87 e para empreiteiras, em número de 704;
 - . atendimento pela Ronda Noturna, em número de 307;
 - . compra de vagas em albergues, mediante 2 contratos.

PROJETO CASULO

OBJETIVO:

alcançar uma expansão qualitativa e quantitativa na rede de atendimento ao pré-escolar, já existente no estado, atuando principalmente nas unidades de atendimento localizadas nos centros urbanos de médio e grande portes.

REALIZAÇÕES:

- assessoria a entidades convenadas:
 - . visitas, em número de 130
 - . reuniões com diretoria, em número de 60
 - . encontros regionais com diretoria, em número de 3;
- reunião com técnicos executores e dirigentes regionais, num total de 11;

- interpretação de projetos para entidades, num total de 64;
- encaminhamento de projetos à LBA, em número de 32;
- assinatura de convênios de cooperação técnico-financeira com unidades, em número de 22;
- mobilização dos recursos da comunidade.

PROGRAMA DE TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO:

capacitar e/ou habilitar e/ou integrar técnicos da FSA, lideranças comunitárias, dirigentes de entidades assistenciais, pessoal auxiliar e voluntários para um melhor desempenho de suas funções na execução de programas.

REALIZAÇÃO:

- treinamentos, encontros, seminários e reuniões de estudos com participação de 741 pessoas.

PROGRAMA DE INFORMAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO:

estimular estudos e pesquisas analíticas sobre a problemática social, reunindo a documentação necessária para subsidiar teoricamente a execução dos programas e projetos da FSA.

REALIZAÇÕES:

- término do levantamento de dados relativos às Entidades Assistenciais do Estado (censo), atingindo mais de 1.294 entidades;
- treinamentos para pesquisadores, em 8 municípios;
- contratos com Prefeituras:
 - . por técnicos, em 7 municípios;
 - . por correspondência, em 8 municípios;
- implantação de novo sistema de fichários;
- elaboração de 5 novos catálogos de entidades assistenciais, e edição do catálogo das Entidades Assistenciais do Vale do Rio Pardo;



- elaboração de catálogos de entidades que firmaram contratos com STAS e FSA e de entidades que trabalham com idosos a domicílio.

PROJETO PILOTO DE ASSISTÊNCIA A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

OBJETIVO:

concentrar recursos financeiros e humanos, em programas efetivamente promocionais e de cunho preventivo.

REALIZAÇÕES:

- encaminhamento para o trabalho: 775 pessoas:
 - . pessoas empregadas: 320;
- encaminhamentos – setor educacional: 523 pessoas;
- encaminhamentos – setor saúde: 636 pessoas;
- encaminhamento – entidades diversas: 9 encaminhamentos;
- cursos profissionalizantes: 15 cursos:
 - . pessoas treinadas: 311 pessoas;
- Núcleos de Produção: 10:
 - . pessoas envolvidas: 200 pessoas;
- Grupo MOBREAL; 3 grupos;
- Grupo Atividades: 16 grupos:
 - . pessoas envolvidas: 200 pessoas;
 - . palestras: 34 palestras;
 - . pessoas envolvidas: 700 pessoas;
 - . documentos fornecidos: 1.692 documentos;
 - . auxílios concedidos: 9.654 auxílios.

PROGRAMA PRÓ-CRECHE

Preocupação constante por parte do Estado, a assistência vem sendo desenvolvida por vários órgãos, sempre na procura de soluções que possibilitem auferir os melhores resultados à população a que se destina.

Dentro deste objetivo, vem sendo desenvolvido o Programa Pró-Creche, presidido pela Senhora Miriam Amaral de Souza, cuja finalidade, em sua primeira etapa, é construir 25 creches no Rio Grande do Sul, que deverão atender a 1.750 crianças, na faixa etária de 0-6 anos.

Este programa conta com a participação dos Governos Federal e Estadual, dos municípios e das comunidades, através de doações.

Já foram assinados contratos para a construção de 20 creches, sendo que uma delas, localizada no campo da Tuca, em Porto Alegre, já está concluída, desde outubro, quando foi iniciado o programa.

Os projetos de construção são padronizados, apresentando uma concepção modular que permite ampliação, sem prejudicar o funcionamento dos prédios.

Para atingir os objetivos a que se propõe, foi assinado contrato para construção de creches em:

- Passo Fundo - Vila Santa Maria;
- Passo Fundo - Vila Luísa;
- Bento Gonçalves;
- Bagé;
- Sarandi;
- Uruguaiana.

Afora estas, já se encontram em fase de construção, as seguintes:

- Porto Alegre - Vila Esperança;
- Arroio do Meio;
- Canoas;
- Catuipe;
- Farroupilha;
- Garibaldi;
- Ijuí;
- Júlio de Castilhos;
- Palmeira das Missões;
- Santo Ângelo;
- Santa Cruz do Sul;
- Santa Rosa;
- Tramandai;
- Uruguaiana;
- Viamão.

HABITAÇÃO

Atento à problemática habitacional, o Governo do Estado tem procurado dar ênfase especial ao Programa Habitacional, através da Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul - COHAB/RS, e do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO – COHAB/RS

Dentro do “Plano Nacional de Habitação Popular”, a COHAB/RS está afeta a implantação de diversos programas habitacionais, na área de interesse social. A atuação da COHAB/RS através dos programas por ela executados, está voltada para a comercialização com empréstimos do Banco Nacional de Habitação – BNH, para produção de conjuntos habitacionais, destinados a famílias de baixo poder aquisitivo, cujo rendimento mensal seja de 0 a 5 salários mínimos.

Esses programas habitacionais visam a atender os diversos níveis de renda da população-alvo (0 a 5 salários mínimos), levando em conta a capacidade de pagamento, assim como a estrutura familiar ou número de dependentes na família. O mesmo sucede para outros tipos de programas, levando em consideração a situação do domicílio, se urbano ou rural.

A partir da compatibilização dessas variáveis, a demanda será enquadrada e atendida em algumas das alternativas oferecidas.

Destacam-se, a seguir, as principais realizações da COHAB/RS, em 1980, de acordo com os programas à sua disposição e relacionados com o objetivo da Política do Governo.

OBJETIVO:

através da comercialização com empréstimos do BNH, produzir conjuntos habitacionais destinados a pessoas de baixo poder aquisitivo, na faixa salarial de 0 a 5 salários mínimos.

REALIZAÇÕES:

– Programa de construção de núcleos habitacionais:

- . foram construídas 4.986 casas;
- . foi implantada infra-estrutura para 12.192 unidades em 17 núcleos habitacionais;
- . foram iniciadas obras em 11 núcleos para construção de 3.473 casas;
- . foram iniciadas obras de equipamento em 9 núcleos habitacionais;

- Programa de financiamento de lotes urbanizados – PROFLURB:
 - . foram urbanizados 781 lotes e dotados de infra-estrutura 466 lotes em 5 municípios;
- Projetos integrados (compra de empreendimentos):
 - . foram iniciadas obras de infra-estrutura para 19.817 unidades habitacionais em 10 municípios;
- Programa de financiamento para construção, ampliação e melhoria da habitação – FICAM:
 - . foram alvo de financiamento para construção, ampliação e melhoria de casas em terreno próprio 861 unidades habitacionais em 99 municípios do Estado;
- Equipamentos comunitários (em núcleos já concluídos):
 - . foram implantados, em 5 núcleos, 3 prédios comunitários, 2 centros comunitários, 1 creche, 1 posto policial, 1 centro comercial e 1 ambulatório;
- Recuperação de núcleos:
 - . foram efetuadas obras de recuperação em 2 núcleos: em Lageado, de terraplenagem, esgotos e pavimentação e, em Lavras do Sul, de terraplenagem e pavimentação.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO – IPE

O Governo do Estado, através do IPE, tem procurado minimizar o problema do servidor público, no que se refere à aquisição de casa própria.

As principais realizações do IPE, neste sentido estão relacionadas a seguir, segundo seu grande objetivo.

OBJETIVO:

proporcionar habitação aos associados em geral, a custos compatíveis com a capacidade aquisitiva.

REALIZAÇÕES:

- financiamentos para a aquisição de casas próprias num total de 146.012m² ou 2.207 moradias, com área média de 70m²;

- financiamentos para a construção de moradia própria, num total de 151.167.00m² de área construída ou 2.371 moradias com área média de 80m²;
- financiamento para reforma de moradias em geral, tendo sido reformadas 5.238m² ou 199 moradias;
- financiamento para a ampliação de casas, tendo sido realizados 3.431m² de ampliação ou 157 moradias;
- financiamento para conclusão de obras, tendo sido construídos 2.230m² e concluídas 93 moradias.

Para aquisição, construção, reforma e ampliação de moradias aos funcionários públicos, o IPE concedeu financiamento para um total de 4.934 unidades habitacionais.

SEGURANÇA

- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



SEGURANÇA

Assegurar um clima de tranquilidade e segurança às populações sempre foi uma das funções inalienáveis do Estado, que é desempenhada, especificamente, pela Secretaria da Segurança Pública, que deve providenciar os meios e instrumentos necessários à sua execução.

Para tanto, a atual administração desta Secretaria esforça-se para aprimorar seus recursos humanos e materiais.

Neste propósito, e com a preocupação de que os Órgãos de Segurança mantenham uma melhor imagem e atendimento ao público, procurou este Órgão dotar o Estado de cem (100) novas Delegacias de Polícia, até 1982, através do Projeto Integração Comunidade – Segurança Pública.

Visando a beneficiar, primeiramente, os menores municípios do Estado, este projeto justifica-se pelo propósito de sanar os graves problemas decorrentes justamente da inexistência de recursos materiais e humanos para atender adequadamente ao público do interior do Estado.

Fiel ao objetivo de prestar melhores serviços à população, assinou um projeto com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, para policiamento dos corredores exclusivos para ônibus, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Visa este projeto à aquisição de 89 veículos e 50 transceptores para a Brigada Militar do Estado e de 36 veículos para a Polícia Civil.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Sob o aspecto econômico, é verdade que a ação do SETOR SEGURANÇA, mesmo com eficiência e eficácia, não provoca acréscimos nos coeficientes de desenvolvimento econômico.

Transformações psico-sociológicas da família, confinamento da

maioria da população em habitações coletivas, carência de espaços verdes e locais para recreação, a poluição, o intenso trânsito de veículos, provocando fadiga auditiva, os desníveis sociais acentuados, são alguns fatores que contribuem para o aumento dos desajustes e comportamentos delituosos, hoje atingindo acentuado aumento.

Entretanto, são inegáveis os esforços da atual administração da Secretaria da Segurança Pública, para aprimorar seus recursos humanos e materiais, a fim de melhor desempenhar suas funções.

No que concerne à melhoria das condições materiais de trabalho, é importante destacar o Projeto Integração Comunidade-Segurança Pública, para construção de Delegacias de Polícia no interior do Estado, um total de 100 prédios, até 1982, dotadas de modernos equipamentos de comunicação e veículos.

Este projeto é resultado de um Convênio, estabelecido entre o Governo da União, Governo do Estado, Governos Municipais e seus respectivos CONCEPROs – Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública, de caráter eminentemente comunitários, que prevêm, entre outras, atividades diretamente relacionadas com a segurança, tais como, apoio à recuperação de apenados, problemas do menor abandonado, repressão ao tóxico, etc.

Conta já com 15 (quinze) prédios em construção, nos municípios de Feliz, Ivoti, Nova Palma, Panambi, Portão, Paraí, Porto Xavier, Seberi, Três Coroas, São Lourenço, Anta Gorda, Catuípe, Dois Irmãos, Farroupilha e Faxinal do Soturno.

A necessidade de oferecer à população melhores condições de uso de transportes coletivos, objetivou a criação dos corredores exclusivos para ônibus na Região Metropolitana de Porto Alegre. No intuito de melhor atender à população, a Secretaria da Segurança Pública assinou com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, um convênio para aquisição de 89 veículos e 50 transeptores para a Brigada Militar, e 36 veículos para a Polícia Civil, visando o policiamento destes corredores, com a finalidade de garantir ao público segurança e tranquilidade.

Ainda com o propósito de oferecer segurança nas vias públicas, foram assinados convênios entre o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, Secretaria da Segurança Pública e Prefeituras Municipais de Caxias do Sul, Uruguaiana e Santa Cruz do Sul. A

execução deste projeto vem suprir as precárias condições de circulação e sinalização, horizontal e vertical, das vias urbanas daqueles municípios.

Dentro do conjunto de atividades efetivadas, cabe destacar o empenho desta Administração em treinar, formar e aprimorar o elemento humano através do qual desempenha suas funções primordiais. Com esta finalidade, e tendo em vista as inadequadas condições de localização e espaço da Escola de Polícia, foi elaborado o Projeto CAMPUS para a construção de uma nova escola, com amplas instalações, e adequadamente equipada, para propiciar ao policial gaúcho formação condizente com o trabalho que desempenha, que é de propiciar ao cidadão a indispensável segurança que sua atividade produtiva, sua vida familiar e o seu lazer necessitam.

Tendo em vista a necessidade de rapidez nas comunicações, a Secretaria da Segurança Pública está implantando uma rede de tele-impressoras nas Delegacias Regionais de Polícia e nos Regimentos e Batalhões da Brigada Militar.

Também com vista à melhoria na área de comunicações, o Plano Integrado de Telecomunicações, o Plano Integrado de Telecomunicações visa à modernização e à ampliação deste sistema, com a substituição de equipamentos-rádios, já considerados obsoletos, por 69 transceptores portáteis e 70 transceptores veiculares para a Brigada Militar, e 79 transceptores para a Polícia Civil.

As principais realizações da Secretaria neste exercício vão discriminadas a seguir, conforme objetivos que atendam:

OBJETIVO:

construir novos prédios, ampliando e melhorando os serviços especializados.

REALIZAÇÕES:

- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Espumoso, com 320m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Sapiranga, com 180m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Campinas do Sul, com 300m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Lavras do Sul, com 300m² de área;



- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Três de Maio, com 340m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Horizontina, com 270m² de área;
- obras de Destacamento da Polícia Militar de Laranjal (Pelotas): 200m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, com 439m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Venâncio Aires, com 419m² de área;
- conclusão e inauguração da Delegacia de Polícia de Canela, com 280m² de área;
- Adaptação de um Convênio com a CEEE para funcionamento de Delegacia Distrital de Polícia em Bagé (adaptação de prédio: 300m²);
- terraplenagens, fundações e início do levantamento de paredes da Delegacia de Polícia de Feliz: 60m² de área;
- terraplenagens, fundações e paredes da Delegacia de Polícia de Ivoti: 100m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento de paredes da Delegacia de Polícia de Nova Palma: 60m² de área;
- terraplenagem e início das fundações da Delegacia de Polícia de Panambi: 20m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Portão: 60m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Paraí: 40m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Porto Xavier: 60m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Seberi: 50m² de área;

- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Três Coroas: 40m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de São Lourenço: 64m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia do Polícia de Anta Gorda: 60m² de área;
- terraplenagem e início das fundações da Delegacia de Catuípe: 20m² de área;
- terraplenagem, fundações e início do levantamento das paredes da Delegacia de Polícia de Dois Irmãos: 40m² de área;
- terraplenagem e alicerces da Delegacia de Polícia de Farroupilha: 20m² de área;
- terraplenagem, alicerces e levantamento de paredes da DP de Faxinal do Soturno: 75m² de área;
- providências iniciais para elaboração do Projeto Campus, visando construir moderna Escola de Polícia;
- conclusão das obras do Quartel do 9º Batalhão de Polícia Militar: 1.220m² de área;
- obras de Destacamento da Polícia Militar de Laranjal (Pelotas): 200m² de área;
- conclusão do Destacamento da Polícia Militar de Mostardas: 134m² de área;
- projeto da ampliação, demolição, limpeza de área e aquisição de ferro para construção do Quartel do Comando-Geral da Brigada Militar.

OBJETIVO:

reaparelhar o corpo de bombeiros da Brigada Militar.

REALIZAÇÕES:

- foram adquiridos móveis e equipamentos de escritório, cozinha, refeitório, móveis e Auto-Bomba-Tanque ABT.

OBJETIVO:

reaparelhar os órgãos subordinados à Secretaria, visando à maior eficiência operacional.

REALIZAÇÕES:

- aquisição de viaturas dotadas de equipamentos especiais e transceptores, em número de 89 unidades;
- aquisição de transceptores portáteis (hand-talkie) num total de 136 unidades;
- aquisição de veículos para serviços especiais com equipamentos e transceptores (ambulâncias e guinchos): 7 unidades;
- aquisição de motocicletas: 6 unidades;
- aquisição de automóveis Volkswagen, equipados com transceptores: 23 unidades;
- aquisição de revólveres Rossi calibre 38: 250 unidades;
- aquisição de Micrófono para o Instituto Médico Legal: 1 unidade;
- aquisição de automóveis Fiat 147: 70 unidades;
- aquisição de automóveis Chevrolet (Chevette): 10 unidades;
- motocicletas Honda 125 cc: 10 unidades;
- Volkswagen Sedan 1.300: 30 unidades;
- licitação para aquisição de equipamentos para combate ao fogo e salvamento: escada mecânica e equipamento de mergulho;
- instalação de equipamento telex: 20 unidades;
- aquisição de equipamento TTA-30I-CONTROL 35 unidades;

- aquisição de transceptores: 30 unidades;
- aquisição de revólveres Taurus calibre 38: 100 unidades.

OBJETIVO:

renovação da frota de viaturas da Polícia Civil.

REALIZAÇÕES:

- licitação e aquisição de viaturas com transceptores, num total de 44 unidades.

OBJETIVO:

renovar a frota de viaturas da Brigada Militar.

REALIZAÇÕES:

- aquisição e recebimento de viaturas com equipamentos e transceptores, para policiamento ostensivo: 34 unidades.

OBJETIVO:

constituir e aparelhar operacionalmente o Grupo Policial Militar do Pólo Petroquímico.

REALIZAÇÕES:

- aquisição de duas viaturas;
- aquisição de material de comunicação: 3 unidades;
- aquisição de revólveres Taurus: 19 unidades;
- aquisição de algemas metálicas: 16 unidades;
- aquisição de capacetes ABS: 19 unidades;
- aquisição de coletes à prova de balas: 4 unidades;
- aquisição de binóculos prismáticos: 1 unidade;
- aquisição de materiais diversos: 8 unidades;
- aquisição de materiais de obras: 100 unidades.

OBJETIVO:

reaparelhar operacionalmente o Corpo de Bombeiros.

REALIZAÇÕES:

- aquisição de Auto-Bomba-Tanque ABT: 1 unidade;
- aquisição de auto-escada: 1 unidade;
- aquisição de auto-iluminação: 1 unidade;
- aquisição de auto-salvamento: 1 unidade;
- aquisição de Chassis Mercedes-Benz: 2 unidades;

OBJETIVO:

reequipamento da unidade operacional especializada da Brigada Militar.

REALIZAÇÕES:

- aquisição de aparelhos especiais para controle de tumultos: 30 unidades;
- aquisição de escudos especiais para controle de tumultos: 30 unidades;
- aquisição de armas especiais para controle de tumultos: 210 unidades.

OBJETIVO:

dotar os órgãos da Secretaria, em especial o Corpo de Bombeiros, de meios e equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento.

REALIZAÇÕES:

- elaboração e encaminhamento de projeto ao Ministério da Justiça e Caixa Econômica Federal, visando a carrear recursos oriundos do Fundo de Assistência Social (FAS).

OBJETIVO:

dotar a administração superior da Secretaria da Segurança Pública dos equipamentos necessários.

REALIZAÇÕES:

- aquisição de veículos: 9 unidades;
- aquisição de equipamento e melhoria das instalações.

OBJETIVO:

aumentar a capacidade operacional de unidades da Brigada Militar

REALIZAÇÕES:

- aquisição de equipamentos: 12.735 unidades diversas;
- aquisição de eqüinos: 110 unidades.

OBJETIVO:

ampliar prédio da unidade operacional da Brigada Militar.

REALIZAÇÕES:

- aquisição e recebimento de material para conclusão de obra:

OBJETIVO:

reformular e equipar o prédio do Instituto de Identificação (Polícia Civil).

REALIZAÇÕES:

- licitações para aquisição de equipamentos e obras.

OBJETIVO:

construir novos prédios relacionados com a defesa contra sinistros.

REALIZAÇÕES:

- conclusão e inauguração das obras da Estação Açorianos do Corpo de Bombeiros.

OBJETIVO:

executar o projeto de aumento da capacidade de circulação e segurança das vias urbanas de Santa Cruz do Sul.

REALIZAÇÃO:

- assinatura de Convênio do Departamento Nacional de Trânsito – Secretaria da Segurança Pública e Prefeitura Municipal.

OBJETIVO:

executar o projeto de aumento da capacidade de circulação e segurança das vias urbanas de Caxias do Sul e Uruguaiana.

REALIZAÇÃO:

- conclusão das obras.

OBJETIVO:

aparelhar os órgãos vinculados à Secretaria para o desempenho das atividades de fiscalização da flora e fauna.

REALIZAÇÃO:

- projeto básico para definição de Termo Aditivo ao Convênio Secretaria da Segurança Pública/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

OBJETIVO:

melhorar a formação dos quadros técnicos e do pessoal vinculado ao setor.

REALIZAÇÃO:

- estágio de habilitação para operadores TELEX:228 operadores.

OBJETIVO:

propiciar grau compatível de segurança aos usuários dos “Corredores Exclusivos para Transportes Coletivo” de Porto Alegre.

REALIZAÇÃO:

- aprovação pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, de projeto de participação da Secretaria da Segurança Pública – SSP, no Convênio 005/80 (RS/EBTU).

OBJETIVO:

construir quartéis da Brigada Militar.

REALIZAÇÕES:

- doação, pela Prefeitura Municipal de Santiago, de terreno para construção do Quartel do 5º RPMont. e elaboração de projeto da obra;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, de terreno para construção do aquartelamento da Companhia de Polícia Militar daquela cidade;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Palmeiras das Missões, de terreno para construção de aquartelamento do Grupo de Polícia Militar daquele município;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Palmitinho, de terreno para construção de aquartelamento do Grupo de Polícia Militar do município;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Erexim, de terreno para construção do Quartel do Batalhão da Brigada Militar daquela cidade;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, de terreno para construção de aquartelamento do Grupo de Polícia Militar daquele município;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Ronda Alta, de terreno para construção de aquartelamento para o Grupo de Polícia Militar daquela cidade;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhós, de terreno para construção de aquartelamento para o Posto de Polícia Militar no município;
- doação, pela Prefeitura Municipal de Tapejara, de terreno para construção de aquartelamento para o Posto de Polícia Militar naquele município;
- doação, pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, de terreno para construção de aquartelamento para o Posto de Polícia Militar no município.

JUSTIÇA

- **SECRETARIA DA JUSTIÇA**
- **PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA**
- **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

JUSTIÇA

As atividades referentes à função justiça, no Estado do Rio Grande do Sul, são desenvolvidas através da Secretaria da Justiça, Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da Justiça.

Através da Secretaria da Justiça o Governo do Estado relaciona-se com o Poder Legislativo, Poder Judiciário, Partidos Políticos e Corpo Consular; faz guarda de documentos originais e cópias autenticadas que formam a memória econômica e social do Rio Grande do Sul e exerce a administração penitenciária.

À Procuradoria Geral do Estado cabe a orientação no tratamento das questões jurídicas, de interesse da Administração Estadual Direta e Indireta.

A atuação da Procuradoria Geral da Justiça se estabelece na fiscalização da aplicação da lei, através da representação em juízo e acompanhamento da cobrança da dívida pública.

SECRETARIA DA JUSTIÇA

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Justiça, durante o ano de 1980, atenderam às solicitações da Administração, penitenciária, arquivo público e registro do Comércio, conjunto de funções que integram a sua área de competência.

O Sistema Penitenciário mereceu, durante o exercício de 1980, um cuidado muito especial tendo em vista a preocupação da Área Governamental, tanto Federal como Estadual, com a violência e a reincidência criminal. Em busca da avaliação do sistema, foram efetuados estudos por grupos de trabalho que realizaram o levantamento das condições físicas, materiais e de recursos humanos, nos principais estabelecimentos penais, formulando diagnóstico de potencialidades que permitem o melhor equacionamento dos elementos que interferem na execução administrativa das penas.

Atenção também foi dada no que se refere ao andamento das obras de Penitenciária Federal de Charqueadas, Presídio Regional de Santo Ângelo, Presídio Regional de Santa Maria, Presídio Municipal de Santiago e Presídio Municipal de Canguçu.

Além destas se fez a construção da cozinha do Instituto Psiquiátrico Forense, projeto de ampliação para o Presídio Municipal de Novo Hamburgo e reforma na cozinha e nas instalações das luminárias do pátio do Presídio Central.

Paralelamente, o Sistema recebeu novos elementos com a implantação do Projeto SAJU, que está permitindo aos universitários participarem do atendimento jurídico ao preso, obtendo resultados positivos para a administração penitenciária. Dando ênfase à redução dos custos dos serviços penitenciários, em especial ao ônus da manutenção e alimentação do homem preso, foi implantado nos estabelecimentos penais um sistema de controle do uso de gêneros alimentícios, através da utilização de cardápios adequados, segundo planejamento efetuado por técnicos qualificados.

As atividades próprias de registro do comércio vêm sendo modernizadas, gradualmente, a fim de melhor atender seus usuários. Concretizando essa orientação, a Junta Comercial mudou de sede e estabeleceu-se em prédio próprio do Estado, onde também está o Arquivo Público.

Durante o ano de 1980, a Secretaria da Justiça teve desenvolvidas as seguintes realizações relacionadas segundo os objetivos que atendem.

OBJETIVO:

dar assistência ao Corpo Consular – promover o relacionamento entre o Governo e o Corpo Consular – programar e executar visitas de diplomatas e personalidades estrangeiras ao Estado.

REALIZAÇÕES:

- recepção e acompanhamento aos Embaixadores de Honduras e da França a aos Cônsules-Gerais da Polônia e do Chile;
- recepção e acompanhamento ao novo Cônsul-Geral da França, em visitas protocolares de apresentação, e ao ex-Cônsul do Uruguai, em visitas de despedida;
- recepção e acompanhamento do Embaixador da Nigéria

- encaminhamento de processos de reconhecimento de Cônsules e Vice-Cônsules.

OBJETIVO:

executar os serviços de registro das atividades econômicas.

REALIZAÇÕES:

- registro e arquivo de documentos sobre a constituição de 4.383 novas empresas;
- extinção de 742 empresas;
- alteração de 3.587 registros de empresas.

OBJETIVO:

apreciar pedidos de livramento condicional, indultos, graças presidencial, serviço externo de utilidade pública e autorização para freqüência em curso profissionalizante fora da rede penitenciária.

REALIZAÇÕES:

- apreciação de 938 processos de livramento condicional;
- apreciação de 1.086 processos de indulto;
- apreciação de 141 processos de Serviços Externos de Utilidade Pública.

OBJETIVO:

realizar estudos e pesquisas com vistas ao estabelecimento da Política Penitenciária do Estado bem como acompanhar a assistência jurídica gratuita a presos, por parte de estudantes de Direito.

REALIZAÇÕES:

- levantamento da situação prisional do Estado;
- destino da população carcerária do desativado Presídio Municipal de Viamão;
- estudo do Município de Getúlio Vargas no contexto penitenciário do Estado.
- estudo da reclassificação dos Presídios segundo a entrância da Comarca;



- acompanhamento da execução do Projeto SAJU na penitenciária Estadual do Jacuí;
- implantação do Projeto Piloto de reestruturação e racionalização dos Almojarifados dos Estabelecimentos Penais de grande porte;
- treinamento técnico-administrativo aos responsáveis pelo Serviço de Alimentação nos Estabelecimentos Penais de Grande Porte, com relação à documentação implantada pelo Projeto Piloto;
- orientação técnica-dietética para o pessoal responsável pelo preparo da alimentação nos Estabelecimentos Penais de Grande Porte, visando a introdução de novos tipos de alimentos;
- avaliação técnica-administrativa dos documentos relativos ao estoque, previsão e cronogramas de entregas de gêneros alimentícios dos Estabelecimentos Penais de Grande Porte, visando a implantação do Projeto Piloto;
- visitas de supervisão aos Serviços de Alimentação dos Estabelecimentos Penais de Grande Porte;
- reuniões junto ao DECAM com a finalidade de estudar o planejamento de compras e entregas de gêneros alimentícios aos Estabelecimentos Penais de Grande Porte;
- reuniões com os Diretores dos Estabelecimentos Penais de Grande Porte, visando à integração técnica-administrativa destes com o Órgão Central.

OBJETIVO:

reaparelhar e restaurar os Estabelecimentos Penais do Estado.

REALIZAÇÕES:

- reinício da etapa média da Penitenciária de Charqueadas;
- contrato com a Prefeitura de Santo Ângelo – Presídio de Santo Ângelo;
- subsídio para a elaboração do contrato de empreitada no Presídio Municipal de Santiago;
- projeto de construção da cozinha do IPF;

- montagem de Stand na Multifeira;
- vinte e sete inspeções em Obras;
- quatorze visitas de Acompanhamento de Obras;
- vistorias nos estabelecimentos de grande porte.

OBJETIVO:

planejar, pesquisar, estudar variáveis para melhor produzir na área agropastoril, procurando levar a mão-de-obra a ressocializar com aproveitamento.

REALIZAÇÕES:

- plantio de duas lavouras com melancia e abóbora;
- plantio de milho;
- plantio de mandioca;
- construção de três Biodigestores;
- construção de uma pocilga na Colônia Penal Agrícola “Gen. Daltro Filho”.

OBJETIVO:

efetuar o controle da situação legal dos presos e providenciar na assistência judiciária aos mesmos.

REALIZAÇÃO:

- acompanhamento e controle de:
 - . 131 benefícios diversos;
 - . 805 entradas em estabelecimentos penais;
 - . 39 fugas de estabelecimentos penais;
 - . 26 capturas;
 - . 293 registros de liberdade;
 - . 2 falecimentos.
- realização de 612 audiências.

OBJETIVO:

proporcionar ao reeducando assistência de meios de formação humana, cultural e profissional, bem como prestar assistência social e médica à família e ao egresso.

REALIZAÇÕES:

- atendimento médico aos apenados e seus familiares; PEJ, totalizando 80;
- encaminhamento de 8 apenados aos Hospitais;
- remessa de 80 remédios à PEJ;
- realização de diversas reuniões de estudos das Equipes da valorização Humana e Educacional;
- visitas de orientação e Assessoria a Casas Prisionais, Equipes de Serviço Social, Domiciliares e a Hospitais;
- realização de 47 cursos de qualificação de Mão-de-Obra;
- realização de 27 cursos de Educação Integrada;
- realização de cursos Mobral e Educação Supletiva;
- visitas de Orientação e Supervisão aos cursos, às equipes de valorização humana, às casas prisionais totalizando 34;
- participação na Campanha “Dê um livro a um Presidiário”;
- realização de 72 visitas de acompanhamento aos reeducandos e familiares.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado é órgão integrante do gabinete do Governador, com, incumbência de representar o Estado, objetivando estabelecer orientação uniforme no tratamento das questões jurídicas de interesse da Administração Estadual Direta e Indireta.

Buscando o aperfeiçoamento de suas atividades procurou, através da descentralização dos serviços de assistência judiciária dar uma assistência cada vez mais ampla às classes necessitadas, tanto na Região metropolitana de Porto Alegre como em municípios do interior do Estado.

Para tanto, foram instalados escritórios em 36 municípios do interior, além dos seguintes na capital e região da Grande Porto Alegre:

- Escritórios Periféricos da Capital
 - . Vila Restinga
 - . São José do Murialdo
 - . Vila Farrapos
 - . Sarandi
 - . Ilha da Pintada

– Escritórios Periféricos da Grande Porto Alegre (Canoas)

- . Vila Rio Branco
- . Vila Fernandes
- . Vila Santa Rita
- . Vila Niteroi
- . Vila Igara
- . Vila Matias Velho

Procurando atender aos objetivos a que se propôs, as realizações da Procuradoria Geral do Estado, no ano de 1980, foram as seguintes:

OBJETIVO:

- **prestar assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos Municípios;**
- **realizar processos administrativos e disciplinares, nos casos previstos em lei, emitindo parecer nos que forem encaminhados à decisão final do Chefe do Poder Executivo;**
- **prestar, na forma da lei, diretamente ou através de órgão vinculado, assistência jurídica e judiciária aos necessitados e aos servidores públicos, processados por terceiros, em virtude de ato praticado no exercício da função.**

REALIZAÇÕES:

Através da Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral do Estado:

- pessoas recebidas pelo Procurador-Geral 918
- citações recebidas 674

Através do Procurador-Geral Adjunto:

- despachos 3.243
- diversos 37
- pessoas atendidas 684
- ofícios 882
- ofícios circulares 4
- despachos Gabinete 300
- Anteprojeto de Lei sobre pensões dos dependentes dos Procuradores do Estado;
- Anteprojeto de Lei dispondo sobre a proteção do meio ambiente e o controle a poluição;

- criação da Equipe de informações processuais;
- criação da Equipe de Assessoramento Legislativo;
- criação da Equipe de Uniformização da Jurisprudência Administrativa;
- criação da Equipe de Serviços Estatísticos;
- criação da Unidade para Assuntos do Interior a Procuradorias Regionais;
- publicações em jornais do Estado 147

Através da Documentação e Divulgação:

- atendimento de 25.680 consultas e 6.420 leitores;
- aquisição de obras novas 122
- classificação e catalogação de textos 6.701
- cedência de livros 8.840
- encadernamento de obras 50
- promoção da Semana de Estudos sobre o Parcelamento do Solo;
- promoção de Curso de Extensão em Direito Urbanístico;
- promoção de Comentários e alguns aspectos mais significativos das Leis nºs 7.357 e 7.397 de 1980.

Através das Informações Processuais:

- instalação de moderna aparelhagem (terminal computador) no Instituto de Informática Jurídica na Procuradoria Geral do Estado.

Através do Assessoramento Legislativo:

- realização de 21 estudos documentados com pesquisas da legislação aplicável, doutrina e jurisprudência judicial administrativa;
- realização de 3 pesquisas;
- preparação de 9 Projetos de Lei com justificativa;
- gerência de concurso público para provimento de cargos de Assistente Judiciário.

Através de Assuntos do Interior:

- criação da Unidade para Assuntos do Interior, atendendo, atualmente, 53 municípios;

- assistência jurídica em 26 escritórios da Região Metropolitana;
- aumento de Advogados do interior de 20 para 68;
- assinatura de convênios com Instituições Universitárias para Prestação de Assistência Judiciária;
- procedimentos judiciais (44.177);
- atendimento a 2.688 pessoas nos Escritórios Periféricos;
- andamento de 7.973 ações;
- encerramento 802 ações;
- atendimentos realizados na Capital, em 1980: 99.189;
- atendimentos na Região Metropolitana, não incluindo Porto Alegre, em 1980 14.336

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Procuradoria Geral da Justiça – Órgão do Ministério Público, no cumprimento de suas funções constitucionais busca a agilização da atuação dos Promotores Públicos da Comarca da Capital e das Comarcas do Interior perante os Juízes e tribunais junto aos quais oficia.

A Administração Superior do Ministério Público é exercida pelo Procurador-Geral da Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, sua Comissão Disciplinar, e Corregedoria do Ministério Público.

Atuando de forma a dar maior racionalização as suas ações teve, durante o ano de 1980, instaladas as seguintes promotorias.

- na 3ª entrância
 - . 3ª Promotoria de Passo Fundo
 - . 3ª Promotoria de Santa Maria
 - . 5ª Promotoria de Caxias do Sul
 - . 3ª Promotoria de São Borja
- na 2ª entrância
 - . 2ª Promotoria de Santiago
 - . 2ª Promotoria de Frederico Westphalen
 - . 2ª Promotoria de Sapucaia do Sul



- na 1ª entrância
 - . 2ª Promotoria de Alvorada
 - . 2ª Promotoria de Santo Antônio das Missões
 - . 2ª Promotoria de Coronel Bicaco

Seguem-se os objetivos traçados pela Procuradoria Geral da Justiça, seguidos de suas respectivas realizações:

OBJETIVOS:

- **ajuizar e acompanhar até o final, a cobrança judicial da Dívida Ativa do Estado nas Comarcas onde não existam advogados do Estado;**
- **representar em juízo, através do atendimento nas Curadorias de Família, Menores, Falências, Acidentes do Trabalho, tudo isso em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em cada Foro, perante cada Juiz de Direito, junto aos Tribunais de Alçada e de Justiça, envolvendo todo o Quadro do Ministério Público e o Quadro Próprio da Procuradoria-Geral da Justiça. Com vinculação direta ao Governador do Estado, compõem-se de Procuradores da Justiça, Promotores Público e Quadro de Pessoal Administrativo.**

REALIZAÇÕES:

Através da Assessoria Jurídica:

- atuação em 632 processos que tramitaram junto ao Tribunal de Justiça e seu Tribunal Pleno, Conselho Superior da Magistratura, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal, conforme especificação a seguir:
 - . 179 Recursos Extraordinários
 - . 98 Agravos de Instrumento
 - . 75 Processos do Tribunal da Justiça e de Alçada
 - . 179 Precatórios
 - . 101 Processos Diversos

Através do Ministério Público, em segundo grau:

- intervenção em 6.986 processos, sendo 5.028 sobre matéria criminal, junto aos Tribunais de Justiça e de Alçada e 1.958 junto às Câmaras Cíveis.

Através do Gabinete de Pesquisa e Planejamento:

- atendimento de 47 consultas, sendo 22 sobre matéria criminal e 25 sobre matéria cível;

- acompanhamento das decisões do Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários e Agravos oriundos do Rio Grande do Sul;
- publicação-pesquisa, datilografia, impressão, distribuição e montagem – dos informativos n^{os} 17, 18 e 19 e Sumários n^{os} 7 e 8;
- atualização do fichário das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Através da Corregedoria do Ministério Público, órgão de inspeção, orientação e disciplina das atividades dos membros do Ministério Público:

- supervisão do estágio probatório concluído por trinta bacharéis aprovados em 1978 e dezenove aprovados em 1979, em concursos realizados para o cargo de Promotor Público;
- realização de 14 correições nas comarcas do interior do Estado e Capital, sendo 12 ordinárias e 2 extraordinárias;
- realização de investigações preliminares para apurar fatos ocorridos em três comarcas do interior do Estado e na Capital.

Através do Ministério Público de 1^o grau – 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Entrâncias, em 40 promotorias correspondendo a 10 em cada entrância:

– intervenções em processos	20.731
– audiências assistidas	12.774
– pessoas atendidas	20.857
– intervenções diversas	724

Através da Procuradoria de Fundações, órgão de assessoramento incumbido de velar pelos interesses das Fundações:

– recebimento de 170 processos de prestação de contas (65 referentes a 1979 e 105 de anos anteriores):	
. relatórios de processos	33
. pareceres emitidos	59
. análise de contas	26
. portarias emitidas	17
. ofícios	63
. outros documentos (Alvarás, Certidões, etc.)	17
. recomendações	02

TRANSPORTE

- SECRETARIA DOS TRANSPORTES
- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADA DE RODAGEM DO RIO GRANDE DO SUL – DAER
- COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CÍNTEA
- DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO – DAE
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS
- DEPREC

TRANSPORTES

No prosseguimento da execução da política dos transportes do Estado, a Secretaria dos Transportes concentrou-se no atendimento a seus três setores fundamentais: transporte rodoviário, aeroviário e hidroviário, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CÍNTEA, Departamento Estadual de Portos, Rio e Canais – DEPRC e Departamento Aeroviário do Estado – DAE.

No exercício de 1980, de acordo com as diretrizes básicas estabelecidas pela Política Governamental, e buscando compatibilizar os planos estaduais com os federais e municipais para o setor, realizaram-se diversas obras de infra-estrutura básica. Entre estas, cita-se no setor rodoviário, a recente conclusão de importantes segmentos, como o trecho Nova Prata – Casca; a RS-155, completando o segmento Três Passos – Ijuí e Bom Princípio – Feliz BR-116; também tiveram início as obras de implantação, pavimentação e melhoramento de ligações de sedes municipais à malha rodoviária principal.

No transporte hidroviário, a navegação interior vem aumentando sua participação de forma expressiva. O Porto de Estrela foi completado como entroncamento rodo-hidro-ferroviário com a ligação ferroviária ao Tronco Principal Sul, em Corvo.

As principais realizações do exercício, executadas pelas vinculadas desta Secretaria, estão a seguir relacionadas.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER

Durante o exercício, o DAER logrou manter em satisfatórias condições de tráfego 10.561km de rodovias, sendo 9.221km integrantes da rede estadual e 1.340km de rede federal, por delegação

do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER. Deste total 3.000km são dotados de pavimento e os restantes de revestimento primário.

O DAER divide suas atividades principais em duas grandes áreas de atuação: construção e conservação de rodovias.

– **Construção e Conservação de Rodovias:** o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem executa obras por administração direta e por empreitada.

. **Construção por Administração Direta**

Foram executadas 8,50km de base de pedra britada e 15,50km de concreto asfáltico.

A terraplenagem em andamento atingiu o volume de 1.833.000,00m³, tendo sido implantados 71,10km de rodovias.

Foram concluídos 400,00m de obras de arte especiais (pontes).

O DAER manteve 28 frentes de construção de terraplenagem e pavimentação e 16 frentes de construção de obras de arte especiais, em 1980.

. **Construção por Empreitada**

Foram executados 80,00km de base de brita graduada e 57,40km de concreto asfáltico.

A terraplenagem, em andamento, atingiu o volume de 2.776.000,000m³, tendo sido implantados 100,50km de rodovias.

Foram concluídas 550,00m de Obras de Artes Especiais.

O DAER manteve 22 frentes de construção, entre terraplenagem e pavimentação e 4 frentes de construção de Obras de Artes Especiais, em 1980.

Incluem-se, na construção por empreitada, algumas rodovias federais, por delegação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

– **Conservação de Rodovias:** o DAER conserva 10.561km de rodovias estaduais e federais delegadas, exclusivamente com seu pessoal e equipamento, distribuídos e 17 Unidades de Conservação.

As equipes de conservação executaram 670.000.000m³ de recomposição de aterros.

Foram patrolados 1.165.000.000,00m² de rodovias implantadas.

Realizaram-se 35.000.000,00m² de roçadas, manual e mecânica, nas estradas conservadas.

Foi executado um volume de 1.036.000,000m³ de revestimento primário, permitindo tráfego em todas as estradas estaduais, com qualquer tempo.

Nas rodovias pavimentadas, nos trechos que apresentaram problemas de desgaste devido ao tráfego, foram executados 1.300.000,00m² de capa selante asfáltica.

Os trabalhos, acima mencionados, representaram os principais serviços de conservação, executados em 1980.

Para viabilizar essas duas atividades principais, o DAER exerce outras várias e indispensáveis atividades secundárias, sintetizadas a seguir:

- planejamento, organização, controle e coordenação das atividades de programação a curto, médio e longo prazos bem como a manutenção de articulação com as atividades de planejamento rodoviário com a União e Municípios;
- organização, direção, orientação, supervisão, coordenação e controle das atividades de procuradoria, consultoria jurídica, serviços concedidos, execução financeira e contábil, administração de pessoal, assistência social, seleção e treinamento de pessoal e sistemas administrativos de serviços especiais da autarquia.

Para a execução de todas as suas atividades, o DAER mantém 7.126 funcionários, sendo a maioria pertencente ao quadro de carreira e os demais contratados sob a égide das leis trabalhistas.

Procurando atender aos objetivos a que se propôs, as realizações, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, no ano de 1980, foram as seguintes:

OBJETIVO:

manter em boas condições de tráfego a rede ferroviária estadual e os trechos federais delegados, numa extensão total de 9.906,40km.

REALIZAÇÕES:

- os principais serviços foram executados em 1980, através das 17 Unidades de Conservação e suas respectivas capatazias que estão distribuídas no interior do Estado de acordo com a malha existente:

. patrolagem	1.165.000.000,00m ²
. revestimento primário	1.036.000,000m ³
. roçadas manual e mecânica	35.000.000,00m ²
. recomposição de aterros	670.000,000m ³
. tapa-buraco (em asfalto)	9.900.000m ³
. capa selante	1.300.000,00m ²
. tapa-buraco (em solo)	58.126,000m ³

OBJETIVO:

dar prosseguimento ao plano rodoviário estadual, com a implantação de 699km de rodovias.

REALIZAÇÕES:

- Serviços executados por administração direta:

. terraplenagem	1.833.000,000m ³
. recuperação da ponte sobre o rio Pardo e conclusão da ponte sobre o arroio Cadena	400,0m

- Serviços executados por empreitada:

. terraplenagem	2.776.000,000m ³
. pontes	550,0m

OBJETIVO:

pavimentar 537km e melhorar 80km de rodovias do plano rodoviário estadual.

REALIZAÇÕES:

- Serviços por empreitada:

- . pavimentação: 57,4km
- . melhoramentos: 57,4km

- Serviços por administração direta:

- . pavimentação: 9,6km
- . melhoramentos: 21,0km

OBJETIVO:

melhorar as ligações das sedes municipais à malha rodoviária principal, com a pavimentação, retificação ou consolidação das rodovias, numa extensão de 884km.

REALIZAÇÕES:

– Ligações em execução:

- . implantação: 12,0km
- . pavimentação: 10,0km

**COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE
ESTRADAS ALIMENTADORAS
CINTEA**

O Governo do Estado, através da Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, vem auxiliando de forma efetiva e permanente os Municípios na melhoria das condições de tráfego da malha vicinal, que atinge cerca de 180.000 quilômetros de estradas, todas ramificadas e conduzidas ao traçado rodoviário troncal.

Os dois principais programas desenvolvidos pela CINTEA foram os seguintes: Programa de Construção e Melhoria de Estradas Vicinais e Programa de Obras de Arte Especiais (Pontes).

O primeiro programa vem sendo equacionado com a execução de obras de construção (implantação de novas rodovias) e melhoria (retificação de traçado existentes com revestimento primário), tarefa que é executada, hoje, por 75 frentes de serviço, permanentemente em ação, em forma de rodízio, entre os municípios associados, em número de 205, permitindo manter uma média mensal de 200 quilômetros de estradas. Em 1980 foram atingidos 2.614 quilômetros efetivamente consolidados.

O segundo programa visa à construção de pontes de alvenaria, em locais que ainda são transpostos pelos denominados “passos” ou “barcas” e em substituição a velhas pontes de madeira, beneficiando segmentos rodoviários que, temporariamente, se vêem prejudicados em seu trânsito por cheias dos cursos d’água. A ação de construir pontes de alvenaria constitui um objetivo marcante das administrações municipais, eis que, com a escassez atual de madeira apropriada para as obras, as municipalidades são impelidas a adotar a solução definitiva da obra de alvenaria. Em cinco anos de atividades deste programa a CINTEA erigiu 5.720 metros lineares de pontes, somando 145 unidades.

A partir de 1979, vem se desenvolvendo outra etapa deste programa, que compreende 3.417 metros lineares e 63 unidades, estando 28 delas em andamento de obras ou de licitação. Uma terceira etapa vem tendo financiamento negociado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE para 295 unidades e 8.255 metros lineares, cuja execução, deverá ser iniciada nos próximos meses.

Seguem-se os objetivos traçados pela CINTEA em 1980, seguidos de suas respectivas realizações.

OBJETIVO:

construir e melhorar estradas alimentadoras (9.000km).

REALIZAÇÕES:

- construção de estradas 144km
- melhoria de estradas 356km
- ensaibramento 136km

OBJETIVO:

construir pontes (8.000m)

REALIZAÇÕES:

- foram construídos 7,7m lineares de pontes, encontrando-se 8 obras em construção.

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS,
RIOS E CANAIS- DEPRC**

O ano de 1980 marcou profundas mudanças nas perspectivas do transporte hidroviário no Rio Grande do Sul, iniciando uma década que deverá ser marcada pela maior participação desta modalidade de transporte, em resposta às metas prioritárias de economia de combustível e redução dos custos na distribuição dos produtos.

Os portos organizados do Estado – Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas – movimentaram, de janeiro a outubro de 1980 13.833.015t, contra 11.458.043t em igual período do ano anterior, o que representa uma taxa de crescimento de 20,7%, conforme demonstra o quadro abaixo:

**MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS NOS
PORTOS ORGANIZADOS DO RS
(JANEIRO A OUTUBRO DE 1980)**

PORTOS	IMPOR TAÇÃO	EXPOR TAÇÃO	TOTAL	TAXA CRESC. ANUAL %
Porto Alegre	2.839.590	1.392.690	4.232.280	17,9
Rio Grande	4.569.491	4.716.928	9.286.419	23,4
Pelotas	55.437	258.879	314.316	- 7,4
TOTAL	7.464.518	6.368.497	13.833.015	20,7

Estes dados permitem prever a movimentação de 15 milhões de toneladas até o final do exercício, e uma tendência crescente nos próximos anos com o início das operações do Terminal de Trigo/Soja no Superporto de Rio Grande, previsto para fevereiro de 1981.

Construído com recursos do Governo Federal, através da PORTOBRÁS, para dar a estrutura de apoio necessário ao Corredor de Exportações, o Terminal é constituído de:

- dois armazéns graneleiros com capacidade estática para 76.000t cada um;
- um silo vertical, com capacidade estática para 130.000t (o maior do país);
- um cais com dois berços para navios de grande porte;
- um cais com seis berços para embarcações fluviais sendo três berços cobertos, permitindo a operação em quaisquer condições climáticas.

O acréscimo de capacidade de fluxo do Porto de Rio Grande, com a operação efetiva do Terminal, é de 3.000t/hora no embarque e 1.500t/hora no recebimento de mercadorias.

O Porto de Porto Alegre, foi equipado, recentemente, com um guindaste que deverá aumentar em 100% a capacidade de movimentação de fertilizantes, e atender o fluxo de 16.000t/mês de produtos siderúrgicos, a partir de novembro do corrente ano, tendo conseguido bater o recorde de produtividade, operando 175t/hora na descarga de chapas e bobinas de aço.

Com o aumento da demanda de carvão pelas indústrias do Centro-Sul, os Portos de Porto Alegre e Pelotas estão sendo equipados para funcionar como terminais de carvão, enquanto se finalizam os estudos para aproveitamento da hidrovia do Jacuí no escoamento do produto, e para construção do terminal alternativo em Rio Grande.

A preocupação do Governo do Estado no sentido de desenvolver suas hidrovias tem sido constante, com a participação, através do DEPRC, na execução dos serviços de dragagem e manutenção das vias de navegação interior, tais como:

- dragagens dos canais de navegação do Rio Guaíba para 17 pés;
- dragagem do canal que liga o Porto Novo ao Superporto de Rio Grande para 29 pés;

- dragagem do Canal da Feitoria na zona sul da Lagoa dos Patos para 17 pés;
- dragagem para ancoradouro de barcaças do Terminal Trigo Soja em Rio Grande;
- dragagem do Rio Jacuí, no trecho situado entre Cachoeira do Sul e Amarópolis, para 2,5m.

Vistas em conjunto, estas obras representam os resultados dos esforços do Governo Federal e Estadual, visando a desenvolver a estrutura viária de forma integrada, e estimulando a utilização das modalidades de transportes que mais contribuem para a redução dos custos de produção e distribuição.

As vias de navegação interior, ligadas às malhas rodoviárias e ferroviárias nos entroncamentos de Estrela e Cachoeira do Sul (este último em projeto), são os troncos de escoamento de produção agrícola, dirigidos para a exportação e consumo através dos portos organizados, que oferecem, hoje, as condições necessárias de armazenagem e fluxo para agilizar e racionalizar a comercialização.

As taxas crescentes de utilização dos portos e os aumentos de produtividade obtidos confirmam a crescente eficiência do setor, resultado da integração do Sistema de Transportes no Estado do Rio Grande do Sul.

Importante ainda salientar o sucesso obtido pelo restabelecimento do serviço de barcas Porto Alegre-Guaíba no transporte de passageiros na região metropolitana.

Este serviço é realizado por 2 barcas, estando em fase de projeto a construção de mais 2 para atender a demanda de passageiros.

Encontram-se em estudos, para posterior funcionamento, diversas outras linhas de transportes hidroviários, tais como: Porto Alegre-Assunção-Lami; Porto Alegre-Charqueadas-São Jerônimo; São Jerônimo-Triunfo; Porto Alegre-Montenegro e também Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande.

As realizações em 1980, do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC, segundo os objetivos propostos foram os seguintes:

OBJETIVO:

manter as condições de navegabilidade dos canais interiores do estado, pela execução de dragagens.

REALIZAÇÕES:

- dragagens de alargamento e limpeza dos canais: 1.345.500,000m³;
- Apoio técnico e administrativo.

OBJETIVO:

proceder ao controle e segurança do tráfego hidroviário nos canais interiores do estado, pela manutenção do balisamento e das obras de proteção.

REALIZAÇÕES:

- manutenção da sinalização náutica;
- manutenção dos molhes da Barra de Rio Grande e de obras de proteção;
- recuperação de linhas férreas;
- apoio técnico administrativo;

OBJETIVO:

continuar os trabalhos de manutenção, balisamento, dragagem, derrocamento das vias navegáveis do estado.

REALIZAÇÕES:

- os trabalhos de dragagem e derrocamento da hidrovia do Rio Jacuí foram assumidos pela PORTOBRÁS em convênio firmado com o DEPRC – PORTOBRÁS em:
 - . levantamento batimétrico do canal de acesso ao Pólo Petroquímico;
 - . dragagem aos canais de acesso ao Porto de Porto Alegre.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO – DAE

As atividades do DAE dividem-se em dois ramos: aeroportuário e aeroviários. Durante o ano de 1980, as atividades aeroportuárias objetivaram, principalmente, a manutenção de aeroportos e



suas instalações, sendo as obras necessárias executadas, em sua maioria, por administração direta do Departamento e as demais, com a colaboração das Prefeituras Municipais ou firmas empreiteiras. Os serviços executados foram de ceifamento, reforços no revestimento primário, drenagens, cercamentos, sinalização diurna, reparos nas estações de passageiros e hangares. Os aeroportos beneficiados por estas obras foram: São Leopoldo, Belém Novo, Garibaldi, Caxias do Sul, Passo Fundo, Carazinho, Erexim, Iraí, Sarandi, Santo Ângelo, Pelotas, Torres, Capão da Canoa, Alegrete, Cachoeira do Sul, Livramento, Osório, Santa Cruz do Sul, São Luiz Gonzaga e Vacaria. Os aeroportos servidos por linha comercial regular, portanto, receberam toda a atenção visando à melhoria das condições de segurança com o conseqüente incremento do conforto para os usuários. Os poucos recursos de investimentos, com que o órgão contou em 1980, foram utilizados na ampliação do aeroporto de Canela e no preparo de condições favoráveis à pavimentação da nova pista do aeroporto de Erexim, no próximo exercício.

As atividades aeroviárias consistiram nas operações da frota de aeronaves do DAE, constituída de quatro unidades inicialmente, e de cinco unidades a partir de novembro, com a incorporação à mesma de uma moderna aeronave, tipo XINGU, para utilização pelo Governo do Estado. Essa frota de aeronaves está encarregada do transporte de autoridades e funcionários, em seus afazeres na solução de diversos assuntos atinentes às suas Secretarias. No ano de 1980, até a presente data, as aeronaves do DAE efetuaram 692 vôos, transportando 1.822 passageiros, percorrendo 429.330km e perfazendo um total de 1.655 horas de vôo.

Segundo seus objetivos para 1980, as realizações do Departamento Aeroviário do Estado foram as seguintes:

OBJETIVO:

concentrar esforços na pavimentação, manutenção e reaparelhamento de aeroportos de modo a elevar a segurança de seus usuários, com acréscimo de 180.000m² de pista e área de estacionamento.

REALIZAÇÕES:

– manutenção e reaparelhamento dos seguintes aeroportos do Estado: Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Jaguarão, Pelotas, Iraí, Santo Ângelo, Carazinho, Cruz Alta, Torres, Capão da Canoa, Erexim, Belém Novo, Cachoeira do Sul e Quaraí.

OBJETIVO:

construir 900m² de terminais de passageiros em pontos especiais do estado.

REALIZAÇÕES:

- construção da estação de passageiros de Capão da Canoa e Carazinho: 30m².

OBJETIVO:

proceder à terraplenagem em certos aeroportos com movimentos de 160.000m³ de solo.

REALIZAÇÕES:

- terraplenagem da ampliação da faixa de pouso do Aeroporto de Canela: 30.000m³.

OBJETIVO:

investir em aeroportos de centros turísticos.

REALIZAÇÕES:

- reforço do revestimento primário das pistas dos aeroportos de Canela e Torres.

OBJETIVO:

dar apoio financeiro à entidades aerodesportivas e apoiar a renovação da frota de aeronaves e de máquinas e equipamentos, destinados aos serviços de aeroportos.

REALIZAÇÕES:

- pagamento das subvenções aos aeroclubes habilitados: 16 aeroclubes;
- aquisição de uma aeronave para a frota do Departamento Aeronáutico do Estado.

TELECOMUNICAÇÕES

**- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
TELECOMUNICAÇÕES - CRT**

TELECOMUNICAÇÕES

Após quatro anos de planejamento e estudos, o que proporcionou um perfeito conhecimento e análise das reais necessidades de cada Município, foi implantada a Regionalização dos Serviços de Telecomunicações.

Desta forma foram oficializadas as seguintes Regiões Operacionais:

- Região Metropolitana com sede em Porto Alegre
- Região Leste com sede em Novo Hamburgo
- Região Noroeste com sede em Santo Ângelo
- Região Oeste com sede em Santa Maria
- Região Sul com sede em Pelotas
- Região Nordeste com sede em Caxias do Sul

Em fins de 1979, iniciou-se o processo de regionalização, que foi integralmente operacionalizado no decorrer deste exercício de 1980.

Esta regionalização visou a atender os seguintes objetivos:

- descentralizar a administração de operação, até então toda em Porto Alegre, permitindo, assim, a obtenção de melhores resultados, através da gerência direta e próxima dos problemas, o que permitirá direcionar maiores recursos materiais, financeiros e humanos;
- melhorar o controle dos resultados pela diminuição da área de abrangência, proporcionando maior rapidez e compreen-



são nas soluções dos problemas das várias regiões do Estado, aproximando ainda mais a Empresa dos usuários nas comunidades do interior.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES – CRT

A Companhia Riograndense de Telecomunicações é a Empresa responsável pelos Serviços de Telecomunicações no Estado, como um órgão vinculado à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, visando à melhoria, à manutenção e à expansão destes serviços.

Em consonância com as metas prioritárias estabelecidas pelo Governo do Estado, e atendendo a diretriz da Telebrás, a Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT – elaborou um programa de Incorporações dos Serviços Telefônicos de 69 sedes de comunidades, que ainda estavam sob a concessão das respectivas Prefeituras Municipais.

Este programa teve como objetivo melhorar os serviços de telecomunicações, imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social destas comunidades, de vez que são reconhecidas as dificuldades financeiras dos municípios envolvidos para efetuarem investimentos necessários às ampliações e ao aperfeiçoamento dos serviços de telecomunicações.

Assim, foram desenvolvidas as tratativas de incorporações em grupos de municípios, a partir de 15 de janeiro do corrente ano, e concluído este programa em 26 de novembro de 1980, quando, em ato solene realizado no Palácio Piratini, foram assinadas as escrituras públicas de incorporação dos serviços telefônicos dos últimos 14 municípios.

Destacam-se que 23 destes 71 municípios receberão a implantação de centrais automáticas, através dos Planos de Expansão n^{os} 910 e 11. Os equipamentos já foram contratados, e terão, no sistema interurbano, o acesso à Discagem Direta à Distância – DDD, e Discagem Direta Internacional – DDI. Dois destes são municípios servidos por Cooperativas e já assinam protocolo, no sentido de transferir seus serviços à CRT.

Além destes, todos os demais 48 municípios restantes, apesar

de permanecerem operando com sistema manual, receberão uma significativa ampliação na capacidade da central e do sistema interurbano.

Atendendo a diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, que visam a dotar a agricultura e a pecuária de infra-estrutura própria, no sentido de fixar o homem no campo e aumentar a produtividade das áreas cultivadas, a CRT elaborou, numa primeira fase, um Plano de Emergência de Telefonia Rural. Tem este Plano a finalidade de dotar de Postos de Serviços os distritos, vilas e povoados mais significativos das cidades onde existam números vagos nas centrais, com acesso ao sistema DDD.

Visando à concretização deste programa, foram realizados contatos com fabricantes para fornecimento de equipamentos com baixa capacidade com menores custos, já estando em fabricação Centros Telefônicos e Rádios Canais.

Neste exercício foi elaborado um "Projeto de Viabilidade Econômica" para a implantação deste programa, sendo encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, no terceiro trimestre de 1980, o qual está em fase de análise.

Com o Programa nº 910 (que é a junção dos programas nº 9 e nº 10), serão instalados 96.000 novos terminais automáticos em centrais de 89 sedes municipais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que 55.500 terminais serão implantados e 40.500 serão ampliados em centrais já existentes.

Neste programa serão atendidos, ainda, 75 municípios com remanejamento de centrais manuais, tipos BC e BL, que serão transferidos das centrais automatizadas.

O Programa nº 11, lançado pela atual administração dá prioridade às maiores cidades do Estado. Através deste Programa serão instalados 95.700 novos terminais automáticos, sendo que 63.200 terminais serão implantados e 32.500 serão ampliações de centrais automáticas já existentes até o Programa 910.

Este Programa acrescentará 17 novos municípios com serviços automáticos.

O Programa nº 11 tem, como meta, complementar o sistema interurbano estadual, de modo que qualquer sede municipal disponha de facilidades que proporcionem aos seus serviços, de

longa distância, confiabilidade, qualidade e capacidade suficiente de escoamento de tráfego, mesmo considerando que grande parte dos municípios de pequeno porte não disporão ainda da discagem direta à distância. Para proporcionar esta sensível melhoria, este Programa somará mais 6.000 canais ao sistema da CRT.

O Estado do Rio Grande do Sul, após os programas referidos, estará equipado com 365.600 terminais (excluindo Pelotas), o que dará um acréscimo na planta instalada da CRT, em 96,56%.

Para que se tenha idéia do crescimento da CRT neste exercício, apresentam-se a seguir, alguns dados gerais, que, por si só, refletem a capacidade de expansão da Empresa.

Dados Gerais:

	Posição 31-12-79	Posição 31-12-80
- municípios com serviços DDD/DDI	62	63
- capacidade instalada (Centrais)	205.798	215.654
- terminais em serviço	182.625	197.082
- telefones instalados	314.126	356.510
- total despesa operacional	Cr\$ 2.283.003.000,00	Cr\$ 3.720.822.298,66
- lucro operacional	Cr\$ 823.977.000,00	Cr\$ 396.201.754,92
- total receita operacional	Cr\$ 3.106.908.000,00	Cr\$ 4.117.024.053,58
- FNT recolhido à Telebrás	Cr\$ 732.356.000,00	Cr\$ 577.268.396,42
- total de investimentos realizados	Cr\$ 1.650.157.000,00	Cr\$ 3.495.980.410,17

As principais realizações de 1980 estão a seguir relacionadas, segundo objetivos que atendam:

OBJETIVO:

incorporar os serviços telefônicos ainda explorados por terceiros.

REALIZAÇÕES:

- levantamento técnico contábil em 69 sedes municipais;
- realização de 21 dos levantamentos técnicos e contábeis;
- 11 reuniões com Prefeituras Municipais;

- preparação da documentação e Escritura Pública de transferência da concessão e doação do acervo patrimonial em 69 localidades;
- atos de assinatura de incorporação em 69 localidades.

OBJETIVO:

implantar um Programa de Telefonia Rural – fase de emergência, para atender às pequenas comunidades do interior (distritos e povoados), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

REALIZAÇÕES:

- definição do número de postos de serviços (P.S), considerando-se os seguintes elementos: a densidade demográfica; a produção em milhares de hectares cultivados; existência de capacidade no sistema interurbano da Companhia Riograndense de Telecomunicações; energia elétrica e opinião da Administração Pública;
- elaboração de Projeto de viabilidade Econômica-Financeira, para captação de recursos de Cr\$ 550.198.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões, cento e noventa e oito mil cruzeiros), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – visando viabilizar financeiramente este programa;
- gestão, junto aos fabricantes, sobre a possibilidade de desenvolvimento de equipamentos e componentes mais simplificados e de menor custo.

OBJETIVO:

executar os programas de expansão nºs 910 e 11, envolvendo 183 sedes municipais, sendo que em 67 serão implantados 116.370 terminais e em 116 serão ampliados 69.745 terminais.

REALIZAÇÕES:

- compra de 26 terrenos;
- início da construção em 28 prédios;
- término da construção em 13 prédios;
- início da construção da canalização subterrânea atingindo 88 canais;
- término da construção da canalização subterrânea atingindo 62 canais;

- início da construção da rede de cabos foram iniciadas 45 redes;
- término da construção da rede de cabos, atingindo 15 redes;
- término da instalação de telefones atingiu 12 cidades;
- início da instalação de comutação de 66 centrais;
- término da instalação de comutação em 36 centrais;
- ativação em 13 sistemas;

. Região Metropolitana	311 aparelhos
. Região Nordeste	73 aparelhos
. Região Noroeste	37 aparelhos
. Região Oeste	35 aparelhos
. Região Leste	77 aparelhos
. Região Sul	51 aparelhos
Total	584 aparelhos
- Serviço de Loteria Esportiva (131) na Área Metropolitana;
- Serviço de Piada ao Telefone (137) na Área Metropolitana;
- Serviço Hora Certa (130) em Santa Maria;
- Serviço Chamadas Interurbanas a Cobrar (107):

. Região Metropolitana	1 cidade
. Região Oeste	1 cidade
. Região Nordeste	4 cidades
. Região Noroeste	1 cidade
. Região Sul	1 cidade
. Região Leste	8 cidades
Total	16 cidades
- operação de financiamento de curto prazo, contratado com a União de Bancos Brasileiros S/A – UNIBANCO, no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem mil cruzeiros);
- participação financeira da TELEBRÁS no valor de Cr\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões de cruzeiros);
- receita originária da comercialização de terminais telefônicas durante o ano de 1980 (AUTOFINANCIAMENTO), no

valor de Cr\$ 2.553.560.000,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e sessenta mil cruzeiros);

- operação de financiamento de curto prazo, contratado com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL, no valor de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros);
- operação de financiamento de curto prazo, no valor de Cr\$ 700.000.405,75 (setecentos milhões, quatrocentos e cinco cruzeiros, setenta e cinco centavos), contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul – BRDE;
- operação de financiamento, curto prazo, no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), contratado com o City Bank;
- operação de crédito no valor de Cr\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros), contratado com Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME;
- operação de crédito de US\$ 10.000.000 (dez milhões de dólares) e Cr\$ 99.167.000,00 (noventa e nove milhões, cento e sessenta e sete mil cruzeiros), resolução 63, contratado a longo prazo com o MULTIBANCO – Banco Multi Investimentos S/A.

ENERGIA

O mercado de energia elétrica do Rio Grande do Sul, em 1980, cresceu à taxa de 15,8% em relação ao ano anterior, ultrapassando, assim, o crescimento global médio, histórico, de 14 e 15% ao ano. O maior índice ocorreu na área rural, onde o crescimento do consumo foi da ordem de 41%, como conseqüência do tratamento prioritário dispensado a essa classe, tanto por parte do Governo Federal como pelo Estadual. A classe industrial retoma, em 1980, as taxas anteriormente apresentadas, após uma pequena retração, verificada em 1979. As classes residencial e comercial apresentaram um crescimento dentro dos intervalos de expectativa de realização. O consumo industrial participa com 45,4% e o rural inicia uma participação mais expressiva, apresentando 5,7%, valor que deverá crescer significativamente nos próximos anos.

Conforme demonstram os índices anteriores, o mercado de energia elétrica no Rio Grande do Sul, influenciado pelo maior uso da eletricidade, em substituição do petróleo, e estimulado pelo apoio que o Governo vem dando às atividades econômicas do Estado, apresenta taxas elevadas de crescimento.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, órgão vinculado à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, é a responsável pela captação, geração e distribuição da energia do Estado. Raras prefeituras e cooperativas adquirem energia da CEEE, responsabilizando-se pela sua distribuição.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A direção da Companhia Estadual de Energia Elétrica, consciente da importância de sua ação como órgão público, responsável pelo atendimento e desenvolvimento adequado do setor, nesta fase de profundas mudanças conjunturais, continua realizando um esforço intenso para cobrir suas crescentes necessidades.

Neste sentido, não obstante as limitações de recursos destinados a investimentos, vem a Empresa dando curso ao seu programa

ENERGIA

O mercado de energia elétrica do Rio Grande do Sul, em 1980, cresceu à taxa de 15,8% em relação ao ano anterior, ultrapassando, assim, o crescimento global médio, histórico, de 14 e 15% ao ano. O maior índice ocorreu na área rural, onde o crescimento do consumo foi da ordem de 41%, como consequência do tratamento prioritário dispensado a essa classe, tanto por parte do Governo Federal como pelo Estadual. A classe industrial retoma, em 1980, as taxas anteriormente apresentadas, após uma pequena retração, verificada em 1979. As classes residencial e comercial apresentaram um crescimento dentro dos intervalos de expectativa de realização. O consumo industrial participa com 45,4% e o rural inicia uma participação mais expressiva, apresentando 5,7%, valor que deverá crescer significativamente nos próximos anos.

Conforme demonstram os índices anteriores, o mercado de energia elétrica no Rio Grande do Sul, influenciado pelo maior uso da eletricidade, em substituição do petróleo, e estimulado pelo apoio que o Governo vem dando às atividades econômicas do Estado, apresenta taxas elevadas de crescimento.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, órgão vinculado à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, é a responsável pela captação, geração e distribuição da energia do Estado. Raras prefeituras e cooperativas adquirem energia da CEEE, responsabilizando-se pela sua distribuição.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A direção da Companhia Estadual de Energia Elétrica, consciente da importância de sua ação como órgão público, responsável pelo atendimento e desenvolvimento adequado do setor, nesta fase de profundas mudanças conjunturais, continua realizando um esforço intenso para cobrir suas crescentes necessidades.

Neste sentido, não obstante as limitações de recursos destinados a investimentos, vem a Empresa dando curso ao seu programa

de projetos e construção de obras de geração própria, além de um enorme elenco de linhas de transmissão, subestações transformadoras, rede de distribuição e de eletricidade rural.

Quanto às obras de Geração, destacam-se as realizadas nas Usinas Hidroelétricas de Itaúba e Dona Francisca e a Termoelétrica Presidente Médici.

A Usina Hidroelétrica de Itaúba constitui-se no quarto aproveitamento do Rio Jacuí. Esta Usina, com potência instalada de 500MW, foi concluída em 1979, com a entrada em operação do seu quarto e último grupo, em 04 de setembro daquele ano.

Em 1980 foram realizadas adaptações nas instalações de 3 dos 4 grupos, a fim de permitir sua operação como compensadores reativos no sistema, durante os períodos de baixa carga, o que deverá ocorrer a partir de 1981.

A usina Hidroelétrica de Dona Francisca, com duas unidades, totalizando a potência instalada de 125 MW, será o quinto aproveitamento do Rio Jacuí. Sua barragem permitirá regularizar as vazões variáveis procedentes da Usina de Itaúba, que opera em regime de ponta.

Como decorrência da exigência do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, de que sejam feitos estudos sobre o meio-ambiente físico, biológico e social na área de influência do reservatório, a CEEE, através de seu Departamento de Postes e Reflorestamento, iniciou um projeto de proteção ciliar da orla do reservatório e recomposição das áreas afetadas pelas obras. Em trabalho conjunto, INCRA-CEEE, esta, através de sua Seção de Avaliação de Terras e Danos, já executou o levantamento sócio-econômico da área a ser inundada. O Instituto Anchieta de Pesquisas, em convênio com a CEEE, está desenvolvendo um trabalho visando à localização, ao estudo e ao salvamento de assentamentos indígenas pré-históricos e outros sítios de interesse arqueológico na região. Foram feitos também contatos preliminares com entidades especializadas, visando a uma avaliação do impacto ambiental, ocasionada pela construção de barragem.

Para melhor identificação do subsolo no local da barragem, foram realizados furos adicionais de sondagem, com um total de 1.018 metros, bem como pesquisas de materiais nas prováveis áreas de empréstimo.

O aproveitamento hidroelétrico dos rios Jaguari (Furnas do

Segredo e Itú), de potência pouco expressiva (8 e 7MW respectivamente), estudado e projetado pela CEEE na década de 1960, foi retomado face a atual conjuntura, em que a energia elétrica está começando a desempenhar importante papel, como fonte alternativa de petróleo. Inclusive em atividades próprias do meio rural, como na irrigação das lavouras, em que os levantes hidráulicos diesel estão sendo convertidos em elétricos com o apoio do Governo à iniciativa privada ou às cooperativas de eletrificação rural no sentido de que, com tais finalidades, explorem pequenos potenciais através de instalações de mini-usinas. A CEEE retomou os estudos relativos aos projetos citados, adequando-os à situação presente, a fim de que sejam eventualmente adicionados e concluídos com a participação de recursos do Fundo de Mobilização Energética do Governo Federal.

Quanto à Usina Presidente Médici, está em construção a "Fase B" – segunda etapa. A primeira etapa desta Usina denominada "Fase A", que se encontra em operação desde meados de 1974, consiste de dois grupos turbina-alternador de 63MW, 60Hz, cada, ligadas a duas unidades de geração de vapor convencionais concebidas para consumo de carvão de baixo poder calorífico e alto teor de cinzas, minerado pela CRM, a céu aberto, na região carbonífera de Candiota, Município de Bagé.

A segunda etapa de UTE Presidente Médici está em construção e consiste na ampliação da primeira etapa, com mais duas unidades turbo-alternadoras de 160MW de potência cada uma, formando bloco com suas unidades de geração de vapor do tipo "Once through" e com os respectivos transformadores elevadores.

Levando, ainda, em conta que a região dispõe de mananciais naturais de suprimento de água, relativamente fracos, foi prevista uma torre de refrigeração do tipo evaporativo, para maior economia de operação das novas unidades, torre esta dimensionada para 320MW e 28.000 m³/h de água.

Trata-se da primeira unidade deste gênero no Brasil e uma das maiores do mundo.

O contrato para fornecimento dos equipamentos principais da Usina Presidente Médici – Fase B, encontra-se em andamento, conforme cronograma.

Estão sendo desenvolvidos, ainda, pela CEEE, estudos preliminares com vistas a um novo aproveitamento para o carvão de Candiota.

Entre as Linhas de Transmissão construídas, merecem destaque: LT230KV UHE Itaúba-SESI (3º circuito) concluída e UHE Itaúba-Charqueadas (em construção), destinada ao reforço do abastecimento da região da Grande Porto Alegre, pelas Usinas do Rio Jacuí e melhor intercâmbio da energia destas com a Termoelétrica de Charqueadas, da ELETROSUL. Em construção, as LTs de 230KV São Vicente-Alegrete 2 e Alegrete 2-Uruguaiana 2, com conclusão prevista para 1981, para reforço do abastecimento, da Região Fronteira-Oeste do Estado. Visam principalmente a mais rápida conversão dos levantes diesel-mecânicos das lavouras de arroz desta região, em eletromecânicos, com a finalidade de economia de Petróleo. A LT 230KV SEPA 9-Pelotas 3 encontra-se em regime de construção acelerada para aumento de confiabilidade do abastecimento da Zona Sul, com ênfase de atendimento às cidades de Pelotas e Rio Grande, cujo atendimento depende hoje do ininterrupto funcionamento da Termoelétrica de Presidente Médici e do único elo de ligação ao Sistema Nordeste (a LT SECI-Camaquã-UTE Presidente Médici).

Não se pode deixar de salientar a importância da extensa relação de linhas de 69kV, concluídas nas regiões Norte, Centro e Centro-Oeste, visando à melhoria do abastecimento das operosas e progressistas comunidades desta parte do Estado.

A LT Guarita – Santa Rosa, com 95km de extensão, prevista para 230kV e atualmente operando em 138, foi construída em 10 meses.

A subestação provisória do Pólo Petroquímico foi ampliada com o aditamento de mais um transformador de 5MVA – 69/13,8kV. Estão em fase de aquisição os equipamentos para a SE definitiva, com potência de 50MA-230kV.

Na área do Distrito Industrial de Rio Grande está em construção a LT 69kV definitiva, em circuito duplo Quinta-Rio Grande (CEDIC).

Em 1980 foram desativadas as Usinas Diesel de:

- Lavras do Sul,
- Tavares,
- Bom Jesus,
- Santana da Boa Vista,

que representam uma economia de óleo diesel de 1,5 milhão de litros e de 113 milhões de cruzeiros. Em decorrência deste fato, a potência instalada da CEEE decresceu de 1.439.137 kw para 1.063.257 kw, em 1980.

Em decorrência do Programa de Desativação de Usinas Diesel, foi realizada a incorporação ao Sistema de Transmissão Geral da CEEE das localidades de Lavras do Sul, Santana da Boa Vista e Bom Jesus. Os consumidores dessas cidades passaram a usar frequência de 60hz, o que está previsto no Plano de Mudança de Frequência, cujos trabalhos ficaram praticamente concluídos em 1977, executando pequenas áreas isoladas atendidas por usinas diesel, que tiveram que aguardar a oportunidade para serem incorporadas ao Sistema.

No local onde está sendo construída a nova Sede da Companhia, situada na Av. Ipiranga, foram concluídas, em 1979, as obras da chamada Zona Industrial – Primeira Etapa, com área construída de 9.331m².

No transcurso de 1980, foi elaborado o projeto complementar de um pavilhão na Zona Industrial – Segunda Etapa, destinado à Superintendência de Serviços Gerais e CROM Metropolitana, com 10.000m² de área construída.

Acham-se em elaboração projetos de obras de infra-estrutura, tais como redes de água, esgoto e elétrica e estudos sobre tipos de pavimentos e reforços de bases.

O Capital Integralizado da CEEE atingiu, neste final de ano, Cr\$ 17.166.946.815,01, sendo 82% de participação do Estado, 13% da ELETROBRÁS e 5% dos municípios e acionistas particulares.

As principais realizações da Companhia, no ano de 1980, estão relacionadas a seguir segundo os objetivos que atendam:

OBJETIVO:

concluir as obras da Usina de Itaúba com 500 MW.

REALIZAÇÃO:

– conclusão dos diversos grupos geradores da UHE de Itaúba, com potência de 500 MW.

OBJETIVO:

construir a Usina de Dona Francisca com 125MW.



REALIZAÇÃO:

- conclusão do prédio da Administração do "Sistema Jacuí" constituído de (4) blocos.

OBJETIVO:

encaminhar medidas para instalação da Usina Candiota III com 2.000MW.

REALIZAÇÕES:

- estão sendo desenvolvidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica estudos preliminares para o aproveitamento do carvão. Previsão de seis unidades geradoras com potência unitária de 300 a 340 MW;
- investimento estimado de 50 milhões, a preços de junho 79, com financiamento da ELETROBRÁS, próprios e outros a definir.

OBJETIVO:

proceder a estudos, associadas à Companhia Estadual de Energia Elétrica e a Eletrosul, para o aproveitamento das potencialidades energéticas do Rio Uruguai.

REALIZAÇÃO:

- aguarda-se manifestação da Area Federal.

OBJETIVO:

instalar 30 projetos de transmissão na tensão de 230 KV, extensão de 2.643 km.

7 projetos na tensão 138kv numa extensão de 342km.

42 projetos na tensão de 69kv, numa extensão de 1.083 km.

REALIZAÇÕES:

- a tensão 69kv, foram concluídos 2 projetos, totalizando 67 km;
- Na tensão de 230kv, foram concluídos 95km e na tensão de 138kv os projetos estão em execução.

OBJETIVO:

executar 99 projetos nas diversas tensões, totalizando 2.361 MVA no que se refere a subestações.

REALIZAÇÃO:

- 527,5 MVA com recursos próprios e de terceiros no valor de Cr\$ 774.000,00.

OBJETIVO:

concretizar os projetos de distribuição programados em 231 municípios: – Alimentadores em 23 e 13,8kv.

REALIZAÇÃO:

- Na tensão 23 kv, 207,3km;
- na tensão 13,8kv, 377,1 km.

OBJETIVO:

equacionar as fontes de financiamento, internas e externas, a Companhia Estadual de Energia Elétrica.

REALIZAÇÃO:

- recebimento e aplicação de US\$ 28.000.000;
- contrato efetivo, assinado em 10.04.80, com o Banco Regional de Desenvolvimento para financiamento de US\$ 114 milhões;
- recebimento e realização de 295.045 ORTN.

OBJETIVO:

incentivar a pesquisa sobre fontes alternativas descentralizadas de energia com vista à eletrificação rural.

REALIZAÇÃO:

- criação, em 24.03.80, de grupo de trabalho com o fim de estudar e sugerir providências a respeito;
- levantamento dos dados necessários à execução dos estudos;
- estudos dos dados necessários.

OBJETIVO:

dinamizar o abastecimento domiciliar assegurando taxas diferenciadas aos consumidores de baixa renda.

REALIZAÇÃO:

- 396 ligações efetivadas.

MINERAÇÃO

– COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM

MINERAÇÃO

A execução da política mineral cabe à Companhia Riograndense de Mineração – CRM, empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações que, através das atividades de mineração, prospecção mineral e pesquisa tecnológica, procura desenvolver a exploração econômica destas riquezas, que jazem no subsolo gaúcho. Para isso foram intensificadas as pesquisas em carvão mineral, visando à ampliação das reservas medidas, o que permitirá dimensionar e localizar as unidades extratoras e insumidoras desta matéria-prima. Para outras substâncias minerais foram efetuados estudos de modificação, dada sua substância e requerimento do mercado, devendo ser destacadas as jazidas de cobre e ouro.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM

Considerando a expansão da CRM, face ao aumento da demanda atual e do futuro promissor que está reservado ao carvão, a Companhia está sendo reorganizada para poder atender às exigências decorrentes da necessidade de ser ampliado e diversificado o uso desse recurso mineral.

A Comissão, que está tratando desta estruturação, espera concluir os trabalhos em março de 1981 e implantá-los, integralmente, no último trimestre do ano.

O desempenho da CRM em 1980, no que se refere a projetos em andamento e aos serviços em geral, foi o seguinte:

Produção de carvão (até outubro/1980):

	Bruto t	Beneficiado t
Mina do Leão	493.000	350.000
Mina de Candiota	380.000	
Faturamento	Cr\$ 470.000.000,00	

A produção da Mina do Leão aumentará, até dezembro, cerca de 40%, relativamente ao carvão beneficiado em 1979, tendo como fontes produtoras o Poço I e a mina de céu aberto.

A mina de Candiota está produzindo aquém de sua capacidade em virtude de estar a demanda da Usina Termoelétrica Presidente Médici reduzida a 60% do consumo nominal.

Considerando as atividades globais, que interessam à implantação da Mina do Leão II, pode ser afirmado que as mesmas se desenvolvem de modo bastante satisfatório no transcurso de 1980. Uma vez mantido o ritmo de trabalho atual, estará sendo cumprido plenamente o que foi planejado.

Os estudos sobre a implantação da Mina de Iruí, a céu aberto, foram agilizados no corrente ano. A capacidade prevista para esta Mina é de 1,56 milhões de t/ano.

Assim, foram realizados diversos serviços, conforme segue:

- o projeto básico foi concluído, após terem sido realizados detalhamentos da oficina mecânica, escritórios, paióis, etc.;
- mantidos contatos com proprietários das diversas áreas onde haverá mineração a céu aberto, áreas de servidão, etc., e realizado levantamento topográfico de detalhe;
- estão sendo executadas as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos;
- foram dimensionados e orçados os prédios provisórios, necessários na fase de implantação da mina;
- executadas sondagens com amostragens e procedidos os testes;
- a instalação da rede elétrica está sendo estudada.

Até este ano de 1980, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) possui reservas, medidas indicadas de carvão, conforme segue: em Candiota 1.438 milhões de t; Iruí: 331 milhões; Santa Rita: 326 milhões; Leão: 545 milhões, procurando-se alcançar respectivamente, 2.000; 500; 500 e 1.000 milhões de t. Quanto à Volta Grande, com reservas de 4,2 milhões de t de minério de cobre, com teor de 1,2% e 946.000 t de minério de ouro, com teor de 6g/t. No Morro do Andrade constatou-se 3,5 milhões de t de minério de cobre com teor de 0,6%.

Continuam também em andamento os estudos para exploração das minas de ouro no Estado, sendo que a jazida mais importante está localizada no Município de Lavras do Sul, prevendo-se uma exploração dimensionada em 20kg/ouro/mês. No projeto, já encaminhado ao Banco de Desenvolvimento para aprovação, há uma estimativa de investimentos em torno de Cr\$ 100.000.000,00 e prazo de um ano para sua implantação.

Os estudos exploratórios das jazidas vêm sendo desenvolvidos por técnicos da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), a qual já investiu, até o momento, Cr\$ 30.000.000,00.

Em 1980, as principais realizações da Companhia Riograndense de Mineração atenderam os seguintes objetivos:

OBJETIVO:

aparelhar a Mina do Leão I para produção de 600.000t/ano de carvão bruto (R.O.M.) em fins de 1980.

REALIZAÇÕES:

- readaptação da torre para elevação de 200t/hora, cujas obras civis estão concluídas e em posição de receber o equipamento mecânico que está sendo construído, parte na Alemanha e parte em Porto Alegre;
- recebedoria do subsolo com aprofundamento do Poço I.
- aquisição de uma frente de “long wall” com 70m;
- instalação de equipamento de “long wall”, semimecanizado.

OBJETIVO:

implantar a Mina do Leão II, com capacidade de produzir 2,4 milhões de t/ano de carvão bruto (R.O.M.), para atender, principalmente, a uma unidade de gaseificação da Petrobrás no início de 1983, para a produção de amônio pela Companhia Riograndense de Nitrogenados.

REALIZAÇÕES:

- conclusão dos serviços de terraplenagem, arruamento e drenagem da área de superfície;
- conclusão dos planos inclinados de acesso à jazida, com 75% da obra concluída em fins de 1980;

- concorrência para aquisição de equipamentos de abertura de galerias, transporte em plano inclinado, lavra, subestações e prédios industriais;
- ampliação do reservatório d'água.

De acordo com o cronograma, 50% da obra deverão estar concluídos até o fim do exercício.

OBJETIVO:

implantar a Mina para produzir 2,8 milhões de t/ano de carvão bruto (R.O.M.), a fim de atender a implantação da Usina Termoelétrica "Presidente Médici" de 126 para 446 MW até abril de 1983.

REALIZAÇÕES:

- concorrência para aquisição de máquina escavadeira com 28m³ de caçamba, conforme edital nº 05/80, já publicado e com prazo de entrega das propostas em 18.12.1980.
- estudo para sistema de transporte de carvão;
- coleta de dados para a construção da planta de beneficiamento;
- dimensionamento dos equipamentos de mineração;
- projeto-básico da infra-estrutura: obras civis e abastecimento de energia elétrica.

OBJETIVO:

prosseguir as atividades de pesquisas e de mercado das principais ocorrências minerais do Estado, dedicando-se prioritariamente às jazidas de carvão e de cobre associado ao ouro.

REALIZAÇÕES:

- continuação das sondagens para:

ampliar as reservas de carvão nas jazidas de Candiota (Município de Bagé); Iruí (Município de Cachoeira do Sul) e Santa Rita (Município de Lavras);

desenvolver a mineração de carvão na área da atual Mina do Leão;

continuar as pesquisas de cobre e ouro na jazida de Volta Grande.

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E URBANO E OBRAS PÚBLICAS**

- SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS**
- FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO-METROPLAN**
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS- CEDRO**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS

A coordenação das atividades relativas a edificações públicas, à promoção do desenvolvimento urbano e regional, incluída a articulação com os municípios e o controle específico do desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, são de competência da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas – SDO.

A Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras CEDRO, e a Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN – órgão assessor – executor do Conselho da Região Metropolitana de Porto Alegre, são instituições vinculadas à SDO, que também atuam no desenvolvimento regional e urbano e obras públicas.

A Secretaria atua ainda nesta área através do Conselho de Desenvolvimento Integrado do Litoral.

OBRAS PÚBLICAS

Esta ação, que cobre todos os recantos do território estadual, apóia-se na rede de escritórios regionais e na supervisão de obras da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, bem como na participação executiva da CEDRO.

SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

Na atividade de manutenção e de recuperação de prédios públicos foram aplicados pela SDO Cr\$ 150.000.000,00, 80% dos quais em despesas de capital, visando à manutenção em condições de operacionalidade dessa infra-estrutura material, necessária ao desempenho das diversas funções. Na verdade, os recursos despendidos são relativamente pequenos se comparados à grandeza física do patrimônio estadual, representado pelos prédios.

Além disso, o setor de obras da SDO elabora projetos e estudos cobrindo uma ampla demanda, inclusive de apoio a outros órgãos para os quais tem desenvolvido projetos-modelo, modulados, que lhes facilitem a viabilização da ampliação de suas delegacias e sedes regionais e locais.

As principais realizações no exercício vão enumeradas a seguir, segundo o objetivo que atendem:

OBJETIVO:

adequar a infra-estrutura material às necessidades dos diversos serviços, mantendo e melhorando as condições das edificações existentes.

REALIZAÇÕES:

- atendimento a 204 solicitações de serviços e pequenas obras de reparação e conservação, nas quais foram empregados Cr\$ 47.215.115,00;
- execução de obras e serviços de maior vulto tais como substituição de instalações, forros, pisos, esquadrias, etc., para recuperação de prédios em condições precárias de utilização, perfazendo o total aproximado de 80.335m² de área construída recuperada. Na recuperação foram empregados Cr\$ 79.760.454,00;
- implantação do projeto Cadastro Técnico dos prédios públicos do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando o conhecimento sistemático, atual e detalhado, das condições de operacionalidade da rede de prédios que abrigam as diversas funções, para implementação dos programas de recuperação e conservação, bem como da política de edificações (expansão).

Foram ultimados os detalhes de concepção do sistema, realizados testes de processamento de dados, testes de campo com as equipes de trabalho e iniciados os levantamentos na Região Metropolitana de Porto Alegre (14 municípios) e mais 14 municípios do interior do Estado.

No desenvolvimento deste projeto a SDO conta com o apoio operacional da Fundação de Economia e Estatística e com assessoria da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS – CEDRO

A CEDRO, vinculada à SDO, é uma empresa que funciona como apoio operacional aos órgãos da administração direta, particularmente à SDO.

Suas realizações não são detalhadas uma vez que não recebe recursos do Tesouro, estando as obras que executa ou fiscaliza discriminadas nos diversos órgãos, onde são alocados os recursos orçamentários.

No exercício de 1980, assumiu a responsabilidade de fiscalização de 22 Centros Sociais Urbanos, em construção pela Fundação do Lazer e Recreação – FUNLAR e de quatro escolas, 18 escolas rurais concluídas e mais 13 em execução.

Também executou obras para a Secretaria da Justiça, Foro nas comarcas de Rio Grande e São Leopoldo em andamento, bem como o Foro de São Jerônimo e Presídio Regional de Santa Maria, cujas etapas programadas foram concluídas.

Obras parciais foram executadas no prédio do Tribunal de Contas, prédio da Corte de Apelação da 1ª Auditoria da Justiça Militar e na restauração do Teatro São Pedro.

Executou, também obras parciais no Centro Administrativo do Estado, sob regime de Administração direta, num total de Cr\$ 22.702.811,00.

Além disso elaborou diversos projetos e levantamentos para órgãos do Estado.

Realiza, também, coordenação e fiscalização da implantação do Viaduto na Av. General Sebastiano, em Canoas, para a empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

A CEDRO, além do apoio operacional dado às atividades da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAM, concluiu a elaboração do Plano Diretor da Área do Pólo Carboquímico por adjudicação do Pólo Carboquímico do Rio Grande do Sul – CONCARBO.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

No tocante ao desenvolvimento regional e urbano, a SDO atua

através de sua Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAM, apoiada executivamente pela CEDRO, e a atuação da Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN, órgão assessor e executivo do Conselho da Região Metropolitana de Porto Alegre.

SURBAM e CEDRO atuam no sentido de promover a organização espacial nos respectivos territórios de atuação, promovendo, assistindo, cooperando com a atividade de planificação dos municípios, prestando ampla assistência técnica, gerenciando programas de investimento em áreas urbanas.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano – CEDU – vem assumindo, através de sua Secretaria Executiva, a iniciativa de promoção de estudo de caráter normativo de uso e parcelamento do solo urbano, e de implementação da política de desenvolvimento urbano, tendo já acompanhado a montagem do Programa Cidades de Porte Médio, realizado pela SURBAM.

A METROPLAN assessora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano-CDU – nas aplicações em transporte urbano e equipamentos sociais, nas 14 cidades da região, enquanto a SURBAM se ocupa do restante do Estado.

Cumprir destacar, ainda dentro das atividades de desenvolvimento regional e urbano, a criação do Conselho de Desenvolvimento Integrado ao Litoral. Este, como o CEDU, atua junto à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – SURBAM

Destaca-se na atuação da SURBAM a orientação e cooperação com as administrações municipais na elaboração ou atualização dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, e a elaboração de projetos de engenharia urbana e projetos setoriais que instrumentam a implantação de tais planos.

Igualmente importante na atuação da SDO, a atividade de assistência técnica, ampla, que é mantida pela SURBAM, buscando implementar a capacidade das administrações locais, através de assistência técnica à solução de problemas correntes, de reorganização administrativa, de adoção de métodos e rotinas, de organização contábil e de treinamento dos recursos humanos das prefeituras.

A seguir vão enumeradas as realizações nesta área em 1980, segundo os objetivos que atendam.

OBJETIVO:

estimular, apoiar e cooperar com os poderes públicos municipais no estabelecimento e aperfeiçoamento dos planos diretores de desenvolvimento urbano, visando a disciplinar o uso do solo urbano.

REALIZAÇÕES:

- orientação e/ou prestação de serviço técnico na elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano para oito municípios (incluída a reavaliação do Plano Diretor de Bagé);
- elaboração de projetos de sistema viário para Farroupilha, Santa Cruz do Sul – Vila Boa Vista, São Nicolau e Cruz Alta – Vila Colorado, o último em andamento;
- elaboração de projetos de urbanização de setores da cidade, concluída, e do Centro Cívico de Soledade e, em andamento, o do núcleo histórico de Viamão;
- elaboração de projetos de paisagismo ou arquitetura paisagística, num total de 29 projetos (24 concluídos) para 23 municípios;
- assistência técnica sistemática à elaboração e implantação de planos diretores em 10 municípios;
- elaboração e fornecimento de 10 pareceres técnicos sobre problemas de urbanização;
- projetos de preservação do patrimônio histórico para Triunfo (concluído) e para São Nicolau.

OBJETIVO:

desenvolver projetos de apoio à racionalização do uso do solo urbano e da alocação dos equipamentos urbanos.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de modelos normativos:

Modelo de Legislação Urbana sobre parcelamento do solo em cidades de pequeno porte (em andamento);

normas estaduais de parcelamento e uso do solo urbano (fase de conclusão);

- execução de levantamento plani-altimétrico em 6 municípios;
- assistência técnica na elaboração de projetos de saneamento na área urbana. Elaborados 4 e em elaboração 3 projetos de canalização de arroios e esgostos pluviais; emitidos 3 laudos sobre projetos de redes pluviais e canalização de arroios vinculados ao programa Cidades Porte Médio;
- Assistência técnica para caracterização e fixação dos limites urbanos em diversos municípios.

OBJETIVO:

fortalecer as estruturas de serviços básicos das cidades pólo e das subpólos regionais.

REALIZAÇÕES:

- assessoramento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; orientação às equipes técnicas municipais, complementação de capacidade técnica dessas equipes; orientação e assistência na elaboração dos prédios municipais e coordenação da montagem da proposta do Programa Cidades de Porte Médio, articulando investimentos do Estado, União e Municípios;
- acompanhamento da implantação do programa;
- elaboração das alternativas de alocação de recursos em transporte urbano para as cidades de Porte Médio (12 municípios).

OBJETIVO:

definir e implantar programas integrados de complementação ou ampliação dos serviços sociais nas cidades de pequeno porte.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de estudos de metodologia e para diagnóstico geral e programação.

OBJETIVO:

coordenar o uso da água, o nível de bacia hidrográfica.

REALIZAÇÕES:

- exame de projetos e expedição de Alvarás para construção de 36 barragens em onze municípios.

OBJETIVO:

apoiar e cooperar com a implementação organizacional e capacitação administrativa dos municípios.

REALIZAÇÕES:

- elaboração de projetos de modernização administrativa para 20 municípios;
- detalhamento de instrumentos, tais como Regimentos Internos, Modelo de Classificação de Cargos, etc;
- assistência sistemática à implantação da reforma administrativa em sete municípios;
- orientação e apoio à realização de 19 concursos públicos nos municípios;
- treinamento e assistência à implantação do Sistema SURBAM; Contabilidade em 9 municípios;
- elaboração e expedição de 79 pareceres jurídicos;
- funcionamento do plantão técnico permanente para consultas sobre problemas rotineiros das administrações municipais;
- realização de 19 cursos, totalizando 696 horas/aula para treinamento de funcionários das Prefeituras, nas áreas de administração de material, administração de pessoal, direito municipal, direito tributário, contabilidade pública, orçamento programa, auxiliar de topógrafo, fiscal de obras, treinamento de 335 funcionários de 150 municípios. A realização dos referidos cursos é efetivada em convênio com o Centro Regional de Treinamento em administração Municipal CERTAM, que também está encarregado da montagem do “Escritório Modelo”;
- a SURBAM responsabilizou-se pela publicação do Boletim Informativo dos Municípios e mais oito publicações específicas sobre temas de interesse dos administradores municipais, entre os quais a agenda para os prefeitos, com o registro de todas as datas e compromissos a serem cumpridos pelos municípios;
- auxílio à realização do Congresso de Técnicos em Administração Fazendária Municipal.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CEDU

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano – CEDU – foi criado pelo Decreto nº 20.011 de 9 de julho de 1979, para definir as normas e diretrizes básicas para execução da política de Desenvolvimento Urbano do Estado.

Visando ao objetivo geral de implantação de uma política de desenvolvimento regional e urbano, compatibilizada com a política nacional e com o objetivo de ação municipalista, a Secretaria Executiva do CDU desenvolveu diversas tarefas básicas, constantes da programação de trabalho aprovada.

As atividades executoras relativas ao CEDU iniciaram pela elaboração do seu regimento interno e da proposta de programação de trabalho, aprovadas por resoluções do referido Conselho, datadas de 9 de julho de 1980:

- estudo de metodologia de levantamento e análise das necessidades para montar programa para cidades de pequeno porte;
- estudo do projeto para definição do Modelo de Organização Territorial do Estado;
- promoção de Seminário sobre Parcelamento do Solo Urbano.

Nas suas iniciativas a Secretaria Executiva do CEDU contou com o apoio operacional da SURBAM/SDO e da CEDRO.

FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO-METROPLAN

A METROPLAN atua de forma análoga, embora em uma realidade cuja problemática é um pouco distinta. Daí a ênfase no transporte tanto a nível intra-urbano como no das ligações inter-urbanas, no âmbito da região e particularmente o transporte de massa. Grande parte dos esforços da METROPLAN foi orientada para a continuação do Cadastro Metropolitano, e para a conclusão da avaliação do Plano Diretor Metropolitano. Face à problemática metropolitana, a programação de trabalhos incluiu os estudos relativos à preservação do meio ambiente e o reexame de soluções para o esgoto cloacal e industrial. Destaca-se, também pela sua

importância, o estudo para implantação do sistema de habitação popular, baseado na análise das relações entre mercado de trabalho e mercado de habitação.

OBJETIVO:

estimular, apoiar e cooperar com os poderes públicos municipais no estabelecimento e aperfeiçoamento dos planos diretores de desenvolvimento.

REALIZAÇÕES:

- diagnóstico das necessidades de treinamento de pessoal e assessoramento técnico, concluído;
- montagem do programa em andamento.

OBJETIVO:

proceder à estudos e pesquisas sobre a problemática social.

REALIZAÇÕES:

- montagem do primeiro corpo dos indicadores sociais.

OBJETIVO:

adequar a infra-estrutura viária para, a médio e longo prazo, reduzir os custos de transporte.

REALIZAÇÕES:

- estudos de viabilidade técnico-econômica da Rodovia Sapucaia do Sul - Campo Bom;
- TRANSUL II - corredores metropolitanos - GEIPOT.

OBJETIVO:

elevar os níveis de qualidade do sistema viário periférico às zonas urbanas, economizando tempo de viagem, combustível e contribuindo, assim, para a redução das tensões sociais no meio urbano.

REALIZAÇÕES:

- pavimentação de vias urbanas em bairros de baixa renda:
 - . Obras de pavimentação, 17.286m;
- programa vias alimentadoras:
 - . Obras de pavimentação, 9.298m.

OBJETIVO:

limitar severamente o crescimento não sistemático da região metropolitana.



REALIZAÇÕES:

- avaliação do PDM, compreendendo Análise Setorial, Seminário, e Relatório Final.

OBJETIVO:

colaborar no desenvolvimento da política federal do transporte ferroviário de passageiros.

REALIZAÇÕES:

- projetos de adaptação do Sistema Viário Municipal ao projeto TRENSURB, em fase de conclusão.

OBJETIVO:

colaborar no desenvolvimento de projetos de apoio à racionalização do uso do solo urbano, à infra-estrutura dos equipamentos sociais, dos sistemas de transportes e de abastecimento.

REALIZAÇÕES:

- programa de Investimentos urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre-RMPA:

água para RMPA – ano 2.000 (termo de Referência) em conclusão;

levantamentos cadastral e topográfico, nos municípios de Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Viamão, Canoas. Concluídos ou em conclusão.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO LITORAL

O Conselho de Desenvolvimento Integrado do Litoral foi criado pelo Decreto 29.850, de 17 de outubro de 1980.

A Secretaria Executiva deste Conselho providenciou, após sua instalação, na elaboração do regimento interno para o Conselho, e na transferência do acervo do grupo de trabalho do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte – LINOR para o novo Conselho institucionalizado.

Buscando a implementação das ações propostas no plano elaborado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria Executiva do Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral preparou a 1ª reunião do Conselho, realizada em 29 de dezembro, e prosseguiu na articulação com os diversos órgãos setoriais, envolvidos com as ações programadas.